



Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

Polo VI: UFCG / Sousa

**Crislene Rodrigues da Silva Moraes
Vorster Queiroga Alves**

RDS
EDITORA



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO VI - SOUSA

Governo Federal
Presidenta Dilma Rousseff

Ministério da Educação
Henrique Paim

**Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão**
Macaé Maria Evaristo dos Santos

Universidade Federal de Campina Grande
José Edilson de Amorim

Coordenação de Material Didático
Crislene Rodrigues da Silva Moraes
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Coordenação Pedagógica
Norma Maria de Oliveira Lima - Campina Grande
Marta Maria da Conceição - Cuité
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima - Sumé
Rosálva Dias da Silva - Patos
Juliana Fernandes Moreira - Pombal
Vorster Queiroga Alves - Sousa
Edinaura Almeida de Araújo – Cajazeiras

Coordenação Operacional
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IUEES/UFPG

Técnicos de Apoio
Arlyson da Cunha Moraes
Alderiza Veras Albuquerque
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Crislene Rodrigues da Silva Morais
Vorster Queiroga Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

POLO VI - SOUSA

Dorgival Gonçalves Fernandes
Edinaura Almeida de Araújo
Helmara Gicelli F. Wanderley
Marconi Araújo Rodrigues
Vorster Queiroga Alves
Wiama de Jesus Freitas Lopes



Campina Grande – Paraíba
2015

Direitos Reservados © 2015
Universidade Federal de Campina Grande

Avenida Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário
CEP: 58429-900 – Campina Grande (PB)

Impresso no Brasil

Texto de Apresentação
Crislene Rodrigues da Silva Morais

Concepção da Capa
Raíssa Gonçalves Cavalcanti
Crislene Rodrigues da Silva Morais

Impressão
RDS Gráfica e Editora Ltda.
Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia
60.020-150 – Fortaleza (CE) – rds1048@gmail.com

Morais, Crislene Rodrigues da Silva

Educação de jovens e adultos e economia solidária – Polo VI - Sousa / Crislene Rodrigues da Silva Morais, Vorster Queiroga Alves. – Fortaleza, CE: RDS Editora, 2015.
262p.

ISBN: 978-85-7997-140-2

1. Economia. 2. Economia Solidária. 3. Educação. 4. Educação de Jovens e Adultos.
I. Morais, Crislene Rodrigues da Silva. II. Alves, Vorster Queiroga. III. Título.

CDD 330

Sumário

Apresentação	9
Homenagem	11
A Economia Solidária como base para o ensino-aprendizagem da EJA.....	13
<i>Janaina Belo de Sousa</i> <i>Dorgival Gonçalves Fernandes</i>	
A Economia Solidária como eixo articulador da Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva emancipatória em questão	24
<i>Mairianne Cibelle Gadelha de Oliveira</i> <i>Wiama de Jesus Freitas Lopes</i>	
A Economia Solidária como instrumento de emancipação dos alunos da EJA das escolas de Sousa-PB dependentes do Programa Bolsa Família	42
<i>Marcia Maria de Lima Barbosa</i> <i>Marconi Araújo Rodrigues</i>	
A Economia Solidária nas ações em EJA na Escola Estadual de Ensino Médio Mes- tre Júlio Sarmiento, Sousa-PB	59
<i>Ubiracy Mendes de Sousa</i> <i>Vorster Queiroga Alves</i>	
Ações de Economia Solidária como enfrentamento à evasão escolar nas turmas de EJA: o caso da Escola SESC\LER em Sousa-PB	78
<i>Francisca Maria de Oliveira Santos</i> <i>Vorster Queiroga Alves</i>	
Agricultura familiar e EJA na perspectiva da Economia Solidária	90
<i>Valéria Marques Abrantes</i> <i>Vorster Queiroga Alves</i>	
Coleta seletiva de resíduos sólidos e reciclagem na EJA, numa perspectiva de via- bilização econômica dos alunos e comunidade da Escola José Reis na cidade de Sousa	100
<i>Edmilson Henrique Batista</i> <i>Vorster Queiroga Alves</i>	
Educação de Jovens e Adultos e a convivência com o semiárido: articulação e procedimentos para o desenvolvimento de uma Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Economia Solidária na cidade de Marizópolis-PB	112
<i>Rawenea Pereira L. dos Santos</i> <i>Edinaura Almeida de Araújo</i>	

Educação profissional e EJA na Escola José de Paiva Gadelha: contrapontos com a Economia Solidária	125
<i>Marta Soraya Sousa Silva</i> <i>Dorgival Gonçalves Fernandes</i>	
EJA e Economia Solidária face à política de alimentação escolar no município de Sousa-PB	138
<i>Damião Xavier de Sousa</i> <i>Vorster Queiroga Alves</i>	
Estratégia profissionalizante do PROEJA e Economia Solidária como perspectiva de humanização e cooperação no processo de escolarização na EJA: um estudo nas escolas do Alto do Cruzeiro em Sousa-PB	148
<i>Rita de Cássia Ribeiro Sousa</i> <i>Marconi Araújo Rodrigues</i>	
Fundamentos da Economia Solidária na perspectiva do desenvolvimento sustentável aplicados na EJA: um estudo no CRAS de Aparecida-PB	158
<i>Vanaldo Felix Barbosa</i> <i>Vorster Queiroga Alves</i>	
O cooperativismo e a Economia Solidária como perspectiva de ensino na Educação de Jovens e Adultos – EJA	171
<i>Antonio Batista Filho</i> <i>Marconi Araújo Rodrigues</i>	
O currículo da Educação de Jovens e Adultos e a inclusão social na perspectiva da Economia Solidária	183
<i>Maria Veruska da Silva</i> <i>Wiana de Jesus Freitas Lopes</i>	
O enfoque da Economia Solidária na(s) turma(s) de EJA no município de Santa Cruz-PB	193
<i>Marcela Ferreira Lopes</i> <i>Vorster Queiroga Alves</i>	
O uso de estratégias de ensino como instrumento redutor da evasão na Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Júlia Maria De Carvalho Silva – Marizópolis, Paraíba	206
<i>Rizomar Macena da Silva Cardoso</i> <i>Dorgival Gonçalves Fernandes</i>	
Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária como subsídio no processo de ressocialização do adolescente em conflito com lei	221
<i>Joaquim Oliveira da Silva</i> <i>Helmara Gicelli Formiga Wanderley</i>	

Agricultura familiar e Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva para a Economia Solidária no Assentamento Acauã, em Aparecida-PB.....230

Michelly Gomes de Sousa Sá
Edinaura Almeida de Araújo

A Economia Solidária como alternativa de inclusão econômica para os alunos da EJA.....242

Giseuda Lima Benevides
Marconi Araújo Rodrigues

A Economia Solidária como disciplina do currículo da EJA252

Mariana Teodoro dos Santos
Marconi Araújo Rodrigues

Apresentação

A Economia Solidária (ES) vem ganhando espaço pela característica inovadora de geração de trabalho e renda, tendo como principal foco a inclusão socioeconômica. Esta economia compreende um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas de forma autogestionária. As experiências em ES no Brasil demandam aprendizagens específicas que requerem a alfabetização dos trabalhadores empreendedores, tornando-se necessária a aquisição de certas competências e habilidades.

Tendo em vista a necessidade de difundir esta temática na Educação de Jovens e Adultos, foi criado na UFCG, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano (EJAECOSOL) que visou ampliar a compreensão dos educadores sobre as possibilidades de novas formas de inserção dos sujeitos da EJA ao mundo do trabalho.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL foi realizado nos 07 (sete) Câmpus da UFCG, proporcionando aos profissionais envolvidos a possibilidade de um ambiente de reflexão acerca de suas práticas como educadores e/ou gestores. Este curso ajudou os educadores da Economia Solidária e da EJA, gestores e coordenadores de EJA, além outros participantes da ES a ter maior proximidade com a temática da Economia Solidária, dialogar com seus pares, refletir sobre suas práticas como educadores e aprofundar seus conhecimentos, além de executar uma atividade mais eficaz, do ponto de vista da transformação da sua realidade e dos alunos/trabalhadores que frequentam as turmas de EJA.

Esta proposta teve como objetivo promover a integração dos conhecimentos e práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos, na Paraíba, através da articulação entre os diversos atores envolvidos em atividades de formação e produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA/Economia Solidária, como forma de possibilitar aos educandos da EJA e a comunidades a apropriação de novas formas de geração de trabalho e renda de maneira sustentável.

No que se refere a difusão e transferência de conhecimentos o projeto conseguiu atingir quase todo estado da Paraíba tendo em vista que os cursos aconteceram em sete municípios do estado (Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras), e alcançou cerca de 280 profissionais das mais diversas áreas de atuação, além do envolvimento de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que contribuíram na ministração de disciplinas e orientação dos profissionais envolvidos.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL formou em 2013 na Paraíba, 190 especialistas em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, estando suas monografias distribuídas nas bibliotecas dos Câmpus da UFCG.

Esta coletânea de artigos apresentadas em sete volumes com aproximadamente 21 capítulos cada, pretende contribuir para a formação de educadores, comunidades e gestores, na construção de conhecimento sobre as práticas de economia solidária no Semiárido paraibano. Para tanto, os artigos relatam as experiências e reflexões dos autores e das comunidades envolvidas, acerca das relações entre educação e trabalho associado, promovendo uma educação problematizadora que contribuiu para a autonomia dos educandos e dos educadores.

Crislene Rodrigues da Silva Moraes

Homenagem aos Mestres e Doutores da UFCG (ECOSOL e EJA)

Começamos em Outubro
Professores a estudar
Pesquisadores e mestres
Todos a nos ensinar
Essa nova economia
Veio para inovar.

Pioneira em ECOSOL
Vivências nós vamos ter
Conhecimentos diversos
Sobre a EJA vamos ver
Seremos pesquisadores
Populares vamos ser.

Nosso mestre Irelânio
Veio nos mostrando as leis
Que irá nos ajudar
Cada um por sua vez
Argumentos sobre EJA
Iremos ver este mês.

E vem chegando Xangai
Educador exemplar
Falar sobre educação
Paulo Freire a lembrar
Mostrando sua vida
De educação popular.

E a nossa mestra Sônia
Disciplina fundamentos
Nos deu orientações
E muitos conhecimentos
Pela atração filosófica
Com grande contentamento.

Doutora Socorro Lopes
Traz a metodologia
Na direção de caminhos
Vivencia, ideologias
Como aplicar na aula?
Veja como contagia.

Doutora Ângela Ramalho
De parangolé falou
De filmes libertadores
A didática anunciou
Dediquei um dos cordéis
A mestra que aqui marcou.

Ela falava baixinho
Quando a turma se agitava
O seu nome é Idel
De currículo ela falava
Valorize o ser humano
“Carpe Diem” nos lembrava.

Mestra Socorro retorna
Com a nova disciplina
Ela usa suas dinâmicas
Coisas de sua rotina
No trabalho científico
Vivência o que ensina.

E o professor Gilvan
E doutor em economia
Nos mostrou pra que veio
Dúvidas não caberia
Se o aluno fosse esperto
Ele tudo sabia.

E o nosso mestre Robson
Levou-nos experiências
Falou de associações
E também suas vivências
Fomos às cooperativas
Deduzir as sapiências

O mestre Luiz Antônio
Já chegou bem de mansinho
Mostrou que o ser solidário
Nunca anda tão sozinho
Repartiu tudo que sabe
Ensinou um novo caminho.

A mestra Sônia retorna
Com uma nova disciplina
Falou da pedagogia
Práticas da nossa sina
E da nossa educação
Que a todos contamina.

Nossa mestra Adriana
Vem falando com cuidado
Cuide bem da nossa terra
Não fique ai parado
O solo pede Socorro
Reciclar e o seu recado.

À coordenadora Norma
Venho aqui a divulgar
Em nome da nossa turma
Devemos agradecer
Tao humilde e singela
Educada e popular.

É doutora em ECOSOL
Muitas lutas a enfrentar
Ela segue sempre em frente
Para ECOSOL divulgar
Todo aprimoramento
Crislene irá mediar.

Temos as incubadoras
Para nos direcionar
Os fóruns nos motivou
Temos muito a praticar
Desconstruir e construir
Falta conscientizar.

Em nome da nossa turma
Fica o agradecimento
Quero agradecer a Deus
Com grande contentamento
Para os mestres e doutores
O nosso conhecimento.

Jaidete Dias de Sousa

A Economia Solidária como base para o ensino-aprendizagem da EJA

Janaina Belo de Sousa
Dorgival Gonçalves Fernandes

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos vem nos últimos anos ganhando atenção especial no mundo inteiro, por causa de mudanças no contexto social, político e econômico. Essa importância acontece de modo primordial no Brasil considerando-se, em primeiro lugar, o grande déficit educacional existente no meio das camadas populares que historicamente enfrentam problemas como o analfabetismo e a pouca escolarização e suas consequências sociais. Afinal, estamos diante de uma sociedade globalizada, complexa, plural e marcada por uma acentuada exclusão social que se acentua com os avanços da globalização e as mudanças nos processos de trabalho, com o emprego das tecnologias. Em segundo lugar devido às concepções e políticas renovadas para a EJA, principalmente com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, a criação das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos e a participação do Brasil nas últimas CONFINTEAS, colocando a EJA como política pública fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e elevando-a a condição de modalidade da Educação Básica.

Com todas essas modificações no cenário global, a EJA passou a apresentar um desenvolvimento substancial nas últimas décadas, passando a ganhar mais atenção por parte dos governos e entidades sociais, a exemplo das universidades. Mesmo assim, ainda é pouco diante das demandas educacionais, pois a exclusão social que assola o país, principalmente as camadas populares, impede que milhares de pessoas dessas camadas acompanhem as mudanças sociais, políticas e econômicas que marcam a sociedade contemporânea, deixando-as à margem do mercado de trabalho formal e da cidadania, de modo geral.

Sabendo-se que a situação educacional precária do país está amplamente ligada ao processo histórico brasileiro e ao contexto econômico atual, fica bem clara a importância de inserir um novo modelo econômico, um modelo que busque implementar a cidadania e a igualdade entre as pessoas, como meio para diminuir tanta desigualdade. A Economia Solidária, surge nesse cenário como uma nova forma de organizar o trabalho e pensar a vida, gerando igualdade e respeito ao meio ambiente, levando os sujeitos a entender que a educação é um dos caminhos que podemos trilhar para podermos romper com as desigualdades existentes no país.

Acreditando que a Economia Solidária integrada à Educação de Jovens e Adultos pode ajudar a formar e capacitar cidadãos para atuar na sociedade, lutando efetivamente pelos seus direitos, justifica-se este estudo acerca das complementaridades entre a EJA e a Economia Solidária. Assim, buscando compreender a pertinência e as possibilidades de parceria entre a EJA e a Economia Solidária, este trabalho monográfico busca apontar caminhos para tentar amenizar o problema da exclusão social que é tido como um atraso social e econômico para o país.

É nesta perspectiva que elaboramos o nosso problema de estudo para esta monografia, qual seja: Como é possível aliar os princípios e os pressupostos da Economia Solidária na EJA? Para responder a essa pergunta, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental.

As principais questões que norteiam este estudo buscam tracejar alguns aspectos da EJA, desde a sua criação até os dias atuais, as consequências de sua base inicial mal projetada e a necessidade de novos processos educativos ligados ao meio econômico, político e trabalhista para que os sujeitos da EJA possam superar a condição de exclusão social, tão presente em sua história de vida.

Este estudo tem como objetivo geral analisar as possibilidades de emprego dos pressupostos da Economia Solidária na EJA, partindo da idéia de que devemos desenvolver o potencial humano dos sujeitos, tornando-os agentes de transformação social. Seus objetivos específicos são: apontar as mudanças ocorridas na EJA desde seu início até os dias atuais; pensar os possíveis avanços que podem ocorrer no ensino-aprendizagem da EJA com a introdução dos pressupostos da Economia Solidária nessa modalidade de ensino; identificar e problematizar as compatibilidades e incompatibilidades entre a Economia Solidária e a EJA.

Com isto, pretendemos fazer uma incursão nos pressupostos da Economia Solidária dialogando com a modalidade EJA, procurando pensar esta modalidade de educação em consonância com uma formação para o trabalho de indivíduos/cidadãos para que possam se inserir de modo ativo no cenário social contemporâneo.

A metodologia de pesquisa por nós adotada foi a pesquisa bibliográfica, onde foram consultados diversos livros e artigos relacionados ao assunto em estudo, bem como a legislação e outros documentos pertinentes ao tema de estudo que permitiram fundamentar este trabalho.

A pesquisa bibliográfica é o levantamento da bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica. (MARCONI; LAKATOS 1992, p. 43- 44)

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica nos auxilia com dados científicos, proporcionando-nos respostas aos nossos questionamentos e às nossas possibilidades de produzir conhecimentos sobre um determinado tema, neste caso, a positividade da complementaridade entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária.

2 BREVE HISTÓRICO DA EJA NO BRASIL

Com a década da educação para todos iniciada em 1990 e a realização da V CONFINTEA em 1997, ficou clara a importância e o compromisso com a erradicação do analfabetismo no país e a formação cidadã, visto que a EJA não se limita apenas a alfabetização dos sujeitos e sim seu preparo para atuar na sociedade de forma a cumprir seu papel de cidadão na luta por seus direitos. Para tanto, o governo federal, que tem o papel fundamental de orientar e induzir a criação de políticas que apontem para uma melhor qualidade de ensino tem investido cada vez mais na EJA, visando garantir uma melhor qualidade da educação e de vida do educando.

Neste período, com o surgimento de projetos que objetivavam erradicar o analfabetismo do país e enfatizando a questão da cidadania, houve um grande crescimento e desenvolvimento dessa modalidade de ensino. Mesmo assim é assustador o número de analfabetos existentes no país nos dias atuais, visto que estamos no século XXI, uma era marcada pela globalização e por mudanças nos processos de trabalho que mais do que nunca demandam a escolarização do trabalhador.

Nesta década, a educação do Brasil passou por uma reforma muito intensa, com isso, a discussão sobre a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino da educação básica, viabilizando assim o acesso de jovens e adultos na escola, tornou-se constante no contexto atual.

No Brasil, o período após a 5ª ConfinTEA foi marcado pelo aumento das matrículas na educação básica e pela redução dos índices de analfabetismo. Infelizmente, isso não representa uma melhora substantiva na educação de pessoas jovens e adultas. Mes-

mo garantidas pela Constituição como um direito do cidadão, e apesar da crescente demanda, as oportunidades de aprendizagem para jovens e adultos ainda estão longe das metas da Agenda para o Futuro (DI PIERRO, 2003, p.7).

A educação é um direito de todos e, portanto, independentemente de raça, cor, faixa etária ou posição social, todo indivíduo possui o direito de ser alfabetizado e de completar o ciclo do Ensino Fundamental e Médio, concluindo assim o ciclo da Educação Básica, salientando também que a EJA visa à educação ao longo da vida, possuindo assim um caráter de educação permanente e de atualização, como enfatiza a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos,

O reconhecimento do “Direito à Educação” e do “Direito a Aprender por Toda a Vida” é, mais do que nunca, uma necessidade: é o direito de ler e de escrever; de questionar e de analisar; de ter acesso a recursos e de desenvolver e praticar habilidades e competências individuais e coletivas. (V CONFINTEA, 1997, p.24)

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino muito importante para a educação, pois é através dela que os indivíduos podem recuperar o tempo perdido e traçar metas para alcançar um futuro melhor em termos educacionais, profissionais e sociais. O público da EJA é constituído por pessoas que por diversas causas não conseguiram ir à escola na idade correta, ou que dela foram evadidos, sem concluírem o Ensino Fundamental e tem nessa modalidade de educação a oportunidade de iniciar, reiniciar ou terminar seus estudos.

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, elaborado pelo conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, a EJA é expressa da seguinte forma:

A EJA é uma modalidade da educação básica, nas suas etapas fundamental e média. O termo modalidade é diminutivo latino de *modus* (modo, maneira) e expressa uma medida dentro de uma forma própria de ser. Ela tem, assim, um perfil próprio, uma feição especial diante de um processo considerado como medida de referência. Trata-se, pois, de um modo de existir com característica própria. (BRASIL, CNE/CEB, 2000, p.26)

Essa demarcação de um perfil mais próprio para a modalidade EJA vai evidenciando-se ainda mais com a elaboração do art. 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2000, onde está explícito o seguinte:

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I – quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II – quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III – quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (BRASIL, CNE/CEB, 2000, p.59).

A Constituição de 1988 caracteriza esses adolescentes e adultos como sujeitos de direitos possuindo prioridade exclusiva no atendimento, por serem sujeitos em desenvolvimento. Sendo assim, a garantia do direito à educação colaborará com solidez para o processo de inclusão social, pautado em um ensino qualificado e levando em conta o trabalho como fundamento educativo que implica na formação cidadã do indivíduo.

Como direito, a EJA é inquestionável e, por isso, tem de estar disponível para todos, em cumprimento ao dever do Estado, como modalidade no âmbito da educação básica preceituada na legislação nacional, bem como na perspectiva da educação ao longo da vida. EJA, como direito, pressupõe em sua práxis que o trabalho realizado garanta acesso, elaboração e reconstrução de saberes que contribuam para a humanização e emancipação do ser humano. (BRASIL, 2009, p.28).

Mesmo tendo o direito assegurado pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), os indivíduos que estão inseridos nessa modalidade de ensino ainda enfrentam dificuldades para conseguir obter uma educação de qualidade, visto que existe uma grande precariedade quanto aos materiais didáticos para EJA e ainda existe a falta de profissional devidamente qualificado para lidar com esses sujeitos que já trazem em sua história de vida uma gama de conhecimentos e precisam que suas vivências cotidianas sejam levadas em consideração, tornando-os assim, sujeitos de sua própria história e indivíduos capazes de lutarem pelos seus direitos perante uma sociedade marcada pela exclusão. Para Di Pierro,

Quando dirigimos a atenção para as retóricas educativas, os acordos internacionais e a legislação nacional do período, somos levados a crer na existência de um amplo consenso em torno do direito humano à educação, em qualquer idade, e à necessidade da formação continuada ao longo da vida. Entretanto, quando analisamos as políticas educacionais levadas à prática, constatamos a secundarização da EJA frente a outras modalidades de ensino e grupos de idade. (DI PIERRO, 2010, p. 940)

Com isso, é possível ver que muitas são as leis que asseguram a educação como direitos de todos e em qualquer faixa etária, portanto, poucas são as medidas políticas que priorizam a EJA. Como afirma Di Pierro (2010), verificamos a secundarização da EJA em detrimento a outras modalidades educacionais.

3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA A INCLUSÃO SOCIAL NA EJA

As mudanças sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas no Brasil, resultaram no enfraquecimento do modelo capitalista de trabalho, fazendo surgir assim o desemprego e a exclusão social, levando os trabalhadores a buscar novas formas de trabalho como alternativa de sobrevivência e geração de renda. A partir dessa necessidade, vem se disseminando no país um novo modelo econômico, uma nova forma de trabalho, conhecida como Economia Solidária - uma nova maneira de produzir, comprar, vender ou trocar aquilo que é necessário para a sobrevivência, além de ser um instrumento para a inclusão social.

De acordo com a II Conferência Nacional de Economia Solidária, no documento intitulado como Moções,

Há tempos o desemprego deixou de ser um problema econômico para se tornar um dos mais urgentes e graves problemas sociais. Diante desse quadro, desenvolveu-se um recente e complexo movimento social: a Economia Solidária. Fruto da organização de trabalhadores na construção de novas relações econômicas e sociais que, por meio de iniciativas coletivas de geração de trabalho e renda propiciam a sobrevivência

e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Segundo o levantamento do Sistema Nacional de Economia Solidária, realizado em 2007, os empreendimentos solidários ligados à Economia Solidária perfazem o total de 21.859, com mais de um milhão de trabalhadores envolvidos. (...) (II CONAES, 2010, p.10)

Cunha complementa as informações acima acerca da Economia Solidária da seguinte forma:

Campo teórico e político que ainda pode ser considerado em construção, a economia solidária se tornou alternativa de inserção produtiva para muitos trabalhadores (tanto aqueles há muito fora do setor formal, quanto os que jamais estiveram nele). Sua expansão tem contado com o apoio de movimentos e organizações sociais diversas, como entidades religiosas, sindicatos, universidades. Mais recente é o apoio também de agentes governamentais e a adoção de políticas públicas específicas, culminando na articulação e institucionalização de espaços de interlocução Estado- sociedade, a princípio no plano local e regional[...].(CUNHA,2007, p. 291-292)

Além do apoio recebido dos movimentos e organizações sociais e dos governos municipais e estaduais, a Economia Solidária desde 2003 também ganhou apoio do Governo Federal, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) - órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e a criação também do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A Economia Solidária tem sua origem com as históricas lutas dos trabalhadores contra o avanço desenfreado do capitalismo industrial, porém ganhou mais notoriedade a partir dos anos de 1990, como resposta à exclusão social, ao desemprego e à exploração do trabalho no atual sistema econômico. A expansão da Economia Solidária no Brasil se deu mais precisamente a partir do surgimento de instituições e entidades de apoio a iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária etc. Segundo Laville (2003, p.16), “Falar de economia solidária é falar de um movimento de longo prazo (mesmo que desaparecido por algum tempo), é um movimento que vem do século XIX, não é algo novo nem recente”.

Com o avanço do mercado capitalista houve um aumento considerável dos índices de miséria, pobreza e consequentemente a exclusão social, visto que nem todos os indivíduos apresentavam habilitação para inserir-se neste modelo trabalhista, justamente devido à falta de escolaridade.

Diante dessa constatação, percebemos que a situação educacional precária do país está amplamente ligada ao processo econômico atual, necessitando assim, de uma nova ordem econômica. A Economia Solidária, neste contexto, se mostra como uma opção viável, contribuindo para uma nova forma de organização do trabalho que propicie uma melhor qualidade de vida das pessoas e que requer uma modalidade de educação que a potencialize. No caso, a EJA pode se configurar como uma educação pertinente a essa modalidade econômica. Diante disso, é interessante ressaltar que a

A Economia Solidária exige uma educação solidária que transforme a mentalidade cultural dominante de competição para a construção do espírito de cooperação, além do desenvolvimento de uma matriz científica e tecnológica que esteja comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário. (I CONAES, 2006, p. 02)

Sendo assim, a EJA, dialogando com a Economia Solidária durante a ação educativa, contribui diretamente para a formação cidadã dos educandos, qualificando-os e transformando-os em sujeitos pensantes, autônomos e com espírito solidário, capazes de, criticamente, transformar o meio no qual estão inseridos. Segundo Freire,

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. (FREIRE, 1996, p. 18-19)

A Economia Solidária dialogando com a EJA na sala de aula e além da sala de aula, fazendo parte da composição do próprio currículo da EJA, pode contribuir para o processo educativo formando sujeitos que buscam um novo modo de pensar o social, o político e o econômico, onde prevalece à solidariedade ao invés da luta constante e da competição, propiciando ao educando sua formação integral numa perspectiva solidária. Assim, como assevera Arruda (2003, p.25), “Dessa forma, toda proposta de economia solidária implica na proposta de uma outra educação; uma educação que vise a reconstrução de cada ser humano como sujeito do seu próprio desenvolvimento, da sua própria casa e do seu viver nessa casa”.

Partindo do pressuposto de que os jovens e adultos que estão inseridos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos não são pessoas ignorantes e sim pessoas que carregam consigo um grande acúmulo de saberes, resultantes de anos de vivências e experiências, fica clara a importância de preparar essas pessoas levando em consideração suas vivências cotidianas, tornando-as assim protagonistas de sua própria história diante de uma sociedade tão excludente, e, capacitando-as assim para uma melhor inserção no mercado de trabalho e também enquanto agentes de transformação social.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como a mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p. 15)

A EJA deve ser baseada na realidade vivenciada pelos jovens e adultos pertencentes às diversas camadas populares das diferentes regiões do país e pautada principalmente no desenvolvimento próprio do ser humano, ampliando seu desenvolvimento profissional e gerando condições para uma melhor qualidade de vida do educando. Neste sentido, Arruda afirma que;

A Economia Solidária promove a educação não como fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos de seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Chamo-a de Educação da Práxis. [...]. Mas ela não se limita aos jovens e adultos trabalhadores. Pretende implantar-se igualmente no sistema escolar das crianças e adolescentes. Reconceber a educação escolar na perspectiva da Economia Solidária implica introduzir nos programas de ensino-aprendizagem a “alfabetização” em Filosofia da libertação em Economia Solidária. (ARRUDA, 2005, p. 37)

O reconhecimento da Economia Solidária como um dos eixos norteadores no processo de ensino-aprendizagem da EJA vem ganhando força atualmente no meio social excludente em que vivemos. Não podemos dizer que é a solução para todos os problemas educacionais da nação, mas de acordo com Arruda (2005), ajuda a capacitar os educandos, tornando-os sujeitos de seu próprio desenvolvimento diante da sociedade.

A pobreza, a fome, a miséria e a exclusão são fatores marcantes no sistema econômico vigente. O Brasil e o mundo vivem imergidos nesses problemas. A luta pela sobrevivência, ou

mesmo a luta pelo mínimo necessário para a vida, é constante no mundo atual. A esse respeito, Machado nos diz que

Erradicar a fome e a pobreza não só no Brasil, mas em todo o mundo é um dos nossos maiores desafios. A busca de soluções para essa questão inadiável passa por mudanças radicais nos nossos valores, conceitos e práticas atuais. As experiências de economia solidária vêm apresentando soluções pioneiras de ganha-ganha para as pessoas, o mercado e a sociedade, impulsionando o desenvolvimento com mais justiça social. (MACHADO, 2003, p. 5)

Neste contexto, a Economia Solidária aparece como uma alternativa viável, que surge como contrapartida ao capitalismo vigente, buscando diminuir a exclusão social e a miséria que assolam as diversas regiões do país e do mundo.

De acordo com a I Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em Brasília de 26 a 29 de Junho de 2006 e que teve como tema “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”, a Economia Solidária foi caracterizada da seguinte forma:

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (I CONAES, 2006, p.02)

Assinalando outras observações sobre a Economia Solidária, Singer diz que:

A Economia solidária foi concebida como um modo de produção que tornasse impossível a divisão da sociedade em uma classe prioritária dominante e uma classe sem prioridade subalterna. Sua pedra de toque é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores). Na empresa solidária, todos que nela trabalham são seus donos por igual, ou seja, têm os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. E todos os que detêm a propriedade da empresa necessariamente trabalham nela. (SINGER, 2005, p.14)

Assim sendo, percebemos que ambas as referências caracterizam a Economia Solidária como igualitária e baseada na justiça social, deixando de lado a divisão de classes e dando prioridade à inclusão de todos no meio social.

A Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social, intitulada como “Economia Solidária – uma outra economia acontece”, realizada pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com o apoio da Fundação Banco do Brasil, traz os dez princípios da Economia Solidária organizados da seguinte forma:

1. Autogestão. Os trabalhadores não estão mais subordinados a um patrão e tomam suas próprias decisões de forma coletiva e participativa.
2. Democracia. A Economia Solidária age como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, pois o trabalho não fica mais subordinado ao capital.

3. Cooperação em vez de forçar a competição. Convida-se o trabalhador a se unir a trabalhador, empresa a empresa, país a país, acabando com a “guerra sem tréguas” em que todos são inimigos de todos e ganha quem seja mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto.
4. Centralidade do ser humano. As pessoas são o mais importante, não o lucro. A finalidade maior da atividade econômica é garantir a satisfação plena das necessidades de todos e todas.
5. Valorização da diversidade. Reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino e a valorização da diversidade, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual.
6. Emancipação. A Economia Solidária emancipa, liberta.
7. Valorização do saber local, da cultura e da tecnologia popular.
8. Valorização da aprendizagem e da formação permanentes.
9. Justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento tecnológico, com vistas à promoção do bem-viver das coletividades e justa distribuição da riqueza socialmente produzida, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da solidariedade humana.
10. Cuidado com o Meio Ambiente e responsabilidade com as gerações futuras. Os empreendimentos solidários, além de se preocuparem com que a eficiência econômica e os benefícios materiais que produzem, buscam eficiência social, estabelecendo uma relação harmoniosa com a natureza em função da qualidade de vida, da felicidade das coletividades e do equilíbrio dos ecossistemas. O desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente dinâmico, estimula a criação de elos entre os que produzem, os que financiam a produção, os que comercializam os produtos e os que consomem (cadeias produtivas solidárias locais e regionais). Dessa forma, afirmam a vocação local, articulada com uma perspectiva mais ampla, nacional e internacional. (CARTILHA DA CAMPANHA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL, 2007, p.33-34)

Ao identificar e analisar os Dez Princípios da Economia Solidária percebemos que ela não veio somente para galardoar a dívida social gerada pela economia capitalista dominante. Ela veio para moldar a justiça social e econômica, favorecendo a vida e capacitando solidariamente a sociedade, para que todos passem a ter chances de viver igualmente e de forma íntegra e honesta.

Os empreendimentos solidários começaram a aparecer em resposta ao desemprego e a injustiça social, como foi posto na II Conferência Nacional de Economia Solidária:

A economia solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade. No âmbito da revolução industrial européia, no início do século XIX, a economia solidária se manifestou nas lutas históricas de trabalhadoras (es), materializada sob a forma de cooperativismo e nas diversas modalidades de associativismo, como alternativas autogestionárias de resistência ao avanço avassalador do capitalismo e na construção de uma sociedade justa e democrática. Desde então, há uma incansável luta de trabalhadoras (es) na conquista de direitos de democratização dos meios de produção, de valorização do trabalho em detrimento dos interesses de acúmulo do capital, da justa distribuição das riquezas e outras semelhantes. Embora, durante quase todo o Século XX, essas formas alternativas solidárias de produção dos meios de vida permanecessem como que ofuscadas no campo das lutas populares e da resistência à forma predominante de desenvolvimento capitalista, houve uma retomada de seu crescimento. A pluralidade de origens e formas de expressão que conformam as bases simbólicas e econômicas da economia

solidária é um dos elementos que a diferencia estruturalmente do capitalismo, especialmente no atual momento histórico, pois aponta caminhos para estruturar mudanças paradigmáticas e civilizatórias nos âmbitos econômico, cultural, social e ambiental. (II CONAES, 2010, p.13).

Diante disso, é possível perceber que a Economia Solidária visa à busca pela igualdade, a justiça social e a democratização, deixando de lado a exclusão e a luta incansável pela riqueza e a acumulação de capital, ou seja, a Economia Solidária veio para propiciar um novo sistema econômico proporcionando as pessoas uma melhor qualidade de vida e mais chances de inserção no mercado de trabalho, envolvidos com outro tipo de relação produtiva.

A economia solidária se coloca como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica que gerou uma exclusão massiva de milhões de pessoas. [...] A finalidade maior da economia solidária será a possibilidade do desenvolvimento sempre mais integral da pessoa e da comunidade, e o progresso de uma nação deverá ser medido pela realização das condições que favoreceram a cada pessoa, a cada comunidade e a sociedade como um todo, um desenvolvimento integral, suficiente e sustentável. (CAMPELLO, 2003, p.7)

Desse modo, esse novo modelo econômico visa acima de tudo à busca de novos métodos para superar problemas sociais presentes na realidade atual caracterizada pela presente etapa do capitalismo mundial.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: COMPLEMENTARIDADES

A Educação de Jovens e Adultos com suas finalidades e fins específicos deve se caracterizar como uma modalidade educacional inovadora, visando não somente a alfabetização do educando (o aprender a ler e escrever), mas também seu desenvolvimento integral e sua formação para a cidadania. Nesta via, a Economia Solidária se mostra como um meio propício para aliar a ação pedagógica e o compromisso com a justiça social e econômica.

A EJA, dialogando com a Economia Solidária em sala de aula e além desta, possibilita essa aprendizagem, qualificando os educandos e transformando-os em sujeitos capacitados e preparados para assumirem seu papel ativo no cenário social.

Ao inserirmos a Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos, é necessário que haja a reflexão por parte dos educandos e educadores a respeito das diversidades presentes nessa modalidade de ensino, pois para que o processo de ensino-aprendizagem obtenha resultados positivos, é necessário que os sujeitos envolvidos nesse processo se sintam livres para assumirem seus pensamentos e ideais.

Baseada principalmente no diálogo e na autonomia, a Economia Solidária propõe ao indivíduo no ambiente escolar uma construção de conhecimentos também baseada nesses princípios, abrindo espaço para uma nova postura dos sujeitos diante da organização social e da vida.

Percebemos, desse modo, que a educação atualmente é uma necessidade básica na vida desses sujeitos, visto que o século XXI e as mudanças no mercado de trabalho exigem dos mesmos um certo grau de estudo e qualificação profissional.

Para Paul Singer (2005, p.19) “A economia solidária é um ato pedagógico [...]”. A partir dessa nova realidade “[...] a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas [...]. Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico [...]” (SINGER, 2005, p. 16).

Assim, necessitamos urgentemente da construção dessa nova pedagogia, pois a pedagogia clássica já está ultrapassada e seu ensino não suporta mais a realidade política, social e econômica que vem constituindo-se atualmente.

A junção dos pressupostos da ECOSOL com os princípios da EJA tem como resultado a apropriação de uma nova cultura baseada na solidariedade, na autonomia e na cooperação, buscando a participação social e o exercício da cidadania dos indivíduos frente à cultura de competição e exclusão imposta pelo capitalismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa revelou que a Educação de Jovens e Adultos dialogando com os princípios e valores da Economia Solidária, durante o processo educativo, poderá contribuir diretamente para a formação integral dos sujeitos, bem como para a valorização humana desses sujeitos através da inclusão social.

No transcorrer desse trabalho, através das leituras relacionadas à EJA e à Economia Solidária, nos foi possível entender e conhecer melhor a trajetória da Educação de Jovens e adultos no Brasil e sua evolução ao longo dos últimos anos, bem como a origem da Economia Solidária, seus princípios e valores e suas características gerais.

Compreendemos que a EJA ganhou mais importância nos últimos anos, porém ainda existem muitos problemas em torno dessa modalidade de ensino, visto que ainda são poucas as políticas educacionais direcionadas a EJA.

Entendemos que a Educação de Jovens e Adultos não tem o objetivo apenas de ensinar o educando a ler e escrever e sim, concomitantemente, de prepará-lo para exercer sua cidadania na busca efetiva por seus direitos. Por isso, optamos pela análise acerca da Economia Solidária ser pensada como eixo norteador no processo de ensino-aprendizagem da EJA, pois acreditamos que com seus valores e princípios baseados na igualdade e na justiça social, a Economia Solidária pode ajudar a capacitar os educandos, tornando-os sujeitos do seu próprio desenvolvimento diante da sociedade, potencializando assim uma educação mais significativa para a vida de milhões de brasileiros e brasileiras historicamente excluídos do exercício pleno da cidadania.

Sendo assim, comprovamos que não existe nenhuma incompatibilidade entre a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária.

6 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Situando a Economia Solidária. *In*: Cadernos FLEM. **Economia Solidária**. Salvador: [s.n], 2003. p. 19-32.

ARRUDA, M. Redes, educação e Economia Solidária: Novas formas de pensar a educação de Jovens e adultos. *In*: KRUPPA, Sônia M. Portela (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. Capítulo 3. P. 31-40.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 11/2000, de 07 de junho de 2000**.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1 de 5 de julho de 2000**.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Brasília, DF, 2009.

CAMPELLO, C. M. T. Apresentação. *In*: Cadernos FLEM. **Economia Solidária**. Salvador: [s.n], 2003. Apresentação. p. 7-10.

CARTILHA DA CAMPANHA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL. **Economia Solidária: Outra Economia Acontece**. Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007. 37 p.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS, V: 1997, Hamburgo, Alemanha. **Declaração de Hamburgo:** agenda para o futuro. Brasília: SESI; UNESCO, 1999. 67p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 01, 2006, Brasília. **Documento Final**, 2006. 26 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 02, 2010, Brasília. **Documento Final**. Brasília, 2010. 49 p.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 02, 2010, Brasília. **Moções**. Brasília, 2010. 19 p.

CUNHA, G. C. Políticas Públicas de Economia Solidária Enquanto Ressignificação das Relações Estado-Sociedade: Alguns Elementos teóricos e Empíricos. *In: Anais do II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 2007, Florianópolis. p.291-312

DI PIERRO, M. C. **Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil:** os compromissos e a realidade. Di Pierro, Maria Clara (coord.). São Paulo: Ação Educativa, 2003. 32 p.

DI PIERRO, M. C. **Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação:** Avaliação, Desafios e Perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010 939. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em: 30 jul.2013

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELLI, P. **Introdução à Educação Escolar Brasileira:** História, Política e Filosofia da Educação. [versão prévia]. 2001.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.14, p. 108-130, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em: 10 ago. 2013.

LAVILLE, J. L. Globalização e Solidariedade. *In: Cadernos FLEM. Economia Solidária*. Salvador: [s.n], 2003. p. 13-18

MACHADO, G. Introdução. *In: Cadernos FLEM. Economia Solidária*. Salvador: [s.n], 2003. p. 5-6.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In: KRUPPA, S. M. P. (org). Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep, 2005. Capítulo 1. p.13-20.

STRELHOW, T. B. Breve História Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br, Acesso em: 05 jun. 2013.

A Economia Solidária como eixo articulador da Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva emancipatória em questão

*Mairianne Cibelle Gadelha de Oliveira
Wiama de Jesus Freitas Lopes*

1 INTRODUÇÃO

A inclusão dos princípios da Economia Solidária na escola pode ser uma alternativa viável para o desenvolvimento de uma formação humana emancipatória dos alunos da Educação de Jovens e Adultos. Neste sentido, entende-se educação emancipatória como sendo a proposta para uma formação ativa, autônoma, crítica e humana do indivíduo, que empreende e rege as suas decisões e atitudes consciente, preocupado com o reflexo que elas poderão provocar na sociedade.

A Economia Solidária é uma fonte de geração de postos de trabalho, realização/desenvolvimento humano, combate à pobreza e melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores das camadas populares e contribui para o processo de mobilidade social, para a organização de tais indivíduos e para a participação nas decisões acerca dos rumos de desenvolvimento da cidade. Para empoderá-los. Emancipá-los.

O empreendimento de uma ação educativa baseada em Economia Solidária pode vir a potencializar a formação dos jovens e adultos, no que diz respeito ao sentido, ao valor e a atitude diante do interesse por uma educação cidadã, além de proporcionar o desenvolvimento local. Então pergunta-se na questão de pesquisa na monografia que deu origem a este trabalho: De que modo os princípios da Economia Solidária podem contribuir para uma emancipação educativa junto a Educação de Jovens e Adultos?

O interesse pelo estudo do tema se deu a partir de leituras e debates realizados na sala de aula do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano. A curiosidade em analisar como a Educação Solidária pode contribuir para a formação emancipatória dos Jovens e Adultos foi o fio condutor para a realização desse trabalho. Dessa forma, percebe-se que o estudo desse tema é de extrema importância e relevância para o desenvolvimento da EJA, como alternativa de superação das estruturas inoperantes, sobretudo de estruturação curricular, de gestão institucional e de formação de professores com as quais a modalidade de EJA vem sendo ofertada atualmente na rede pública de ensino, e que possibilitará o interesse de todos os envolvidos no processo, diminuindo a evasão.

O presente estudo foi desenvolvido com alunos e professores da Educação Básica na modalidade de Jovens e Adultos, da cidade de Sousa/PB e dois cooperados, um da cidade citada anteriormente e outro de Pombal, localizadas no sertão da Paraíba, que se dispuseram a enriquecer este debate com suas informações.

Para tanto, os objetivos a seguir dão suporte a essa pesquisa. Logo, pretendeu-se levantar as possibilidades educativas na EJA na perspectiva da Economia Solidária; identificar a relevância e contribuição do estudo em Economia Solidária; verificar a aceitação e valorização dos princípios de uma ação solidária para os Jovens e Adultos, se/como estes conhecimentos poderão contribuir para uma formação emancipatória.

Nesta perspectiva, na primeira seção desta monografia é apresentada algumas considerações sobre o histórico da EJA e da Economia Solidária no Brasil e as políticas educacionais, destacando as possibilidades de desenvolver dentro da EJA uma ação por meio de um empreendimento solidário.

A seção seguinte destaca a contribuição do estudo em Economia Solidária para uma formação emancipatória dos jovens e adultos, traz um olhar sobre os empreendimentos solidá-

rios e a geração de trabalho nesta perspectiva, em prol do desenvolvimento das aptidões físicas, intelectuais e sociais desses sujeitos e os aspectos da Economia Solidária como Tecnologia Social de desenvolvimento emancipatório para a EJA.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa delineou-se junto a alunos, professores da Educação de Jovens e Adultos de escolas da rede pública municipal e a integrantes de cooperativas¹, sendo que as escolas e uma das cooperativas estão localizadas na cidade Sousa/PB e a outra na cidade de Pombal/PB. A escolha dos alunos, professores e cooperados se deu de forma aleatória de acordo com a disponibilidade e interesse dos mesmos em contribuir para a efetivação dessa pesquisa.

A referida pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa. Optou-se por essa abordagem de pesquisa, por querer manter um contato direto e interativo com os sujeitos que estão envolvidos na EJA e na Economia Solidária, de modo a entender, analisar e concluir os aspectos referentes aos objetivos desse estudo. Nesta perspectiva, os discursos dos sujeitos foram analisados consoante com duas técnicas de Análise de Conteúdo: a análise de enunciação e a análise de temática.

Segundo Bardin (BARDIN, 1979) a análise de enunciação apresenta duas grandes características que a diferenciam de outras técnicas de análise de conteúdo, pois apoia-se numa concepção da comunicação como processo e não como dado. Funciona desviando-se das estruturas e dos elementos formais

A partir das contribuições desta autora, entende-se que a análise de enunciação propõe a observação da dinâmica do discurso, investigando o que a fala revela e o que tenta esconder. Portanto, o que não é dito, mas demonstrado através de risos, silêncios, recorrência, co-ocorrência, pausas também é analisado.

No que diz respeito à análise temática, Bardin (1979) afirma que se dá através do recorte de dados. Assim, observa-se a frequência com que os temas são apresentados pelo entrevistado e organiza-se as categorias, que são as definições dos temas. As categorias apresentadas e que forma elencadas a partir da categorização de dados oriundos das entrevistas transcritas foram: Dificuldades estruturais com a EJA; Iniciativas organizacionais em prol a EJA; Base de conhecimento em prol do trabalho com a EJA; Relação Economia Solidária e EJA; Formação valorativa: Emancipação/libertação; Benefícios dos empreendimentos solidários para a vida dos cooperados e para a comunidade local.

SEÇÃO 1 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCILIANDO FUNDAMENTOS COMPLEMENTARES

Esta seção contempla inicialmente, algumas considerações sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Os acontecimentos mais marcantes e significativos para a construção de um projeto educativo para um determinado povo brasileiro. No decorrer dos últimos anos, muitos debates e propostas foram desenvolvidos, contudo, um projeto em defesa de uma formação humana e emancipatória para o público da EJA, precisa ser melhor elaborado. Dessa forma, é feita uma pequena abordagem, porém significativa de algumas iniciativas para o desenvolvimento da EJA, as conquistas por meio de leis e ações de valorização e resultados.

Comenta-se também a mudança do perfil do público que atualmente frequenta os cursos para jovens e adultos, antes adultos, hoje mais jovens e o fenômeno da exclusão e inclusão que vivenciam na sociedade. Em seguida discorre-se acerca dos conceitos, os desafios e as pos-

¹ O número de alunos e professores foram catorze, sendo sete cada e dois cooperados.

sibilidades das Políticas Educacionais para a EJA e os fundamentos e perspectivas da Economia Solidária.

1.1 A contextualização atual de como se configura a Educação de Jovens e Adultos: algumas considerações

Sabe-se que existem muitos debates e projetos desenvolvidos em torno da prática pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos. Todavia, a dificuldade em apresentar uma ação efetiva que possibilite a identificação, a inclusão e a permanência dos estudantes na escola ainda é um desafio. Ao longo da história do Brasil, percebem-se as dificuldades que a Educação de Jovens e Adultos passou para alcançar a sua identidade. O que pode ser constatado no fato de que

A EJA somente passa a receber atenção por parte do poder público na década de 1940, quando acontecem inúmeras iniciativas políticas e pedagógicas de peso tais como: a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do INEP, incentivando e realizando estudos na área; o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino Supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), através da qual houve uma preocupação com a elaboração de material didático para adultos e a realização de dois eventos fundamentais para a área: o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1947, e o Seminário Interamericano de Educação de Adultos, em 1949. (MOURA, 2009, p. 50).

Essas ações deram uma maior visibilidade à EJA, porém não propiciou a organização de um projeto específico. No início dos anos de 1960, Paulo Freire desenvolveu uma nova forma de alfabetização de adultos, norteada por uma educação libertadora, política e autônoma, com vistas a formar cidadãos críticos. Em 1962 deu início a um método de alfabetização de adultos. Realizado na cidade de Angicos/RN, onde alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. Contudo, o golpe militar em 1964 interrompeu os seus planos, Paulo Freire foi exilado, e no lugar desse projeto o governo, em 1967 lançou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), por meio da Lei 5.379/67, sendo este um órgão executor do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que diferente da proposta de Paulo Freire, não estimulava a formação crítica e cidadã, e sim, uma obediência e imobilidade intelectual, pois o método de ensino baseava-se somente no conhecimento das letras, leitura e cálculos básicos de matemática. Para fins de absorção do sistema do capital desses trabalhadores instrumentalmente letrados.

Ao retomar aos acontecimentos educacionais dos anos de 1980, Moura (2009) afirma que no final dessa década a Educação de Adultos passa a denominar-se Educação de Jovens e Adultos (EJA), motivada pelo número crescente de jovens que adentraram para essa modalidade. A Constituição Federal promulgada em 1988 (BRASIL, 1988) em seu Art. 205, diz que a educação é um direito de todos. Logo, as pessoas que não tiveram acesso à escola, o direito de retomar os estudos e exigí-lo, pois trata-se de um direito público subjetivo.

Em 1996 uma nova LDB é implementada, com apenas dois artigos relacionados à EJA, o de número 37, que descreve as características dos alunos e o Art. 38, que versa sobre a idade para aferição de exames, maiores de 15 anos no Ensino Fundamental e de 18 no Ensino Médio. Não fez menção à formação do professor, à metodologia e a um currículo específico para esse público, contemplou-se apenas os aspectos estruturais. No ano de 2000 são colocados em prática o Parecer CNE/CNB 11/2000 e a Resolução 1/2000, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que são obrigatórias quando da oferta de cursos voltados para esse público, pois estruturam uma base comum nacional, a serem referência para os exames e reconhecimento de certificados.

A trajetória da educação para os jovens e adultos, em busca de um projeto efetivo, passou por longo caminho de lutas e protestos. Entretanto, embora perceba-se hoje uma abertura maior nos debates, valorização e conscientização em torno desta modalidade de ensino, pela maioria dos sujeitos envolvidos ou não no processo de escolarização, ainda não há uma proposta efetiva que alie aprendizagem, interesse e significado. Assim, alguns professores, sujeitos da pesquisa desta produção, comentam:

[...] para alguns alunos o currículo ainda deixa a desejar, acho que ele tem que ser mais aprimorado. (Professor 5)

[...] principalmente o material didático, muito extensivo e a gente sabe que o período que a gente tem para trabalhar com eles são apenas 6 meses, que são distribuídos para dois bimestres e tem conteúdos que são tão extensivos de uma certa maneira que a gente tem que eliminar eles. De uma certa maneira escolhe somente o que vai ter que cair por exemplo no ENEM, em um concurso para que a gente possa dá e os outros, não tem como, porque a questão é o tempo. (Professor 6)

É fazer com que eles sejam cidadãos críticos, é, que possa assim, onde chegar assinar o seu nome, que muitos deles não sabiam. (Professor 7)

Logo, percebe-se que há ainda uma difícil missão de consolidação e ressignificação do currículo. Já o professor 7 comenta que para se tornarem cidadãos críticos, os estudantes da EJA precisam saber assinar o nome. A cidadania não está enquadrada, em sua totalidade, no ato de dominar a inscrição da assinatura. Saber ler e escrever é um direito de todos e a cidadania vem da atuação autônoma do indivíduo na sociedade. Neste sentido, esse trabalho defende a compreensão de que a educação deve visar à formação cidadã dos indivíduos, compromissada com o desenvolvimento social, familiar, trabalhista, moral e ético na sociedade dos sujeitos que acessam às estruturas de escolarização.

Logo, a EJA precisa de um projeto envolvente que conduza a um caminho autônomo, humano e emancipatório. Os estudantes da EJA precisam se libertar e traçar um caminho de posicionamento e o estudo dos princípios da Economia Solidária na escola poderá ser uma proposta contra o desemprego e a favor da permanência com sucesso desses sujeitos no processo de escolarização.

1.2 Políticas educacionais no âmbito da Economia Solidária: possibilidades frente às defasagens estruturais da EJA

Há um desafio que é o de ensaiar e criar estratégias por meio de políticas públicas, que promovam uma inclusão social atuante, que possibilite ao sujeito sair de uma situação de degradação e alienação para se emancipar e conquistar a autonomia. Assim, Hofling (2012, p. 38) afirma: “O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.” Sabe-se que os desafios existem, no entanto, é importante criar estratégias que provocam a construção de políticas públicas específicas para os jovens e adultos. Logo,

O desafio se traduz na formulação de políticas públicas para viabilizar as ações que ensejam um maior acesso à cultura e aos instrumentos da língua escrita, à educação e informação, como garantia de um direito social básico e com a necessária criação de oportunidades educacionais articuladas às necessidades expressas por estes grupos incentivados para a participação e a decisão coletiva (SCOCUGLIA, 2010, p. 21).

Incluir nas salas de EJA um projeto educativo que atenda as necessidades dos estudantes e que favoreça a conscientização e o desenvolvimento de ações que induzam a um melhor

aproveitamento das peculiaridades locais e gere trabalho e renda bem como consciência e força de organização e de participação social é um passo significativo para a construção de um novo cenário educacional.

Nesta perspectiva, a inclusão da Economia Solidária na escola seria uma proposta humana. Logo, na coleta de dados, percebeu-se que tanto os alunos como alguns professores desconhecem o termo Economia Solidária. Todavia ao situá-los em torno dos princípios e dos objetivos verificaram que a proposta:

É ótima, é válida. Todo tipo de trabalho que venha melhorar o desempenho dos alunos e da própria pessoa é válido. (Aluno 4)

Porque quanto mais a gente ser informado melhor. (Aluno 5)

Olha ia gerar emprego, né? Com certeza vai ser uma coisa bem aceita, uma atividade o objetivo maior não é o lucro, mas com certeza vai gerar emprego, vai envolver. Eu acho a quantidade de pessoas que a gente tem aqui desempregada, que trabalha no trabalho informal, aquele mal remunerado mesmo, eu acho que seria muito importante. A maior dificuldade, eu penso seria a de ordem financeira, né? Para implementar um projeto desse tipo em uma escola do município, porque o município mantém o EJA, mas é de forma precária, a gente sabe, o que vem é para o regular, pouca coisa é disponibilizado para o EJA, quando a a gente vai fazer alguma coisa muitas vezes o professor tem que cotizar. (Professor 2)

Seria. Na minha opinião. Na maioria das vezes as pessoas veem os alunos do EJA como aquela pessoa que não vai aprender, desestimula muito, precisa desse projeto. (Professor 7)

Na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no Art. 6º, o trabalho assim como a educação, aparecem como direitos sociais. Então, o incentivo à geração de novos postos de trabalho pode ser a garantia da efetivação desse direito. Neste sentido, entra a Economia Solidária como alternativa e a escola como meio capaz de gerir uma ação informativa e produtiva que promova uma transformação social significativa. Em algumas comunidades, há associações que fazem projetos, mas por falta de incentivo dos governos municipal, estadual e federal e das inúmeras exigências para fabricação e comercialização dos produtos, ficam apenas no papel.

A criação e manutenção desses empreendimentos solidários promoverá o desenvolvimento de uma formação emancipatória e humanizadora, facilitando e ajudando na luta por esse direito, pois é permeada de princípios coletivos, autogestionários, na cooperação e solidariedade, que são elementos significativos para uma inicial conscientização e mudança de atitude tendo como resultado final uma melhor qualidade de vida, seja nos aspectos cultural, econômico, ambiental, social, familiar etc.

Logo, um empreendimento econômico solidário é estruturado por princípios norteadores. O Documento Base Nacional Sistematizado da II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010 p. 22-23) mostra esses princípios:

i. administração democrática e participativa, soberania da assembléia e singularidade de voto dos sócios; ii. garantia da adesão livre e voluntária dos seus membros; iii. estabelecimento de condições de trabalho decente ou digno desenvolvido por mulheres e homens; iv. desenvolvimento das atividades de forma condizente com a preservação e conservação do meio ambiente; v. desenvolvimento das atividades em cooperação com outros grupos e empreendimentos da mesma natureza; vi. busca da inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania; vii. prática de preços justos, sem maximização de lucros; viii. respeito à equidade de gênero, raça, etnia e geração; ix. prática da produção, do beneficiamento, do armazenamento, da comercialização ou da prestação de serviço de forma coletiva; x. exercício e demonstração da transparência na gestão dos recursos e na justa distribuição dos resultados;

xi. estímulo à participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento econômico solidário; xii. ética na sustentabilidade e solidariedade e a valorização da pessoa humana na sua relação com o meio-ambiente.

A utilização desses princípios regulamenta o empreendimento, dando substância ao que a Economia Solidária propõe que é um trabalho coletivo, democrático, autogestionário e sustentável. Esses princípios mostram a viabilidade para desenvolver um trabalho nessa perspectiva dentro da Educação de Jovens e Adultos.

A inclusão dos princípios e práticas da Economia Solidária na educação é apresentada como uma estratégia cidadã, de valorização local e do desenvolvimento de postos de trabalho e assim, reproduzir essa nova forma de economia. Pois,

um dos princípios da Economia Solidária é a apropriação coletiva dos meios de produção, a gestão democrática pelos membros das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, a utilização dos excedentes (sobras) e, também, sobre a responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos da organização econômica (SCHIOCHET, 2011, p. 443).

Logo, Políticas Públicas de apoio à Economia Solidária são fundamentais dentro da Educação de Jovens e Adultos, incluindo a comunidade local, fazendo inicialmente um mapeamento das aptidões dos sujeitos e dos recursos que a comunidade oferece que possa ser utilizado.

Embora muitos trabalhos estejam sendo realizados, ainda há um desconhecimento por parte de alguns quanto ao conceito e o desenvolvimento de empreendimentos solidários e falta de uma política pública permanente de longo alcance e valorização. Assim,

[...] a ideia de tornar “legal” a política de Economia Solidária por si só também pode ser ingênua. Em si, não é a lei (texto formal) que cria direitos e deveres. Ela somente se tornará ação viva caso a Economia Solidária apresente força política para exigir a permanência das iniciativas existentes. Esta força depende da força ético-política originária de alianças e compromissos entre a Economia Solidária e demais sujeitos e lutas emancipatórias existentes. Nesta força está a perspectiva de que a criação de novas institucionalidades signifique a afirmação de novos valores e de novas bases para o processo de desenvolvimento (SCHIOCHET, 2011, p. 452).

A dificuldade de implementação de uma Política Pública permanente de Economia Solidária é bastante considerável. Sua institucionalização induzirá a população a uma melhor participação, articulação, cobrança e controle no tocante à execução de ações de suporte solidário. É preciso pensar, propor e executar uma Política Pública que garanta o direito ao desenvolvimento de projetos solidários e sustentáveis.

O professor é o responsável por conduzir e mediar a aprendizagem. Logo, sua ação provoca, produz e conduz a uma formação, conformação ou deformação dos sujeitos que estão envolvidos no processo educativo. A forma sistematizada como os conteúdos são oportunizados contribuem para o desenvolvimento de habilidades e competências valorizadas socialmente. Logo,

Nas práticas docentes estão contidos elementos extremamente importantes, como a problematização, a intencionalidade para encontrar soluções, a experimentação metodológica, o enfrentamento de situações de ensino complexas, as tentativas mais radicais, mais ricas e mais sugestivas de uma didática inovadora, que ainda não está configurada teoricamente (PIMENTA, 2007, p.27).

Com vista ao que a autora comentou sobre os aspectos contidos em uma prática docente autônoma, crítica e criativa, vê-se a Economia Solidária como elemento articulador significativo, ativo e eficaz para ser desenvolvido pelos professores nas salas de aula de EJA. É uma proposta inovadora, que possibilitará uma atitude sustentável, emancipatória e humana dos sujeitos envolvidos.

Sabe-se que o ensino da EJA atualmente está sendo ofertado em alguns momentos de forma desmotivadora e inoperante ao desenvolvimento integral dos estudantes, não se tem lutado para a formação humana e sim a favor da escolarização, por isso que este modelo está fadado ao fracasso. É preciso que haja uma reformulação curricular na EJA. A escola precisa colaborar com a emancipação e libertação, de forma a formar o aluno não para o mercado, mas para o mundo do trabalho.

SEÇÃO 2 – A EDUCAÇÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EMANCIPATÓRIO

Os potenciais de desenvolvimento emancipatório conquistados pelos sujeitos, quando de sua participação na Economia Solidária são visíveis, pois além de gerar emprego² e renda, os princípios, objetivos e estrutura dos empreendimentos solidários conduzem a uma ação significativa, de forma humana e sustentável.

Neste sentido, esta seção propõe a reflexão sobre as contribuições da Economia Solidária para a educação como fonte emancipatória e de humanização. O autor Paulo Freire é bastante citado neste debate, já que ele é um dos principais idealizadores do processo de humanização. O intuito maior em trazer Paulo Freire para esse debate foi devido a sua contribuição para a educação popular, a preocupação que teve em articular o contexto social, político e a luta por uma sociedade mais justa e humana com a educação. Neste sentido, percebe-se a humanização e empoderamento como matrizes de ligação entre Economia Solidária e Paulo Freire.

Por fim, mostra o uso da tecnologia social como instrumento estratégico para a economia solidária, trazendo melhoria para a qualidade de vida da comunidade local.

2.1 Economia Solidária como alternativa de trabalho emancipado e humanização dos sujeitos envolvidos no processo educativo

A Economia Solidária é uma alternativa de geração de trabalho e renda dentro do sistema capitalista. Entretanto, tem princípios norteadores da percepção e organização do trabalho distinto. A Economia Solidária desenvolve ações que promovem a constituição de um projeto de sociedade mais justo, isso é visto e sentido através da democratização da gestão, distribuição de renda, desenvolvimento local sustentável, ajuda mútua etc. Já “a sociedade capitalista” segundo, Quintaneiro *et. al.* (1999, p. 88) “[...] baseia-se na ideologia da igualdade, cujo parâmetro é o mercado³. Por um lado está o trabalhador que oferece sua força de trabalho, por outro, o empregador que a adquire por um salário.”

Logo, percebe-se a alienação do trabalhador, que não sabe o resultado final do produto, além da exploração econômica sofrida, por horas a mais trabalhadas sem remuneração. Observa-se também a dominação política e as garantias de proteção instituídas pelo Estado que conduzem a um processo relativamente inoperante em relação a uma estrutura humana e emancipatória do indivíduo na sociedade.

² É importante fazer-se a distinção entre emprego e trabalho já que são citados com frequência neste trabalho. Logo, Arbonoz (2008) comenta que trabalho é um esforço para a realização de objetivo. Já emprego segundo Ferreira (2001) é uma ocupação em um determinado serviço.

³ Embora aponte para a inflexibilidade, há a possibilidade de inserir uma outra economia dentro desse mercado.

Conforme mencionado por ocasião da conceituação da Economia Solidária, onde o trabalho e a propriedade dos meios de produção são coletivos e há uma preocupação com a utilização do excedente para a manutenção e perpetuação do empreendimento, tudo é dividido igualmente, os desafios, os excedentes, os prejuízos etc. Assim, Economia Solidária se baseia na ausência de patrões e empregados, bem como do lucro. As decisões são tomadas em conjunto pelos próprios cooperados. Todavia, percebe-se que tem havido um desvio desse real propósito, pois algumas empresas que antes funcionavam em regime de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) demitem seus empregados para contratá-los como cooperados, utilizando de uma intervenção ilegal de mão-de-obra. Além disso, o trabalhador vê todo o processo de seu trabalho, não há uma alienação, já que não se distancia do produto. Neste sentido, a Economia Solidária

[...] desconstrói esse conceito de trabalho e promove o trabalho humano como *ser, saber, criar e fazer*, ou como toda ação transformadora mundo da natureza em mundo humano, ou ainda como toda ação em que, ao transformar o mundo, o ser humano constrói a si mesmo. Tal conceito implica a emancipação do trabalho em relação à sua prisão mercantil – no sistema do capital, o trabalho assalariado – e à sua vinculação com a mera sobrevivência material. Na Economia Solidária, o parâmetro do crescimento econômico ilimitado como razão de ser da atividade econômica cede o lugar ao conceito complexo de *riqueza* como o conjunto de bens materiais e imateriais que servem de base para o desenvolvimento humano e social. A abundância dessa riqueza concreta distancia-se, portanto, da mera acumulação de bens materiais (KRUPPA, 2005, p. 34).

Incluir no espaço escolar uma reflexão e uma posterior prática do desenvolvimento de uma nova alternativa de emprego solidário para a comunidade local, que seja projeto para transformação social e emancipação do sujeito é uma sugestão humanizadora.

Neste sentido, vê-se na educação o meio fundamental para a emancipação do sujeito. Uma ação que induza à autonomia, ao espírito crítico e ativo, que conduza ao trabalho e seja significativa, provocativa, canalizadora de aprendizagens úteis para o dia-a-dia e de atitudes independente e conscientes, será a via possível para a libertação do povo. Dessa forma,

O caminho da emancipação humana é o caminho da crítica das alienações geradas pela lógica do capital, a fim de superá-las e, assim, colocar as necessidades humanas como essência das relações sociais. A educação apenas deixará de servir à lógica do capital quando se configurar como educação para a libertação e instrumento de emancipação humana. Quando, ainda, seus objetivos forem direcionados para a autorrealização dos indivíduos com uma finalidade essencialmente humana, mas, para isso, ela deve romper com o propósito de fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário para o sistema do capital, assim como com o de transmitir os valores necessários que legitimam esses interesses (PENTEADO e GUZZO, 2010, p.4).

A educação deve caminhar com esse propósito de emancipação humana, formar sujeitos independentes, autônomos, críticos e ativos. Contudo, o que se vê no histórico da educação brasileira é que sempre se observou o aprendiz como fonte para o trabalho, capaz de ser manobrado e moldado, não se atentou para o protagonismo, valorização e potencial de cada um. A atual Constituição Federal declara, em seu Art. 205 que a educação deve visar o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”(BRASIL, 1988). A expressão cidadania é altamente relevante nesse trabalho, pois trata da atuação do indivíduo de forma ativa e autônoma na sociedade.

Logo, a inserção de um trabalho educativo que induza a uma formação que contemple e propicie o desenvolvimento de habilidades e competências emancipatórias, no aspecto pesso-

al, educacional e trabalhista, qualidades e ações que sejam valorizadas e empregadas no dia-a-dia é o que muitos esperam. Neste sentido, alguns entrevistados esboçam que uma formação valorativa que inclua Economia Solidária como princípio educativo:

Eu ia melhorar a nossa forma de agir, de pensar, como resolver os problemas do dia-a-dia, né? E a gente ia ter mais capacidade de resolver as coisas, de enfrentar dificuldade. (Aluno 6)

Porque melhorava, assim, a convivência perante a sociedade, no âmbito familiar. Eles poderiam levar a experiência que adquiriram na escola para a sociedade no todo. (Professor 7)

Eu acho que sim, porque eles estão envolvidos naquele trabalho, serve até, depois, acabou o curso vai para a vida real deles, né? Eles vão levar um conhecimento que talvez eles não tivessem se fossem estudar em uma escola, vamos dizer assim, essa dinâmica e essa estrutura que nós temos, acho é um ponto positivo no dia-a-dia deles, para eles terminem para exercer as funções deles, né? (Cooperado 1)

Com certeza. Porque é através da Economia Solidária, os princípios da Economia Solidária leva a transformação do ser, leva você querer ser um agente transformador dentro da sua comunidade. Então assim, quando ele está dentro de um curso de EJA que desenvolve um trabalho de Economia Solidária ele se transforma em num ser inovador, num ser transformador, que quer mudar a sua vida, mas também a sua comunidade. (Cooperado 2)

Todos os entrevistados falam do trabalho solidário dentro da escola e se vêem como possíveis multiplicadores de ideias. Neste sentido, a inclusão de uma fonte alternativa dentro da escola, que seja capaz de provocar e promover uma atitude solidária e justa é desafiadora, mas é possível. Quebrar um paradigma de opressão, oportunizado por um currículo e uma prática pedagógica, que em alguns casos são desmotivadores e estão sendo empregados de forma desarticulada aos interesses dos estudantes, e construir com uma ação, na perspectiva emancipatória, por meio de uma educação aliada ao trabalho com Economia Solidária, é iniciar um novo momento na história da EJA. Essa proposta possibilitará o acúmulo de conhecimentos significativos para estruturar um processo de humanização.

Para Freire (1987), é necessário uma luta constante pela humanização, pela liberdade, pela confirmação do homem como pessoa. Diante disso, a humanização se origina na conscientização do homem, no momento em que ele interroga a si, o que acontece a sua volta e a sua condição quanto ser integrante de uma sociedade diversificada. Logo, o sujeito não está estagnado na sociedade, está em movimento, por isso vive em constante busca por ser e saber mais. Nesta perspectiva, o autor mencionado acima ressalta que:

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p. 30)

A humanização do homem se concretiza na luta por uma igualdade de condições, de respeito às diferenças, às limitações para que haja a superação de um conceito e *status* pré-estabelecido. Portanto, a sua libertação só se torna possível através da educação e da ação reflexiva para executar uma nova ação.

É nesta perspectiva que vê-se a importância de inserir no currículo uma proposta que envolva uma reflexão ética, do papel do sujeito na sociedade, dos seus direitos e deveres, das possibilidades e desafios sociais, trabalhistas, econômicos, dos problemas com saúde, educação, moradia, saneamento básico, meio ambiente etc, das propostas acerca das políticas públi-

cas dentre outros temas. Entende-se que a Economia Solidária dá abertura para esses debates e ações. Logo,

A Economia Solidária tem que entrar na educação como fez a economia capitalista, que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores. A Economia Solidária é meio de um contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo, a defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças (KRUPPA, 2005, p. 27).

Aliar educação e trabalho contribui para a emancipação e libertação dos indivíduos, por meio de uma proposta solidária e humanizadora, de modo que se possa vivenciar a luta pela humanização, empreendendo o desenvolvimento de um pensamento e uma atitude revolucionários. Os indivíduos não devem estar presos a um comportamento ignorante, sem que se deixe permitir a sua libertação. É viável que essa atitude reflita em seu povo fazendo com que comunguem um sentimento profundo de renascimento, renovação, construção de um pensamento e um mundo melhor. É o que alguns entrevistados comentam em relação aos benefícios, da possibilidade da inclusão da Economia Solidária na escola:

Com certeza, aquela questão de você produzir sem agredir o meio ambiente, produzir levando em conta os interesses do grupo, como ser humano e não só quem produz como um empresário, para lucrar, com certeza, a integração, a gente como ser humano e como professor também. Penso que seria muito bom se a gente pudesse implantar um projeto como esse na escola. A escola fica localizada em uma comunidade muito carente. (Professor 2)

Com certeza. Porque se eles despertassem essa consciência, né? Vamos falar em relação ao desperdício de água. Fosse debatido num projeto um tema desse, eles iam aprender muito e a consciência eu acho se fortalecia mais. (Professor 3)

Com certeza, com certeza. Porque ai você vai criar o quê? Cidadãos que acreditam no coletivo, cidadãos que acreditam que é só com as mãos unidas, com mentes também unidas que a gente consegue mudar a nossa realidade e também criar laços, laços de amizade, de respeito mútuo. (Professor 4)

Os professores destacam como um projeto desse tipo melhoraria as relações sociais, a conscientização, o exercício da cidadania, dando apoio ao processo de humanização dos sujeitos. Logo, o processo de humanização do homem é muito complexo e igualmente preocupante em nossos dias e não se dará rapidamente. É necessário que os indivíduos se conscientizem e entrem nesse processo. A realização do sonho de uma humanização da sociedade é possível, é necessário usar a inteligência a serviço e ousar. Sabe-se que é uma caminhada árdua e imprevisível, mas é gratificante. Essa mudança é tarefa de todos!

As dificuldades estruturais com a EJA que os alunos e professores enumeram são: o desinteresse, cansaço físico, falta de tempo, de vontade, tudo isso, na pesquisa, prejudica o desenvolvimento intelectual do aluno, impede-o de permanecer na escola e progredir nos estudos. Essas dificuldades são permanentes, vistas e sentidas nos discursos de todos os alunos e professores pesquisados. Contudo, observou-se que houve uma visível mudança no perfil dos estudantes da EJA, antes um público adulto, em busca de recuperar o tempo perdido, pois não teve oportunidade de estudar em anos anteriores de sua vida, que tenta aprender, mas em

alguns momentos se mostra incapaz e acaba desistindo.

Hoje, o que se vê são salas de aula com notável número de jovens, que por um motivo ou outro abandonaram os estudos e retornam em busca de uma certificação, seja por exigência do mercado de trabalho e/ou de certo status valorizado pela sociedade. Assim, os entrevistados a seguir mostram o caráter utilitário do estudo em suas vidas:

Hoje, hoje, eu sendo bem sincero, assim, eu não vejo muito a importância, mas eu tô pensando no meu futuro, arrumar[SIC] um emprego bom. Eu vejo meu pai trabalhando assim, e não é um emprego tão bom. Eu quero estudar muito, para conseguir entrar em uma faculdade e conseguir trabalhar no que eu gosto, ganha o meu dinheiro e vive minha vida. (Aluno 1)

Para mim ter um futuro bem sucedido mais a frente! (Aluno 2)

Ajudou, porque esse ano eu já fiz dois cursos na área elétrica, se eu não tivesse aqui o que é equivalente a 7ª série que é o 8º ano eu não poderia fazer, né?o curso nível técnico do SENAI. (Aluno 3)

Em tudo que eu vou fazer, eu não sabia nem o que era um nome nada, hoje eu sei um pouco. Não sabia de nada, hoje eu sei, eu tenho uma empresa. Se eu não soubesse ler, eu não tinha nem uma empresa. (Aluno 5)

Terminar os estudos, fazer uma bela faculdade e ter um belo emprego. (Aluno 7)

Dessa forma, há uma discrepância e um desafio maior que é o de como incluir esses jovens e adultos em uma mesma sala de aula, já que têm projetos de vida, habilidades e cognição diferentes. Nesse contexto, é necessário perceber se os professores estão preparados para favorecer uma ação que alcance a ambos e que promova uma aprendizagem eficaz, com a preocupação e planejamento que contemple este novo cenário. O respeito aos aspectos estruturais da vida dos indivíduos deve ser uma ação permanente, o professor deve dialogar de forma a desenvolver uma ação que possibilite a inclusão, transformação e permanência com sucesso na escola. Ao mesmo tempo, é importante que a sociedade se empenhe em cobrar políticas educacionais que oportunizem uma proposta e prática favorável ao desenvolvimento de estratégias de um fazer pedagógico de sucesso efetivo.

2.2 Um olhar sobre alguns empreendimentos solidários

Os empreendimentos solidários constituem ações organizadas coletivamente, de caráter democrático e independente. Possibilitam a efetivação da chamada Economia Solidária por meio da geração de trabalho e renda para àqueles que foram excluídos do mercado e/ou para os que buscam um meio de sobrevivência mais humano.

A Economia Solidária congrega em si também os empreendimentos autogestionários, que são organizações coletivas com o objetivo de (re)conduzir um trabalho democrático com cooperação e autonomia. Assim, a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresa de Autogestão (ANTEAG)⁴ dá suporte para formação, desenvolvimento e assessoramento desses empreendimentos de autogestão.

No Brasil, a organização dos empreendimentos de economia solidária recebeu vários estímulos, advindos de diferentes frentes, tais como

⁴ A ANTEAG nasceu em 1994 e sua missão é “Promover a construção, divulgação e desenvolvimento de modelos autogestionários que contribuam para criar/recriar trabalho e renda desenvolvendo a autonomia e formação dos trabalhadores, estimulando ações solidárias e fraternas e representando as empresas/empreendimentos autogestionários”. Para maiores informações visite o site: www.anteag.org.br

[...] vinculados a Universidades em Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), assim como a criação da Secretaria Nacional de economia solidária (Senaes) e o Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), que se estruturaram de forma a garantir a articulação entre três segmentos do movimento de economia solidária: empreendimentos solidários, entidades de assessoria e fomento, e gestores públicos (MORAES, 2011, p. 04).

Essas iniciativas possibilitaram o esclarecimento, a divulgação e concretização dos projetos solidários. Dessa forma, Paul Singer (2004, p. 03), Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego⁵ fala da criação da SENAES:

Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho — tudo isso vem afetando grande número de países.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) contribui para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, reduzindo o desemprego. Suas atribuições são a organização, divulgação e financiamento. No Brasil ainda há um desconhecimento por parte de alguns quanto ao conceito e o desenvolvimento de empreendimentos solidários, embora muitos trabalhos estejam sendo realizados.

Esse atraso contribuiu, em alguns casos, para uma menor abrangência, conhecimento e prejudicou o avanço do desenvolvimento de políticas de valorização e incentivo desse tipo de empreendimentos econômico solidário. Todavia, muitos debates, propostas e projetos estão sendo elaborados e executados.

Muitos projetos são iniciados em associações, espaços onde os associados se reúnem para debater soluções, conflitos, desafios e propostas para a melhoria da comunidade local e/ou do empreendimento. São nas associações, em alguns casos, que surgem as cooperativas.

Verifica-se que um dos empreendimentos solidários mais conhecidos e desenvolvidos são as cooperativas. Logo, Gallo (2000, p. 48) comenta que “as primeiras cooperativas implantadas no Brasil foram as de consumo, cujo objetivo é distribuir produtos/serviços aos seus sócios, buscando as melhores condições de preços e de qualidade.” Existem vários tipos de cooperativas, de consumo, habitacionais, trabalho, crédito, agrárias, de Pesca, saúde, transporte, dentre outras. Cada uma com objetivos diferentes, porém baseiam-se nos mesmos princípios.

Neste sentido, Benini *et.al.* (2008) destaca dois propósitos da economia solidária, um que defende-a como alternativa de trabalho e o outro como um modo de produção dentro do capitalismo. Para esse último caso verificamos que o propósito da autogestão não tem se efetivado como deveria, pois alguns empreendimentos solidários têm atendido aos interesses do capital, estão sendo pensados por um grupo muitas vezes alheio a realidade. Logo, têm perdido a sua essência de trabalho coletivo, baseado na autogestão e na democracia.

Alguns dos princípios solidários têm sido desrespeitados pelas pseudocooperativas, que organizam ilegalmente as relações trabalhistas, afastando assim dos ideais de gestão democrática, onde os diretores tornam-se donos e maiores beneficiários do empreendimento. Logo, é impossível haver uma humanização, devido à precarização do trabalho. Assim tem havido uma descaracterização do propósito real deles, já que a visão empresarial tem se efetivado.

⁵ Desde de junho de 2003 até hoje.

Neste sentido, observa-se essa inversão de papéis por meio de cooperativas onde os cooperados são donos de seu próprio negócio, organizam sua forma de trabalho, mas, através da busca pelo lucro, da competitividade, têm se autoexplorado. Neste sentido,

[...] Diversos países já adotaram legislação que obriga as cooperativas de trabalho e de produção a garantir aos membros o gozo de todos os seus direitos legais, tendo em vista precisamente evitar que as formas cooperativas sejam usadas para agravar a espoliação de trabalhadores.

A Senaes luta para que o Brasil adote a mesma legislação, inclusive para que cooperativas autênticas de trabalho não sejam confundidas com as falsas pela fiscalização e pelo ministério público do trabalho. [...] (PAUL SINGER, 2004, p. 5).

A legislação dá aos sócios dos empreendimentos solidários, a garantia que os direitos trabalhistas sejam vivenciados e aplicados de forma honesta e justa, conduzindo a formas de trabalho humano. As cooperativas no Brasil são regulamentadas pela lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971, na qual institui o regime jurídico e a política de desenvolvimento desse tipo de empreendimento. Possui natureza civil, a adesão voluntária e número ilimitado de associados. Em 1982, a lei 6.981, de 30 de março, modificou parcialmente o art. 42 da lei 5.764, no tocante à proibição da representação por procuração e facultando uma abertura a representantes dos associados. Neste sentido, a lei 5.764 trás no Art. 90 que: “Qualquer que seja o tipo de cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados.” A inexistência de vínculo empregatício não põe em risco a garantia de direitos trabalhistas valorizados na sociedade.

Assim, o Art. 91 completa “as cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária.” E a Lei nº 12.690 de 19 de julho de 2012, concede aos cooperados os seguintes direitos: retirada não inferior ao salário mínimo, repouso semanal e anual remunerados, adicional noturno e para atividades insalubres, duração do trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais. Todos esses benefícios trabalhistas conduzem ao sucesso e ampliação dos empreendimentos solidários. Porém, uma pequena desorganização pode desestruturá-los, induzindo ao fracasso. Assim, os aspectos culturais, falta de maturidade, de organização e investimento, são alguns fatores que têm provocado o fracasso de algumas cooperativas especialmente.

2.3 Tecnologia social na EJA: perspectiva de desenvolvimento local

Trabalhar para a inclusão dos jovens e adultos na escola e nesta sociedade da informação, proporcionando-lhes uma formação que atenda seus anseios, formando-os para o trabalho e exercício de uma cidadania consciente e atuante, é o que deve ser efetivado nas práticas educativas. A valorização e a execução de ações pedagógicas que permeie a vida do sujeito, o local onde vive, a sua cultura, trabalho, são essenciais para a formação desses jovens e adultos. Nota-se que as práticas educacionais, em alguns casos, são desarticuladas, despreocupadas e desmotivadoras, não estão formando os sujeitos para a cidadania, de forma a emancipá-los através de projetos e debates dentro da escola. Essa emancipação é conquistada fora dos muros escolares, na constante luta contra a opressão e exclusão e a favor de novos postos de trabalho. Nesta perspectiva, a Economia Solidária entra no cenário do mundo capitalista com uma possibilidade de inclusão e de respeito ao outro e ao meio ambiente. Assim,

A economia solidária não se resume a um **produto**, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um **conceito**. A economia solidária respeita o meio ambiente, produz corretamente sem utilizar mão de obra infantil, respeita a cultura local e luta pela cidadania e pela igualdade. A economia solidária implica comércio justo, cooperação,

segurança no trabalho, trabalho comunitário, equilíbrio de gênero e consumo sustentável (produzido sem o sofrimento de pessoas ou de animais). Além disso, a margem de lucro é discutida coletivamente entre o produtor e o vendedor. O que cada um ganha é discutido coletivamente. A economia solidária envolve pessoas comprometidas com um mundo mais solidário, ético e sustentável (MOACIR GADOTTI, 2009, p.24).

Os Jovens e Adultos vivem em constante luta pela independência. Estas ações podem complementar o currículo dos cursos de EJA, conduzindo-os para a geração de trabalho e renda e a uma atuação autônoma e consciente na sociedade. Contemplar o indivíduo como agente ativo em seu processo educacional é o caminho para uma verdadeira educação popular. É importante fazer com que a aprendizagem aconteça de forma ampla e natural, que o sujeito se identifique com o que está estudando, de forma a influenciar e utilizar os conhecimentos em sua vida.

Neste sentido, é importante que haja uma reestruturação curricular por meio de uma Tecnologia Social inovadora e eficiente que possibilite conhecimento e formação para o trabalho. Logo, a importância de sua utilização para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, pode ser assim inicialmente conceituada:

O que é tecnologia social? É aquela tecnologia que possibilita a produção de bens e serviços que atendam às necessidades dos arranjos produtivos chamados empreendimentos solidários, que estão sendo organizados pelos e para os “excluídos”. São também aquelas que devem ser satisfeitas pelo Estado para atender às necessidades de todos os cidadãos e que devem ter sua produção viabilizada nesses empreendimentos, mediante a utilização do poder de compra estatal (SILVA e DAGNINO, 2011, p.1).

A tecnologia social é uma estratégia criativa, os próprios sujeitos envolvidos no contexto, produzem novas ferramentas e fontes de trabalho alternativo ou a partir de experiências já vivenciadas reelaboram as técnicas e metodologias e aplicam-as na comunidade local. Essas ações possibilitarão a emancipação, autovalorização e trarão qualidade de vida para os sujeitos que estão imersos ou não em alguma relação trabalhista. Assim, essa tecnologia é capaz de conduzir para o sucesso um empreendimento solidário. Deste modo,

O vínculo entre economia solidária e tecnologia social vem sendo suficientemente afirmado para que não seja preciso, aqui, insistir no seu fortalecimento. Tal vínculo é perceptível, já que à primeira vista, no fato de que o apoio a empreendimentos solidários (em particular a metodologia de incubação) é hoje reconhecido como uma tecnologia social. Mas, sobretudo, este vínculo está na identificação direta entre o caráter socialmente distribuído e autogestionário das iniciativas de economia solidária e o marco analítico-conceitual da tecnologia social, como este vem sendo desenvolvido no Brasil, em especial a partir da criação da RTS (Rede de Tecnologia Social) (SILVEIRA, 2006, p. 54).

Esse vínculo potencializa o alicerce estruturante dos princípios da Economia Solidária, pois congrega em si uma proposta de autogestão, de participação ativa, já que usa técnicas simples, desenvolvidas pelos próprios sujeitos dentro de um ambiente regido por ações solidárias, de modo sustentável, que vão contribuir para resolver os problemas e com o sucesso do empreendimento solidário.

Uma alternativa como essa propiciará o combate à pobreza, à exploração da mão-de-obra, a superação do servilismo ao capital. A EJA é uma fonte de empoderamento e de instrumentalização dos trabalhadores a partir, também, deste sentido de formação humana. Não somente de transposição do conteúdo programático para o emprego (que, por sua vez, explora). Ou para uma versão mal esboçada de seriação e de escolarização adaptada do ensino fundamental regular para a EJA.

Os entrevistados abaixo falam que é necessário conhecer a realidade para concretizar uma ação:

[...] cada bairro as situações são diferentes, então a gente saber as necessidades de cada bairro, de cada aluno, de cada escola para a gente trabalhar justamente mais sobre a necessidade. (Professor 3)

Desde que seja trabalhado, acho que tudo é viável desde que você tente, mesmo você tentando a gente não sabe qual vai ser o resultado, né? É uma questão de você analisar o momento, analisar o ambiente para vê se dá certo, né? Seria o caso de você fazer um planejamento, vamos dizer assim, a nível de você prever, fazer um estudo e vê a viabilidade se funciona ou não. É um trabalho assim bom, porque, em virtude do retorno da instituição. O orçamento público ele é bem restrito então foi criado um mecanismo para poder melhorar a estrutura da instituição e por isso que eu digo depender da atividade se trabalhar, vai ter que estudar não só na instituição, vê se tem outros eventos lá fora, já fugindo para outra realidade, pra vê se é compatível, então, tem que fazer um estudo antecipado para vê se realmente é válido. (Cooperado 1)

Fazer um mapeamento inicial da região, conhecendo e entendendo a realidade, vendo o que pode dá certo e sugerir um projeto que use tecnologia social apropriada, satisfazendo as necessidades do local. Assim, Dagnino (2009) fala que de nada adianta importar técnicas, projetos, metodologias e propostas curriculares, desnorteados da realidade, pois os resultados serão fracassados. A tecnologia social deve ser usada para o progresso e desenvolvimento! E isso só será possível se a ideia for adequada ao contexto, a realidade na qual o sujeito está inserido.

A EJA necessita de uma tecnologia social subjetiva, que seja pensada e formulada no/para o lugar onde vai ser utilizada. A economia solidária como proposta articuladora da Educação de Jovens e Adultos é uma estratégia de tecnologia social emancipatória, pois induz a transformação social significativa. Neste sentido, Fraga defende a aliança entre economia solidária e tecnologia social, já que uma dá respaldo à outra.

[...] para a Economia Solidária se tornar viável enquanto projeto de sociedade, ela precisará da tecnologia social, ela precisará de tecnologias adequadas a ela. Mas o que isso significa? Significa tecnologias que sejam condizentes com os valores da Economia Solidária. Em especial, a autogestão enquanto modelo de sociedade depende fortemente de tecnologias que não mantenham as estruturas de poder na sociedade. A superação do trabalho alienado demanda uma tecnologia que não seja hierárquica, alienante, nem que segmente o trabalho e que não possibilite a compreensão do trabalhador sobre seu trabalho; demanda uma tecnologia que possibilite o controle e trabalho coletivo, que seja ambientalmente sustentável, que tenha em conta o respeito à saúde do trabalhador, que promova relações igualitárias de gênero etc. (2011, p. 113).

A Economia Solidária vem para quebrar o paradigma de alienação e opressão vistas em algumas formas de trabalho e de emprego. E a tecnologia social é o mecanismo que propõe as melhores técnicas e metodologias para a libertação e humanização. Portanto, uma tecnologia social específica para a EJA, a exemplo da inserção da economia solidária na escola, proporcionará a emancipação e libertação dos estudantes, que conseqüentemente será reflexo para o desenvolvimento de ações mais humanas em prol de um projeto de sociedade, que seja objeto para a construção de um mundo mais justo e humano. Portanto, percebe-se que a inserção

dos princípios da Economia Solidária na escola é a forma para emancipação integral dos estudantes da EJA, no tocante à formação e desenvolvimento de habilidades e competências e realização humana.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo mostra que os aspectos educacionais presentes na inclusão de empreendimentos econômicos solidários na escola, conduz ao fortalecimento dos vínculos de companheirismo e confiança, além de emancipar o cidadão por meio de uma fonte de trabalho, humaniza-o e o induz a propagar em sua comunidade ações solidárias e fraternas. Neste sentido, os grupos de entrevistados demonstraram interesse por essa proposta, comentou-se que proporcionaria uma melhoria na qualidade de vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Os alunos e professores embora desconhecem-na na prática comentaram que estariam dispostos a contribuir para o desenvolvimento desta ação. Os cooperados disseram que a Economia Solidária pode ser uma alternativa para empreender uma formação humana e emancipatória dos estudantes da EJA.

Neste sentido, percebeu-se a alta necessidade de professores e alunos, cooperados e corpo técnico de escolas que ofertam a EJA em terem respostas mais significativas para a organização do trabalho pedagógico no processo de escolarização e contribuição para a formação humana. Propor um currículo diferenciado que seja alternativa para a emancipação e desenvolvimento humano é possível por meio do estudo dos princípios e da ação de projetos econômicos solidários na escola. A inserção do indivíduo em um trabalho solidário, dignifica-o, propicia valor à vida, significado, sentido, esperança e alegria.

Verificar-se inicialmente que necessidade e as habilidades da população, da comunidade onde está inserida a escola é o primeiro passo para a construção de um projeto solidário. É preciso empreender uma Tecnologia Social que favoreça a construção e realização de ideias. Precisa-se instigar os jovens e adultos a criarem de forma a quererem transformar a sua realidade.

Logo, por meio da análise realizada, percebeu-se que a Economia Solidária deve ser uma alternativa viável para o desenvolvimento de uma formação humana e emancipatória dos alunos da Educação de Jovens e Adultos. E, deve contribuir para o desenvolvimento local, principalmente no alto sertão paraibano, que sofre com a seca e tem poucas opções de trabalho, sendo necessário o sujeito se deslocar para os grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo em busca de trabalho ou ficar dependendo de uma ajuda financeira dos programas assistencialistas e, ainda, submetendo-se a propostas empregatícias de alto padrão de exploração econômica e dominação política.

O desenvolvimento de uma tecnologia social estimulada pelos professores e acompanhada por toda a equipe de apoio pedagógico do município é uma ação que necessita inicialmente de capacitação, um estudo aprofundado, consciente e comprometido em empreender uma nova cultura, uma nova forma de emancipação. É necessário ensaiar inicialmente, por meio de mini-cursos e oficinas, para depois concretizar a ação de desenvolvimento de um empreendimento solidário dentro da escola. Viu-se no decorrer desse trabalho a perspectiva emancipatória que a Economia Solidária poderá proporcionar para a Educação de Jovens e Adultos os aspectos positivos no tocante também à conscientização e à libertação dos sujeitos, por meio do empoderamento e participação social, contribuindo para o processo de formação humana.

Logo, o desenvolvimento de uma política pública de âmbito nacional que induza a inserção, no currículo das escolas de EJA, o estudo dos princípios da Economia Solidária, é o que deve ser realizado. E, sobretudo, políticas públicas locais tanto de reformulação curricular da EJA, quanto de cumprimento do direito subjetivo inalienável da educação em prol da qualida-

de de vida dos sujeitos em situações de enfrentamento para a superação da pobreza e de processos de empoderamento da organização social de seus espaços de vida. Aqui está à sugestão, espera-se que outros trabalhos sejam desenvolvidos nessa perspectiva.

4 REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. **O que é Trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- ANTEAG. **Autogestão e Economia Solidária: uma nova tecnologia**. São Paulo: Altamira Editora, 2005.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BENINI, E. G.; NETO, L. F. F.; BENINI, E. A.; MELO, R. P. Cooperativismo e cooperativismo: reflexões sobre a economia solidária. In: XLVI CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 20 a 23 de julho de 2008, Rio Branco – Acre. **Anais... CAMPINAS – SP: UNICAMP, 2008**.
- BRASIL. **Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm.> Acesso em: 18 maio de 2013.
- BRASIL. **Lei nº 6.981, de 30 de março de 1982**. Altera a redação do art. 42 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: www.planalto.gov.br, Acesso em: 18 maio de 2013.
- BRASIL. **Lei n. 12.690 de 19 de julho de 2012**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2012. P. 2. Disponível em: www.planalto.gov.br, Acesso em: 18 maio de 2013
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BRASIL. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1.996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Legislação Básica. 2. ed. Brasília. PROEP, 1998 a.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº. 01/2000** - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- DAGNINO, R. P. **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. colaboradores Bagattolli, Carolina [et al.] - Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009.
- FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 281.
- FRAGA, L. **Autogestão e Tecnologia Social: utopia e engajamento**. In.: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. 1.ed. - São Paulo : Outras Expressões, 2011. 480 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica** - São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009, (Educação popular).
- GALLO, A. R.; DAKUZAKU, R. Y. ; EID, F. ; VALÊNCIO, N. F. L. S. ; SHIMBO, I. ; MASCIO, C. **C. Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho**.

In: Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000, Recife. III Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2000. Disponível em www.uff.br, Acesso em: 21/05/2013.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedex**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em: 04 de novembro de 2012.

KRUPPA, S. M. P. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da teoria do Capital Humano. In: Kruppa, Sonia Maria Portella. (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. 1ª ed. Brasília: INEP, 2005, v. , p. 21-30.

LUPI, C.; SINGER, P. [et al]. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável” **Documento Base Nacional Sistematizado**. Brasília, Junho de 2010. Disponível em: www.portal.mte.gov.br, Acesso em: 21 de agosto de 2013.

MORAIS, E. E.; LANZA, F.; SANTOS, L. M. L. and PELANDA, S. S. **Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil**. Serv. Soc. Soc. [online]. 2011, n.105, pp. 67-88. ISSN 0101-6628. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em: 15 de maio de 2013.

MOURA, T. M. M. **Formação de educadores de jovens e adultos: realidade, desafios e perspectivas atuais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista v. 5, n. 7, p. 45-72, jul./dez, 2009. Disponível em: www.periodicos.uesb.br, Acesso em: 13

Julho de 2013.

PENTEADO, T. C. Z.; GUZZO, R. S. L. **Educação e psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador..** In: *Psicol. Soc.* vol.22 no.3 Florianópolis set./dez. 2010. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em: 16.05.2013.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995.

SCHIOCHET, V. Políticas Públicas de Economia Solidária: breve trajetória e desafios. In: Édi Benini...[et al] (organizadores). **Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária - 1.ed.** -São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCOCUGLIA, A. C. A educação de jovens e adultos na história do tempo presente. In: DINIZ, A. V. S.; SCOCUGLIA, A. C.; PRESTES, E. T. (Orgs). **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos: possibilidades e contribuições ao debate**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, pp 17-31.

SILVA, R. B.; DAGNINO, R. **Tecnologia social: aquela voltada para a inclusão**. Com Ciência no.131 Campinas 2011. Disponível em: www.comciencia.scielo.br, Acesso em 17 de maio de 2013.

SILVEIRA, C. **Conexões entre desenvolvimento local, economia solidária e tecnologia social**, Revista Trimestral de Debate da Fase. Proposta n. 112. Disponível em: www.rts.org.br, Acesso em 17 de maio de 2013.

SINGER, P. **A Economia Solidária no Governo Federal**. Mercado de trabalho. IPEA, ANPEC, 2004. Disponível em: www.portal.mte.gov.br. Acesso em: 30 de maio de 2013.

A Economia Solidária como instrumento de emancipação dos alunos da EJA das Escolas de Sousa-PB dependentes do Programa Bolsa Família

*Marcia Maria de Lima Barbosa
Marconi Araújo Rodrigues*

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi criada com o objetivo de inserir na sala de aula os muitos jovens e adultos que não tiveram oportunidade ou que, por algum motivo, não puderam dar continuidade aos estudos, a fim de propiciar a inclusão socioeducativas desses, defendendo a eliminação da opressão, pautando-se na emancipação do sujeito através do ensino. Nessa linha de raciocínio sobre a emancipação dos sujeitos, nascem a Economia Solidária e o Programa Bolsa Família (PBF).

A Economia Solidária, objeto de estudo, passa a existir onde o capitalismo não atua; constitui-se, pois, como uma proposta de transformação social, surgindo como alternativa de geração de renda frente à exclusão ou instabilidade no mercado do trabalho onde há igualdade, coletividade, vontade de trabalhar, trazendo a inclusão do ser humano, defendendo o fim da opressão baseando-se na emancipação do indivíduo através da possível geração de emprego e renda economicamente falando e socialmente falando através de seus princípios: ajuda mútua, justiça social, solidariedade, cooperação, entre outros.

Dentro desse cenário de inserção, o governo criou o Programa Bolsa Família, cujo objetivo é a introdução social e educacional do ser humano, reduzindo as desigualdades sociais com base na desalienação do ser humano mediante um programa que transfere renda diretamente às famílias carentes.

Todo trabalho acadêmico, além de trazer consigo uma importância para a vida acadêmica, também deve contribuir com a vida social; em face do objeto de estudo da presente pesquisa, e em face da realidade social e econômica vivida hodiernamente, em que se busca uma nova forma de economia, já que o mercado está saturado, constata-se que este trabalho está dando sua colaboração para com a sociedade. O tema foi escolhido por se tratar de algo que acaba gerando um confronto de opiniões, alicerçado na discussão da eficácia dos programas assistencialistas; a questão é que não se debatem suas saídas, para um público que dependem dessa renda por ser carente, e que não vê outra saída para uma melhoria de vida deste público da EJA. A Economia Solidária pode ser uma alternativa à exclusão do mercado no contexto de crise do desemprego e, conseqüentemente, a fim de possibilitar que as pessoas se emancipem de qualquer assistência do governo por ter uma renda advinda do seu trabalho. A importância social desse tema dá-se justamente em apontar uma possível saída para o desemprego às pessoas que se encontram estatisticamente na linha da pobreza ou da extrema pobreza e, por isso, precisam viver assistidas pelo governo através de programas como o Bolsa Família. É uma alternativa que pode ser viável, a priori, para o público da EJA que, comprovadamente, através de pesquisa de campo, depende desse programa para; todavia; pode-se vislumbrar a Economia Solidária como um projeto coletivo para toda uma classe desfavorecida.

A pesquisa tem por objetivo principal apontar um possível instrumento para emancipação dos alunos da EJA das escolas de Sousa-PB dependentes do Programa Bolsa Família. Para isso, traçou-se o perfil socioeconômico dos alunos da EJA das Escolas de Sousa e sua relação com o Programa Bolsa Família; foram avaliadas a percepção dos alunos e dos professores da EJA sobre o ensino que é oferecido; além de examinar o conhecimento desses alunos sobre

Economia Solidária; e por fim, fez-e um paralelo com as percepções encontradas com uma nova proposta para o ensino da EJA agregando-a a Economia Solidária.

2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO SUBSÍDIO PARA REDEFINIÇÃO DO OLHAR DO HOMEM PARA A SUSTENTABILIDADE E COMO INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nos últimos tempos o homem vem começando a enxergar sua responsabilidade sobre o meio ambiente. Isso se deu devido ao cenário que a gerações de agora estão convivendo: os danos irreparáveis causados ao planeta.

Acredita-se pelo contexto em que estão enquadrados que tanto a Economia Solidária como o Desenvolvimento Local e Sustentável possibilitam que o homem passe a olhar o meio ambiente como as pessoas que ele convive de um novo modo, redefinindo o seu olhar para a questão da sustentabilidade, isso porque ambos trabalham com a questão coletiva, voltada para a solidariedade, na medida em que trabalha com as relações sociais, como também das mudanças quanto ao uso abusivo dos recursos naturais.

A relação homem x homem (não há uma relação exploração do trabalho, o que há é uma relação de solidariedade) e homem x natureza (não há exploração desenfreada dos recursos naturais, pois pensa-se em proteger os ecossistemas) estreita-se com a economia solidária.

2.1 A Economia Solidária: uma possibilidade diante de um mercado excludente

A Economia Solidária é uma proposta de transformação social, pois surge como alternativa de geração de renda frente à exclusão ou instabilidade no mercado do trabalho pautando-se na emancipação e não na exploração dos sujeitos envolvidos, onde todos dão sua parcela de contribuição (PISTELLI, 2009, p.03).

Benini et al (2008): “Para Paul Singer (2002, 2003), a Economia Popular Solidária, como também é conhecida, pode ser considerada um modo de produção dentro do próprio sistema capitalista.” A Economia Solidária funcionava dentro do sistema capitalista até porque não tinha como se estar fora dele, mas que apesar de permanecer dentro do sistema, os empreendimentos solidários vão de contraponto aos seus ideais, uma vez que a Economia Solidária é uma forte estratégia para o enfrentamento de uma economia excludente identificada no universo capitalista, o que se torna relevante porque mostra que existe sim, dentro desse universo opressor uma nova opção de transformação social, onde os sujeitos envolvidos estarão focados no bem comum.

Nascimento (2011) caracteriza a Economia Solidária como sendo o conjunto de empreendimentos que produzem coletivamente, que funciona internamente com um nível maior de democracia e que recompensa o trabalho de uma forma distinta em relação ao sistema capitalista, ou seja, uma forma mais justa.

Através do trabalho solidário surge a oportunidade de desenvolver atividades que permitem a inserção social da população menos favorecida (NASCIMENTO e VENTURA, 2011). O que lhe permite a ela se enxergar dentro da sociedade na qual está inserido. Logo observa-se que esses empreendimentos concebem uma possível construção de uma nova cultura do trabalho, sendo estes voltados para valorização e inclusão, assim sendo, uma alternativa para o crescimento social no tocante a sua reconstrução e gerando, conseqüentemente, trabalho e renda, com isso procura-se uma diminuição ou extinção das desigualdades socioeconômica e da sua precariedade, assumindo uma postura de solidariedade para ser aplicado na promoção da inclusão social. É uma forma de dizer não a esse sistema, de não mais aceitar as opressões que estão sujeitas e buscar libertação vivendo viver dignamente sem a ambição pelo lucro, sem exploração da mão de obra humana. É um novo meio de organizar não só a economia, mas também a sociedade.

2.2 Desenvolvimento local e sustentável: um acesso de mudança social

Discorrer sobre Desenvolvimento Local é pensar em mobilização, como também em exploração das potencialidades da economia local, no intuito de avaliar as oportunidades sociais, bem como a competitividade da comunidade em que se está inserida. É uma resposta adversa aos ideais da civilização moderna, no que diz que a sociedade que é um conjunto de indivíduos independentes uns dos outros, pois o desenvolvimento local é uma ação solidária e só se faz coletivamente, com intenção de querer fazer, e fazer ali, com os recursos materiais e humanos daquela localidade. (Costa, 2011, p.09).

Teoricamente, o desenvolvimento econômico local pode ser visto como consequência do colapso dos modelos tradicionais de desenvolvimento estabelecidos, seja na concepção do Estado como principal fator atuante na promoção do desenvolvimento, seja no desempenho do mercado na função de alocar o ótimo econômico. (MULS, 2008, p.02). Pensar em desenvolvimento local surge partir das transformações da sociedade moderna em sua estrutura, nas mudanças ocorridas nas ações entre o Estado e o mercado, que já não dão conta do desenvolvimento econômico, a partir daí faz-se necessário um fator intermediário que chegue para suprir as necessidades da parcela da população que fica excluída e esse fator é o desenvolvimento local, que configura-se como uma forte estratégia para o enfrentamento de uma economia excludente, que é nitidamente identificada no universo capitalista.

Para Barbosa (2008, p.10): “A sustentabilidade consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais coesiva, economicamente eficaz e ecologicamente viável.” O desenvolvimento sustentável que a princípio nos dá a ideia de preservação dos recursos ambientais, não abrange apenas a questão da natureza, há um entendimento mais aberto, que também abarca a questão do desenvolvimento social, no que diz respeito a inclusão social com adoção de políticas que supram a educação, a saúde, o trabalho, visando uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, como também estende seu conceito para o desenvolvimento econômico. Como afirma Decicino (2008, p.01) sobre o desenvolvimento sustentável: “(...) ele é construído sobre três pilares interdependentes e que se suportam mutuamente: desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental.” O que faz ponte com as ideias de Binswanger, 1997, apud Silva (2011, p. 39): “desenvolvimento sustentável significa qualificar o crescimento e reconciliar o desenvolvimento econômico com a necessidade de se preservar o meio ambiente”.

A integração desenvolvimento local com o sustentabilidade é uma alternativa de promoção ao desenvolvimento, conseqüentemente, de mudança social, o que irá permitir que a população seja capaz de prover suas necessidades de curto prazo, bem como explorar as potencialidades da economia local, sustentavelmente falando. (Franco, 2002 apud Silveira, 2008, p. 2). Essa integração possibilita o desenvolvimento da comunidade numa perspectiva de Economia Solidária, ou seja, incentiva o surgimento de uma economia mais justa.

2.3 O trabalho como elemento da dignidade humana e o trabalho cooperado como promoção a libertação do indivíduo no contexto de crise do desemprego

O trabalho configura-se como elemento essencial a vida do homem, pois é através dele que ele garante seu sustento e também pela questão da realização pessoal. Adotando essa importância, a CF/88 passou a ter o trabalho como princípio fundamental e direito social conferido aos cidadãos brasileiros no seu artigo 6º. Segundo Ferreira (2011, p. 1): “O ser humano ver no trabalho a realização, a forma de estar participando, e tendo um retorno através do seu esforço, na construção dos diversos setores que recrutam a mão de obra humana para a transformação de produtos e bens de serviço.”

O homem quando trabalha se sente incluído na sociedade, pois ele permite que as relações sociais sejam mais fortalecidas e quando ele não trabalha se sente excluído, como dizia Gonzaguinha na letra da música Homem também chora (1983): “E sem o seu trabalho, o homem não tem honra, e sem a sua honra e se morre, se mata...”

O atual cenário capitalista está cada vez mais competitivo, o trabalho cooperado pode ser o caminho para o ingresso do profissional excluído no mercado, fazendo com que esse sujeito valorize o que sabe fazer e não se deixe explorar e nem se amedrontar pela instabilidade financeira, pois de acordo com Silveira (2008, p. 49) “As cooperativas se constituem em uma resposta aos problemas trazidos pelo processo de globalização. De um lado geram empregos e, por outro, se estabelecem como contrapeso à concentração de riquezas”.

As cooperativas vêm para assumir o lugar o desemprego e conseqüentemente ser uma possibilidade de trabalho e renda diante de um mercado excludente. Os ideais solidários, nos quais as cooperativas fazem parte, surgiram de uma necessidade das classes menos favorecidas: os trabalhadores, que se uniram para recuperar as fábricas e colocaram para frente à ideia de autogestão para não serem mais um nas estatísticas de desemprego e exclusão (BENINI et al, 2008). Por isso se faz importante esse modelo ser mostrado em salas de EJA, pois eles também são vítimas dessa exclusão, eles têm que perceber que há sim uma saída mesmo diante desse sistema excludente para uma melhora de vida, mas para isso tem que haver uma organização focada no cooperativismo, na ajuda mútua, na solidariedade, no bem comum, somente com a união das pessoas é que esse projeto de Economia Solidária pode dar certo.

Levar a Economia Solidária para a EJA como proposta pedagógica é oferecer mudanças culturais, sociais e ambientais, o que conseqüentemente gerará transformações de hábitos e mudará o olhar do homem para a sustentabilidade, o professor tem esse poder de internalizar no seu educando essas concepções. O educador deve mostrar a sua sala os benefícios que a economia solidária os pode ofertar: um meio social onde todos atuam por igual, sem exploração de um sobre o outro, onde os benefícios são para todos. Conforme Singer (2008, p. 291): “o trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção.”

3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: CONTRIBUINDO COM A INCLUSÃO OU REITERANDO AS DESIGUALDADES SOCIAIS?

Discorrer sobre o Programa Bolsa Família (PBF) é polêmico, uma vez que, há uma parcela da população que não concorda com esse benefício e outros que são a favor. Muitas são as críticas e as controvérsias, quando se trata das condicionalidades, muitos são a favor da cobrança quanto à assiduidade dos alunos na escola, mas muitos acreditam que não há fiscalização dessas condições estabelecidas. Há também quem questione sobre a fidelidade dos cadastros efetuados, pois acredita-se que muitos recebem indevidamente esse valor por não preencher os requisitos postos e surgem as inúmeras denúncias. Questionam-se também as conseqüências desse programa a um período mais longo no que tange a melhoria nas condições socioeconômicas dos beneficiários, pois as pessoas podem acabar por deixar de investir em saúde, educação, assistência social e emprego para empregar esse valor em outros setores e muitos passam a viver apenas dessa renda (BATISTA, 2007), então, o valor do benefício que é para servir de complemento, muitas vezes pode ser vista por muitos como fonte principal ou única de renda e é essa possível dependência que gera crítica das pessoas que não são a favor dessa transferência de renda. Ficando a dúvida se o PBF contribui com inclusão ou reitera ainda mais as desigualdades sociais?

Criado em 2003, pelo Governo Federal o PBF surgiu para unificar quatro programas federais de transferência de renda, são eles: Auxílio Gás, o Programa Bolsa Escola e o Programa Bolsa Alimentação e o Cartão alimentação. Esse programa é designado para atender as neces-

sidades básicas das famílias carentes do Brasil que tenham algum filho na idade de zero a 17 anos. (SOUZA, 2010).

Mas não se pode negar que a importância dos programas de transferência de renda para a redução da pobreza no Brasil, muitos estudos já apontam para isso, conforme Souza (2010, p.102). Também é muito comum ouvir o comentário de que o Bolsa Família “dá a peixe, mas não ensina a pescar”, esse pensamento é alvo de muitos julgamentos. No entanto conforme Carnelossi (2012, p.01):

A educação é uma técnica de pescaria que não garante eficácia por si só, isto porque, neste mar as correntezas concentram os peixes em poucas varas. As políticas sociais objetivadas por serviços (ex. escolas) ou benefícios (ex. Bolsa Família) são direitos que devem ser ampliados e universalizados, no entanto, tal processo precisa ocorrer em sintonia com a maré, ou seja, as correntezas precisam ser alteradas e peixes de algumas varas redistribuídos àquelas cujos peixes passam longe de seus anzóis.

Transferência de renda é válida quando associada com outras ações que potencialmente são capazes de alterar o atual fluxo das correntezas, ao contrário, priorizar o benefício monetário em detrimento de outros serviços sociais e de medidas que de fato possuem a capacidade de deslocar as correntezas desta maré, não passam de ações que mascaram o movimento da maré, responsável por alimentar com pequenos peixes muitas varas, enquanto poucas varas pescam muitos peixes.

Neste cenário aquático, não há educação que consiga superar o problema, afinal o mar está para peixes, mas poucos homens estão para o mar.

No dia 18 de maio de 2013 surgiu o falso boato que o programa ia acabar, causando um mal-estar para a população beneficiada, além de confusão, sobre o programa a jornalista Rachel Sheherazade (Jornal do SBT, 2013) deixou muitas reflexões: É notório que o que causa indignação na jornalista é fato de ver a dependência desse programa para as famílias de baixa renda. Porque nota-se que a população não está preparada para o fim desse programa e que o tumulto serviu para que as pessoas atentem para isso: “Que o imbróglio sirva, ao menos, de alerta. E se a Bolsa realmente acabasse? E se o poço secasse? O que seria desses milhões sem educação, sem emprego, totalmente dependentes do Poder Público?” Também critica o fato do governo dizer que mudou a vida de milhões de pessoas, já que tirou-as da extrema pobreza: “O Governo diz que milhões saíram da pobreza extrema. Mas que paradoxo, esses mesmos milhões ainda dependem de ajudas sociais para sobreviver.” Então nota-se que essa saída é camuflada, apenas para ser destaque nas estatísticas, na prática as pessoas ainda continuam nas mesmas condições de miséria. Também destaca que para sair da pobreza as pessoas têm que ser através do trabalho, e que o programa tem que ser provisória se não as pessoas acabam dependentes dele para sobreviver: “Não se sai da pobreza sem trabalho, sem salário, sem ganhar com o suor do rosto, o pão de cada dia. Assistência tem que ser provisória, senão vira dependência. Senão, gera parasitismo.” (SHEHERAZADE, Jornal do SBT, 2013). Nesse diapasão explana Nassif, (2009, p.01):

Há uma enorme incompreensão que ainda remanesce em relação ao Bolsa Família. A maior delas é em torno de uma dicotomia inexistentes: em vez de dar esmola o Estado deveria dar emprego. Primeiro, não são políticas excludentes. Dá-se a base de sustentação mínima e oferece-se emprego. Segundo, políticas de desenvolvimento - e de aumento de emprego - são inócuas sobre a base da pirâmide, se não vier acompanhadas de políticas de inclusão.

Pode-se dizer que na medida em que o PBF possibilita através de políticas sociais compensatórias o apoio as famílias carentes e consequentemente promove uma menor distância entre ricos e pobre ele está sim contribuindo para a inclusão, mas no momento em que não há

o acompanhamento das condicionalidades, que a educação oferecia como condição não seja de qualidade para que possibilite esse educando a competir no mercado de trabalho, que não haja incentivo para que essas pessoas consigam um trabalho, que se alongue o período de recebimento de tal maneira que essa pessoas já se sintam dependentes dessa renda e que queira viver única e exclusivamente dela, então o PBF e está contribuindo para que a desigualdade social seja reiterada, já que não houve mudança social.

3.1 Entendendo melhor o PBF: O que é Programa Bolsa Família e qual a sua função?

A LEI Nº 10.836 (2004) cria o Programa Bolsa Família que atua nas ações de transferência de renda havendo condicionalidades. Enquanto que DECRETO Nº 5.209 (2004) regulamenta a Lei no 10.833. Segundo site do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013):

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais.

Para o MDS o programa foca-se em três eixos: na transferência de renda – de caráter imediatista para assim aliviar a pobreza, na condicionalidade – para garantir que os direitos básicos sejam atendidos e as ações e programas complementares – cujo objetivo é que as famílias beneficiadas saiam do quadro de vulneração (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2013). Então, o PBF tem como função beneficiar famílias carentes para tirá-las das estatísticas da extrema pobreza, possibilitando a elas acesso a serviços públicos através das condicionalidades do programa, combate a fome e pobreza e promovendo emancipação dos beneficiados e desenvolvimento local ao fornecer poder aquisitivo a essas pessoas. Já Yunus (2013, p. 01) pensa que: “Dar dinheiro não é uma solução. É uma forma de mascarar o problema. Você deixa de ver o problema, porque as pessoas conseguem sobreviver, comer, se divertir. Parece que está tudo bem, mas não está, porque o dinheiro não é delas.”

Sobre sua importância no cenário das políticas sociais no país Jambeiro e Santos mencionam que o PBF é de grande importância, o número de beneficiados que se pode comparar com as das políticas nos setores da saúde, educação e previdência social que totalizam o conjunto da política social brasileira. E acrescentam que o programa exerceu um importante papel na sua fase inicial, pois os índices de redução da pobreza bem como as desigualdades da renda são comprováveis, a frequência escolar aumentou. Mas apontam uma crítica: “Contudo, o PBF não é um programa de geração de oportunidades, nem é exatamente um programa de incentivo à acumulação do capital humano.” (JAMBEIRO E SANTOS, 2013, p.16). Enquanto que Nassif (2009, p.01) argumenta: “O máximo que se conseguirá, apertando as condicionalidades de colocar os filhos na escola, será salvar dessa tragédia a geração dos filhos.” Souza (2010, p. 103) contradiz: “O segundo objetivo dos programas de transferências condicionais de renda, e a sua novidade, é impactar a formação do capital humano das futuras gerações através de condicionalidades impostas sobre o comportamento das famílias”.

3.2 A eficácia desse Programa junto à pobreza

Antes de discorrer sobre o tema, faz-se necessário conceituar sobre o que é a pobreza, para isso foi necessário utilizar as palavras de Soares, 2003 apud Albuquerque (2007, p.18):

A pobreza se manifesta de diversas maneiras, entre elas a carência de renda e recursos produtivos suficientes para procurar um meio de vida sustentável; a fome e a má nutrição; as más condições de saúde; a falta de acesso, ou o acesso limitado à educação e a outros serviços básicos; o aumento da morbidade e da mortalidade causadas por doenças; a habitação inadequada ou a carência de habitação; as condições de insegurança e a discriminação e exclusão social [...] a falta de participação no processo de tomada de decisões na vida civil, social e cultural. [...] A pobreza está nos baixos salários que recebem os trabalhadores. Está na indigência total das pessoas que ficam à margem dos sistemas de apoio à família, ou seja, as instituições sociais e as redes de proteção.

Ainda, em Albuquerque (2007, p.19) pode-se ver: “Não podemos afirmar que a pobreza se dá apenas pela ausência de renda de um indivíduo, pois esta ultrapassa este parâmetro. Se dá por um conjunto de ausências do indivíduo e é inerente ao sistema capitalista em que vivemos.” A pobreza desponta de diversas formas, sobre tudo em torno das ausências ou limitações, estas por sua vez, abrangem os campos da renda, da saúde, da cultura, da vida social, da educação e demais serviços necessários para uma melhor qualidade de vida, e o sistema capitalista acaba por excluir os que sofrem com a falta, pois é o “ter” dentro do capital que traz a inclusão. Nesses termos elucida Costa et al (2009, p. 03): “A análise da pobreza focada somente na dimensão monetária ou na insuficiência de renda é limitada, pois indicadores de renda tomados de maneira isolada não mostram os aspectos sociais, culturais e políticos que influenciam a qualidade de vida das pessoas.”

Quanto à eficiência do programa junto à pobreza Galvão (2008, p.06) afirma: É incontestável, porém, o impacto positivo de políticas sociais e programas assistenciais sobre as famílias mais pobres do Brasil. Programas como o Bolsa-Família representam, a curto prazo, mais comida na mesa dos miseráveis e a compra de produtos essenciais.” O problema é justamente nesse termo “a curto prazo” o que caracteriza o programa como paliativo para a fome, sua eficácia é apenas momentânea, e não se sabe até quando essa classe inferiorizada vai conseguir se manter com soluções imprecisas, a pobreza carece de um programa que resolva seus problemas de exclusão e não de saídas emergenciais. Conforme fala Grazia (2007, p. 83) : O grande desafio é combinar essas ações de urgência com ações de longo prazo tendo em vista atacar as verdadeiras causas geradoras da pobreza e desigualdade.” Embora sabe-se que “A superação da pobreza, da desigualdade e da exclusão social no Brasil é um desafio (...) e requerem a adoção de políticas que incorporem a intersetorialidade e a transversalidade, e consigam atender as demandas dos segmentos excluídos.” (QUINHÕES e FAVA, 2010, p.67).

Quinhões e Fava ainda acrescentam que o Programa Bolsa Família, desde 2003, vem colaborando com ações que contribuem positivamente para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social e da desigualdade. Mais a frente os mesmos autores frisam que o PBF apresenta características inovadoras e essenciais às políticas sociais na medida que promove ações que beneficiam diretamente aos grupos marginalizados e atuando com medidas implementares que permite que toda a sociedade civil organizada agende políticas direcionadas a classe excluída.

O MDS (2010) menciona as condicionalidades para que uma pessoa seja beneficiária do Bolsa Família, o que não se pode é ultrapassar o limite por cabeça, até R\$140,00 por mês. Para Grazia, apesar do baixo valor pago pelo programa, ele é tido como um complemento essencial na renda das famílias beneficiadas. Mas o que merece preocupação é o fato de que, essas famílias voltarão ao mesmo patamar que antes, quando a concessão do benefício chegar ao fim, e no período pós-bolsa elas ainda continuarão a depender de novos de novos auxílios (Grazia, 2007).

Por isso, o presente trabalho acadêmico vem apontar um possível instrumento para emancipação dos alunos da EJA das escolas de Sousa-PB dependentes do Programa Bolsa Fa-

mília, dentro do contexto de democratização econômica, é uma forma de contribuir com a sociedade mostrando uma alternativa para uma melhor qualidade de vida de uma classe desfavorecida e, conseqüentemente, ela passe a não mais depender de novos programas assistenciais, ou que pelo menos esse complemento na renda já não seja mais tão essencial. Pois se o Brasil avançou democraticamente ao ofertar renda aos mais carentes, ele avançaria mais se conseguisse fazer com que eles não precisassem mais desse repasse, pois é sabido que “é necessário também traçar estratégias que no longo prazo possam ir diluindo o programa, já que a desigualdade no Brasil certamente não será totalmente solucionada, apenas com a manutenção ou até mesmo a expansão de programas dessa natureza.” (BARBOSA e PAULO, 2012, p.16).

3.3 Possibilidades de desenvolvimento local na presença do Programa Bolsa Família do governo

Muitas corporações hoje sobrevivem do mercado composto pelos consumidores das classes mais baixas, sendo essa classe essencial para alavancar o consumo. Estudos apontam que o mercado deve preservar esses indivíduos de baixa renda, pois embora analisando seus recursos individualmente não há uma contrapartida financeira interessante, coletivamente essas classes poderiam até superar os consumidores das demais classes. (FERREIRA e CHRISTOPOULOS, 2012)

Para Caetano (2010, p.01): os beneficiados do programa Bolsa Família ganharam a oportunidade de aumentar seu poder de compra, claro que eles não têm uma contrapartida financeira que possibilite realizar grandes compras, mas no geral, o baixo valor recebido lhes permite comprar produtos básicos como alimentação e limpeza. E já que essas pessoas que recebem esse benefício moram em lugares carentes esses produtos são adquiridos na própria comunidade mais especificamente nas pequenas vendas e pequenos comércios locais. E o autor citado ainda estende-se “Ora, a “vendinga” da esquina, ao ganhar novos consumidores e ter um aumento substancial do consumo, pode crescer. Se cresce, não apenas pode vir a gerar empregos, mas também movimentar a economia local.” Nessa linha de raciocínio pode-se dizer que o PBF ele é um incentivo ao desenvolvimento local, pois muitas pessoas que o recebem vivem em comunidades carentes onde antes do programa eram limitadas a consumir e conseqüentemente não havia possibilidade de desenvolvimento.

Para Nassif (2009) o Bolsa Família está promovendo desenvolvimento local uma vez que, as empresas estão enxergando que essa classe representa um nicho de mercado e que podem ser exploradas atendendo as necessidades dessa população por um consumo mais popular, conseqüentemente essas empresas se instalam nessas comunidades, gerando investimentos, e porque não se dizer empregos naquela localidade antes desprezada, por não haver demandas de consumo.

Com isso percebe-se que há possibilidades de desenvolvimento local na presença do programa Bolsa Família, pois ele movimentar o mercado: “E eis que a roda da economia gira ainda mais a partir dos investimentos do Bolsa Família.” (ASSUNÇÃO, 2010, p.16), com isso o programa vai além da perspectiva de colocar alimentos nas mesas dos mais necessitados, como pensa Nassif (2010, p.13): “...percebeu-se que o programa não apenas cumprira com seu objetivo fundamental – permitir que os mais pobres pudessem se alimentar –, como ajudara a estimular a economia regional e a fortalecer o mercado interno.” Enfim, já que é de interesse do Governo inserir os beneficiados do PBF no mercado de trabalho, segundo o site do MDF através do Plano Brasil sem Miséria (2013, p.01): “o objetivo é inserir os beneficiários do Bolsa Família no mercado de trabalho através da oferta de cursos de formação sintonizados com a vocação econômica de cada região”, a EJA pode fornecer esse subsídio a esses alunos educando-os na perspectiva da Economia Solidária.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresenta caráter quali-quantitativo, para isso levam-se em conta os ensinamentos de Schindwein (2004, p. 90): é um procedimento que permite abordar um número maior de possibilidades da pesquisa ao levantar o pensamento dos entrevistados no mesmo momento que quantifica-os.

Na presente pesquisa, esse enfoque quali-quantitativo foi utilizado na parte das análises dos dados, quantificando e qualificando as opiniões.

4.1 Quanto aos meios

Foram utilizadas, quanto aos meios, a pesquisa Bibliográfica, Documental e de Campo.

A Pesquisa Bibliográfica que, conforme Siena (2007, p.66), é aquela “elaborada ou desenvolvida a partir de material já publicado, em geral livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet.” A pesquisa bibliográfica foi utilizada na parte da revisão literária encontrada em livro, periódicos, sites, etc.

Outrossim, a pesquisa tem característica da pesquisa Documental “A pesquisa documental é elaborada utilizando materiais (documentos, banco de dados, etc.) que não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados pelo pesquisador”. (SIENA, 2007, p.66)

Na pesquisa, foram utilizadas como documentos os dados dos questionários aplicados, as Leis, Pareceres e Resoluções.

Para Moresi (2003, p. 09), a “Pesquisa de campo é investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”. No que diz respeito à pesquisa de campo, foi empregada na parte das visitas (in loco) nas escolas.

4.2 Quanto aos fins

No que tange aos fins, a pesquisa classifica-se em dois tipos: exploratória e descritiva. Conforme Siena (2007, p.65):

Pesquisa Exploratória – o objetivo é obter maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Assumindo a forma de pesquisa bibliográfica ou estudo de caso, pode conter entrevistas, questionários, análise de exemplos, etc.

Na pesquisa, a parte exploratória se concretizou na construção das hipóteses e na relação das informações disponibilizadas no referencial teórico com o questionário.

A pesquisa descritiva propões descrever as características de um determinado universo, é utilizado como instrumento de levantamento de dados: o questionário e a observação sistemática (Siena, 2007).

A pesquisa descritiva foi adotada na parte do levantamento dos dados, descrevendo as características e sua relação com as variáveis.

4.3 Quanto aos instrumentos de coleta

Foi utilizada a pesquisa de Levantamento que, de acordo com Siena (2007, p.68): “É um tipo de pesquisa social, como censos, enquete de opinião, estudos de mercado, que envolve a interrogação direta das pessoas, grupos, etc., cujo comportamento se deseja conhecer.” Para tanto, a realização desse levantamento foi feito por meio de questionário.

Foram elaborados, pelo autor da pesquisa, dois questionários, o primeiro sobre um questionário socioeconômico, aplicado somente para os alunos; e o segundo examinou a percepção dos alunos e dos professores da EJA sobre o ensino que hoje é oferecido. Algumas poucas questões fugiram desse padrão, para verificar se os alunos detinham alguma informação sobre Economia Solidária.

O questionário é, segundo Gil (1999, apud CHAER et al, 2011, p. 260), uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Na pesquisa, optou-se por aplicação do questionário do tipo Escala Likert. Segundo Brandalise (2005), as escalas Likert trabalham o lado da reflexão das respostas, de forma que os entrevistados optem pela concordância ou discordância com declarações, atribuindo valores numéricos para medir a força e a direção da reação do entrevistado à declaração. Pode-se atribuir valores de 1 a 5 e assim obtém a medida da pontuação obtida para cada afirmação. Concordar parcialmente significa que se aceita em parte a afirmação. Neutro é uma opção de não querer se manifestar, não tomar partido. Entende-se por discordar parcialmente que se tem uma opinião diferente, mas em parte. E por fim, discordar totalmente é ter uma opinião totalmente contrária ao que se afirma. Brandalise (2005, p.04) especifica as vantagens de se usar essas escalas:

As principais vantagens das Escalas Likert em relação às outras, segundo Mattar (2001) são a simplicidade de construção; o uso de afirmações que não estão explicitamente ligadas à atitude estudada, permitindo a inclusão de qualquer item que se verifique, empiricamente, ser coerente com o resultado final; e ainda, a amplitude de respostas permitidas apresentar informação mais precisa da opinião do respondente em relação a cada afirmação.

4.4 População e amostra

A “População (ou universo da pesquisa) é a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo.” (SILVA, 2005, p. 32). Na pesquisa levou-se em conta o número de alunos presentes nos dias 26 e 27 de agosto, no caso 66 alunos; ou seja, o universo da pesquisa configurou-se nas populações de 4 escolas de EJA localizadas na cidade de Sousa-PB e seus professores, duas delas onde estudam alunos próximos do centro e duas de bairros mais afastados.

A “Amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plana.” (SILVA, 2005, p. 32). Na pesquisa, a amostragem contemplou alunos beneficiados ou titulares do Programa Bolsa Família, no caso, 41 alunos, já que são estes que possibilitaram os resultados essenciais para atingir significativamente os objetivos traçados. No caso, fez-se o uso das amostras não-probabilísticas por conveniência que, segundo Bianchini (2010, p.01): “Amostragem não-probabilística por Conveniência ou Acidental: Os elementos são selecionados conforme conveniência do pesquisador.” Apenas os alunos com algum vínculo com o bolsa família seriam relevantes para a investigação, bem como os professores das escolas mencionadas.

4.5 Quanto à análise e tratamento de dados

O procedimento, no tocante à análise dos dados, é do tipo análise descritiva através da Estatística Descritiva que, segundo Vieira Neto (2004, p. 2) o objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e escreve os dados.

Nesta etapa da pesquisa para tratamento dos dados, fez-se uso da ferramenta do Microsoft Excel para construção de gráficos, porcentagens e médias do estudo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram questionados 66 alunos de quatro Escolas de EJA em Sousa-PB. Para análise de dados foram consideradas apenas os alunos beneficiados com o PBF, dando um total de 41 questionários avaliados, ou seja 66%.

Mediante levantamento de dados em pesquisa de campo pode-se constatar que 71% das pessoas recebem uma ajuda financeira que varia de R\$ 51 a 200,00.

Foi questionado quantas pessoas por residência se beneficiam direta e indiretamente do PBF, 2% dos entrevistados disseram que são de 8 a 10 pessoas, 39% apontaram que se beneficiam de 1 a 3 pessoas e a maioria, 59%, mencionaram que se beneficiam de 4 a 7 pessoas.

Foi questionado se existia outra renda fixa na casa que não fosse o Programa Bolsa Família, 34% disseram que sim, enquanto que 66% alegaram que não. A esses 66% que não tem outra renda foi perguntado se trocaria o Bolsa Família por um emprego fixo, 59% disseram que sim, mas 41% disseram que não.

Com base nessa negativa por parte dos questionados observa-se que conforme Soares, 2003 apud Albuquerque (2007, p.18) sobre a pobreza: “a pobreza (...) está na indigência total das pessoas que ficam à margem dos sistemas de apoio à família, ou seja, as instituições sociais e as redes de proteção”.

Então pode-se ver que esse programa de transferência de renda ao invés de trazer independência da população, o PBF está gerando numa parcela a dependência e como essas famílias vão sair do status de baixa renda se existem muitos deles que não querem? A esses mesmos 66% foi indagado se eles sentiam acomodados por viver apenas dessa renda 18% pessoas disseram que sim e 82% disseram que não.

Um dos objetivos do Bolsa Família é combater a fome e como já havia sido expresso por Galvão (2008, p.06): “Programas como o Bolsa-Família representam, a curto prazo, mais comida na mesa dos miseráveis e a compra de produtos essenciais.” E as famílias dos questionados investem nesse setor, como pode ser visto no gráfico 3 a alimentação é o principal item em que o valor do Bolsa Família é empregado., todos investem nele, 52% investem todo valor do benefício em alimentação, 37% em alimentos e vestuários, 5% além da alimentação pagam a energia, e um número muito pequeno investem na saúde e na educação.

Com relação a como eles se veem sem essa renda foi obtido os seguintes dados: 34% não se veem sem ela por serem o único ganho certo, as mesmas que não trocariam o benefício por um trabalho fixo e mais uma; 63% alegam que sentiria falta, mas que ia procurar uma outra alternativa de sobrevivência; e 3% disseram que não iriam sentir falta do benefício, por terem outra fonte de renda em casa. Contudo, pode-se ver que o problema é o que era pra ser provisório acabou por virar renda fixa e como relatou Sheherarde (Jornal do SBT, 2013): “assistência tem que ser provisória, senão vira dependência. Senão, gera parasitismo. Quem vive do Bolsa Família, precisa subir a outro patamar: ganhar profissionalização; conquistar um emprego; cuidar da própria vida.”

Questionados as pessoas se melhoram financeiramente depois do Bolsa Família, 90% alegaram que sim, enquanto que, 10% disseram que não. E sobre a possibilidade de eles se manterem sem esse valor hoje 68% pessoas disseram que não e apenas 32% disseram que sim, o que reafirma o que foi dito por Yunus (2013, p. 01): “dar dinheiro não é uma solução. É uma forma de mascarar o problema. Você deixa de ver o problema, porque as pessoas conseguem sobreviver, comer, se divertir.” Concorda-se então com o depoimento de Sheherarde (Jornal do SBT, 2013): “o governo diz que milhões saíram da pobreza extrema. Mas que paradoxo, esses mesmos milhões ainda dependem de ajudas sociais para sobreviver”.

Sobre o boato que o Bolsa Família ia acabar 78% das pessoas disseram que ficaram apavoradas em pensar em ficar sem essa renda, 4% disseram que não se preocuparam por ter outra fonte de renda e 18% disseram que se preocuparam, mas que pensaram em encontrar outro meio de sobrevivência. O boato serviu para demonstrar como é grande a dependência dessas pessoas para com o programa. E aí volta-se a mencionar Batista (2007), então, o valor do benefício que é para servir de complemento, muitas vezes pode ser vista por muitos como fonte principal ou única de renda e é essa possível dependência que gera crítica das pessoas que não são a favor dessa transferência de renda.

5.1 Questionário de Escala Likert aplicado para alunos e professores

O questionário de escala Likert é utilizado para saber o grau de concordância do entrevistado em relação a uma afirmação, ele foi aplicado num total de 41 alunos e 12 professores e, com isso, pode-se relacionar as percepções encontradas com uma nova proposta para o ensino da EJA agregando-a a Economia Solidária. Este questionário é feito atribuindo uma pontuação, conforme quadro abaixo:

Quanto maior o grau de concordância maior a pontuação. O questionário apresentava as seguintes discussões:

Discutido quanto a estarem satisfeitos com o ensino da EJA adotado pela escola:

Tanto alunos como professores demonstram que estão satisfeitos com o ensino que a escola adota. No entanto, os alunos demonstram um grau de satisfação maior do que seus professores.

Questionado se a escola qualifica os alunos para o mercado de trabalho:

Nessa questão percebeu-se visões antagônicas de alunos e professores, enquanto que, em média, maioria dos alunos tendem a concordar que a EJA os prepara para o Mercado de Trabalho, os professores, em média, discordam totalmente dessa afirmativa e realmente a EJA nessas escolas não são de ensino profissionalizante.

Perguntado sobre a possibilidade de a escola ser um ambiente que desse chance ao aluno de trabalhar com o que eles sabem e lhes propiciassem uma renda:

Em média, os alunos apontam para uma tendência de concordaram totalmente com essa sugestão e os professores concordaram em parte com a ideia.

Indagado se a evasão da EJA ocorre pela falta de criatividade dos professores e os alunos não estarem interessados apenas em conteúdo e o material não está de acordo com a realidade da turma:

Como pode-se ver os alunos não veem como motivos para a evasão falta de criatividade dos professores, os alunos não estarem interessados apenas em conteúdo e nem o material está de acordo com a realidade da turma, eles estão satisfeito com a metodologia adotada, os professores discordam em parte, tendendo a não quererem, em média, opinar sobre o que foi indagado.

Perguntado se o que motiva os alunos a vir para a EJA é acreditar que futuramente eles vão conseguir um trabalho digno, já que o ensino que eles têm hoje os qualifica para o mercado de trabalho:

De acordo com o quê foi indagado se ver que os alunos acreditam que a EJA vão lhes proporcionar um trabalho digno futuramente e isso é muito importante que os incentivam a ter um ideal, porém, merece ressalva que a EJA em Sousa não é ensino técnico, então, não qualifica-os para o mercado de trabalho, segundo a média dos professores, ele concordam em parte, porque eles reconhecem que o alunos almejam um trabalho digno, mas que a escola em si não os prepara profissionalmente.

Argumentado se a EJA deveria mostrar saídas para o desemprego, principalmente a parte prática:

Professores e alunos, em média, concordam em parte que a EJA deveria trabalhar saídas para o desemprego, mostrando a parte prática, no entanto, os alunos tem um grau de concordância maior do que os professores. Até porque questionados se os alunos sabiam o que era a Economia Solidária 2% já ouviram falar pela televisão, 7% já ouviram falar, mas não sabem o que é e 90% disseram que nunca ouviram falar nesse termo.

Questionado se os professores deveriam trabalhar com seus alunos alternativas de trabalho e renda, diferente do trabalho formal, já que este não tem espaço pra todos:

Pelas respostas vê-se que, em média, os alunos gostariam que os professores trabalhassem com eles alternativas de trabalho e renda, diferente do trabalho formal, já os professores, em média, tendem a discordar. E conforme fora dito por Singer (2008, p. 291): “o trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção.” E nada melhor que seja trabalhado essas opções pelo professor, já que é agente transformador de opinião.

Perguntado aos alunos se eles conheciam alguma empresa onde não existe patrão, todos são os donos, a divisão de trabalho é igualitária assim como o lucro, apenas 2 pessoas (5% dos questionados) disseram que sim e 39 pessoas disseram que não (95%). Embora 41% das pessoas já ouviram falar de alguns empreendimentos que trabalham com essa forma de trabalho com as associações e cooperativas, mas desconheciam essas ações dos empreendimentos solidários. Vale ressaltar que 1 pessoa disse que já trabalhou com associações comunitárias e outro com uma cooperativa, mas não associaram os empreendimentos ao nome Economia Solidária e disseram desconhecer esse tipo de empresa que não há a figura do patrão, de todos serem donos, o que demonstra que dentro desses empreendimentos não há a autogestão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o público da EJA está preenchido com pessoas de baixa renda; essas pessoas necessitam do Programa Bolsa Família para sobreviver, embora estejam na EJA para conseguir uma vida mais digna, que pode ser proporcionada através de um emprego que garanta sua sustentação. A renda desse programa é para muitas famílias pobres da EJA a única fonte de renda fixa na casa, conforme verificado na análise, e eles não têm contato com as oportunidades que os empreendimentos solidários podem lhes oferecer. Através do trabalho solidário, pode surgir a oportunidade para esses alunos desenvolverem atividades que permitem a inserção social, já que eles, economicamente, são menos favorecidos, o que lhes permitem enxergar-se dentro da sociedade na qual estão inseridos. Logo observamos que esses empreendimentos concebem uma possível construção de uma nova cultura do trabalho, sendo estes voltados para valorização e inclusão, consistindo em uma alternativa para o crescimento social no tocante à sua reconstrução e gerando, conseqüentemente, trabalho e renda. Com isso, procura-se uma diminuição ou extinção das precariedades e das desigualdades socioeconômicas, assumindo uma postura de solidariedade para ser aplicado na promoção da inclusão social. É uma forma de dizer “não” a esse sistema, de não mais aceitar as opressões que estão sujeitas e buscar libertação, tentando viver dignamente sem a ambição pelo lucro, sem exploração da mão de obra humana. É um novo meio de organizar não só a economia, mas também a sociedade.

Durante o discorrer da pesquisa mostrou-se as conquistas que a EJA foi conseguindo para se chegar hoje aonde ela está: como modalidade de educação básica. Foi exposta a Economia Solidária como possibilidade diante de um mercado excludente e como possibilidade de mudança social, tomando por base uma abordagem sobre o Programa Bolsa Família. No diagnóstico dos dados, pesquisou-se quantos alunos da EJA em Sousa dependem dos programas assistencialistas do governo para sua sobrevivência, se eles têm uma outra fonte de renda, em

que empregam esse valor e como eles se veem sem essa renda (através de questionário); mostrou-se ainda, teoricamente, um possível surgimento de novos empreendimentos solidários, onde a produção é sustentável, o comércio é justo e o consumo é solidário: EJA associada à formação de ensino voltado os empreendimentos solidários.

Enfim, a Economia Solidária foi apresentada à EJA como promoção da libertação e da dignidade do sujeito, mostrando que essa parceria pode ser viável a partir de uma visão comum: ambos buscam a inclusão do ser humano, defendendo o fim da opressão, com raízes na emancipação do indivíduo. Esse elo Economia Solidária x EJA contribuirá para que todos tenham seu espaço e seu valor na sociedade; e é justamente dentro desse contexto de valorização humana que essa junção pode libertar o indivíduo da condição de beneficiado do Programa Bolsa Família. Os empreendimentos solidários estão aí, constituindo-se em uma alternativa que todos devem conhecer. É vital que todos tenham saibam e entendam que existe uma nova economia, como esta funciona, e que esta deve ser explorada e explicada pelos professores, sobretudo na EJA, onde muitos jovens e adultos, a mercê de programas assistencialistas, carecem de uma renda fixa fruto do seu trabalho. Daí propõe-se a Economia Solidária como meio de sobrevivência com mais dignidade e independência para essas famílias. A pesquisa, então, propôs um projeto coletivo dessa classe desfavorecida: a economia solidária como instrumento para emancipação dos sujeitos.

7 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, V. M. **Programa Bolsa Família: análise crítica no contexto dos Programas de Garantia de Renda Mínima.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2007.

ASSUNÇÃO, R. **A roda viva da Economia.** (p.16 a 23). Bolsa Família. MDS e Combate à Fome. Revista especial I Março / 2010

BARBOSA, G. S. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável,** Revista Visões 4ª Edição, Nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008.

BARBOSA, V. S.; PAULO, M. A. L. **O bolsa família e sua contribuição para o desenvolvimento local.** 2012.

BATISTA, E. M. S. **Programa Bolsa Família: condicionalidades, focalização e valor do benefício.** Monografia apresentada ao curso de Especialização em Orçamento Público. Brasília 2007.

BENINI, E. G.; NETO, L. F. F.; BENINI, E. A.; MELO, R. P. **Cooperativismo e Cooperativismo: reflexões sobre a Economia Solidária.** Artigo apresentado no XLVI Congresso da SOBER, em Rio Branco - Acre, 2008.

BIANQUINI, E. **Tipos de Amostragem em Pesquisa.** Março de 2010.

BRANDALISE, L. T. **Modelos de Medição de Percepção e Comportamento – uma revisão.** 2005. (Docente da Unioeste. Doutoranda em Engenharia da Produção).

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. 18.ed. São Paulo:Saraiva, 2012.

BRASIL. **Decreto Nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004.** Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- CAETANO, D. J. **Bolsa-Família: Efeitos Colaterais**. Texto publicado em 28/09/2010. Disponível em: www.mariafro.com, Acesso em 30/05/2013.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caixa - Bolsa Família**. Disponível em: www.caixa.gov.br, Acesso em 28 de Maio de 2013.
- CARNELOSSI, B. **“Dá o peixe, mas não ensina a pescar?”** Dezembro de 12.
- CARVALHO, M. P. Artigo – **A Educação de Jovens e Adultos nos Governos Lula (2003-2010): Incongruências das Políticas e do FUNDEB**. 2011
- CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011.
- CORSI, D. **Breve histórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil e o PRO-EJA**. 2010.
- COSTA, E. M. A.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C.; ANDRADE, C. A. L.; ARNEIRO, M. P. A. K. B. **Programa de Garantia de Renda Mínima: acomodação ou empoderamento das famílias beneficiárias?** Estudo financiado pelo CNPq com uma bolsa em nível de Iniciação Científica. 2009.
- COSTA, E.; ALVARES, S. C.; BARRETO, V. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos** – Coleção: primeiro caderno: alunas e alunos da EJA, SECAD, Brasília – 2006.
- COSTA, F. R. **Possibilidades para o desenvolvimento local em municípios periféricos** – O estudo faz parte da tese de doutorado em desenvolvimento na Universidade Estadual de Maringá. Apresentado na I SEURB, 2011.
- DECICINO, R. **Desenvolvimento sustentável: Como surgiu esse conceito?** 20/02/2008.
- FERREIRA, L. Artigo: **A evolução do trabalho e o ser humano**. 18 de maio de 2011
- FERREIRA, M. G. C.; CHRISTOPOULOS, T. P. **A influência do Programa Bolsa Família sobre o Comportamento de Consumo da Baixa Renda**. VI ENAPEGS - EIXO TEMÁTICO 5: SUSTENTABILIDADE, MERCADO E SOCIEDADE (2012)
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Paz e Terra, 12ª ed. 1979.
- GALVÃO, R. C. S. **Bolsa Família, educação e cidadania**. Revista Eletrônica de Educação. Ano II, No. 03, ago./dez. 2008.
- GONZAGUINHA – Compositor. **Música: Um homem também chora**. Álbum – Alô, Alô Brasil. Ano de divulgação – 1983
- GRAZIA, G. R. **De trabalhador a pedinte**. Artigo. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 75-85 jan./jun. 2007
- HADDAD, S.; PIERRO, M. C. D. Escolarização de jovens e adultos. In: **Revista Brasileira de Educação Nº 14**. (p. 108 a 130). Mai/Jun/Jul/Ago 2000
- JAMBEIRO, M. M. A.; SANTOS, V. D. **Programa Bolsa Família: política social ou assistencialismo?** – Artigo. Cairu em Revista. Jan 2013, Ano 02, nº 02, p. 85-105, ISSN 22377719.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS): **Bolsa Família**. Brasília, Distrito Federal.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MDF). **O que é Economia Solidária**. Disponível em: www.mte.gov.br, Acesso em 26 de maio de 2013.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MDF). **Plano Brasil sem Miséria**. Disponível em: www.mds.gov.br, Acesso em 12 de Junho de 2013.

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília – DF, março, 2003.

MULS, L. M. **Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais**. Economia, Brasília (DF), v.9, n.1, p.1 - 21, jan/abr 2008.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o “novo cooperativismo**. Do livro *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. (91 a 100) Volume I 1ª edição Outras Expressões - São Paulo – 2011

NASCIMENTO, L. C.; VENTURA, C. A. A. Artigo: **Desenvolvimento humano e empreendimentos econômicos solidários: um modelo viável de trabalho no Brasil**, 2011.

NASSIF, L. **O Bolsa Família contenta a linha liberal e a desenvolvimentista**. Artigo. Bolsa Família. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Revista especial I Março / 2010

NASSIF, L. **A importância do Bolsa Família na geração de emprego e renda**. Artigo publicado no Portal IG mostrando a importância do Programa Bolsa Família na geração de emprego e renda – 07 de maio de 2009

OLIVERA NETTO, A. A. **Metodologia da Pesquisa Científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed.rev. e atual. Florianópolis: Visual Books, 2006.

PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1997

PARECER CEB nº: 11/2000. Assunto: **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. APROVADO EM: 10.05.2000.

PISTELLI, R. S. S. **Mercado para Quem? Por uma Comercialização a Favor da Transformação Social**. Do Livro *ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: pensamentos, ferramentas e questões* (páginas 29 a 34) – Porto Alegre : Catarse – Coletivo de Comunicação, 2009.

QUINHÕES, T. A.; FAVA, V. M. D. **Intersectorialidade e transversalidade: a estratégia dos programas complementares do Bolsa Família**. Revista do Serviço Público Brasília 61 (1): 67-96 Jan/Mar 2010.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 -Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

SCHLINDWEIN, C. **Empreendedores, o desafio do negócio próprio**. Uma análise da criação de micro e pequenas empresas. Florianópolis SC, 2004. Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em Engenharia de para obtenção do Título de Mestre.

SHEHERAZADE, R. **Desabafo da jornalista Rachel Sheherazade sobre o Bolsa Família no Jornal do SBT**. Jornal exibido no dia 20 de maio de 2013. Disponível em: www.youtube.com, Acesso em 28 de maio de 2013

SIENA, O. **Metodologia da pesquisa científica: Elementos para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. PORTO VELHO, 2007.

SILVA, A. R. C. **A abordagem do desenvolvimento local sustentável pela mídia: o caso do Polo Farmacológico de Pernambuco**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável – GDLS. - Recife, 16 de setembro de 2011.

SILVA, E. L. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, G. L.; MOREIRA, M. I. I. **Saberes significativos e temas transversais: uma concepção de cidadania no currículo da EJA**. Trabalho de conclusão de curso de Pós Gradu-

ação Lato Sensu em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos do CEFET-CE. 2007

SILVEIRA, A. S. A. S. **O cooperativismo como ferramenta para a promoção do desenvolvimento regional sustentável** - Monografia apresentada para obtenção do título de especialista em Economia das Sociedades Cooperativas, UESC. 2008

SINGER, P. **Economia solidária**. Entrevista com Paul Singer concedida a Paulo de Salles Oliveira. ESTUDOS AVANÇADOS, 2008.

SOUSA, L. P. **Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária** - Vitrine da Conjuntura, Curitiba, v.2, n.2, abril 2009

SOUZA, A. P. **Políticas Sociais, Bolsa Família e Emprego no Brasil**. DIGESTO ECONÔMICO. P.98 a 114. AGOSTO 2010.

SOUZA, B. B. **EJA: Novas metodologias a serem trabalhadas nessa modalidade educativa**. Monografia apresentada ao curso de Especialização do ENCI - Ensino de Ciências por Investigação / FAE/ UFMG. Belo Horizonte 2011

VIEIRA NETO, P. V. **Estatística Descritiva: Conceitos Básicos**. São Paulo, março, 2004.

YUNUS, M. **“Dar dinheiro para os pobres mascara a miséria”**. Em entrevista a Revista Época em 09/06/2013.

A Economia Solidária nas ações em EJA na Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento, Sousa-PB

*Ubiracy Mendes de Sousa
Vorster Queiroga Alves*

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a EJA promoveu um valioso papel em destaque nas discussões políticas do Brasil, dando um enfoque a práticas atuais dentro dos sistemas de ensino, melhorando nas diversas esferas educacionais. Para isso foi necessário planejar a educação de adultos, dentro de novas abordagens, na esfera da educação ao longo de toda vida.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) vem se configurando como valioso instrumento que visa atender a um tipo de modalidade de educação básica que é promovida a jovens e adultos que diante das dificuldades adversas não obtiveram acesso ou mesmo não concluíram os estudos no prazo normal. Na verdade, as dificuldades financeiras sempre foi um dos grandes motivos dos jovens a dar prioridade ao trabalho, com o intuito de ajudar na renda familiar, levando em conta a busca pela sobrevivência.

Nesse contexto entra a Economia Solidária como uma alternativa de busca da valorização do estudante de EJA alocando para novas possibilidades no mercado de trabalho, pregando a solidariedade e cooperação entre seus membros onde o lucro só não seja a mola essencial para o aluno e sim o resgate e o papel desse dentro da sociedade, proporcionando alternativas de trabalho e qualidade de vida.

Singer (1998) retrata a Economia Solidária como algo que não foca diretamente só o lucro imediato e sim a valorização do homem, ou seja, um sistema oposto ao que prega o capitalismo.

A Economia Solidária pode ser vista como um potencial que pode ser visivelmente concretizado para a geração de renda e maximização de qualidade de vida das pessoas. Para isso é necessário, enfrentar desafios, planejando com a educação de adultos, dentro dessa nova abordagem que é a Economia Solidária, na perspectiva da educação ao longo de todo o processo de vida do aluno.

Dessa maneira o educador precisa estar a frente desse processo, pois, qualquer que seja a sua formação, o mesmo transmite, simultaneamente, a sua filosofia de vida.

O estudo apresenta-se através da seguinte estrutura, que inicia por uma breve explicação da literatura sobre os temas relacionados, seguido pela apresentação dos resultados obtidos, terminando com uma conclusão a respeito da ligação entre os temas: EJA e Economia Solidária.

Nesse contexto entende-se que o analfabetismo é uma das mais preponderantes expressões de pobreza no Brasil, é a maior consequência da estruturação social falha, injusta e de exclusão. Para diminuir o analfabetismo, foi criada a EJA pelo governo federal. A EJA é Modalidade de ensino da educação básica para o atendimento e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio, com idade superior a 14 e 17 anos respectivamente. É organizada em cursos e exames supletivos, habilitando o aluno/candidato ao prosseguimento de seus estudos em caráter regular. Castro (2002) afirma que a escola, no cumprimento da sua função social, deverá desenvolver nas crianças, jovens e adultos a sua formação, competências e habilidades para prepará-los para agir conforme as exigências da contemporaneidade.

E para diminuir a pobreza foi criada uma modalidade econômica chamada de Economia Solidária que possui como base o associativismo e cooperativismo, focada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade

a reprodução ampliada da vida. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista.

O desemprego leva a refletir se existem outros mundos trabalhistas que não apenas o do assalariado. Da mesma forma que alguns dos processos de produção existentes que não apenas o modo capitalista. O cooperativismo, inserido na economia conhecida como Economia Solidária, atrela-se ao conhecimento da coletividade, do solidário, da autogestão, porque, na teoria, se gere a participação de todos os membros de forma igual, que possui a mesma capacidade de decisão e igualdade na assimilação dos resultados do trabalho.

Dessa forma, uma educação que prioriza a palavra do aluno e os seus conhecimentos de vida, do cotidiano e do trabalho, como principais instrumentos no processo de formação absoluta e trabalha o espírito de solidariedade e cooperação contribui para o que Tiriba (2004) ressaltou: a possibilidade de se superar o vínculo da formação do trabalhador somente para o mercado globalizado, assalariado, excludente e altamente competitivo. E mais, são práticas que “[...] expressam um fazer pedagógico comprometido com a crítica à concepção utilitarista da educação como fator de produção” (TIRIBA; PICANÇO, 2004, p. 27).

Assim, pergunta-se: **Existe a inclusão da abordagem de Economia Solidária nas disciplinas das turmas de educação de jovens e adultos na Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento?**

Na perspectiva de responder tal questionamento foram elaborados os objetivos necessários para realização da pesquisa. Como objetivo geral busca Estudar a utilização de métodos ou ações de Economia Solidária nas ementas das disciplinas das turmas de EJA da E.E.E.M Mestre Júlio Sarmiento na cidade de Sousa – PB. Os Objetivos Específicos são destacados como: Identificar as disciplinas lecionadas nas turmas em EJA da E.E.E.F Mestre Júlio Sarmiento; Descrever as ementas das disciplinas da EJA.

2. O ENSINO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Demonstrar uma realidade do ensino da EJA e economia solidária tem sido algo extraordinário para uma nova postura que vem acontecendo no Brasil no decorrer do tempo. A educação de jovens e adultos não deverá ser levada em conta apenas o aspecto de alfabetização mais sim o aspecto de inclusão sobre diversas maneiras de organização, no ambiente do trabalho como autogestão, cooperativismo e associativismo. Frigooto (1995; p.100) destaca que;

[...] se o sistema educacional investir em uma determinada educação, visando ao desenvolvimento de determinadas competências, aqueles que adquirirem essas competências terão emprego. Esta é uma ilusão brutal. Não negamos a importância da educação, que é crucial e fundamental, mas não por esse caminho, isolada não tem o poder de transformar a realidade social, cultural, política e econômica de uma sociedade marcada pelo estigma escravocrata e pela servil subordinação ao grande capital [...]

O ensino deve estar atrelado ao desenvolvimento do indivíduo para que ele se torne agente transformador no meio em que está inserido, buscando ser auto gestor num sistema que é marcado pelo privilégio de uma minoria em relação a maioria esquecida

Fazer um viés entre a economia solidária e os protagonistas do ensino principalmente em se tratando de educação de jovens e adultos é conectar as relações de cooperativismo com a prática solidária no tocante a inclusão do aluno num mundo de trabalho do qual ele e sua equipe é que poderão gerir seu próprio negócio sem a intervenção da figura de um chefe.

O desenvolvimento da Economia solidária no âmbito da EJA depende da integração de todos os envolvidos, alunos e professor e para o enfrentamento de problemas provocados pelo

capitalismo selvagem. Os alunos que optam pela economia solidária se organizam em cooperativas onde em vez de buscar emprego assalariado numa empresa capitalista e opressora são intimamente donos dos negócios.

Singer entende a Economia Solidária como uma alternativa de sistema que não é opressor e integra seus componentes em uma equipe que luta em prol da coletividade.

[...] A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 2000 p. 138)

Ao retratar a EJA no modelo empregado pela economia solidária deve-se fazer um levantamento do indivíduo para poder inserir na sociedade, dando-lhe um norte através de conceitos como justiça, igualdade, solidariedade, cooperativismo e acima de tudo homogeneidade entre todo grupo.

Atrélendo o fato de que economia solidária é um eixo norteador da EJA: Educação de Jovens e Adultos a que vem mostrar o aluno a alocar a aprendizagem para a aplicação da prática na vida e a convivência em grupos, oferecendo condições e qualidade de vida.

Mool (2004) entende a Educação de Jovens e adultos como um compartilhamento das ações vividas pelo aluno ao longo de toda sua trajetória e que não pode ser deixada para traz devendo ser alvo de experiência para enfrentar as dificuldades.

2.1 A criação do currículo na EJA

É por meio do currículo que se norteia as finalidades da escola como instituição formadora. Exercendo mesmo sem ter a noção do currículo, os professores atrelam vivência ao currículo que diariamente é moldado e posto em prática em seu fazer pedagógico. Mas o currículo não pode ser visualizado apenas como uma mera relação de conteúdos a serem postos e executados em um curso ou série; na verdade, ele é um instrumento que permite constrói identidades específicas.

Sendo um objeto tão valioso e poderoso, observar à análise do currículo que ganha significado cada vez maior no ambiente escolar, requer uma incursão na história, na tentativa de apreender o sentido destinado a este termo em diferentes momentos para ver em que medida isto influencia a concepção e a prática curricular do professor.

O termo currículo deriva-se da palavra latina *Scurrere* e refere-se à corrida, curso. Nesse sentido, as definições de currículo definiram-no como curso a ser seguido, isto é, uma seqüência linear para operacionalizar o aprendizado. Dessa maneira, buscou-se o vínculo entre currículo e prescrição. Porém, bem antes à sua conceituação, o currículo sempre existiu. Desde o momento em que um professor ensinava algo a seus alunos, o currículo e seus elementos (conteúdo, avaliação, relações, conhecimento) estavam ali presentes.

Segundo Goodson (1999), é com a ascendência política do Calvinismo no século XVII que provém o conceito de currículo como seqüência estruturada ou “disciplina”. A partir de então, currículo e controle se tornaram termos inseparáveis. Percebe-se neste momento o poder do currículo para determinar o que seria processado em sala de aula e logo se vê outra forma de poder presente no currículo, o poder de diferenciar, quer dizer “até mesmo as crianças que frequentavam a mesma escola podiam ter acesso ao que representava ‘mundos’ diferentes através do currículo a elas destinado” (GOODSON,1999, p. 13).

2.2 A escola como lócus da pesquisa: espaço, organização, funcionamento e os jovens da EJA

A escola é uma construção social imersa numa historicidade e é também o reflexo de um processo de lutas dos mais variados grupos para que exista a expansão de um sistema público de ensino. Entender a escola implica numa construção teórica comprometida em conhecer os sujeitos que a compõem/frequentam, para que não seja visto tão somente como um local de reprodução de um sistema de valores e de informações universais. A escola é um local de reprodução sim, mas nela também ocorrem a produção e criação de múltiplos saberes por meio das relações estabelecidas por aqueles que a compõem. Assim, tomando-se para investigação uma unidade escolar específica, o primeiro exercício do pesquisador é desvendar suas particularidades. Castro (2002, p. 23) afirma:

A escola, no cumprimento da sua função social, deverá desenvolver nas crianças, jovens e adultos que nela confiam a sua formação, competências e habilidades para prepará-los para agir conforme as exigências da contemporaneidade.

No interior da sala de aula visões de mundo, valores, posições sociais são aprendidos. Essa aprendizagem nem sempre ocorre de maneira igual para todos os sujeitos, pois a vida cotidiana é caracterizada pela heterogeneidade, fato facilmente perceptível quando se realiza uma observação mais detalhada numa escola.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de campo com abordagem exploratório-descritivo, como sendo além de um estudo de caso, uma pesquisa documental seguindo uma trajetória qualitativa.

Na forma de abordagem do problema, a pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa. Segundo Silva & Menezes (2000, p. 20), “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”

A pesquisa de campo é utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimento sobre um determinado problema, o qual se procura resposta, ou de uma hipótese que se queira provar, ou ainda, a descoberta de novos fenômenos e a relação entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Andrade (2009) diz que o fundamento exploratório consiste no primeiro passo de todo trabalho científico, proporcionando maiores informações sobre determinado assunto e facilitando a delimitação de um tema de trabalho. É através das pesquisas exploratórias que se avalia a possibilidade de desenvolver um bom estudo, sendo assim, um trabalho preliminar para outro tipo de pesquisa.

Para Cervo (2002) a pesquisa descritiva tem por finalidade observar, registrar e analisar fatos ou fenômenos, não há interferência do investigador, que apenas procura perceber, a frequência com que o fenômeno acontece, inferindo sobre os dados ou fatos encontrados na própria realidade, utilizando-se da coleta de dados.

Um estudo de caso, segundo (NISBET E WATT, apud LÜDKE E ANDRÉ, 1986) vai apresentar três fases em seu desenvolvimento. Ele caracteriza-se da seguinte forma: inicialmente, há a fase exploratória; num segundo momento, há a delimitação do estudo e a coleta de dados; e, num terceiro estágio, há a análise sistemática desses dados, culminando na realização do relatório.

Na primeira fase houve uma preparação do terreno de pesquisa. Foi definido mais precisamente o objeto, a especificação dos pontos críticos e as questões que foram levantadas, houve o contato com o campo (E.E.E.M Mestre Júlio Sarmiento) e com os sujeitos envolvidos, a

fontes que serviram para coleta de dados foram selecionadas. No começo, apesar de toda essa preocupação com o estudo, não houve a intenção de predeterminar nenhum posicionamento.

Depois dessa fase exploratória, identificou-se os contornos do problema a ser estudado, podendo, então, haver a coleta de dados sistematicamente, usando os instrumentos escolhidos de acordo com a característica da problemática que nesse caso foi observação participante, utilizou-se a técnica de o observador como participante, nesse caso segundo (GOLD, apud MOREIRA, 2002), No papel de observador como participante, o estudioso não interage muito com os sujeitos pesquisados. Não há a tentativa de estabelecer um contato mais ativo com os sujeitos, nem tampouco desenvolver um relacionamento confiável. Além do estudo de caso na coleta de dados ainda foi realizada uma pesquisa documental onde as ementas disciplinares, E.E.E.M Mestre Julio Sarmiento, do curso de EJA foram analisadas, com a finalidade de descobrir se havia ou não a ligação com a Economia Solidária.

Mediante acesso aos dados da escola, constatou-se que a mesma possui cerca de 1500 alunos matriculados desde o início do ano letivo de 2013.

A pesquisa foi realizada durante todo mês de agosto a setembro de 2013 no turno noturno contando com a colaboração da secretária e professores na Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento do município de Sousa - PB, a opção por este ambiente deve-se ao fato da Escola Municipal ser referenciada no município e o pesquisador trabalhar no ambiente como professor de Educação Física, possibilitando uma melhor observação das ações da pesquisa, como também fatores relacionados a obtenção de informações.

Assim faz parte do estudo as disciplinas da matriz curricular da EJA da Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento do Município de Sousa – PB

Os dados foram analisados através da análise de conteúdo qualitativa, porque foi uma análise do processo dessa temática em três turmas onde permite analisar textos de maneira sistemática. Nesse item do trabalho expomos a análise e interpretação dos dados, o qual foram organizados em forma de quadro, através da interpretação das Ementas em EJA da E.E.E.M Mestre Júlio Sarmiento na cidade de Sousa PB. A seguir descreve-se o campo de pesquisa, composto pela ênfase na escola estudada, onde logo depois são destacados os resultados obtidos através da pesquisa documental encontrado na E.E.E.M Mestre Júlio Sarmiento, como também uma análise do quadro geral de informações das ementas descritas e estudada.

Vergara (2004) propõe que o pesquisador defina o tipo de pesquisa com relação aos fins e aos meios de investigação. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista. Com relação aos meios, pode ser classificada como uma pesquisa de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, ex post facto, participante, pesquisa-ação ou estudo de caso. De acordo com os objetivos estabelecidos, esta pesquisa pretende identificar se existe uma relação com as ementas das disciplinas de EJA da E.E.E.M Mestre Júlio Sarmiento com a Economia Solidária para isso procurou localizar as ementas para depois verificar se existe relação ou não.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados foram analisados através da observação das ementas das disciplinas oferecidas na EJA na E.E.M. Mestre Júlio Sarmiento onde existe a 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio com as disciplinas de Artes, Biologia, Inglês, Português, Matemática, Química, História, Geografia, Filosofia e Física, a fim de perceber a ligação com o tema de Economia Solidária.

As ementas foram elaboradas no início de fevereiro do ano de 2013, aonde professores dispostos por áreas se reuniram para elaborar as ementas tudo observado por uma supervisora. Foi obtida em arquivo de pdf pelo estudante pesquisador e colocadas dispostas nos quadros a seguir, como também comentários e relação entre as disciplinas e o conteúdo ministrado.

Quadro 1 – Ementas de Artes da 1ª, 2ª e 3ª Séries

Artes – 1ª, 2ª e 3ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>A arte se manifesta em cinco segmentos básicos: Artes Audiovisuais (Ciências de Animação, vídeo-Arte, Multimídia Artística); Artes Visuais; Dança; Música e Teatro.</p> <p>Nesta vasto universo artístico, o aluno despertará para o desejo de conhecer mais sobre Arte e se nesse contexto será envolvido com o processo criativo através de propostas e oportunidades de atividades que o levam a relacionar o fazer artístico com o conhecimento adquirido. Também, terá contato linguagens artísticas que possam dar orientação profissional futura. Despertando imaginação e conhecimento em atividades que desenvolvem ainda mais sua criatividade, seu senso estético e senso crítico, as habilidades, o trabalho em equipe, ou seja, cooperação mútua etc.</p> <p>Três territórios estão presentes em cada bimestre do Ensino Médio, sendo um deles o foco principal. Considerando o jovem como um produtor cultural, a proposta convida este jovem para olhar o próprio contexto, a cidade e a escola, propondo intervenções, desenvolvendo poéticas em projetos individuais e coletivos, realizando festivais, mostras, exposições etc.</p> <p>Dentre os territórios percorridos desta destacam-se os de processo de Criação e Linguagens Artísticas com mais ênfase. Forma-conteúdo, Mediação Cultural e Patrimônio Cultural também estão presentes, assim como Materialidade. Saberes estéticos e Culturais apoiam a sistematização do que foi estudado.</p>	<p>Espera-se que ao completar este bimestre os alunos desenvolvam as seguintes habilidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Operar com diferentes materialidades, fazendo relações entre fotografia e imaginário poético; ➤ Ler e Pesquisar o material proposto, considerando as estratégias de leitura e pesquisa; ➤ Reconhecer os diferentes gêneros artísticos a partir das aulas expositivas e dos trabalhos desenvolvidos; ➤ Perceber diferentes entre os períodos e linguagens da Arte; ➤ Estabelecer criações próprias e constatar nas próprias obras as influências do contexto histórico apreendido e da contemporaneidade.

Fonte: Pesquisa documental, 2013

Na disciplina de artes referente à 1ª, 2ª e 3ª séries (Quadro1) observa-se claramente que enfoca alguns critérios sobre valores estéticos bem como formas populares executadas em culturas diversas. Em si a ementa pode possuir um elo com a Economia Solidária sem mesmo saber o porquê, pois a arte produzida por determinadas pessoas como as crocheteiras, doceiras, arte de fazer novos produtos a partir de garrafas pete(plástico), levam diversas pessoas a se reunirem em grupos ou associações para vender em forma de Economia Solidária o que promove de certa forma o desenvolvimento socioeconômico dos empreendimentos solidários.

Quadro 2 – Biologia – 1ª Série

Biologia – 1ª Série	
Competências	Habilidades
<p>INTRODUÇÃO À BIOLOGIA</p> <p>Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas como construções humanas percebendo seus papéis no desenvolvimento econômico, social e humano.</p> <p>Compreender a natureza, seus alcances e limitações, auxiliando o indivíduo a tomar decisões de interesse individual ou em coletivo.</p> <p>Entender métodos e procedimentos próprios das ciências naturais e aplicá-los em diferentes contextos.</p> <p>Reconhecer que os conhecimentos científicos diante as propriedades e estruturas podem ser importantes para o avanço da ciência e para o desenvolvimento de tecnologias úteis a humanidade.</p> <p>Valorizar os estudos detalhados sobre o interior da célula viva, reconhecendo-os como possíveis geradores de conhecimento e tecnologias úteis a humanidade, entre elas as relacionadas à saúde humana.</p>	<p>Confrontar interpretações científicas, entendendo-se que elas se desenvolveram por continuidade, divergências de ideias ou ruptura de paradigmas, favorecendo o desenvolvimento e a transformações da sociedade.</p> <p>Compreender a ciência (Biologia) como uma necessidade e realização humana estimulando a uma nova concepção contribuindo na construção da sociedade contemporânea.</p> <p>Identificar e explicar os diferentes hierárquicos de organização do mundo vivo.</p> <p>Relacionar as informações em diferentes formas de linguagens e representações usadas nas ciências físicas, químicas ou biológicas, como textos discursivos, gráficos, resumos, tabelas, linguagens simbólicas.</p> <p>Interpretar modelos e experimentos para explicar fenômenos em qualquer nível de organização biológica.</p> <p>Esquematizar os processos de permeabilidade físico-químico responsáveis pela entrada e saída de substâncias nas células.</p> <p>Identificar e associar diferentes partes da célula, sua estrutura e função como parte integrante do organismo.</p>

Fonte: Pesquisa documental, 2013

Em relação a ementa da disciplina de Biologia referente a 1ª série (Quadro 2) esta focaliza o estudo do homem e a natureza no seu meio. Se fizer a abordagem da ementa com o estudo da Economia Solidária se vê algum elo de existência entre ambos, a não ser quando trata a economia como relação humana onde se parte do princípio que são os seres humanos que se relacionam e não as mercadorias.

Quadro 3 – Biologia – 2ª Série

Biologia -2ª Série	
Competências	Habilidades
<p>I – A diversidade Biológica.</p> <p>Cap: 01 – Sistemática e classificação biológica.</p> <p>Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas como construção humana, percebendo seus papéis nos processos de Produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.</p> <p>II - Vírus, bactérias, algas, protozoários e fungos.</p> <p>Cap: 02 – Vírus e Bactéria. Cap: 03 - Algas, protozoários e fungos.</p> <p>Compreender interações entre organismos e ambientes, em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.</p> <p>Apropriar-se de conhecimento da Biologia para, em situações-problemas, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científicas - tecnológicas.</p>	<p>Confrontar interpretações científicas com interpretações baseadas no senso comum, ao longo do tempo ou em diferentes culturas.</p> <p>Compreender o papel da evolução na produção de padrões, processos biológicos ou na organização taxonômicas dos seres vivos.</p> <p>Relacionar informações apresentadas em diferentes formas de linguagem e representação usadas nas ciências físicas, químicas ou biológicas, com texto discursivos, gráficos, tabelas, relações matemáticas ou linguagem simbólica.</p> <p>Reconhecer mecanismos de transmissão da vida, prevendo ou explicando a manifestação de características dos seres vivos.</p> <p>Avaliar propostas de alcance individual ou coletivo, identificando aquelas que visam à preservação e à implementação da saúde. Individual, coletiva ou do ambiente.</p>

Fonte: Pesquisa documental, 2013

A disciplina de Biologia referente a 2ª série (Quadro 3) visa aprimorar o conhecimento do aluno da EJA pautado no fenômeno Vida, ou seja, compreender e relacionar a vida e seus fenômenos bem como o processo de organização dos seres vivos. Poderia haver um elo com a Economia Solidária na medida em que o estudo das organizações dos seres vivos como o caso das abelhas e formigas que trabalham juntos para o bem comum do seu grupo parece está inserida no contexto de cooperação e associação de empreendimentos solidários agindo de forma igualitária e auto-gestionária.

Quadro 4 – Biologia – 3ª Série

Biologia -3ª Série	
Competências	Habilidades
<p>Anatomia e fisiologia humana</p> <p>Compreender interações entre organismos e ambiente em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.</p> <p>Entender métodos e procedimentos próprios das ciências naturais e aplicá-los em diferentes contextos.</p> <p>Apropriar-se do conhecimento da Biologia para, em situações-problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.</p> <p>Ecologia</p> <p>Compreender as ciências naturais e as tecnologias a elas associadas com construções humanas, percebendo seus papéis nos processos de produção e no desenvolvimento econômico e social da humanidade.</p> <p>Associar intervenções que resultam em degradação ou conservação ambiental a processos produtivos e sociais e a instrumentos ou ações científico-tecnológicos.</p> <p>Compreender interações entre organismos e ambiente em particular aquelas relacionadas à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais.</p> <p>Apropriar-se de conhecimentos da Biologia para, em situações problema, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.</p>	<p>Anatomia e fisiologia humana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar padrões em fenômenos e processos vitais dos organismos, como manutenção do equilíbrio interno, defesa, relações com o ambiente, sexualidade, entre outros. • Interpretar modelos e experimentos para explicar fenômenos ou processos biológicos em qualquer nível de organização dos sistemas biológicos. • Relacionar propriedades físicas, químicas ou biológicas de produtos, sistemas ou procedimentos tecnológicos às finalidades a que se destinam. • Avaliar propostas de alcance individual ou coletivo, identificando aquelas que visam à preservação e a implementação da saúde individual, coletiva ou do ambiente. <p>Ecologia</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar propostas de intervenção no ambiente considerando a qualidade da vida humana ou medidas de conservação, recuperação ou utilização sustentável da biodiversidade. • Identificar etapas em processos de obtenção, transformação, utilização ou reciclagem de recursos naturais, energéticos ou matérias-primas, considerando processos biológicos, químicos ou físicos neles envolvidos. • Avaliar impactos em ambientes naturais decorrentes de atividades sociais ou econômicas, considerando interesses conflitantes. • Identificar padrões em fenômenos e processos vitais dos organismos, como manutenção do equilíbrio interno, defesa, relações com o ambiente, sexualidade, entre outros. • Associar características adaptativas dos organismos com seu modo de vida ou seus limites de distribuição em diferentes ambientes, em especial em ambiente brasileiros. • Avaliar proposta de alcance individual ou coletivo, identificando aquelas que visam à preservação e a implementação da saúde individual, coletiva ou do ambiente.

Fonte: Pesquisa documental, 2013

A ementa da disciplina de Biologia referente a 3ª série (Quadro 4), foca o estudo da anatomia, fisiologia e ecologia entre organismo e ambiente. Um elo que poderia ser feito com a Economia Solidária seria uma relação com a ecologia, como por exemplo, muitas cooperativas

trabalham com coleta de lixo onde fazem a reciclagem e vendem. Além de ser um processo favorável a natureza o grupo ganha uma renda, sendo uma alternativa de trabalho.

Quadro 5 – Língua estrangeira – Inglês – 1ª, 2ª e 3ª Séries

Língua estrangeira – Inglês – 1ª, 2ª e 3ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>Conhecer e usar língua(s) estrangeira(s) moderna (s) como instrumento de acesso a informação e a outras culturas e grupos sociais.</p>	<p>Associar vocábulos e expressões de um texto em língua estrangeira moderna ao seu tema.</p> <p>Utilizar os conhecimentos da língua estrangeira moderna e seus mecanismos como meio de ampliar as possibilidades de acesso a informação, tecnologia e culturas.</p> <p>Relacionar um texto em língua estrangeira moderna, as estruturas linguísticas, sua função e seu uso social.</p> <p>Reconhecer a importância da produção cultural em língua estrangeira moderna como representação da diversidade cultural e linguística</p>

Fonte: Pesquisa documental, 2013

Ao observar a ementa de Inglês (Quadro 5), referente a 1ª, 2ª e 3ª Séries, nota-se a preocupação de o jovem da EJA aprender um idioma em que possa falar ou ler pequenos fragmentos de texto. Com a globalização, é cada vez mais necessário se comunicar com diversas pessoas através de outra língua que não o Português. Levando em consideração a união em uma cooperativa ou associação que precisa fazer intercâmbio dos seus produtos em outro mercado através da Economia Solidária, seria interessante a interação com outras línguas como no caso Inglês para possibilitar um suporte maior ao empreendimento.

Quadro 6 – Português – 1ª e 2ª Séries

Português – 1ª 2ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna geradora de significado e integradora da organização do mundo e da própria identidade.</p> <p>Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias, da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-os aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem a solucionar.</p>	<p>Reconhecer posições críticas aos usos sociais que são feitos das linguagens e os sistemas de comunicação e informação.</p> <p>Reconhecer a função e o impacto social das diferentes tecnologias da comunicação e informação.</p> <p>Relacionar em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.</p>

Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e nas manifestações específicas.

Fonte: Pesquisa documental, 2013

A ementa de Português da 1^a e 2^a série, descrita no (Quadro 6) busca o conhecimento de técnicas para se ter informação e comunicação entre os indivíduos. Fazendo uma ponte com a Economia Solidária, comunicação e informação pode ser vista como fator vital de uma cooperativa ou associação onde a falta pode causar diversos problemas entre os cooperados. A comunicação eficiente ocorre quando o emissor obtém os resultados esperados pelo receptor. As pessoas que trabalham em processos de colaboração como é o caso das cooperativas, devem estabelecer uma forma para a troca de mensagens, de maneira que as mesmas possam ser repassadas para todos de forma plausível.

Quadro 7 – Português – 3^a Série

Português – 3 ^a Série	
Competências	Habilidades
<p>Compreender e usar a língua portuguesa como língua materna, geradora de significado e integradora da organização do mundo e da própria identidade.</p> <p>Entender os princípios, a natureza, a função e o impacto das tecnologias da comunicação e da informação na sua vida pessoal e social, no desenvolvimento do conhecimento, associando-os aos conhecimentos científicos, às linguagens que lhes dão suporte, às demais tecnologias, aos processos de produção e aos problemas que se propõem a solucionar.</p> <p>Confrontar opiniões e pontos de vista sobre as diferentes linguagens e suas manifestações específicas.</p>	<p>Reconhecer posições crítico aos usos sociais que são feitas das linguagens e os sistemas de comunicação e informações.</p> <p>Reconhecer a função e o impacto social das diferentes tecnologias da comunicação e informação.</p> <p>Relacionar, em diferentes textos, opiniões, temas, assuntos e recursos linguísticos.</p> <p>Estabelecer relações entre o texto literário e o momento de sua produção, situando aspectos do contexto histórico social e político.</p>

Fonte: Pesquisa documental, 2013

A ementa de Português da 3^a série (Quadro 7), tendo uma certa diferença do Português abordado nas séries anteriores, formula a importância da produção do texto e o impacto social das tecnologias de informação e comunicação. Em relação a Economia Solidária fazendo uma ponte sobre essa ementa pode-se chegar a uma conclusão que tecnologias da comunicação e informação desempenham papéis importantes nas cooperativas e associações pois fornece suporte nas tomadas de decisões.

Quadro 8 – Matemática – 1ª, 2ª e 3ª Séries

Matemática – 1ª, 2ª e 3ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>Construir significados para os números naturais, inteiros, racionais e reais.</p> <p>Utilizar o conhecimento geométrico para realizar a leitura e a representação da realidade e agir sobre ela.</p> <p>Construir noções de grandezas e medidas para a compreensão da realidade e a solução de problemas do cotidiano.</p> <p>Modelar e resolver problemas que envolvem variáveis socioeconômicas ou técnico-científicas, usando representações algébricas.</p> <p>Interpretar informações de natureza científica e social obtidas da leitura de tabelas, realizando previsão de tendência, extrapolação, interpolação e interpretação.</p>	<p>Reconhecer, no contexto social, diferentes significados e representações dos números e operações – naturais, inteiros, racionais ou reais.</p> <p>Resolver situação-problema envolvendo conhecimentos numéricos.</p> <p>Utilizar conhecimentos geométricos de espaço e forma na seleção de argumentos propostos como solução de problemas do cotidiano.</p> <p>Identificar representações algébricas que expressem a relação entre grandezas.</p> <p>Utilizar informações expressas em gráficos para fazer inferências.</p> <p>Resolver problemas com dados apresentados em tabelas ou gráficos.</p> <p>Utilizar conhecimentos algébrico/geométricos como recurso para a construção de argumentação.</p>

Fonte: Pesquisa documental, 2013

Prosseguindo, a ementa da disciplina de Matemática da 1ª, 2ª e 3ª séries (Quadro 8), evidencia a preocupação constante com números e operações entre eles. As cooperativas e associações que estão presentes na Economia Solidária trazem em seu cotidiano o fator financeiro do qual utilizam de números em suas operações.

Quadro 9 – Química – 1ª, 2ª e 3ª Séries

Química – 1ª, 2ª e 3ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>Traduzir a linguagem discursiva em linguagem simbólica da Química e vice-versa.</p> <p>Traduzir a linguagem discursiva em outras linguagens usadas em Química: gráficos, tabelas e relações matemáticas.</p> <p>Identificar fontes de informação e formas de obter dados relevantes para o conheci-</p>	<p>Utilizar os conceitos químicos dentro de uma visão macroscópica.</p> <p>Manter relações proporcionais, efetuar cálculos matemáticos. Interpretar e deduzir fórmulas.</p> <p>Utilizar ideias e procedimentos científicos (leis teorias, modelos) para resolução de problemas qualitativos e quantitativos em química.</p>

<p>mento de Química (livros, jornais, manuais etc).</p> <p>Descrever as transformações químicas em linguagens discursivas.</p> <p>Entender método e procedimento próprios das ciências naturais e aplicá-las em diferentes contextos.</p> <p>Apropriar-se do conhecimento de química para, em situações problemas, interpretar, avaliar ou planejar intervenções científico-tecnológicas.</p>	<p>ca.</p> <p>Desenvolver conexões hipotético-lógicas que possibilitem previsões acerca das transformações.</p> <p>Relacionar informações apresentadas em diferentes formas de linguagem e representações usadas na Química, como textos discursivos, gráficos, tabelas, relações matemáticas ou linguagem simbólica.</p> <p>Utilizar leis da Química pra interpretar processos naturais ou tecnológicos inseridos no contexto da termoquímica e/ou da cinética. Interpretar experimentos ou técnicas que são utilizadas para melhor compreensão do conteúdo em pauta.</p> <p>Reconhecer aspectos químicos na interação individual e coletiva do ser humano com o meio ambiente.</p> <p>Reconhecer o papel da Química no sistema produtivo, industrial e rural.</p>
---	---

Fonte: Pesquisa documental, 2013

A ementa da disciplina de Química da 1ª, 2ª e 3ª (Quadro 8), tem como objetivo transmitir ao aluno da Eja a importância da Química no contexto atual e que todo objeto é formado por inúmeras partículas denominadas de átomos, ou seja, tudo que está ao nosso redor tem Química. Trazendo temas da Química para a Economia Solidária percebemos que em algumas cooperativas que trabalham na produção de material de limpeza por exemplo é através da Química que esses produtos recebem cor, cheiro, e combatem a sujeira.

Quadro 10 – História – 1ª, 2ª e 3ª Séries

História – 1ª, 2ª e 3ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>Compreender os elementos culturais que constituem as identidades.</p> <p>Compreender as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder.</p> <p>Compreender a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes</p>	<p>Interpretar historicamente e/ou geograficamente fontes documentais acerca de aspectos da cultura.</p> <p>Analisar a produção da memória pelas sociedades humanas.</p> <p>Associar as manifestações culturais do presente aos seus processos históricos.</p> <p>Comparar pontos de vista expressos em dife-</p>

grupos, conflitos e movimentos sociais.

Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.

Utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia, favorecendo uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

rentes fontes sobre determinado aspecto da cultura.

Identificar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio cultural e artístico em diferentes sociedades.

Identificar os significados histórico-geográficos das relações de poder entre as nações.

Analisar a ação dos estados nacionais no que se refere à dinâmica dos fluxos populacionais e no enfrentamento de problemas de ordem econômico-social.

Identificar registros de práticas de grupos sociais no tempo e no espaço.

Analisar o papel da justiça como instituição na organização das sociedades.

Analisar a atuação dos movimentos sociais que contribuíram para mudanças ou rupturas em processos de disputa pelo poder.

Comparar diferentes pontos de vista, presentes em textos analíticos e interpretativos, sobre situação ou fatos de natureza histórico-geográfica acerca das instituições sociais, políticas e econômicas.

Identificar o papel dos meios de comunicação na construção da vida social.

Relacionar o uso das tecnologias com os impactos sócio-ambientais em diferentes contextos histórico-geográficos.

Fonte: Pesquisa documental, 2013

A ementa de história da 1^a, 2^a e 3^a sérieS (Quadro 10) foca ser humano entrelaçado com o seu passado e presente. Em relação a Economia Solidária, a sociedade sempre preocupada em vencer esse capitalismo desenfreado vem buscando ao longo do tempo novas alternativas como os empreendimentos cooperativados, de auto-gestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

Quadro 11 – Geografia – 1ª, 2ª e 3ª Séries

Geografia – 1ª, 2ª e 3ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>Compreender os fenômenos locais, regionais e mundiais, observando os problemas sociais e ambientais da sociedade.</p> <p>Analisar as dimensões de espaço e tempo existente na superfície terrestre.</p> <p>Identificar a linguagem própria para à análise geográfica.</p>	<p>Analisar a evolução do planeta Terra, desde sua origem até os dias atuais.</p> <p>Identificar as características das estruturas e formas do relevo.</p> <p>Identificar os fatores e elementos climáticos.</p> <p>Analisar as alterações climáticas nas diversas escalas de tempo.</p> <p>Compreender o papel da água para a vida dos animais e das plantas.</p> <p>Identificar os principais biomas no planeta e no território brasileiro.</p> <p>Analisar a questão ambiental, observando as conferências em defesa do meio ambiente.</p>

Fonte: Pesquisa documental, 2013

Em relação a ementa de Geografia 1ª, 2ª e 3ª séries (Quadro 11) visa o estudo do espaço em torno do homem bem como os aspectos regionais e mundiais. Nas entrelinhas a Economia Solidária se torna uma importante ferramenta na ementa de Geografia pois leva o aluno a pensar e refletir sobre o combate à exclusão social, sendo possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a minimizar as desigualdades materiais.

Quadro 12 – Filosofia – 1ª, 2ª e 3ª Séries

Filosofia – 1ª, 2ª e 3ª Séries	
Competências	Habilidades
<p>Apresentar como se constrói o pensamento filosófico, explorando a ideia de experiência filosófica.</p> <p>Discutir a importância da filosofia na vida das pessoas.</p> <p>Ampliar o que é o mito, explicando tratar-se de uma intuição compreensiva da realidade.</p> <p>Apresentar o conteúdo, fazendo com que o aluno identifique os mitos atuais.</p>	<p>Entender o papel da Filosofia na construção do conhecimento e do saber.</p> <p>Compreender as diferentes visões da Filosofia.</p> <p>Contextualizar os conhecimentos filosóficos.</p> <p>Analisar a função do mito.</p> <p>Relacionar a importância dos mitos como forma de pensamento.</p> <p>Discutir a atualidade da ideia de mito e suas manifestações contemporâneas.</p> <p>Identificar os mitos atuais.</p>

Fonte: Pesquisa documental, 2013

Em relação a disciplina de Filosofia(Quadro 12) a ementa leva o aluno da Eja a discutir sobre pensadores o que ocasiona a inquietação e conduz ao questionamento. Fazendo um elo com a Economia Solidária perguntas sobre o conhecimento, sobre os valores (o que é o capitalismo e o que é o cooperativismo e associações), levariam a questionar e procurar uma verdade para combater alguma coisa que não está certa. Dessa maneira a inquietação ao modo do sistema capitalista tem levado ao homem uma procura de algo mais justo em que todos podem ganhar e que todos possam trabalhar juntos e serem donos do próprio negocio como é o caso dos empreendimentos solidários em volta da Economia Solidária.

Vale salientar que a disciplina de Física não foi demonstrada, por não haver ementa disponibilizada pelos professores, apesar de pertencer agrade curricular das disciplinas obrigatórias do curso da EJA.

4.1 Contextualização e análise das ementas do curso de EJA

Ao analisar as ementas do curso de EJA na Escola Estadual de Ensino Médio Mestre Júlio Sarmiento pode-se observar que mesmo não havendo uma ligação direta com o tema Economia Solidária, existem diversos assuntos nas ementas que podem ser relacionados com a abordagem da Economia Solidária, assim como foi exemplificado na análise dos resultados anteriormente. Por entender que o professor precisa estar em constante formação, adequando as implicações do processo educativo na sociedade e na realidade dos sujeitos envolvidos no processo, conduzindo-os ao diálogo, a troca de experiências na busca da conquista de novos conhecimentos e de novas aprendizagens.

Várias são as definições atribuídas ao termo currículo, aqui vamos entendê-lo como “um processo complexo e contínuo de planejamento ambiental, (...) como um ambiente simbólico, material e humano que é constantemente reconstruído” (Apple, 1999, p. 210).

Uma análise crítica das ementas permite que sejam analisados alguns elementos como a relação ao processo de criação, seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar tem com os processos sociais mais amplos; a forma pela qual os educadores reagem aos programas oficiais; a maneira como o conhecimento escolar é distribuído de acordo com os diferentes grupos sociais; os elementos de ideologia, conformismo, produção e resistência presentes no currículo, dentre outros, que uma análise puramente pedagógica e metodológica não possibilita.

A intensa mobilização de segmentos da escola, poder público e da sociedade civil, especialmente dos diversos educadores dos movimentos sociais, representa importante conquista histórica na construção cotidiana do currículo de EJA, construindo um espaço de reflexão, expressão, articulação e diálogo entre os saberes popular e científico.

Organizar uma ementa e conseqüentemente um currículo implica num processo que se realiza entre lutas, conflitos de posições e relações de poder. Ao colocar os princípios da Economia Solidária em pauta nas aulas da EJA, educadores, educandos e gestores são convidados para refletirem sobre a diversidade sócio/cultural que permeia a EJA, pois educar é criar situações de aprendizagem nas quais todos os sujeitos envolvidos possam despertar para a sua dignidade de sujeitos do seu futuro. Sendo assim, um currículo onde a EJA e a Economia Solidária dialogam é considerado artefato social e cultural, pois a Economia Solidária traz o saber local para prática real na sala de aula.

Entre as muitas situações didáticas que aprofundam o assunto, os temas geradores passam a abarcar a discussão de diversas temáticas que envolvem questões de saúde, serviços telecomunicação, direito do consumidor, concepção mais ampliada de trabalho, segurança, ética, gênero, direitos humanos, relações sociais, serviços públicos, educação, meio ambiente entre outros.

Um trabalho realizado assim proporciona aos educandos a liberdade de crescimento, pois reconhece o conhecimento como construção dentro de um contexto sociocultural real, subsidiando mudanças na melhoria da qualidade de vida individual e coletiva.

A Economia Solidária não pode ser vista apenas como um movimento econômico, pois é necessário que esteja ligada a outros movimentos sociais que buscam a melhoria de qualidade de vida da população em geral. Singer (2002), entende a Economia Solidária como mais uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social.

“A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente...” (SINGER, 2002, p 28)

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural, pelo contrário, ela exige dos sujeitos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição.

Fica claro que prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva e exige uma pedagogia que “fale a língua dos sujeitos” – a educação popular possui este linguajar, porque é feita por e pelos sujeitos dentro de suas comunidades!

O desafio pedagógico é constante, pois trata-se de uma formação do diálogo como prática de liberdade, que visa ir para além do capital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como observado, o cenário do desemprego estrutural tem excluído muitos sujeitos da economia capitalista mundial. Ao mesmo tempo em que isso acontece, essa situação tem levado os setores populares a resistir e a desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda para garantir a estes sujeitos desempregados sustentabilidade e sobrevivência. Ou seja, os setores populares têm constituído iniciativas econômicas como resposta a este cenário.

Origina-se e reforça-se aí a possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho, pois certamente, podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA e na educação em geral que não represente uma relação direta entre a conexão da educação decorrente de um novo trabalhador, formado a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista.

Quando falamos em formação de educadores da EJA, é preciso considerar as questões relacionadas às lutas sociais, pois estas influenciam a fisionomia das lutas pedagógicas. Os princípios da educação popular precisam dialogar com a educação formal, pois este diálogo é libertador ao trazer a relação dinâmica dos grupos populares com a realidade social em que estão inseridos.

A formação se dá a partir da ação: a educação popular é um processo de luta e de formação permanente e contribui para uma ação dialógica problematizadora, fortalecendo a prática pedagógica cotidiana dos/as educadores/as, através da reflexão sistemática da ação educativa e das discussões com o grupo de educadores/as.

Desta forma se faz necessária a aproximação entre os eixos investigativos: educação de jovens e adultos, e uma alternativa de geração de trabalho e renda reflete-se como possível e capaz de construir novas bases para a educação. Essa aproximação é um caminho para a transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada. E essa relação se traduz como um movimento que colabora na formação humana do sujeito, pois uma educação que procura desenvolver a autonomia intelectual, moral e social é uma educação comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade.

Diante de tudo o que foi exposto, percebe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que prima pelo sujeito, que têm como política a inclusão educacional, trazendo de volta à escola, jovens e adultos que por diversas dificuldades não permaneceram no ensino regular e que atrelada a Economia Solidária incentivaria mais ainda a procura por uma alternativa mais social e justa onde pudesse se unir em forma de cooperativismo em que todos ganhassem.

Se faz necessário um estudo mais aprofundado, no sentido de uma maior discussão sobre o processo de implementação da disciplina de Economia Solidária no contexto escolar de jovens e adultos, a fim de discutir a responsabilidade da escola no sentido de conhecer a importância dessa disciplina para a vivência do aluno, os seus anseios e o contexto de vida no qual estão inseridos, reconhecendo-os como ser humano com suas peculiaridades e qualidades.

6 REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A.I. **Trabalho Coletivo e Educação**: um estudo das práticas cooperativas do Programa de Cooperativismo na Região da Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Unijuí/RS: UNIJUÍ, 2001. P. 25-60.

ARBACHE, A. P. B. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro. Papel virtual Editora, 2001.

BRASIL. Lei n. 9.394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: SenadoFederal, 2004.

CAMP. **Saiba Mais sobre Economia Solidária**. [Porto Alegre: CAMP, jul. 2006].

CASTRO, E. **Família e Escola**: O caos Institucional e a crise da modernidade. Disponível em: <<http://clm.com.br/espaco/info9aa/1.html> >. Acessado em: 20.03.2002

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013262200100030000&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

DRUMMOND, S. ; CARVALHO, R. A. A. de. Em busca de novas solidariedades: os empreendimentos da economia social em questão. *In*: Sociedade e Estado / Departamento de Sociologia da UnB. **Dádiva e solidariedades urbanas**. Volume XVI número 1-2. janeiro-Dezembro 2001.

FERRETI, C. J.; SILVA JÚNIOR, J. R.; OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). **Trabalho, Formação e Currículo**: para onde vai a escola? São Paulo: Xamã, 1999. P. 13-41.

FREIRE, P. Educação de Adultos: algumas reflexões. *In*: GADOTTI, M.; ROMÃO, J.(Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006. P. 15-17.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

IRION, J. E. **Cooperativismo e Economia Social**. São Paulo: STS, 1997.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1998.

GOODSON, I. F. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1999

GUIMARÃES, N. A. **Por uma Sociologia do Desemprego**. RBCS, v. 17, n. 50, p. 103-121, out. 2002.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

- MOLL, J. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004. P. 9-17.
- OLIVEIRA, I. B. Democracia Social, cidadania ativa e emancipação na sociedade multicultural. *In*: **Currículo Praticado: entre a regulação e a emancipação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- RIBEIRO, M. Formação Cooperativa e Educação Escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem? *In*: VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Santa Catarina: NUP, 2002. P. 91-110.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000, 118 p. SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002. p. 4. ISBN 8586469513
- SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.
- TIRIBA, L. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 189-217.
- TIRIBA, L.; PICANÇO, I. O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”. *In*: **Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

Ações de Economia Solidária como enfrentamento à evasão escolar nas turmas de EJA: o caso da Escola SESC/LER em Sousa-PB

*Francisca Maria de Oliveira Santos
Voster Queiroga Alves*

1 INTRODUÇÃO

As transformações que ocorrem no cotidiano da sociedade proporcionaram mudanças na formação, renovando a educação formal nas instituições educacionais, que refletiram no ensino/aprendizagem dos alunos. Analisando isso, observa-se o número de jovens e adultos fora de faixa etária que conseguiu voltar a escola e aos programas da Educação de Jovens e Adultos para adquirir novos conhecimentos e concluir os estudos, antes interrompidos.

O estudioso Gadotti (2000) afirma que a evasão escolar é a vilã da educação, pois, se afirma que essa modalidade está crescendo e que estudos tentam descobrir e analisar as causas da evasão, baseados nos princípios da legalidade e com ênfase nos direitos à educação é o que garante a cidadania, assim como acontece na prática efetiva do aprender.

Em vivência na área de educação principalmente na modalidade de Jovens e Adultos pude observar que a maioria dos discentes que deixam a escola retorna anos depois com conflitos relacionados à vida pessoal, trabalho e escola, fatores esses que desmotivam a permanência desses em sala de aula.

Logo, observa-se a necessidade aparente de haver uma remodelação nas ações ligadas à educação, principalmente no que concerne a estruturação do currículo da EJA, acrescentando no projeto político-pedagógico a centralidade no trabalho e a efetivação do direito à educação, principalmente para motivar os jovens, adultos e idosos a manter-se na escola. Concebe-se que as instituições escolares devem estar estruturadas dentro de um processo educativo em todos os aspectos quantitativos e qualitativos, contínuos e espontâneos que possam preparar cada cidadão socialmente dentro de todos os aspectos morais e intelectuais, podendo incluir ações que mantenham o aluno na escola, evitando a evasão.

A temática do enfrentamento à evasão escolar no SESC ler, Sousa-PB, que é um projeto educativo que visa alfabetizar jovens e adultos no Brasil por meio da criação de Centros Educacionais de caráter interdisciplinar e participativo, que surgiu a partir da observação e da relação com pessoas, que devido ao baixo nível de escolaridade, resolveram voltar a estudar, mesmo enfrentando as diversidades.

A partir de levantamentos de dados, resolve-se analisar e problematizar os principais fatores que contribuem para as possíveis demandas do alunado na EJA. Logo, surge o seguinte questionamento: **Quais as causas da evasão escolar e como combatê-lo na educação de jovens e adultos?**

- Como objetivo destaca-se: Verificar as ações de enfrentamento à evasão escolar nas turmas da Educação de Jovens e Adultos na Escola do SESC/Ler na cidade de Sousa-PB.
- Como subsídio ao objetivo geral, estabelecem os seguintes objetivos específicos: Identificar as ações de economia solidária existentes no SESC/Ler; Descrever as ações de enfrentamento à evasão escolar na EJA; Relacionar a visão dos professores com a visão dos diretores.

A Educação de Jovens e Adultos, no projeto SESC\ Ler, tem como fundamento e principal característica o atendimento voltado para as pessoas que por algum motivo, não tiveram oportunidade e acesso aos estudos e ao ensino regular em idade prevista por lei. Pessoas que,

apesar de não terem chances de estudar, não devem ser excluídas de ter uma cultura apropriada a sua história de vida.

Diante dessa ótica, faz-se necessário que haja a compreensão por parte da sociedade no tocante ao que diz respeito aos alunos da Educação de Jovens e Adultos já que são marginalizados e sofre preconceito, vergonha, críticas dentre outras formas de segregação, diante da sociedade.

Perante este problema tão evidente, é necessário ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade com possibilidades capaz de mudar de forma significativa a vida de uma pessoa, lhe permitindo reescrever sua própria história. Segundo Freire (2000), a relação professor aluno se constitui em um ato de conhecimento quando no processo de alfabetização de adultos, demanda-se uma relação de autêntico diálogo aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador - educando) se encontram mediados pelo objeto a ser conhecido. Nesse sentido, os professores são responsáveis por dar sentido a linguagem, entendendo que são sujeitos criadores. Sabe-se que educar é muito mais que reunir-se em sala de aula e mediar conhecimentos. É papel do educador, que atua na EJA, entender melhor o aluno e sua vivência cotidiana, ou seja, é acreditar nas condições do ser humano, interagindo seu crescimento pessoal e profissional (FREIRE, 2000).

2 PRINCIPAIS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para Paulo Freire a educação e alfabetização se intercalam, pois o homem deve assumir um papel de crítico perante o seu contexto social vivenciado, na tentativa de suprir o estado de dominação em que se encontra. Ele proporcionou um método consciente onde “a leitura do mundo precede a leitura das palavras”, como destacou Freire. Assim Paulo Freire foi responsável por organizar em 1963, o novo programa de Alfabetização para Jovens e Adultos. Em 1964 esse programa foi interrompido pelo Regime Militar de 64 quando os militares tornam o poder e controlam o país até 1985. Os militares atrapalham\param o programa de alfabetização de Paulo Freire, pois se tornou uma ameaça ao regime ditador por objetivar a consciência politizada da população brasileira (VIEIRA, 2004).

Um programa que merece destaque no cenário da Educação de Jovens e Adultos é o Programa Alfabetização Solidária. Esse programa ainda em execução tem por meta objetivar a alfabetização de jovens e adultos em cinco meses. É financiada pelo governo federal em parceria com universidades e empresas privadas (VIEIRA, 2004).

Os tópicos seguintes destacam os principais desafios: analfabetismo, repetência e evasão, existentes na Educação Brasileira e que não obstantes, encontram-se também no ensino da Educação de Jovens E Adultos.

2.1. Analfabetismo

Durante muito tempo a alfabetização foi trabalhada pelo método silábico de aprendizagem e o alfabetizador usava cartilhas com sílabas e assim, orientava os alunos a tentar juntá-las para formar palavras e frases soltas, que muitas vezes só memorizavam e repetiam. E tudo isso, evidenciava que não era importante usar o pensamento crítico, mas sim, dominar o código linguístico.

Com o aparecimento das idéias de Paulo Freire essa concepção passou a se modificar interagindo professor e aluno, a partir de então novos métodos surgiram facilitando a compreensão e o sentido da escrita, com o uso de temas e palavras geradoras, baseado na vivência cotidiana dos educandos.

Fica óbvio que para aumentar as possibilidades individuais de educação nessa perspectiva de direito, e para que esse direito se torne universal, é necessário que mude o ponto de vis-

ta dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá mudança de valorização atribuída ao trabalho. Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e está um direito concretamente igual para todos (PINTO, 2000).

O Brasil tem grandes índices de evasão e repetência, ficando na 1ª posição na América Latina. Segundo, o Ministério da Educação – MEC - o Brasil tem um grande número de analfabetos. Isso fica mais que comprovado que essas pessoas estão impossibilitadas de ler e escrever um recado, um bilhete, os ditos analfabetos funcionais. Ainda segundo o MEC, O analfabetismo no nosso país é preocupante, apesar da redução observada nos últimos anos. O analfabetismo esta relacionado com a falta de recursos financeiros e a discriminação racial dos negros e os índios e a pobreza evidente entre esses povos (PINTO, 2000) .

Abaixo desses bolsões, formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores de favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os boias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la. (DARCY, 1995, p.209).

A explicação que há acerca do analfabetismo no Brasil está diretamente ligada às questões históricas como o tipo de colonização do Brasil, a escravidão, o poder nas mãos de uma elite conservadora que se apoderou das maiores riquezas do Brasil em benefício de si próprio e de políticas assistencialistas a educação. Essa questão inicia um processo de mudança com a força internacional e pelas novas evidências do mercado de trabalho (DARCY, 1995).

2.2 Repetência

Segundo a UNESCO (1994), a baixa qualidade da educação brasileira é considerada uma situação recente, sendo o 6º ano o mais problemático do Ensino fundamental. A UNESCO, (1994), observa as possíveis causas desses fracassos na estrutura educacional: a centralização da gestão escolar, a falta de qualificação adequada dos profissionais e métodos ineficazes para o ensino-aprendizagem. A reprovação tem como consequência a falta de estímulos, a distorção série-idade, subemprego e o elevado aumento dos discentes na Educação de Jovens e Adultos.

Políticas de apoio nos setores social, cultural e econômico são necessários à concretização da plena provisão e utilização da educação básica para a promoção individual e social. A educação básica para todos depende de um compromisso político e de uma vontade política, respaldados por medidas fiscais adequadas e ratificados por reformas na política educacional e pelo fortalecimento institucional. Uma política adequada em matéria de economia, comércio, trabalho, emprego e saúde incentiva o educando e contribui para o desenvolvimento da sociedade. (art. 8º da Declaração de Jomtien 1990, p. 10).

Nota-se elevados índices de reprovação no Brasil sendo comprovados pela ausência de políticas públicas favoráveis às diversas classes sociais, econômica e cultural da nossa sociedade como também a deficiência de alguns programas que selecionam alfabetizadores por meio de influência e indicação partidária e não por profissionalismo, tudo isso é a realidade do sistema capitalista brasileiro. A transformação dessa situação pode mudar de acordo com a compreensão educacional que a população desenvolve formando indivíduos com pensamentos voltados a liberdade de expressão.

2.3 Evasão

A evasão escolar torna-se um problema emergente na educação vigente. Anualmente várias crianças e adolescentes vivenciam a problemática da retenção escolar nas escolas brasileiras. A maior dificuldade encontrada durante o ano letivo é a lotação das salas de aulas, pois os gestores vêem tudo isso como descaso cujo sentido se observa nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes como salienta Digiácomo (2010) promotor de justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná as conseqüências dessa evasão escolar podem ser sentidas com mais intensidade nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes em conflito com a Lei, onde os percentuais de presos e internos analfabetos, semi-analfabetos e forem do sistema de ensino quando da prática da infração que os levou ao encarceramento margeia, e em alguns casos supera, os 90% (noventa por cento) (DIGIÁCONO, 2010).

As crianças e adolescentes que são vítimas do abandono familiar e do descaso dos governos estão amparados por lei como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9994\96, Lei Darci Ribeiro) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (EJA).

Diante dessa realidade, o analfabetismo passou a ser reconhecido como problema, pois, até, então, morando longe das cidades, o fato de não saber ler e escrever não dificultava a obtenção de um emprego no cultivo de lavouras (PAIVA, 2006). Mas com o progresso das novas tecnologias as pessoas se sentiram obrigadas a buscar a escola na tentativa de melhorar o padrão de vida e a conseguir um emprego digno para viver no mundo da globalização.

De acordo com Queiroz (2011), a evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa uma renumeração não condizente ao trabalho e as dificuldades de se manter lecionando. Devido a tudo isso, profissionais brasileiros, cada vez mais, preocupa-se com as crianças e adolescentes que vão à escola, porém deixa muito cedo de frequentá-la.

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EJA: UM DIÁLOGO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO

A educação de jovens e adultos (EJA) tem sido analisada nas últimas décadas, pois essa está intrinsecamente ligada ao trabalho, que é uma atividade essencialmente humana e essa relação entre as duas faz parte da própria existência da humanidade. Freire (2006, p. 26, 27), afirma que o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade e insubmissão, assim percebe-se a importância do papel do educador, e de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.

Nessa ideologia, a economia solidária (ECOSOL), esta envolvida com a modalidade EJA, contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida difundindo informações, desmontando preconceitos, motivando e ajudando a dar visibilidade à demanda social da EJA, pois evidência a discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os alunos da EJA passando a torná-los sujeitos com cultura e conhecimento.

A Economia Solidária é um projeto revolucionário para outra sociedade, e isto nos permite formulá-la como nós desejamos. No entanto, não somos utopistas no bom sentido da palavra, ou seja, não ficamos numa discussão pura do que é bom, ou o que é natureza humana. Se quiser também fazer com que essa concepção, esse programa tenha viabilidade de conquistar as mentes e os corações dos nossos cidadãos, senão todos, mas, muitos para, que ela possa se transformar em prática (SINGER, 2002).

Ao enfatizar os valores e princípios da economia solidária para sala de aula, são quebrados os paradigmas que entende que “EJA é inescusável, como afirma BRASIL (2006, p. 56)”. Este conceito é causador de problemas, porque retira a visão da diversidade dos sujeitos de aprendizagem, buscando indagações que incomodam os educandos, pois devemos sim, abordar sua bagagem cultural e saberes de mundo, incentivando-os a retornar a escola em busca de um projeto educativo, mantendo diálogo com a economia solidária, podendo contribuir para a qualificação cidadã de seus aprendizes, formando pessoas críticas, interventoras, autônomas e solidárias e que possam cumprir seu papel de transformar esse cenário globalizado.

Nota-se que a prática da Economia Solidária imposta, no seio do capitalismo, nada existe de natural, pelo contrário, ela exige dos envolvidos a participação dela como um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição dos sujeitos.

Fica evidente que praticar a Economia Solidária nos dias de hoje, exige que as pessoas sejam reeducadas. Essa forma de reeducar deve ser coletiva e exige uma pedagogia que fale a língua das pessoas – A educação popular exige o senso comum, uma linguagem realizada pelas pessoas dentro de suas comunidades.

Segundo Fischer (2002), a Economia Solidária é uma forma de produzir, comercializar e consumir, colocando as necessidades humanas, acima das necessidades do capital, interagindo produção e consumo, preocupando-se com a produção e satisfação.

Nesse caso, a ação possibilita a geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho proporcionando: democratização da gestão de trabalho, conhecimento sobre os segredos da produção, valorização das relações de cooperação, distribuição de renda e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

A política de Economia Solidária tem alternativas princípios e objetivos buscando integrar as estratégias gerais de desenvolvimento territorial sustentável do país e seus investimentos sociais e de formato ao fortalecimento solidário.

A ECOSOL enquanto suporte para EJA procura fazer uma ponte para transformar a realidade dos alunos visando mudanças com inovação no modo de pensar e agir interagindo educadores e discentes.

Ainda na visão de Fischer (2002), economia solidária tende a fortalecer a produção e a reprodução da sociedade, em que se levam em consideração, os valores como forma de cooperação, solidariedade e justiça, distribuída concretamente e praticada pelos envolvidos. Dessa forma, a economia solidária ganha prestígio, e força nos ambientes locais, pois, esses espaços constroem de maneira democrática práticas que tem como papel motivar as perspectivas de sustentabilidade social e ambiental para que tudo isso não se torne uma busca de sobrevivência já que o emprego está distante de se tornar parte de seu cotidiano.

O impulso de implantar a economia solidária surge a partir da necessidade de implementar estratégias tidas como metas para fazer a interação entre o desenvolvimento local, em que se fundem a economia, cultura e relacionamento com o meio ambiente.

A ECOSOL para a Educação de Jovens e Adultos tem o intuito de transformar a realidade visando uma mudança que traga inovações no modo de pensar e agir, tanto do corpo discente como docente, de modo a trazer benefícios que garantam subsídios necessários para o fortalecimento e desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

4 METODOLOGIA

O atual estudo apresenta de forma objetiva as características do trabalho pesquisado como sendo descritiva, pois segundo Marconi e Lakatos (2003), tal pesquisa aborda quatro aspectos principais: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no cotidiano. O referido estudo tenta descrever, registrar e analisar os dados pesquisados durante a pesquisa de campo tendo como princípio buscar informações

baseado em um problema para o qual se procura soluções. Vergara (2000), diz que a pesquisa exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento científico acumulado ou sistematizado.

Essa pesquisa tem caráter exploratório-descritivo sistematizado em questionários realizado com o corpo docente e discente como também, envolve a direção da instituição escolar em estudo e descreve questões que serve de base para explicar opiniões inseridas no contexto da pesquisa.

Os estudos de pesquisa qualitativa diferem entre si quanto ao método, a forma e aos objetivos. Godoy (1995a, p. 62) ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, a saber: O ambiente natural como fonte direta e o pesquisador como instrumento fundamental; O caráter descritivo; O significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida como preocupação do investigador; e Enfoque indutivo.

São diversas as maneiras de crescer no conhecimento de um fenômeno pela sua descrição, pela mediação pela visão de sua estrutura no mundo e interpretação de símbolos e do objeto de pesquisa que não se opõem e nem contrapõe para o enriquecimento da análise de dados.

4.1 Coleta de dados

O foco nessa pesquisa e de manter a discussão de como a educação é um processo ativo que necessita de sujeitos envolvidos que exigem principalmente, execução e avaliação dos resultados esperados. Assim, o trabalho foi organizado da seguinte maneira: um questionário de perguntas e respostas para a direção da escola, os professores e para os discentes, um questionário com questões objetivas. Nessa instituição de ensino analisada, SESC\ Ler, existe um diretor escolar, um coordenador e cinquenta alunos na modalidade de Jovens e Adultos nos turnos tarde e noite.

Inicia-se o trabalho como levantamentos de dados e aplicação de questionários, na escola SESC Ler - Sousa, que atende aos alunos, sendo do ensino fundamental (I segmento). A pesquisa é predominantemente qualitativa e os questionários objetivam enriquecer as abordagens, já que um novo olhar para EJA sempre traz novas possibilidades de investigação, sendo aplicado em outubro 2013, no SESC\Ler.

Os questionários foram aplicados aos alunos (a) do SESC Ler, nos turnos tarde e noite, com turmas do 1, 2 e 3 ciclo (I segmento) com discentes de faixa etária variadas, perfazendo um total de 38 alunos respondentes. Vale ressaltar que foi realizada uma readaptação das questões aplicadas sendo de acordo com o posicionamento dos alunos em questão.

Foi distribuído em folha impressa com um questionário com questões objetivas, sendo sete alternativas de respostas, para os alunos marcarem uma das opções, ou seja, a alternativa que vier de encontro as suas respostas. Este formulário foi entregue aos discentes que estiveram presentes, e as questões foram respondidas em sala de aula, individualmente na presença do professor.

Já o questionário dos docentes e equipe diretiva, foi entregue a cada participante e foi marcado um período de dois dias para que os questionários fossem recolhidos. No total foram aplicados os questionários a 02 (duas) pessoas da equipe diretiva e 05 (cinco) docentes da Educação de Jovens e Adultos, sendo que uma das professoras não entregou o questionário a tempo.

4.2 Tratamento dos dados

A análise dos dados foi realizada a partir dos resultados encontrados com as características correlacionadas com as idéias propostas pela pesquisa e o estudo sugerido.

As questões abertas foram transcritas e transformadas em quadro para posterior análise, já as questões fechadas aplicadas aos alunos, foram quantificadas e transformadas em gráficos, para melhor visualização e análise posterior.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta etapa do trabalho mostra as dificuldades encontradas e superadas pelo alunado para se manter estudando, como os professores e direção que contribuíram para um resultado eficaz dessa pesquisa de campo. Nessa apresentação existe informações pertinentes as atividades desenvolvidas pela equipe diretiva, questionários com professores e entrevistas com alunos jovens e adultos dessa instituição escolar.

5.1 Questionário com a equipe diretiva

A primeira parte compõe o questionário aplicado a equipe diretiva, que quando questionados acerca do papel da direção diante do problema de evasão, obteve-se as seguintes resposta, demonstradas no Quadro 1:

Quadro 1 – O papel da direção diante do problema de evasão

Resposta 1	O papel da direção é acompanhar o dia a dia da escola, observar e dialogar os fatos. Para assim, estudar cada caso com a equipe pedagógica e em seguida, montar estratégias em busca de resgatar o aluno evadido. Trabalhamos no intuito de compreender todo o processo de ensino aprendizagem e sempre aprimorar o que fazemos para o crescimento do aluno.
Resposta 2	É sabido que no Brasil, é geral o grande desafio de facilitar o acesso e promover a permanência do aluno de EJA na sala de aula, no entanto, é dever da escola, e neste caso, dever do SESC, proporcionar meios que amenizem a evasão na EJA. Diante deste quadro, toda a equipe pedagógica e administrativa, realiza periodicamente reuniões, trocar de idéias para organizar metas e estratégias para sanar esta problemática. Dentre as ações que realizamos para o enfrentamento desta problemática está a utilização de linguagem alternativas, como a música o cordel, o teatro, o lazer e esporte, permitindo e facilitando , sobretudo, aos mais velhos , a efetivação da aprendizagem, citamos os mais velhos, por se tratar da maioria do nosso público e por terem maior proximidade com a cultura popular.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Ficou claro que, a direção dessa escola busca resolver a problemática da evasão adequando metodologias favoráveis a aprendizagem dos seus alunos, tudo isso facilita a mediação dos conteúdos apresentados pelo professor em sala de aula e a permanência desses discentes na unidade de ensino.

Em um segundo questionamento, buscou-se entender como a direção vê a prática docente em relação à solução do problema evasão. Com isso obteve-se as seguintes respostas. (Quadro 2). É óbvio que a direção da escola acata as diversas atividades propostas pelos professores, planejado por elas durante o plano semanal das aulas desenvolvidas no decorrer da semana.

Percebe-se que segundo os questionários e entrevistas há evasão escolar nessa unidade de ensino, mas a prática do SESC é trabalhada de forma diferente pelos seus envolvidos detectando a diferença como potencial da escola.

Quadro 2 – Problema da evasão

Resposta 1	<p>À solução desta problemática requer um olhar sensível de todos os profissionais da educação lotados na unidade escolar, no entanto, os docentes são peças fundamentais para a boa condição e permanência dos alunos na sala de aula, pois, o professor deve ter o olhar crítico e apurado no que tange à diversidade e as peculiaridade de cada educando nesse processo.</p> <p>No SESC, há um programa de acompanhamento direto e mais intenso para que esta prática seja possível, pois dentro da carga horária remunerada há horários reservados para as visitas domiciliares, E uma outra características é que a prática pedagógica é voltada inteiramente para o construtivismo, levando em consideração as vivências dos alunos.</p>
Resposta 2	<p>O educador deve conhecer sua turma observar todo o crescimento, as dificuldades, trabalhar com aulas, dinâmicas atrativas, buscando sempre vivenciar a realidade e as necessidades dos alunos para que ele permaneça na escola.</p> <p>O aluno deve se sentir importante e parte essencial de processo de formação em sala de aula.</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Analisando essas respostas das diretoras é visível o compromisso entre os alunos e professores em busca de um ensino de qualidade que possa superar e atender a todos indistintamente, pois nota-se muitas pessoas mostrando vontade de permanecer na escola e isso é gratificante para os professores e a comunidade escolar de forma geral.

5.2 Questionário com os professores

Com o intuito de confrontar a visão dos diretores com a visão dos professores acerca do tema abordado, um outro grupo foi entrevistado, dos professores onde esses educadores informam sobre a pedagogia do trabalho, explorada pelos docentes em sala de aula.

Quando questionados acerca da pedagogia de trabalho, os professores responderam o seguinte (Quadro 3):

Quadro 3 – Pedagogia do trabalho

Professor 1	<p>Nossa pedagogia é voltada para a construção do conhecimento dos alunos de EJA, valorizando e respeitando seus níveis de aprendizagem.</p>
Professor 2	<p>Nossa aprendizagem é voltada para aprendizagem dos jovens e adultos sempre respeitando seus níveis de aprendizagem dentro do processo educativo, formativo e profissional.</p>

Professor 3	A metodologia utilizada é a construção de projetos , onde pesquisamos as necessidades pessoais e de aprendizagem dos alunos. Os mesmos participam efetivamente dessa construção e de acordo com as necessidades retiramos e acrescentamos conteúdos essenciais para a vida dos alunos.
Professor 4	Como metodologia de trabalho temos como base um projeto pedagógico bimestral escolhido a partir de sugestões dos alunos. Importante destacar o conhecimento prévio dos envolvidos como foco e direcionamento das ações. A construção coletiva do conhecimento define atividades diversificadas para a turma heterogênea que constroi os saberes de forma interdisciplinar.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Os professores como pude observar trabalham de forma concisa, ou seja, tentam entender o alunado desde que sigam as regras propostas pelo programa que fazem parte e tudo que eles recebem de enriquecimento é voltado para se obter êxito na educação apreendida nessa escola, dando-lhes uma vida digna e cheia de conhecimentos práticos que contribuem para se tornarem pessoas com cidadania plena e consciência crítica.

Em um segundo questionamento, foi abordado o que os professores fazem para evitar dos alunos se afastarem da escola, e em resposta os docentes informaram que utilizam alguns métodos e ações, conforme demonstram as respostas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Ações para os alunos não se afastarem da escola

Professor 1	Trabalhando na empresa SESC, temos em nosso PPP um cronograma de atividades que contempla 04 horas mensais destinadas a visitas domiciliares aos alunos. Considero muito importante esse momento, pois entendo que esse contato me favorece melhor aproximação e conhecimento do perfil e relação social dos mesmos . Destaco essa ação como fator primordial para a permanência dos alunos em nossa unidade.
Professor 2	Realizamos visitas nas residências dos alunos, onde há uma conversa sincera sobre a ausência da mesma na aula, planejamos atividades que estimulem a frequência dando oportunidade de uma frequência oscilante, conciliando assim, a participação e evasão de alguns.
Professor 3	Realizamos visitas domiciliares, além de oferecer material didático, lanches cinema, passeios culturais e transporte até a escola todos os dias.
Professor 4	São realizadas visitas domiciliares, além de oferecermos materiais didáticos, lanches, festas culturais, line sesc, aulas passeios e transporte direto a escola.

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Observa-se como fica interessante o trabalho em parceria, pois essa é a única escola que teve a preocupação de colocar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da mesma, visitas aos alunos em suas casas para detectar o problema da evasão e o aluno também é beneficiado com ônibus pegando-o em sua porta até a unidade escolar onde ele estuda e toda atividade

planejada pelo corpo docente é acatada pela direção sendo assim, os resultados esperados no ensino aprendizagem são alcançados restando apenas fazer ajustes para obter metas eficientes e oportunas para os alunos aprenderem mais e mais.

5.3 Entrevistas com os alunos

Nos depoimentos seguintes, os discentes informam sobre o entendimento deles quanto a permanência na escola e o que os fazem deixar de estudar, como buscar forças para continuar na batalha diária de se fazer o elo entre escola, trabalho e família.

Em um primeiro questionamento perguntou-se se os alunos gostam de estudar na escola. Dos 38 alunos pesquisados, 100% afirmaram que gostam de estudar no SESC Ler. As justificativas expostas pelos alunos que afirmaram gostar da escola foram a partir de suas ideias analisadas e baseadas no processo de assimilação dos conteúdos repassados pelos professores em sala de aula.

No segundo questionamento procurou saber se o aluno tivesse outra opção de escola, se o mesmo trocaria. Dos alunos que responderam as questões, 74% não mudariam de escola, 26% deixaria de estudar. Os dados mostram que poucos ou quase nenhum trocaria de escola, mesmo observando uma parte dos alunos, nota-se, que a maioria está satisfeito (a) em estudar no SESC, mas ao mesmo tempo nota-se uma diferença em relação as informações contidas anteriormente, pois todos tinham respondidos que estavam satisfeitos.

No terceiro questionamento buscou-se saber se os alunos estavam satisfeitos em relação à metodologia utilizada pelos professores. Dos 38 alunos questionados, 97% estão satisfeitos (a) com as atividades propostas pelo corpo docente da escola e 3% estão insatisfeitos com os professores.

No questionamento de número quatro, procurou saber se surgisse algum trabalho, existiria a possibilidade do aluno deixar de estudar. Das respostas analisadas neste item 42% responderam que abandonariam à escola para trabalhar e 58% se manteriam estudando. Nessa opção a evasão escolar se dá por falta de incentivo das famílias, pois, a situação financeira dificulta a permanência na escola.

Dos alunos questionados, na questão 5, 95% mostram a satisfação com à direção da escola e 5% não aprovam a forma da direção conduzir os destinos da unidade escolar.

Nota-se que entre a direção escolar e o aluno, existe uma parceria e entendimentos amigáveis o qual todos se relacionam satisfatoriamente bem.

Dos discentes questionados na questão 6, 97% responderam que os professores dominam os conteúdos, enquanto 3% disseram que há um nível de dificuldade por parte dos alunos de EJA para adquirir aprendizagem e isso dificulta o repasse.

Para a turma se sobressair bem é preciso que aconteçam anualmente capacitações que atenda as demandas do educador só assim demonstrarão segurança no dia a dia.

Em um ultimo questionamento, procurou-se saber qual a principal causa que fez com que os alunos deixassem a sala de aula. Das exposições obtidas com o questionário, os alunos apresentaram as principais causas da evasão escolar, que são: primeiro vem a família mostrando 68% do total, em seguida os próprios alunos com 29%; e por último, com 3%, vem a distância de casa até a escola, mas vale salientar que essa escola oferece transporte escolar até o local de estudo, o SESC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os resultados obtidos espera-se que este trabalho sirva de subsídio aos estudos desenvolvidos pela EJA. Diante do exposto, foi necessário observar aspectos pertinentes da educação de Jovens e Adultos, tais como a história dessa modalidade e seu fortalecimento, a repetência, evasão além de constatar a EJA como uma educação possível de acontecer.

Dessa forma, a prática docente, tem a prioridade de repensar o ensino aprendizagem dos nossos alunos, sobre a perspectiva de inovar a prática pedagógica dos professores que atuam na área.

É interessante lembrar que precisamos iniciar por meio dos conhecimentos de mundo do aluno, pois a partir daí valoriza-se a experiência de vida e eleva a autoestima e então se começa todo processo de ensino aprendizagem.

Fica oportuno notar que qualquer sujeito que faça parte da sociedade pode contribuir com a educação da EJA. Essa mesma sociedade que discrimina possui uma consciência crítica que pode motivá-los a procurar escolas que funcionam com a modalidade e segmentos direcionados a pessoas que estão há muito tempo sem estudar como também fora de faixa etária.

Logo, este trabalho possibilitou conhecer melhor os enfoques voltados para a Educação de Jovens e Adultos, que não conseguiram por algum motivo, oportunizar a busca por meio do aprendizado qualificado com acompanhamento escolar no ensino regular. Tudo isso foi de suma importância para enriquecer de forma prazerosa a vida do aluno se tornando sujeitos pensantes, críticos e produtor de sua própria história.

Um fator importantíssimo e de grande relevância diz respeito ao trabalho da escola. O seu total apoio ao alunado e a família que podem trazer resultados surpreendentes para a educação. Nota-se que é um trabalho de longo prazo, mas, hoje já se pode sonhar com uma reforma social e econômica que dêem bons resultados e o mais necessário ao Educador é transformar a realidade, onde todos nós fazemos parte dessa história.

Por fim, é visível observar que nessa instituição de ensino os educadores lutam pelos seus aprendizes, pois, ao notificar a ausência do aluno em sua aula, eles buscam incessantemente resgatar esse indivíduo, procurando trazê-los de volta a sala de aula e isso os torna educadores preocupados com a aprendizagem e a cidadania dos seus educandos.

A direção escolar do SESC\ Ler, se dispõe a interagir com a comunidade escolar para assim obter êxito construindo metas favoráveis ao ensino aprendizagem. Assim sendo, os alunos dessa instituição são capazes de lutar de forma coesa pela educação de qualidade, permanecendo adquirindo conhecimentos mediados pelos professores.

As demais unidades de ensino precisam rever as atividades que estão ligadas diretamente ao engrandecimento do ensino aprendizagem da Educação de Jovens e Adultos no SESC, pois, todas essas etapas favorecem ao aprendizado desses alunos oportunizando de forma prática com a ECOSOL.

A educação tem finalidades permanentes. Somos todos seres que estamos buscando aprimorar nossa educação com metas diferenciadas. O professor não deve se sentir superior às demais pessoas e principalmente deixar os seus discentes em pé de igualdade com eles, os profissionais da educação, pois, a humildade no desenrolar do trabalho é essencial, acima de tudo do educador de Jovens e Adultos.

7 REFERÊNCIAS

ARTIGO 8 da Declaração de Jomtien, 1990, p.10.

CUNHA, C. M. Introdução – Discutindo Conceitos Básicos: *In*: SEED-MEC. **Salto para o futuro – Educação de Jovens e Adultos**. Brasília; 1999.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar não basta comunicar e as mãos lavar**. Disponível em: [www. mp.br.gov.br](http://www.mp.br.gov.br).

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido** (17 ed. Rio de Janeiro, paz e terra, 1987).

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. (10 ed. São Paulo: paz e terra, 2002).

- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais do educador**. Porto Alegre. Artes médicas sul. 2000.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *In: Revista de administração de empresas*. V, 35, n2, mar\abr. 1995 a, p. 57-63.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica** - 5 ed.-São Paulo: atlas 2003.
- LEI 934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da República
- MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: www.mec.gov.br, Acesso em 14 de agosto de 2013.
- PAIVA. **Educação popular - Educação de adultos**. Edições Loyola, São Paulo 1987.
- PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 edição. São Paulo. Cartez, 2000.
- RIBEIRO, D. **O Povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1995.
- RIBEIRO, V. M. M. (coord.\ **educação de jovens e adultos-proposta curricular para o 1 segmento do ensino fundamental**), São Paulo\ Brasília, 1997.
- SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: editora fundação Perseu Abramo, 2002.
- UNESCO. **Encontro Latino-Americano sobre educação de jovens e adultos trabalhadores**. (ANAIS), Brasília, p.86-108, 1994.
- VERGANA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas 2000.
- VIEIRA, M. C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

Agricultura familiar e EJA na perspectiva da Economia Solidária

Valéria Marques Abrantes
Vorster Queiroga Alves

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e adultos (EJA) está inserida no cenário educacional brasileiro como resgate de uma dívida social com homens e mulheres, jovens e adultos, que não tiveram acesso à escolarização, ou que por algum motivo estiveram afastados da escola. Após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, a EJA passou a ser caracterizada como modalidade da educação básica, com características próprias, confirmando o direito à educação para todos, independente da idade, prevista na Constituição Federal de 1988.

Ao longo de sua história, a EJA esteve relacionada ao atendimento de sujeitos oriundos das classes populares, cujos direitos sociais foram negados, inclusive o direito à educação e ao trabalho. Isso remete ao entendimento de que não se trata de qualquer jovem ou adulto, mas de pessoas com trajetórias escolares descontínuas, marcada pela exclusão.

Segundo a SENEAS (2003) a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizado sob a forma de autogestão.

Diante desse contexto, para realizar um estudo relacionado às abordagens à Economia Solidária nas escolas municipais de Uiraúna-PB, foi aplicado no instrumento de pesquisa um questionário, com base no seguinte objetivo: Verificar as abordagens ligadas à Economia Solidária e a EJA nas Escolas do Campo no Município de Uiraúna-PB. Buscando identificar especificamente: **i) o perfil de estudantes da EJA; ii) quais escolas que possuem turmas de EJA no Campo; iii) bem como, discutir a possibilidade do Tema Economia Solidária ser trabalhado nas Escolas do Campo.**

O êxodo rural, de forma acentuada, contribui para o agravamento dos problemas sociais, pois os retirantes, em sua maioria, não têm qualificação profissional, o que acaba acentuando os problemas sociais de emprego, moradia, saúde. Nesse sentido, o estudo busca responder ao seguinte questionamento: **Quais as abordagens ligadas à Economia Solidária e a EJA nas Escolas do Campo no Município de Uiraúna-PB?**

Uma vez que, a implantação do tema Economia Solidária nas Escolas do Campo amplia as possibilidades de elevação de escolaridade, qualificação profissional dos jovens e adultos da região. Pois, entende-se que a Agricultura Familiar aliada a Economia Solidária pretende realizar uma mudança de qualidade e de postura do sujeito diante da vida e da organização da sociedade. Desta forma, pode-se dizer que a economia solidária começou a ser visto como um poderoso instrumento de combate à exclusão social por apresentar uma alternativa viável de geração de trabalho e renda.

A economia solidária surge a partir de iniciativas de base comunitária em geral, construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o mer-

cado solidário). O campo da economia solidária, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo e nas cooperativas, aos poucos supera o desafio do mercado e viabiliza sua competitividade, constituindo-se como uma opção inerente ao interior das relações mercantis (LISBOA, 2000).

Desde modo, este trabalho compõe-se de três capítulos no referencial teórico: o primeiro é composto por uma descrição bibliográfica sobre a economia solidária, com um breve histórico do surgimento da mesma no mundo e suas raízes no Brasil. Já o segundo capítulo trata da Educação de Jovens e Adultos no país trazendo um breve panorama da mesma, seus princípios, desafios encontrados tanto pelos professores, como pelos alunos, que estão envolvidos neste contexto. O terceiro capítulo traz a proposta de como o tema Economia solidária deve ser trabalhado nas Escolas do Campo. Também aborda-se o resultado da pesquisa realizada, bem como as discussões destes resultados e as considerações finais do trabalho.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO

Na história de do país, a educação sempre esteve nas mãos da classe dominante. Mais do que ninguém, é a classe dominante que sabe da importância que o processo de educação, bem como a apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados e a construção de novos saberes, tem para manter-se no poder.

No campo, a situação de dominação é ainda mais visível. Na cidade, devido à necessidade que a burguesia tinha de preparar as pessoas para as indústrias, criou-se a cultura de que se precisava frequentar a escola, ao menos para conseguir emprego. Diferente do campo, onde a mutilação foi mais cruel, criando-se a cultura de que o trabalhador do campo, para executar o trabalho na roça, pegar na enxada, não precisava de estudo. Apenas quando o morador das áreas rurais tinha a intenção de sair do campo para a cidade é que surgia a exigência da escolaridade, o que reforçava o estereótipo de que a cidade é um lugar mais desenvolvido.

Segundo Vargas (2004), a articulação por uma Educação do Campo nasce como resultado de uma caminhada que se iniciou em julho de 1997, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST realiza o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em parceria com organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e a Universidade de Brasília - UnB. Neste encontro, lançou-se o desafio de as entidades parceiras desenvolverem algo mais amplo, que dessa conta do contexto do campo, em geral, e de todos os seus sujeitos.

Ainda com Vagas (2004), esta primeira discussão resultou na I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que teve como organizadores MST, UNICEF, UNESCO, CNBB, e UnB. Mas a Conferência contou, também, com a participação de muitos sujeitos de escolas do campo, de ONGs, de sindicatos, associações e de outras entidades que tinham vinculação com o trabalho de educação e o compromisso com esta construção.

Na I Conferência debateu-se a realidade que o campo vivia. Muitos problemas levantados tratavam especificamente da instituição escola. Mas a Conferência trouxe, também, a riqueza de perceber claramente que as especificidades resultavam de um problema mais amplo de estrutura da sociedade, e que as dificuldades eram consequências desta mesma estrutura.

Para Vargas (2004) os compromissos assumidos na Conferência, ratificaram a compreensão de quem eram os sujeitos envolvidos na construção de uma proposta de educação do campo. Esses compromissos e desafios foram assim expressos, conforme o autor (*op cit* 2004), da seguinte forma:

1. Vincular as práticas de educação básica do campo com o processo de construção de um projeto popular de desenvolvimento nacional.
2. Propor e viver novos valores culturais.

3. Valorizar as culturas do campo.
4. Fazer mobilizações em vista de conquista de políticas públicas pelo direito à educação básica do campo.
5. Lutar para que todo o povo tenha acesso à alfabetização.
6. Formar educadores e educadoras do campo.
7. Produzir uma proposta de educação básica do campo.
8. Envolver as comunidades nesse processo.
9. Acreditar na nossa capacidade de construir o novo.
10. Implementar as propostas e a ação dessa Conferência.

Esta primeira Conferência foi uma semente plantada que deu frutos. Disseminando, pelos cadernos escritos, os resultados das discussões travadas, o debate se multiplicou nos estados e municípios, gerando cada vez mais necessidade de pensar, com mais responsabilidade, as especificidades existentes no campo. Quanto à Educação do Campo, Furtado (2004, p. 49), afirma que:

Ela incorpora uma realidade histórica variada, englobando as mais diversas práticas da “vida campestre”, tais como os espaços onde vivem os povos tradicionalmente agricultores, extrativistas, caçadores, ribeirinhos, pescueiros, indígenas, quilombolas, posseiros, arrendatários meleiros e fazendeiros. Expressa a luta dos povos do campo por políticas públicas que garantam o direito à educação.

A escola no meio rural tem sido pensada como o espaço da possibilidade de reconstrução social, como esperança concreta de que o acesso a esta instituição oficial venha ensinar uma educação que possa favorecer a liberdade, interpretada como inserção sócio-profissional de seus filhos. Embora isso nem sempre se concretize, pela necessidade premente que têm os jovens de trabalhar, esta dimensão aponta para a necessidade de Construção de princípios para a transformação, a serem assumidos pelos sujeitos no campo, onde a questão agrária passa a ser interpretada como exigência da classe trabalhadora, presente em todos os espaços educativo-produtivos, redefinindo um cenário de luta pela terra, via reforma agrária, onde também emerge a luta por uma educação em seu sentido lato, que extrapole a esfera da escola pública e avance em direção aos movimentos emergentes do cotidiano, não representado no currículo oficial. (FURTADO; BRANDÃO, 2000, p. 8).

É importante frisar o que destaca Caldart (2002, p.26), referindo-se aos trabalhadores e trabalhadoras do campo em desejarem uma educação que seja no campo e do campo: “No: o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”.

Este olhar para a educação do campo como um direito tem outro desdobramento importante, ou seja, pensar uma política de educação que se preocupe também com o jeito de educar quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos. (ARROYO et al., 2004).

2.1 A Economia Solidária como tema nas escolas

A Economia Solidária é um modo de vida que valoriza a produção, comercialização e consumo sustentável aonde a solidariedade vem para fortalecer as relações de cooperação para a reconstituição das condições de transformação das sociedades.

Paulo Freire foi um dos educadores brasileiros que mais contribuiu com as perspectivas de envolver os educandos na percepção crítica de mundo, faz-nos refletir sobre os saberes necessários, trazendo as reflexões na construção sistemática do pensamento pedagógico libertário:

Simplesmente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, de modo geral, imersos num contexto colonial, quase universalmente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção “bancária”, entregar-lhes “conhecimento” ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos. Não seriam poucos os exemplos, que poderiam ser citados, de planos, de natureza política ou simplesmente docente, que falharam porque os seus realizadores partiram de sua visão pessoal da realidade. Porque não levaram em conta, um mínimo instante, os homens em situação a quem se dirigia seu programa, anão ser como puras incidências de sua ação. (FREIRE, 2005, p. 97)

Nesse ponto de vista, o que sugere Freire (2005), assim como uma educação integrada, é considerar sempre os interlocutores da ação educativa: a sua história, sua identidade, sua cultura, os seus saberes e os lugares que ocupam na sociedade. A educação integrada independe da formação hegemônica da sociedade, pois o que os sujeitos produzem, compreendem, interpretam da vida, são apenas alguns de seus limites, o ideal é ir além, ver as possibilidades de interferir no mundo político e social em que vivem.

Neste contexto, sugere-se que o currículo das Escolas seja organizado através de disciplinas científicas tradicionais articuladas à economia solidária, numa perspectiva de inclusão no mercado, com possibilidades de geração de trabalho e renda.

Dentro os temas relacionados à vida cotidiana dos estudantes jovens e adultos, articulados às temáticas da economia solidária e a comunidade escolar estão a democracia, a igualdade social, a ética, a sustentabilidade, o respeito às diferenças, os direitos dos consumidores, a relação capital X trabalho, a igualdade de oportunidades é a busca de uma vida digna para todos os seres humanos.

Nesta perspectiva Tambosi (2011) sugere que o Tema Economia Solidária seja trabalhado da maneira transversal das seguintes formas:

- a) **Atividades pontuais:** A relação entre os conteúdos e os temas transversais pode ser feita por meio de trabalhos, módulos de atividades ou aulas específicas, dentro de uma unidade didática ou do programa de uma disciplina, para trabalhar economia solidária. Assim dentro de uma unidade didática de matemática que dura um mês, por exemplo, os docentes podem reservar algumas aulas para discutir com os discentes o número de desempregados, os efeitos da falta de qualificação para o mercado de trabalho para a vida das pessoas e a inclusão social.
- b) **Visitas:** Organizar visitas à cooperativas, associações, empresas auto-geridas por seus funcionários e incentivar os alunos à participar destas visitas de forma que compreendam como funcionam estas instituições e os princípios da economia solidária.
- c) **Entrevistas e debates:** Incentivar os alunos a conversar com pessoas envolvidas com a economia solidária de forma que os mesmos entendam os motivos que levaram esta pessoa a buscar essa alternativa de inclusão social. Permitir e organizar debates/fóruns sobre a economia solidária, buscando envolver pessoas que já estão inseridas neste meio de forma a permitir um melhor entendimento do tema para os alunos.
- d) **Capacitação dos professores envolvidos:** O passo inicial é motivar estes profissionais fazendo com que se interessem sobre o tema da inclusão social. Esta motivação pode ser feita através da elaboração de um projeto aos governantes das esferas municipal, estadual e federal, que destinem verbas para implantação da economia solidária no currículo da educação de jovens e adultos, oferecendo uma melhor remuneração para que os profissionais incluam a economia solidária em sua disciplina. Estas verbas também podem ser destinadas para a capacitação dos envolvidos,

podendo ocorrer através de palestras, seminários, exposições, congressos ou fórum sobre economia solidária.

- e) **Utilização de materiais didáticos interdisciplinares relacionados à economia solidária:** Existem ONG's que atuam em áreas específicas do conhecimento, desenvolvendo materiais didáticos interdisciplinares sobre diversos temas, como, por exemplo, economia solidária, visando temáticas à serem trabalhadas no decorrer da séries do ensino fundamental, ou médio, ou municipal, estadual e federal, que destinem verbas para implantação da economia solidária no currículo da educação de jovens e adultos, oferecendo uma melhor remuneração para que os profissionais incluam a economia solidária em sua disciplina.

2.2 Economia Solidária e agricultura familiar

Segundo Mesquita (2012), a Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Esse modo de produção teve sua origem vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo. Desenvolveu-se subordinada a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados e não foi eliminada pelas transformações dos processos produtivos, ocorridos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo.

Ainda para Mesquita (2012), as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, com o advento da modernização, afetaram essas pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agro-exportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural. Dessa forma, o pequeno produtor rural ocupou um lugar marginalizado do ponto de vista das políticas públicas, constituindo-se num segmento social impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção, o que promoveu sua descapitalização e exclusão social, e como consequência o êxodo rural, além de criar um processo de assalariamento para o homem do campo.

Diante desse contexto, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares, o que tem viabilizado sua inserção na sociedade capitalista. Dentre essas estratégias a Economia Solidária surge a partir de iniciativas de base comunitária em geral construídas por organizações vinculadas aos setores populares. Trata-se de atividades produtivas que tanto se inserem no mercado quanto constituem redes de comercialização próprias (o mercado solidário). O campo da economia solidária, baseado na pequena empresa comunitária, na agricultura familiar, no trabalho doméstico, autônomo e nas cooperativas, aos poucos supera o desafio do mercado e viabiliza sua competitividade, constituindo-se como uma opção inerente ao interior das relações mercantis. Trata-se de outro circuito econômico diferenciado do mercantil-capitalista e do estatal, em que os pobres constroem as próprias opções comunitárias de provisão material da sua existência através de relações de solidariedade (LISBOA, 2000).

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou força nos últimos anos, ocupando o seu espaço e propiciando um ambiente favorável para o debate da importância dessas unidades produtivas para a agricultura e para a sociedade. A agricultura familiar passou a ser vista como uma forma de geração de emprego e de ocupações produtivas no desenvolvimento da sociedade.

Schneider (2003), ao analisar o debate brasileiro sobre a agricultura familiar, afirma que a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira ocorre no início da década de 1990, quase simultaneamente, em duas esferas distintas. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais

tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que contribuiu para introduzir a expressão agricultura familiar que segundo o autor:

[...] surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade dos seus produtos [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 30).

A partir deste momento surgem estudos que apontam a importância da agricultura familiar no contexto socioeconômico do país, por se tratar de uma atividade que, além de possibilitar a geração de emprego, permite a permanência das famílias agricultoras no campo, diminuindo o êxodo rural e a superpopulação nas áreas urbanas.

O aumento do interesse pelas discussões sobre a importância social e econômica dessa unidade produtiva se materializou em políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além do revigoramento da Reforma Agrária, destinadas a promover a melhoria da condição de vida deste segmento. Sendo que, a formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados. No entanto, não se pode afirmar que a agricultura familiar tem sido reconhecida como prioridade pelos governos, este segmento ainda enfrenta muitos problemas, como os altos preços dos insumos agrícolas, a demanda irregular do mercado e os baixos preços de mercado para seus produtos.

Diante desse contexto, os agricultores familiares da sociedade contemporânea conseguem sobreviver frente a esses desafios, lançando mão de uma multiplicidade de mecanismos, conhecimentos e da experiência que adquiriram ao longo de sua formação e existência. A reprodução social e cultural dos produtores familiares se constitui em um processo dinâmico que se dá em meio às transformações, adaptações, mudanças e permanências, as quais são viabilizadas pelas estratégias geradas por esses indivíduos.

A agricultura familiar, atualmente simboliza a geração de empregos no meio rural, sendo a principal forma de atividade econômica de muitas famílias, além disso, contribui com a segurança alimentar, com a questão ambiental, econômica e social. Diante disso, nota-se que a agricultura familiar ocupa um papel importante na sociedade, além disso, estimula a produção diversificada, amplia a capacidade de consumo de alimentos e de outros bens pelas famílias rurais e absorve a mão-de-obra rural. Assim, podemos afirmar que essa unidade de produção exerce múltiplas funções estratégicas para a sociedade e isto deve ser reconhecido e traduzido em políticas públicas adequadas, as quais propiciarão a geração de empregos, a melhoria da renda e, conseqüentemente, a diminuição dos conflitos sociais e do êxodo rural.

3 METODOLOGIA

Na tentativa de solucionar um problema de caráter científico, para estabelecer questões a respeito de fatos reais, utiliza-se assim da pesquisa científica. Segundo Vergara (2007), não existe um enfoque com definição única, mas esta é uma das formas de ter acesso ao conhecimento. Assim, utilizou-se do proceder metodológico relacionado a pesquisa bibliográfica, através de livros e periódicos na construção do quadro teórico do presente estudo.

Utilizou-se ainda da pesquisa descritiva, no intuito de descrever as características de determinada população ou fenômeno, bem como descobrir ou verificar a existência de associações, relações entre variáveis (GIL, 2010).

Para esclarecer os pontos investigados, realizou-se uma investigação quantitativa, através das percepções dos envolvidos, por meio da pesquisa de campo. No qual foi aplicado questionários estruturados aos sujeitos da pesquisa, sendo estes os estudantes que cursam o ensino fundamental nas comunidades da cidade de Uiraúna-PB. Primeiramente, foi realizada uma pesquisa, na Secretaria de Educação do Município, sobre as Escolas de EJA existente no Município de Uiraúna, logo depois foram aplicados questionários com estudantes de EJA nas Escolas do Campo para identificar o perfil destes jovens e adultos.

Nesse contexto, no intuito de caracterizar a amostra da pesquisa, Vergara (2007), explica que população é um conjunto de elementos (empresas, produtos e pessoas) que possuem características, as quais são essenciais para o estudo. Com isso, foram consideradas como universo da pesquisa os 250 estudantes que cursam o Ensino Fundamental nas 16 Escolas do Campo, matriculados no ano letivo 2013, que encontram-se cursando ente o 1º e o 5º ano. Essas Escolas estão situadas em Comunidades que pertencem ao município de Uiraúna-PB, tais como: Madeiro, Quixaba de Cima, Retiro, Areias, Riacho do Exu, Mutirão da AABB, Bela Vista, Santa Umbelina, Canadá, Exu, Brozeado, Vila Aparecida, Distrito de Areias e Tigre.

Para análise dos dados levantados através da presente pesquisa de campo, considerou-se uma amostragem de 60 estudantes, escolhidos por acessibilidade entre as escolas em estudo, com isso classifica-se uma amostra não probabilística. O questionário foi aplicado entre os meses de julho a setembro de 2013. Com 20 assertivas, que abrangem dados sócio-demográfico, bem como assertivas que representam informações relacionadas a agricultura familiar, como também ao desenvolvimento de projetos direcionados a Economia Solidária, entre outras abordagens.

A análise dos dados foi realizada através tabelas, gráficos e percentuais expostos de acordo com o resultado obtido, sendo organizados e analisados por meio de uma planilha Microsoft Excel ®.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesse item foi evidenciada a análise dos dados obtidos com a pesquisa de campo, por meio de gráficos produzidos para a análise. Neles percebe-se que é favorável a implantação do Tema Economia Solidária nas Escolas do Campo.

Quanto ao Gênero dos respondentes percebe-se que 52% são do sexo Masculino, e 48% do sexo feminino. Entre estes alunos, estão Agricultores Familiares, Domésticas, Aposentados, entre outros. Identifica-se também que 100% dos alunos moram em área/comunidade rural.

Ainda com relação aos dados demográficos, verifica-se que 75% dos alunos são casados e, 25% solteiros.

Foram questionados também com relação a gostar de estudar, 83% deles afirmam que sim e, 17% afirmam que não gostam. No entanto, a maioria (92%) deseja concluir apenas o ensino médio, e apenas 8% desejam fazer faculdade.

Considerando que a Economia Solidária, articulada a Educação de Jovens e Adultos, visa atender jovens e adultos agricultores, estas informações são favoráveis, pois 52% encontram-se na faixa etária de até 50 anos, 32% entre 18 a 25 e 16% estão entre mais de 50 anos.

Dos entrevistados verifica-se que 77% possuem renda de até R\$ 678,00 e 25% renda entre R\$ 678,00 e R\$ 855,00. Isso comprova a necessidade de ser trabalhada as ações de educação em Economia Solidária com outras políticas de fortalecimento do trabalho associado tais como: desenvolvimento local, agricultura familiar, segurança alimentar, crédito orientado, comercialização, meio-ambiente, dentre outros.

Quanto aos temas trabalhados nas Escolas da EJA, confirma-se que a maioria dos estudantes não tem nenhum conhecimento em relação à Educação Popular, Cooperativismo, Autogestão. Entre 73% dos respondentes, o tema Desenvolvimento Sustentável foi desenvolvido

nas Escolas. E 27% dos respondentes participam de associações nas comunidades rurais onde moram, porém estas não estão legalizadas, com isso, dificultando a participação destes estudantes agricultores nos programas das políticas públicas dos governos.

Quanto à relação da Agricultura Familiar e a Economia Solidária, 92% dos respondentes nunca trabalharam com Economia Solidária e 8% destes já trabalharam de forma associada em grupos com Comunidades Rurais.

Quanto à comercialização dos produtos, 100% dos respondentes afirmam que seus produtos são vendidos em feira livre. Eles não têm acesso, as políticas públicas tais como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que tem por objetivo de oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas de Brasil e, simultaneamente, estimular a agricultura Familiar e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) por não estarem organizados em associações legalizadas.

Os alunos foram questionados ainda, quanto à forma de se adquirir água para o consumo, verificando que 89% deles possuem cisternas e, 11% possuem poços artesianos.

Quanto aos Programas do Governo Federal, 48% recebem o Bolsa Família, 35% participam do Programa Garantia Safra e 17% recebem o Bolsa estiagem auxílio que o Governo Federal está proporcionando aos agricultores devido a grande estiagem desde Anos.

Quando questionados sobre o objetivo de permanecer morando no campo, 67% dos estudantes disseram que sim e 33% que não. Quanto o PRONAF, esse é considerado a principal política pública de crédito oferecida pelo MDA, que 67% destes estudantes já acessaram esse programa e 33% nunca participaram desde programa.

Nessa perspectiva, observa-se nos resultados da pesquisa, que a demanda apresentada neste trabalho podem colaborar para o tema Economia Solidária nas Escolas do Campo, já que pode ser verificado que os respondentes embora tendo pouco ou nenhum conhecimento sobre o Tema; sendo respondentes 100% responderam que gostariam de desenvolver algum projeto na área de Economia Solidária.

De um modo geral, pode-se afirmar que a pesquisa possibilitou a confirmação de que os respondentes percebem a importância do estudo no mundo do trabalho. Ficando evidente ainda nos resultados, que a expectativa dos respondentes é a de se qualificar, profissionalizar cada vez mais, porém as dificuldades acabam fazendo deles egressos.

Há realmente a necessidade de se repensar a forma de propiciar a oferta de Educação no Campo articulada com a Economia Solidária, em especial, nas comunidades distantes e carentes de inovação na área educacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o tempo de consolidação desse trabalho, compreendeu-se a importância e a urgência de pensar e executar a Economia Solidária nas Escolas do campo voltada para a agricultura familiar.

A educação de jovens e adultos no campo, que atualmente é ofertada, ainda não satisfaz aos interesses e às necessidades dos povos do campo, deixando que se multipliquem as taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização. Essa precariedade da escola rural é expressa nos resultados pedagógicos insuficientes e nos altos índices de evasão, responsáveis em boa parte pelo contingente de pessoas jovens e adultas fora da escola e ainda um grande contingente de pessoas não alfabetizadas. Em tempo, a educação no campo, reivindicação dos movimentos sociais, agora, expandida através dos programas de alfabetização, e de outros da EJA, é apresentada pelo governo como um direito, devendo encerrar, portanto, um caráter universal.

No entanto, essa educação parece se efetivar de forma ainda muito precária, com a qualidade gravemente comprometida. A dicotomia universalidade e qualidade vêm marcando

a história de programas e políticas educacionais sejam no campo ou na cidade. É importante ressaltar que, na medida em que esses pontos forem considerados, a universalização tenderá a ser acompanhada da qualidade da Educação no Campo.

Faz-se necessário a concepção de políticas públicas que visam incentivar e difundir esses empreendimentos destacando-se a urgência de uma legislação para regulamentar o setor, no município, a exemplo de outras regiões do país, onde a economia solidária faz a diferença para milhares de famílias.

Neste contexto, a agricultura familiar não contribui apenas na reprodução socioeconômica das famílias rurais e para a segurança alimentar, mas também em fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias, o que assegura a manutenção de muitas comunidades rurais. Nota-se a importância de destacar a contribuição da agricultura familiar para a manutenção do tecido social e cultural e como elemento dinamizador dos espaços rurais. Sendo assim, destaca-se a presença e a permanência dos agricultores familiares no campo como fundamental para a preservação das relações sociais e como condição de cidadania.

A Economia Solidária com a educação de jovens e adultos são alternativas possíveis de inclusão para pessoas excluídas do sistema capitalista por falta de qualificação. Daí a necessidade das instituições educacionais, nas esferas municipal, estadual e federal, adotarem a economia solidária em seus projetos políticos pedagógicos; e, articuladas, conseguir verbas para implementá-las esse tema e incentivo das políticas públicas destinadas à formação profissional deste jovens e adultos.

É importante que a economia solidária seja integrada à educação de Jovens e adulto, para que permita aos alunos desenvolver habilidades e competências que ajudarão para que tenham um futuro melhor. Os valores éticos, da cooperação, solidariedade, comprometimento e autogestão, necessários para a organização de empreendimentos solidários, precisam ser desenvolvidos em sala de aula. Desta forma, a educação de jovens e adultos estará contribuindo para a construção da cidadania e da democracia dos educandos e também na busca da igualdade de direitos e oportunidades para todos os seres humanos.

6 REFERENCIAS

ARROYO, M.G. *et al.* **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

AZAMBUJA, L. R. **Os Valores da Economia Solidária.** Sociologias, Porto Alegre, ano 11, v. 21, p. 282-317, jan./jun. 2009.

BERTUCCI, J. de O. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária.** 2010. 255 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BERTUCCI, J. de O. Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria Nacional de Economia Solidária.** Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 02 agosto 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988.** Brasília, 1988.

BERTUCCI, J. de O. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CALDART, R. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In: S, KOLLING, E. J. CERIOLI, P. R. CALDART, R. **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas.** Coleção por educação básica do campo – Volume 4, 2002..

CAVALCANTI, M. M.; MOURA, J. P. de. **Estudo da política da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil.** Disponível em: www.conteudojuridico.com.br. Acesso em: 15 mai. 2013.

- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FURTADO, E. D. Pontes. Estudo sobre a população rural no Brasil. *In: Educación para la población rural en Brasil, Chile, Colombia, Honduras, México, Paraguai y Perú*. Santiago: UNESCO; FAO, 2004, p. 45-91.
- GALLO, A. R. *et al.* Incubadora de cooperativas populares: uma alternativa à precarização do trabalho. *In: Economia Solidária: volume 1*. Disponível em: www.uff.br. Acesso em: 20 de agosto 2013
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.
- HAMZE, A. **A educação de jovens e adultos no contexto contemporâneo**. 2013. Disponível em: www.educador.brasilecola.com. Acesso em: 04 set. 2013.
- LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. Disponível em: www.itcp.usp.br. Acesso em: 5 jun. 2013.
- LISBOA, A. de M. **Os desafios da economia popular solidária**. Florianópolis: 2001.
- LIBÂNEO, J.C. **O debate sobre o estudo científico da educação: ciência pedagógica ou ciências da educação?** Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 10, n. 2, jul./dez. 2003.
- MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. **Agricultura Familiar, Trabalho e Estratégias: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural**. 2012.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- SINGER, P. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos Avançados, São Paulo, ano 18, v. 51, p. 7-22, mai./ago. 2004.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 4ª edição – São Paulo: Atlas, 2007.
- VARGAS, M. C. Uma história em construção: EJA no campo. *In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida*. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: www.tvebrasil.com.br. Acesso em: 04 set. 2013.
- TAMBOSI, B. T. **Educação Solidária: Um Tema curricular possível para a Educação de Jovens e Adultos?** Joinville – SC, 2011, IFCT. Disponível em: www.ifsc.edu.br. Acesso: 04 set. 2013.

Coleta seletiva de resíduos sólidos e reciclagem na EJA, numa perspectiva de viabilização econômica dos alunos e comunidade da Escola José Reis na Cidade de Sousa

*Edmilson Henrique Batista
Vorster Queiroga Alves*

1 INTRODUÇÃO

Idealizado pela necessidade de mudanças principalmente de cunho financeiro e a busca pela extirpação de antigos conceitos, houve a necessidade da implementação de atividades que envolvem as práticas de coleta seletiva que se trata especificamente do recicle de materiais que assim são possíveis, tais como: vidro, plástico, metal, alumínio, papel, dentre outros, prosseguidos de um processo de conscientização sócio-ambiental em torno das comunidades principalmente a escolar.

Desta feita, o objetivo geral delimita-se como sendo: Estudar a coleta seletiva de resíduos sólidos e reciclagem numa perspectiva de viabilização econômica com os alunos da EJA e comunidade da Escola José Reis na Cidade de Sousa-PB. Uma das primazias que envolvem este trabalho tem por objetivos específicos: Descrever as práticas educacionais com o Ensino de Jovens e Adultos – EJA; Identificar os conceitos de sustentabilidade; Descrever acerca da coleta seletiva e a reutilização de materiais aptos ao mesmo.

Tal abordagem torna-se necessária, para entender que os materiais que são oriundos da comunidade intitulada de Bairro Alto do cruzeiro, situada na zona sul da cidade de Sousa na Paraíba, comunidade que apresenta uma grande carência em aspectos sociais, econômicos e ambientais, dentre esta comunidade apresenta-se uma escola da esfera municipal denominada de Escola M.E.I.F. “José Reis”, pelos quais a mesma atende no período noturno os mais diversos segmentos das turmas de Jovens e adultos.

Apresentando ainda como princípios atingir de forma consciente, despertando em cada cidadão, seja ele educando ou cidadão parte integrante da comunidade, os princípios de preservação e conscientização ambiental tendo em mente que a coleta seletiva e a reciclagem de lixo têm um papel muito importante para o meio ambiente, constituindo-se nos mesmos que por meio delas, recuperam-se matérias-primas que de outro modo seriam tiradas da natureza e que ainda a exaustão dos recursos naturais não-renováveis aumenta a necessidade de reaproveitamento dos materiais recicláveis, que são separados na coleta seletiva de lixo.

Este trabalho apresenta como problemática a questão do lixo no Bairro Alto do Cruzeiro pois, questiona-se o seguinte: **Como é realizado o destino dos resíduos sólidos na comunidade do Bairro Alto do Cruzeiro na cidade de Sousa-PB?** Atualmente a luta pela conservação do meio ambiente e a própria sobrevivência do ser humano no planeta, está diretamente relacionada com a questão do lixo urbano. A problemática do lixo se agrava entre outros fatores, pelo acentuado crescimento demográfico que não apresenta entre outros fatores, o de controle, especialmente nos centros urbanos, ou ainda por meio de uma acelerada e descontrolada ação da economia brasileira que cresce e origina seres mais produtores de lixo, fala-se muito a respeito de meio ambiente atualmente, mas não se preocupa-se em desenvolver ambientes propícios as moradias, pois a ocupação descontrolada destes ambientes consequentemente gera uma grande quantidade de lixo e consequentemente a destruição do meio ambiente. O que pode ser idealizado nas percepções de Cymbalista (2005, p. 1), ao afirmar que “A urbanização vertiginosa, ao final de um período de acelerada expansão da economia brasileira, introduziu um novo e dramático significado: as cidades, nesse período, passaram a retratar – e reproduzir – as injustiças e desigualdades da sociedade”

Porém, poucos sabem, na prática, que importância tem, e qual a sua significância para o convívio humano. Assim, mais do que apenas falar de preservação, é fundamental que todos tenham consciência de que o início dessa preservação tem que acontecer em nosso dia-a-dia, em nossa vida prática, para que se tenha um ótimo ambiente para se viver e conseqüentemente aproveitando este processo de conscientização e necessário saber aproveitar os processos e ideologias que se pode retirar deste conceito.

E para que se efetive essa possibilidade, é necessário compreender o significado do ato de promover a aprendizagem a partir da vida; do cotidiano, afim de que se possa ensinar e aprender resgatando a sensibilidade, a intuição, as emoções as alegrias, o amor e a satisfação.

O propósito deve ser nas práticas cotidianas deve ser educar para a vida ambiental, onde a população possa “entender e exigir os seus direitos e exercer suas responsabilidades” (GUTIÉRREZ & PRADO 2002, p.14). A responsabilidade é um princípio de conscientização, pois é através da responsabilidade que tem condições para a construção de uma cidadania, de um espaço cidadão.

É necessária a construção de uma cidadania que seja consciente e que principalmente assuma e viva as responsabilidades cabíveis para um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A cidadania ambiental compreende em inúmeras obrigações não somente com a comunidade, mas principalmente com a preservação e conservação dos recursos naturais, mas para podermos compreender a crise ambiental que vivemos, é necessário exercer o papel de cidadão crítico na permanente insistência de entender, exigir e lutar para organizar mudanças com bases sólidas para a construção de uma sociedade participativa com representações adequadas e atuantes na participação social.

Conceituando estas práticas e concepções, no decorrer deste trabalho foi possível idealizar algumas percepções que vão desde as práticas fundamentais da coleta seletiva, conscientização, qualidade de vida e ambiental, descritos no capítulo um, onde se questiona de forma clara e concisa os diversos conceitos oriundos do surgimento da coleta seletiva, e as diversas práticas e benefícios que as práticas da mesma podem desenvolver ao longo da sua utilização. O capítulo dois questiona e idealiza uma proposta a cerca da teoria relativa e do surgimento, das práticas e conceituações em torno da Economia solidária, discutindo o seu surgimento e desenvolvimento a cerca das diversas práticas pelas quais pode desenvolver e exercer um trabalho construtivo e efetivo principalmente em meio ao processo da coleta seletiva sobre uma ótica do supracitado conceito. No capítulo três, destaca-se um perfil socioeconômico dos educandos da EJA do bairro Alto do Cruzeiro e como os mesmos por meio da economia solidária e dos seus diversos fatores podem desenvolver e assimilar a sua realidade a um desenvolvimento econômico satisfatório para as suas vidas, desenvolvendo desta feita um meio econômico viável para a sua sobrevivência.

1.1 A sociedade do consumo e da produção de lixo nos contextos contemporâneos.

Segundo Baudrillard (1981), existe uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância, criada pela multiplicação dos objetos, dos serviços, dos bens materiais. Neste sentido, ele mantém a afirmação que os homens não se encontram mais rodeado de outros homens, mas sim de objetos, dada a abundância de objetos existentes no mercado atual.

De acordo com Baudrillard, a nossa civilização vive em função dos objetos, diferentemente das civilizações anteriores, nas quais os objetos sobreviviam às gerações humanas, dessa forma, o autor afirma que hoje:

Vivemos o tempo dos objetos: quero dizer que existimos segundo o seu ritmo e em conformidade com a sua sucessão permanente. Atualmente somos nós que os vemos nascer, produzir-se e morrer, ao passo que em todas as outras civilizações anteriores eram os objetos, instrumentos ou monumentos perenes, que sobreviviam às gerações humanas. (BAUDRILLARD, 1981, p. 15)

Ele explica que a vida útil dos objetos que consumimos está diminuindo cada dia mais. A partir desse pensamento, Baudrillard aborda o conceito de obsolescência calculada como um forte movimento da nossa sociedade. Para ele, a mídia e a publicidade favorecem a redução da vida útil do objeto. A rapidez com que um produto sai de moda também incentiva esse processo.

A publicidade realiza o prodígio de um orçamento considerável gasto com o único fim, não de acrescentar, mas de tirar o valor de uso dos objetos, de diminuir o seu valor/tempo, sujeitando-se ao valor/moda e à renovação acelerada. (Baudrillard 1981, p. 42)

Nesta lógica consumista, tudo é feito no sentido de atrair o consumidor. As imagens desempenham um papel importante, sendo constantemente veiculadas pela mídia publicitária, aumentando desta maneira o nosso contato com a variedade de novidades existentes.

Bauman (1999), afirma que, enquanto a sociedade dos nossos antecessores era uma sociedade de produtores, a nossa sociedade é uma sociedade de consumo. O período moderno engajava seus membros como produtores e soldados, essa era a forma como eram moldados. A norma que aquela sociedade estabelecia para seus integrantes era a de que tivessem capacidade e vontade de desempenhar esses dois papéis.

Mas isso mudou de acordo com Bauman, a maneira como a sociedade atual “molda” seus membros é ditada pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. Ele quer dizer que a nossa sociedade funciona a partir de uma norma que considera importante a capacidade e vontade de seus membros serem bons consumidores. Naturalmente, nas duas sociedades sempre houve a produção de bens de consumo. Por isso, BAUMAN enfatiza que:

a diferença entre os dois estágios da modernidade é ‘apenas’ de ênfase e prioridades, mas essa mudança de ênfase faz uma enorme diferença em praticamente todos os aspectos da sociedade, da cultura e da vida individual (BAUMAN, 1999, p.88).

O autor acredita que as diferenças são tão profundas que justificam falar da nossa sociedade como sendo um tipo distinto.

Ainda segundo Bauman, nossos antepassados se perguntavam, se o homem trabalhava para viver ou vivia para trabalhar. As coisas mudaram tanto que, também de acordo com ele, “o dilema sobre o qual se cogita hoje em dia é se é necessário consumir para viver ou se o homem vive para poder consumir” (1999, p.89).

Com isso, ele quer dizer que o consumidor em uma sociedade de consumo é acentuadamente diferente dos consumidores em quaisquer outras sociedades. Isso porque, em uma sociedade de consumo, nada deve ser abraçado com força por um consumidor, nada deve exigir um compromisso ‘até que a morte nos separe’, nenhuma necessidade deve ser vista como inteiramente satisfeita e nenhum desejo como o último:

O que realmente conta é apenas a volatilidade, a temporalidade interna de todos os compromissos; isso conta mais do que o próprio compromisso, que de qualquer forma não se permite ultrapassar o tempo necessário para o consumo do objeto do desejo, ou melhor, o tempo suficiente para desaparecer a conveniência do objeto. (BAUMAN, 1999, p. 90).

Para os consumidores da sociedade atual, o que interessa é a sensação do novo, enquanto o que se deseja ainda é sonho de consumo. Bauman explica que o desejo pelo novo é mais forte do que a satisfação de se ter o que se pretendia. Ele diz que o que comumente movimenta o sujeito é a necessidade de ter algo, isso é mais forte do que realmente ter aquilo que se

almeja. Bauman acrescenta que a relação entre necessidade e satisfação é revertida, no sentido da promessa de satisfação do desejo ser mais intensa do que a necessidade efetiva de determinado objeto. Quando os bens de consumo são adquiridos, geram uma satisfação imediata, entretanto, logo surge à insatisfação e o desejo por outra novidade.

A valorização do novo favorece uma mudança constante: o novo rapidamente se torna “velho”. Nesse esquema, o produto antigo é preterido em relação ao novo, o que consequentemente vai crescendo uma demanda descontrolada de materiais aos olhos de alguns como desnecessários. E a busca incansável por diversidades vai construindo o movimento cíclico de renovação, que significa o novo tomar o lugar do anterior, do mais antigo.

Para Bauman, o que importa na sociedade atual são os desejos dos consumidores, principalmente os desejos ainda não percebidos, pois é através deles que os sujeitos buscam as novidades. Neste sentido, pode-se observar a importância do desejo do consumidor como combustível para manter a sociedade de consumo. Esses inúmeros desejos são campo fértil para o mercado criar e expandir suas ofertas.

Bauman explicita que frequentemente se diz que o mercado de consumo seduz os consumidores, mas para fazê-lo, ele precisa de consumidores que queiram ser seduzidos. Fica claro, que o consumidor ideal é uma pessoa que deseja sempre algo novo, ou seja, que renove frequentemente seu desejo de consumir.

Ele diz que esse constante movimento do consumidor é fundamental para o mercado. Para entendermos melhor o que Bauman pensa sobre o desejo do consumidor, segue a citação abaixo, que se inspira numa comparação entre viajar e o desejo individual de consumir.

(...), viajar esperançosamente é na vida do consumidor muito mais agradável que chegar. A chegada tem esse cheiro mofado de fim de estrada, esse gosto amargo de monotonia e estagnação que poria fim a tudo aquilo pelo que e para que vive o consumidor. (Bauman, 1999, p. 92).

Bauman acredita que o consumidor vive à mercê do movimento dos seus desejos, ora quer uma coisa, ora quer outra. Com essa citação, ele quer dizer que a sensação da chegada ao destino de uma viagem é similar ao momento em que o consumidor adquire um bem desejado. Quando se consegue algo, acaba todo o movimento em torno daquele objeto de desejo.

A sociedade contemporânea apresenta como característica principal o desapego às coisas. E é em função da valorização do desapego que surgem os movimentos de descartabilidade dos produtos e o curto prazo de durabilidade dos mesmos. Isso quer dizer que essa caracterização da sociedade atual considera elevada a importância que as novidades têm para os consumidores modernos.

O conceito de valorização do novo implica automaticamente na desvalorização do antigo. A nossa cultura de hoje incentiva a supervalorização do produto novo. Consequentemente, o produto anterior, mesmo que ainda desempenhe suas funções, perde seu espaço, é excluído. Um bom consumidor atualmente precisa se guiar por esses valores e mais alguns outros.

Todos estes conceitos que são explicitados nas discussões em torno destes autores desenvolvem e assimilam uma característica ímpar a cerca da nova sociedade que está emergindo trata-se do consumismo desenfreado e da aceleração constante de produção desordenada de lixo o que de certa forma acaba que por descontrolar a demanda que resultam destes conceitos que são produzidos, gerando desordeiramente uma porção de lixo das mais diversificadas espécies tais como: eletrônico, orgânico, industrial dentre outros, esta perspectiva ocorre também devido aos novos consumistas que são oriundos das classes menos favorecidas a chamada hoje de classe “C”.

1.2 Conceitos e ideologias a cerca da Economia Solidária

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda para a satisfação e necessidades de todos de modo a eliminar as desigualdades materiais e resgatar os valores da solidariedade humana. O que diz SINGER ao afirmar que.

Para a Economia Solidária as comunidades têm autonomia para ministrar suas próprias finanças. Em âmbito local, micro, territorial: os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário, todos tem o mesmo objetivo que é financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros são atitudes importantes dos sistemas socioeconômicos solidário, favorecendo o acesso popular ao crédito baseados nas suas próprias poupanças. Em âmbito nacional, macro, estrutural: a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias, tendo o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado.

Na empresa capitalista, os empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinado pela oferta e demanda pelo mesmo no mercado de trabalho.

Na empresa solidária os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Mas a maioria das empresas opta pela certa desigualdade das retiradas, que acompanham o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muitos menores. (SINGER, 2002, p. 35)

Para o filósofo John Rauls, alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos é a regra que John Rauls chama de MAXIMW. “Desigualdades são permissíveis quando elas maximizam ou ao menos todas contribuem para elevar as expectativas de longo prazo do grupo menos afortunadas da sociedade” (1971 p. 151).

Na empresa capitalista, os salários são escalonamento das retiradas e decidido pelos sócios, que tem por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe os menores retirados.

A partir de meados do século XIX, na Europa a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale⁶, considerada a mãe de todas as cooperativas, foi fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios. Após uma frustrada greve de tecelões em 1844, adotaram uma série de princípios universais do cooperativismo:

- Todas decisões a serem tomadas cada membro teriam direito a um voto, independentemente que quanto investiu na cooperativa;
- O número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir.
- Sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa;
- As sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa;

⁶ Disponível em [HTTP://www.cooperativismodecredito.com.br/noticias/2009/01/ospioneiros-de-rochdale.html](http://www.cooperativismodecredito.com.br/noticias/2009/01/ospioneiros-de-rochdale.html) acesso em 08.10.2013.

- As vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista;
- Os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulteradas);
- A cooperativa se empenharia na educação cooperativa;
- A cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Singer, 2002 discute estas problemáticas afirmando e idealizando que as decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. O maior inimigo da autogestão é os desinteresses dos sócios em sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige, eles preferem que a direção da cooperativa decida em lugar deles.

1.2.1 A Economia Solidária X EJA: Conceitos e ideologias em torno do processo da coleta seletiva no conceito sustentável.

A Educação de Jovens e Adultos como necessidade de sobrevivência, acentua-se neste final de milênio, considerando que o perfil do mundo e do trabalho está mudando. Ao se analisar a situação brasileira em termos educacionais, percebe-se alto grau de contingente de analfabetos, frutos de problemas políticos e sociais. Mediante a compreensão e esforço de toda a comunidade educativa, é possível trabalhar pela promoção das pessoas, descobrir e valorizar o que tem de melhor em cada um, reascender a esperança, permitir aos jovens e adultos que acreditam na vida que se colocam em marcha rumo ao sucesso.

Na perspectiva do trabalho na sociedade do conhecimento, a criatividade e a disposição para capacitação permanente serão requeridas e valorizadas. As tecnologias de informação e comunicação estão modificando as situações de trabalho, e as máquinas passaram a executar tarefas rotineiras em substituição aos seres humanos.

Nesta conjuntura, em que a mudança tecnológica é a regra, buscar condições para ancorar a preparação do profissional do futuro requer uma estratégia diferenciada. Este profissional deverá interagir com máquinas sofisticadas e inteligentes, será um agente no processo de tomada de decisão. Além disso, o seu valor no mercado será estimado com base em seu dinamismo, em sua criatividade e em seu empreendedorismo. Todos esses fatores evidenciam que só a educação será capaz de preparar as pessoas para enfrentar os desafios dessa nova sociedade.

Além disso, existem alguns valores emergentes, nesta nova sociedade, que merecem ser levados em consideração quando trata-se de formação e educação profissional. Um deles é a intelectualidade (valorização das atividades cerebrais em detrimento às atividades braçais); outro é a criatividade (tarefas repetitivas e chatas serão feitas pelas máquinas); outro é a estética (o que distingue hoje não é mais a técnica, e sim a estética, o design).

Para este autor, ainda, a subjetividade, a emotividade, a desestruturação e a descontinuidade também são valores importantes e, por isso, deverão, também, estar na mira dos processos educativos do futuro. Esta realidade parece apontar para uma educação básica e polivalente que valorize a cultura geral, a postura profissional, a ética e a responsabilidade social.

1.2.2 O Papel do educador da educação de jovens e adultos no mundo do trabalho sustentável.

Segundo Paulo Freire (1998) os educadores devem sempre ter uma visão crítica sobre a nossa prática. Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para sua

produção ou sua construção. O ensinar-aprender é uma experiência total, diretiva, política, ideológica, pedagógica, estética e ética. O educando deve manter aguçada sua curiosidade e estimular sua capacidade de aventurar-se, imunizando-o contra o poder apassivador da opressão do mundo.

O educador democrático, na sua prática docente, deve reforçar a capacidade de crítica do educando a sua curiosidade. Essa rigorosidade metódica se alonga às condições em que aprender criticamente é possível, exigindo educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, curiosos, humildes e persistentes.

O professor crítico não é um memorizador ou repedir de frases e ideias inertes, é um desafiador. O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que está no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade, intervindo no mundo, conhecer o mundo.

A prática docente crítica do pensar certo envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. Uma das tarefas mais importantes da prática educativa – crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ensaiam a experiência profunda de assumir-se.

Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Nenhuma formação docente verdadeira pode fazer-se alheia, de um lado do exercício da criticidade que implica a promoção da curiosidade ingênua à curiosidade epistemológica, e do outro, sem o reconhecimento do valor das emoções, da sensibilidade, da afetividade, da intuição ou adivinhação. Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para sua produção ou sua construção. É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente.

Tornamo-nos educáveis à medida que nos reconhecemos inacabados. Não foi a educação que não fez educável, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. O respeito à autonomia e a dignidade do ser do educando é o imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros.

A prática docente, especificamente humana, é profundamente formadora, por isso, ética. A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a. Especificamente humana a educação é gnosiológica, diretiva por isso política é artística e moral, serve-se de meios, técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. A uma relação entre há alegria necessária a atividade educativa e a esperança. A esperança que o professor e alunos juntos possam aprender ensinar, inquietar-se, produzir e juntos resistir aos obstáculos à nossa alegria O mundo não é o mundo está sendo. Não somos apenas objetos da história, mas seu sujeito. No mundo de história, da cultura, da política, constatado não para adaptar, mas para mudar.

É fundamental que o professor e alunos tenham umas posturas dialógica, abertas, curiosas e não apassivada, enquanto fala e outro ouve. Professor e alunos se assumem epistemologicamente curiosos.

O bom professor é o que consegue enquanto fala trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é um desafio e não uma “cantiga de ninar”. O autoritarismo e a licenciosidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade contra a liberdade e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade.

O papel da autoridade democrática não é transformar a existência humana num calendário “escolar” tradicional, mas que o papel fundamental do aprendizado do conteúdo é a construção da responsabilidade da liberdade que se assume e a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia. Um espaço pedagógico neutro é aquele que se treinam os alunos para as práticas apolíticas, como se a maneira de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra.

A educação é uma forma de intervenção no mundo, que além dos conhecimentos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos no esforço da reprodução da ideologia dominante como nos seus desmascaramentos. Dialética e contraditória, só outra dessas coisas! Nem apenas reprodutora nem apenas desmascaradoras da ideologia dominante. Inclinação a superar a tradição autoritária, tão presente entre nós resvalamos para formas licenciosas de comportamentos e descobrimos autoritarismo onde só houve o exercício legítimo de autoridade.

A educação, especificidade humana, é um ato de intervenção do mundo, mas intervenção que aspira tanto as mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, de propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde quanto a que, pelo contrário reacionariamente pretende imobilizar a história e manter a ordem injusta. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele.

A desconsideração total pela formação integral do ser humano e sua redução a puro treino fortalece a maneira autoritária de cima para baixo. Respeitar a “leitura de mundo” do educando é a maneira correta que o educador tem de, com o educando é a maneira correta que o educador tem de, com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de inteligir o mundo. Respeitar a leitura de mundo do educando é tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial como impulso na produção do conhecimento. O desrespeito a leitura de mundo do educando revela o gosto elitista, antidemocrático, do educador, com ele não fala. O progresso científico e tecnológico que não responde aos interesses humanos perde sua significação. O saber na busca da diminuição da distancia dos explorados é o saber fundado na ética nada legítima à exploração dos homens pelos homens.

A abertura ao querer bem faz a atividade docente e a discente não se separarem de uma experiência alegre por natureza. A alegria não é inimiga da rigorosidade. A alegria faz parte do processo da busca. Ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, da boniteza e da alegria. A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente da permanência do hoje. A percepção dos homens como seres “programados, mas para aprender” e, portanto, para ensinar, conhecer, intervir que faz a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educandos e educadores.

1.2.3 Perfil da comunidade social e da EJA no bairro Alto Cruzeiro nas viabilidades da sustentabilidade econômica: desafios e ações.

Lixo e resíduo são termos que precisam ser compreendidos para serem utilizados de modo adequado no âmbito deste trabalho. Tradicionalmente, o lixo é visto como sujeira e por isso mesmo, não tem utilidade e deve ser jogado fora. FERREIRA (1999) confirma este entendimento ao comentar que lixo é “aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua e se joga fora; entulho. Tudo o que não presta e se joga fora. Sujidade, sujeira, imundície. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor”. (FERREIRA, 1999, p.53).

Autores como Monteiro et al (2001) afirmam que lixo e resíduo sólido possuem um mesmo sentido. Segundo estes autores, “resíduo sólido ou simplesmente “lixo” é todo material sólido ou semi-sólido indesejável e que necessita ser removido por ter sido considerado inútil por quem o descarta.” (Monteiro et al, p. 25). Do mesmo modo, definem lixo como “[...] os restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis, ou descartáveis” (Jardim e Wells apud. Mucelin; Bellini,1995, p.113).

O lixo corresponde a todos os resíduos gerados pelas atividades humanas, considerado sem utilidade e que entrou em desuso. O lixo tem várias origens e pode ser encontrado no estado sólido e gasoso, sendo classificado como orgânico; restos de alimentos, folhas, sementes, papéis, madeira entre outros.

O lixo Inorgânico é o que pode ser reciclado ou não, tais como plásticos, metais, vidros, etc.; no lixo tóxico podem ser consideradas as pilhas, baterias, tintas, enquanto que os lixos alternativos são altamente tóxicos, como é o caso dos nucleares e hospitalares.

Os resíduos sólidos por sua vez, podem ser classificados quanto à origem. Eles são agrupados em lixo doméstico ou residencial, lixo comercial, lixo público, lixo domiciliar especial e lixo industrial. Nosso interesse neste trabalho se refere aos lixos doméstico e comercial, entendidos como “aqueles resíduos gerados nas atividades diárias em casas, apartamentos, condomínios e demais edificações residenciais.”(MONTEIRO et al, 2001, p.27) bem como os resíduos gerados em estabelecimentos comerciais, cujas características dependem da atividade ali desenvolvida.

Para o serviço de limpeza urbana, os tipos “doméstico” e “comercial” constituem o chamado “lixo domiciliar”, que, “junto com o lixo público, representam a maior parcela dos resíduos sólidos produzidos nas cidades.” (MONTEIRO et al, 2001, p.27). O Lixo Residencial também denominado lixo domiciliar é produzido pelas pessoas em suas residências, constituído principalmente de restos de alimentos, embalagens plásticas, papéis em geral, plásticos entre outros. O lixo comercial é gerado pelo comércio em geral. Os lixos coletados nas cidades são levados para o lixão, uma forma inadequada de disposição dos resíduos sólidos, onde lá se verificam enormes quantidades de detritos que se encontram a céu aberto. Existem também os aterros sanitários destinados ao armazenamento do lixo, onde os resíduos são enterrados e compactados.

O lixo pode também ser jogado em áreas desabitadas, em encostas de rios e córregos. Neste caso ocorre, sobretudo onde não há coleta de lixo, podendo ocasionar vários problemas ao meio ambiente, como também à população. O lixo ao ser liberado em local impróprio pode atrair insetos hospedeiros de doenças tais como a dengue e a leptospirose.

Alguns fatores influenciam na caracterização dos resíduos, dentre eles encontram-se os fatores climáticos, épocas especiais, demográficos, e socioeconômicos. Dentre eles, interessa aqui de modo mais específico, os fatores socioeconômicos. Estes fatores contemplam o nível cultural, o nível orgânico, o poder aquisitivo e o desenvolvimento tecnológico. (MONTEIRO, 2001). Um aspecto que merece ser destacado é o poder aquisitivo, pois se percebe que quanto maior o poder aquisitivo, maior a incidência de materiais recicláveis e menor a incidência de matéria orgânica. As pessoas tendem a consumir mais supérfluos que, por sua vez, influenciam no aumento de embalagens.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No desenvolvimento desta pesquisa foi indagado e realizado diversos procedimentos a cerca da concretização das fontes bibliográficas e documentais, indagando diversas ideologias e mediações a cerca dos contextos que foram conceituadas para a prática do desenvolvimento do trabalho, utilizando-se do método descritivo, utilizando-se por meio de um levantamento de campo com os profissionais que integram o Município de estudo.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram escolhidos os integrantes da Escola M.E.I.E. F.”José Reis” que frequentam a educação de Jovens e Adultos no Município de Sousa, no alto sertão Paraibano. A mesma localiza-se no bairro do Alto de Cruzeiro, para que a mesma fosse concretizada utilizou-se a técnica da pesquisa quali-quantitativo.

O questionário quali-quantitativo foi apropriado às necessidades e questionamentos que envolviam a problemática daquela comunidade onde a mesma se destinou a abordar a temática sobre o desenvolvimento sustentável a reutilização do lixo juntos as práticas de conservação e ambientalismo.

Depois de coletar as contribuições dos participantes por meio dos questionários, Segundo (GODOY, 1995) é necessário analisar os dados da pesquisa de acordo com a abordagem qualitativa, optou-se por esta abordagem, pois, a flexibilidade constitui-se como marca no que se refere às técnicas de coleta de dados, bem como à sua interpretação.

Esta pesquisa caracteriza-se por ter um caráter exploratório-descritivo e qualitativo. Salienta-se que as pesquisas exploratórias são aquelas que têm por objetivo explicitar e proporcionar maior entendimento de um determinado problema. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador procura um maior conhecimento sobre o tema em estudo (GIL, 2005).

A pesquisa é do tipo exploratório, bibliográfica, estudo de caso e de campo. Segundo Vergara (2000, p.47), a pesquisa é exploratória, porque “é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Ainda, de acordo com a autora, trata-se também de uma pesquisa bibliográfica porque “é um estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado”. A pesquisa foi baseada também em um estudo de caso. Segundo Yin (2001, p.35), “estudo de caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados”. De acordo com Gil (1996, p.58), um estudo de caso é então caracterizado “pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados”.

A escola possui 300 alunos sendo que para esta pesquisa foram questionados 80 alunos da Escola “José Reis”, localizada no Município de Sousa – PB, localizada no alto sertão Paraibano, para que o desenvolvimento da pesquisa pudesse ser elencado nos apropriados do procedimento da análise de dados, pois as concepções apresentadas pelos sujeitos da pesquisa eram múltiplos e diversificados em relação ao tema apresentado, sendo a amostra por acessibilidade e conveniência.

Foram tratadas todas as informações com base nas entrevistas e nos questionários, visando atender as questões levantadas aos objetivos do trabalho. O método de tratamento dos dados foi por meio de análise de conteúdo, para a pesquisa qualitativa e quantificação das respostas para as questões fechadas.

3 ANÁLISES DE RESULTADOS

A coleta de dados da pesquisa foi feita por um instrumento de pesquisa composto de um roteiro para entrevista, visando coletar informações sobre o assunto, bem como de um questionário para levantamento de dados mensuráveis.

Por meio das problemáticas levantadas foram indagados diversos conceitos em torno do papel da conscientização e do reaproveitamento do lixo naquela comunidade e como a mesma poderia se tornar uma ferramenta de viabilização econômica por meio da reciclagem e do reaproveitamento, e como estas práticas poderiam apresentar-se de maneira útil para o dia a dia dos indivíduos. Em meio às pesquisas e levantamentos feitos dos entrevistados, chegou a uma grande premissa em relação ao processo do desenvolvimento sustentável, chegando às seguintes conclusões.

Constatou-se por meio destes condicionamentos que a população em sua maioria é consumista, geram lixo desproporcionalmente, onde as minorias praticam os processos de desenvolvimento sustentável e ainda conhecem as práticas que englobam a economia solidária nos gêneros sociais.

Elencando estes questionamentos a pesquisa parte agora para o processo que engloba as relações do trabalho no cotidiano dos alunos da EJA, 50% idealizam que a escola deve trabalhar a formação para o mercado de trabalho, 20% gostariam de ter um novo emprego, 30% acreditam que o trabalho é a melhor maneira de abandonar a linha da pobreza em que a comunidade se encontra.

Tal questionamento demonstra as funções sociais e a sua importância para o desenvolvimento da vida dos indivíduos que dela fazem parte, enfatizando o desenvolvimento e o poder que a escola apresenta sobre as futuras condições sociais dos indivíduos.

Na questão seguinte, foi possível observar que os indivíduos que residem no bairro são influenciados diretamente pela questão renda, sendo influenciados diretamente na hora das compras.

Mediante estes questionamentos elencou-se que existe uma prática de desenvolvimento em torno da comunidade, mas que infelizmente ainda não obteve um processo amplo de trabalho nestes questionamentos, um dos fatores primordiais, desenvolvidos foi à questão do desenvolvimento e da aptidão das próprias famílias oriundas das classes da EJA, o desejo de crescer e desenvolver-se e um fator amplo e dinâmico que está presente na vida dos indivíduos, mas que infelizmente não são orientados para que estas práticas possam ser realmente efetivadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Em meio ao processo da pesquisa na comunidade pude perceber tal quanto os alunos e a comunidade em si já estão tão alienados com o capitalismo que vêm algumas situações do dia a dia como normal, esta prática conseqüentemente traz consigo o consumo desnecessário e a geração de lixo desproporcional a comunidade, seja ela, a educacional ou não.

Os alunos da EJA são bem interessados e participativos é motivador para qualquer professor observar a vontade que eles têm em aprender. Pela prática pedagógica compreendi que quando há algumas atividades que partimos da realidade do aluno há um melhor envolvimento, dos docentes e conseqüentemente um melhor aprendizado.

Outro fator importante foram os agrupamentos produtivos, pois proporcionaram trocas de saberes e experiências, intervindo nos alunos com mais dificuldades e fazendo com que os mesmos adquiriram as competências e habilidades necessárias. Portanto as práticas de conservação, reciclagem e acima de tudo de conscientização devem se fazer parte do dia a dia do indivíduo principalmente a cerca do que se diz respeito a sua qualidade de vida.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. S. *et al.* **A durabilidade subjetiva dos produtos como auxílio as estratégias de sustentabilidade:** uma aplicação no sistema produto-serviço. In: 8º Congresso Brasileiro de Gestão de desenvolvimento de produto – CBGDP 2011, Porto Alegre.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de Consumo**, Lisboa: Edições 70, 1981.

BAUMAN, Z. **Globalização:** as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BOFF, L. **Ética e Moral:** A busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003. Apud Olivio, Dennis Henrique Vicário *et al.* A ética do consumo. Scientia Faer Olimpia, São Paulo, 2002.

Cooperativismo de Credito, disponível em: www.cooperativismodecredito.com.br, Acesso em 08.10.2013.

CYMBALISTA, R. Conselhos de habitação e desenvolvimento urbano no Brasil: desafios de um modelo em construção. In: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social, 2005, Campinas. **Anais.** Campinas: PUCCAMP: Lincoln Institute of Land Policy: Instituto Pólis, 2005.

DIAS, R. Marketing Ambiental: Ética, Responsabilidade social e Competitividade nos negócios. São Paulo: Atlas, 2007. Apud Olivio, Dennis Henrique Vicário; Carvalho, João Liberato *et al.* Scientia.

Freire, P. **Pedagogia da Autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GODOY, A. S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *In: Revista de Administração de Empresas*, v. 35, n 2, Març./Abr. 1995, p.57 a 63. Pesquisa qualitativa tipos fundamentaos in revistas de administração.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. **A globalização e os novos espaços**. Informare, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2-3, jan. 1997.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**, São Paulo: Instituto Paulo Freire, Cortez, 2002.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 4ª Ed. Editora Vozes, 2005.

MARCHESINI, J. A produção e o consumo do espaço na atual sociedade do consumo. *In: Para Onde?* V. 4 Porto Alegre, UFRGS, 2010.

MONTEIRO, J.H.P. *et al.* **Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro, Ibam, 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOUZA, C. G. *et al.* **É bom Aprender**. São Paulo: FTD, págs. 236 à 242, 2009.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R. K. **Estudo de caso - planejamento e método**. 2. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

Educação de Jovens e Adultos e a convivência com o semiárido: articulação e procedimentos para o desenvolvimento de uma Educação de Jovens e Adultos na perspectiva da Economia Solidária na cidade de Marizópolis-PB

*Rawenea Pereira L. dos Santos
Edinaura Almeida de Araújo*

1. INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos é um desafio e, ao mesmo tempo, uma atividade instigante, considerando que durante décadas foi presenciado o desenvolvimento de projetos e programas que tinham em seu arcabouço teórico propostas de mudanças e erradicação do analfabetismo, fruto de um processo de desenvolvimento político e cultural que desconsiderou os direitos dos cidadãos brasileiros, durante todo o período colonial. A EJA configura-se no contexto atual como uma proposta educativa que busca superar as deficiências de uma educação que priorizou as camadas mais privilegiadas da sociedade, do ponto de vista econômico. Suprir tais deficiências implica rever propostas metodológicas e reconfiguração de saberes.

Nessa perspectiva, idealiza-se trabalhar numa perspectiva contextualizada através da Educação de Jovens e Adultos, tomando como temática a convivência com o semiárido em um outro olhar; contexto esse que prioriza os diversos espaços para a sobrevivência, que a muito tempo tem se impregnado como um espaço insustentável e improdutivo, o que só contribuiu para migração, como se não houvesse possibilidades de viver neste ambiente. Ao longo do tempo, trabalhava-se com a lógica de combate à seca, lógica essa que só serviu para beneficiar as classes privilegiadas. A convivência com o semiárido apresenta-se como uma oportunidade para um novo fazer pedagógico que possa formar sujeitos críticos e capazes de viver nesse ambiente, conhecendo a realidade do seu local, sem desconsiderar outras regiões.

A pesquisa também estendeu-se sobre a temática Ecosol, apresentando a economia solidária como alternativa econômica e social, alternativa esta que vem apresentando uma nova perspectiva de trabalho junto à vida do educando dentro do semiárido, possibilitando diversos espaços de discussões acerca de uma economia voltada para a emancipação do indivíduo, diante da exclusão social causada pelo desemprego e por um sistema capitalista excludente. Uma economia voltada para a autogestão e valorização do indivíduo, descartando o capital como centro principal e colocando o homem no centro.

Uma das ideias centrais desse trabalho tem como objetivo geral, descrever, através da realidade da Educação de Jovens e Adultos, os possíveis procedimentos para se trabalhar nessa modalidade de ensino, voltando-se para promover diálogos entre os saberes escolares e o cotidiano do educando, através de uma economia solidária, dentro da perspectiva de convivência com o semiárido.

O trabalho ainda tem como objetivos específicos apresentar o fracasso escolar dentro da EJA; o papel dos profissionais da EJA; o currículo escolar; e a economia solidária como trabalho, problematizando e possibilitando o trabalho para uma educação contextualizada, de acordo com a realidade do educando da EJA, mesmo diante dos desafios que se apresentam no semiárido.

Partindo desta perspectiva, problematiza-se, é possível desmistificar com o discurso de combate à seca, a idealização voltada para um trabalho baseado numa metodologia de percepção de convivência com o semiárido?

Considerando a problemática e os objetivos propostos, o trabalho está estruturado em três partes: a primeira parte, introdutória, trata de um histórico das temáticas que serão traba-

lhadas ao longo desse trabalho. A segunda parte relata os desafios que a Educação de Jovens e Adultos vem enfrentando desde seu surgimento, no período colonial, até os dias atuais. A terceira parte ressalta todo procedimento metodológico mediante um estudo bibliográfico e de campo, com a utilização de questionário para analisar as práticas pedagógicas dos professores da referida cidade.

2 EJA/ECOSOL: UM OUTRO OLHAR PARA O SEMIÁRIDO

Educar para a convivência no semiárido é propor um novo olhar através de uma educação contextualizada, que integre a escola no processo de construção da convivência com o semiárido, quebrando a “velha lógica de combate à seca”, que foi construída por muito tempo a partir de imagens e narrativas de um ambiente improdutivo, miserável e insustentável, como se não houvesse possibilidades para sobreviver neste ambiente. Desconstruindo a ideia de combate à seca, levando, sobretudo, em consideração suas características peculiares, especificidades e diferenças, para que, assim, busquem alternativas para a permanência das pessoas no semiárido (SILVA et al. 2008). Silva e outros (2008, p.67) destacam ainda que:

Educar para a convivência com o Semi-Árido (sic) exige de todos (as) educadores (as) repensar concepções que foram construídas a partir de imagens e narrativas, historicamente veiculadas sobre essa região, informada pela lógica do atraso e da insustentabilidade. Implica, portanto, conhecer as especificidades e as múltiplas possibilidades que podem ser vislumbradas como alternativa de produção da existência nesse rico e heterogêneo território.

A escola enquanto produtora de conhecimentos não deve se manter alheia a realidade na qual está inserida. É importante, sobretudo, dar sua contribuição para promoção do desenvolvimento sustentável, produzindo aprendizagens significativas para as crianças e adolescentes, para que tenham o direito de conhecer o lugar onde vivem e descubram as inúmeras possibilidades de se viver nesse espaço rico em sua diversidade e construir outro olhar para o semiárido, reconhecendo a riqueza e a necessidade de preservar um ecossistema útil e diversificado (SILVA et al;2008). Silva e outros (2008, p. 68) colocam:

[...] A escola manteve-se e ainda se mantém alheia; ignorando a realidade na qual está inserida e negando aos seus usuários, especialmente - crianças e adolescentes – o direito de conhecer o lugar onde vivem para que, a partir deste, possam compreender o mundo. Nesse momento a escola, enquanto lugar privilegiado de formação, de produção e de socialização do conhecimento está sendo convidada a integrar o processo de construção da convivência com o Semi-Árido (sic), interagindo com as experiências em curso e, assim, poder dar sua contribuição na promoção do desenvolvimento sustentável.

Diante deste contexto, é preciso discutir possibilidades para uma melhor qualidade de vida e uma educação voltada para a contextualização da realidade, ou seja, os profissionais da educação de jovens e adultos devem se preocupar com uma educação voltada à crítica e à problematização, descobrindo o potencial do semiárido e não direcionar sua ação a transmissão de conteúdos que prioriza somente técnicas de leitura, escrita e cálculo. Para tal propósito, será necessário um trabalho de qualificação dos sujeitos envolvidos para difundir uma educação voltada para a convivência no semiárido. Conforme Haddad e Di Pierro (1994, apud SOARES 2008, p. 95) destacam:

Os professores que trabalham na Educação de Jovens e Adultos, em sua quase totalidade, não estão preparados para o campo específico de sua atuação. Em geral, são

professores leigos ou recrutados no próprio corpo docente do ensino regular. Note-se que na área específica de formação de professores, tanto em nível médio quanto em nível superior, não se tem encontrado preocupação com o campo específico da EJA; devem-se também considerar as precárias condições de profissionalização e de remuneração destes docentes.

Para uma educação contextualizada Silva et al (2008) argumentam que os conteúdos programáticos devem se adequar de acordo com a realidade do aluno, despertando neles o senso crítico, trabalhando conteúdos de acordo com seu cotidiano. A questão é não desprezar ou rejeitar os conteúdos tradicionais das disciplinas e sim “reconsiderá-los ou requalificá-los” e fazer com que nas escolas do semiárido se aprenda sobre o seu dia a dia.

Outro fato preocupante é o currículo das escolas do semiárido, que se mostra totalmente alheio à realidade do educando, ignorando os seus saberes, sem compreender o universo no qual residem. Geralmente, o currículo é produzido centrado em outras realidades, muitas vezes, reforçam a imagem do Nordeste como um espaço de miséria e de impossibilidades, transmitindo aos alunos que outras regiões são lugares melhores para se viver, funcionando como uma solução a migração (SILVA et al., 2008). Entretanto, conforme Menezes e Araújo (2007, p.3), “Os currículos escolares desarticulados da realidade local funcionaram sempre como um passaporte para os grandes centros urbanos do país”. Nesse sentido, Pinto e Lima (2005 p.73) também destacam que:

A idéia (sic) não é de rejeitar os conteúdos tradicionais das disciplinas, mas de reconsiderá-los ou requalificá-los. É fazer com que nas escolas do Semi-árido(sic) brasileiro não se aprenda só sobre metrô, semáforo, pêssego, morango, mas que também se aprenda sobre caatinga, cisterna, cacimba, água, cabra, umbu, roça, etc. A pretensão é desenvolver uma educação direcionada para a convivência com o Semi-árido(sic) num sentido mais amplo e, a partir daí, ter uma melhor convivência com o mundo e com sua complexidade. E esse é um trabalho que envolve vários segmentos da população, como gestores públicos (prefeito, secretários, vereadores, diretores das escolas, professores), lavradores, lavradoras, criadores, etc. É trabalhada a formação dos professores, o papel do professor, o papel da escola, o papel do prefeito, da secretária de Educação e dos demais secretários, e todos podem e devem participar da elaboração da nova proposta pedagógica para o seu município.

Sobre esses aspectos, Menezes e Araújo (2007, p. 3) relatam que o currículo contextualizado deve ter como destaque a origem local e regional, respeitando os diversos saberes, mesmo aqueles que são considerados insignificantes “[...] já que esta tem sido a realidade historicamente negada, distorcida e manipulada pela educação universalista, objetiva e imparcial que as elites brasileiras impuseram às diferentes classes e categorias pobres deste país”. Nesse sentido, Martins (2006, apud SILVA 2008, p. 75) afirma:

[...] a constatação mais corriqueira é de a educação escolar que se dirige aos vários pontos da imensidão do território brasileiro é uma educação descontextualizada e, por sê-lo, é também colonizadora, ou seja, ela se dirige hegemonicamente de uma determinada realidade – atualmente majoritariamente esta realidade é a do sudeste urbano do Brasil.

É preciso considerar o contexto no qual a escola está inserida para estabelecer uma relação entre os saberes populares com os saberes produzidos na escola, respeitando, sobretudo, a historicidade desse povo. Levando em consideração as escolas que se encontram no campo, faz-se necessário aproximar a escola da realidade rural, adotando uma percepção de construção de uma educação contextualizada, tomando o educando como sujeito capaz de produzir e

disseminar conhecimento, de acordo com sua experiência de vida. É contribuir para que aconteçam mudanças no cenário rural, aproximando a escola dos sujeitos envolvidos (comunidade, família, alunos, órgãos públicos) nesse processo, para que haja uma melhoria na qualidade do ensino. Desse modo, faz-se necessária a qualificação dos professores para que possam rever suas práticas pedagógicas e através de avaliação e reflexão, possam adotar uma metodologia que valorize o modo de vida do educando, para que possa ter a partir do seu mundo, o conhecimento do universo (ROCHA; MACHADO, 2004).

A escola como espaço de socialização deve preocupar-se com a qualificação dos professores, qualificação essa que se dá através de formação inicial e continuada, de modo a possibilitar o professor a refletir sobre sua prática (NERI et al., 2006). Silva e outros (2008, p.74) definem que:

O currículo das escolas, localizadas no Semi – Árido (sic) Brasileiro se apresenta desvinculado da vida dos sujeitos, ignorando os saberes aí produzidos; no cotidiano de homens e mulheres na produção da sua existência, a cultura, o modo de viver e conviver com as condições climáticas, os enfiamentos desse fenômeno com o qual aprendem a conviver criando e/ou redescobrendo formas alternativas de produção da vida.

O currículo não leva em consideração a realidade do educando, muitas vezes, contribui na construção de uma imagem errada onde se transmite através das figuras e gravuras um solo rachado e seco, aumentando ainda mais o discurso de um ambiente improdutivo. A proposta para combater essa visão repassada de forma errônea, seria aplicar uma educação contextualizada para a convivência no semiárido. “O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder [...]” (MOREIRA; SILVA, 1997, p. 8).

Outro fato que consta nos currículos das escolas localizadas no semiárido brasileiro é a valorização de umas regiões sobre as outras, como se a única alternativa fosse migrar para essas regiões, promovendo o inchaço das periferias nas grandes cidades, aumentando o contingente de pessoas submetidas a condições de miséria (SILVA et al., 2008). Sobre essa questão, Menezes e Araújo (2007, p.3) defendem que:

Comumente conhecida como a região das calamidades e catástrofes, onde sempre prevaleceu a lógica das políticas assistencialistas, emergenciais e compensatórias, o Semi-Árido (sic) sempre foi visto como a região dos miseráveis, pobres famintos, jecas tatu e o lugar ruim para se viver. A educação nessa região, jamais prestou um serviço condizente com o contexto em questão, e tão pouco se preocupou em viabilizar as condições da melhoria de vida das pessoas.

Nesta construção de proposta e práticas pedagógicas cujo objetivo central é a convivência com o semiárido, é fundamental convidar todos que fazem educação (professores, supervisores, gestores e estudantes) e comunidade para engajar nesta produção de práticas pedagógicas contextualizadas, desmistificando a ideia que a região é um ambiente improdutivo, e que a única solução seria migrar para outras regiões, como se não houvesse outra possibilidade para se viver nesse ambiente (SILVA et al., 2008). A esse respeito, Duque (2008, p.134) comenta que:

O pensamento dominante no Brasil é de que o grande problema da região semi-árida,(sic) situada quase totalmente no Nordeste, é o fenômeno das secas. De fato, a irregularidade climática é uma circunstância a ser enfrentada, da mesma forma que a neve e o gelo nos países do hemisfério norte. Mas não é, na verdade, o grande e real problema.

Assim, percebe-se que há possibilidade do aluno da região semiárida aprender a conviver com as condições climáticas a exemplo de outros países, como destaca o autor. Nesse sentido, Malvezzi (2007, p.11) reforça o discurso de Duque:

A idéia (sic) parte de um princípio simples: por que os povos do gelo podem viver bem no gelo, os povos do deserto podem viver bem no deserto, os povos das ilhas podem viver bem nas ilhas e a população da região semi-árida (sic) vive mal aqui? E porque aqueles povos desenvolveram culturas de convivência adequadas ao ambiente, adaptaram-se a ele e tornaram viável a vida.

A percepção de convivência implica construir propostas metodológicas que valorizem as potencialidades e limites do semiárido para construir novas aprendizagens, que sejam significativas para os educandos que vivem neste contexto. Segundo Lima (2008, p.98)

[...] construir uma proposta de educação contextualizada no Semiárido exige que os professores procurem re-aprender a aprender para poder ajudar o seu aluno/a tornar-se um aluno-pesquisador de sua realidade. O aluno/a aprende refletindo sobre sua ação e interagindo no meio social, já o professor, amplia seu olhar sobre o mundo no momento em que se desafia a pensar sobre sua prática no processo de reflexão-nação.

O caminho a ser percorrido pelo professor como mediador do conhecimento é trazer a realidade para dentro da sala de aula dos educandos, ao invés de trabalhar conteúdos de forma distante de sua realidade e com textos que não valorizam o semiárido. Como destaca Reis (2010, p.112):

[...] Ou seja, é uma região que é vista por uma caricatura que criaram da gente. A imprensa nacional e os que escreveram sobre esta região, tendo como parâmetros apenas uma época do ano, ou apenas um ângulo da região, não perceberam a sua complexidade do Semiárido Brasileiro. Os livros didáticos que circulam na nossa região reforçam essa imagem negativa da região, do sujeito que vive no Semiárido, que é visto como “matuto” ou como um “sujeito sem saber”. É essa a negatividade que se criou do Semiárido Brasileiro e que ainda está presente entre nós e que terminamos por assumi-la e proliferá-la.

Diante dos discursos preconceituosos acerca do semiárido, incutir uma educação contextualizada, que envolva uma educação para a convivência com o semiárido, seria estreitar os laços com uma educação que valorize a cooperação, a solidariedade, que garante a emancipação do indivíduo como ser agente de sua história, possibilitando a inserção das camadas populares que se encontram às margens, em exclusão, que foram vítimas de um sistema que os educa na perspectiva de competir e não de cooperar.

3 EJA E ECOSOL: UMA POSSIBILIDADE DE MUDANÇA

Na perspectiva de uma educação voltada ao processo de produção para transformação das relações humanas, a economia solidária configura-se como uma proposta viável. Os empreendimentos solidários advindos da Ecosol apresentam-se como um fenômeno intrínseco do processo, colocando o sujeito como autor da ação, não atendendo, portanto, aos interesses do capitalismo e exploração humana. O trabalho deve ser visto não como uma exploração humana, forçada, mas satisfatória, na medida em que o trabalhador torna-se voluntário e com sentimento de bem-estar em que “o ser humano passa a exercita-se no papel de sujeito de sua própria história, ao invés de mera engrenagem do sistema” (MELO NETO, 2006, p.2).

Nesse sentido, torna-se necessário repensar a educação de jovens e adultos e promover um debate com propostas metodológicas que viabilizem uma educação para a cooperação, que segundo Gadotti (2009, p.35)

[...] A educação para a cooperação e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-la adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista.

Levando em consideração as palavras de Gadotti (2009, p. 41), compreende-se que “a economia solidária não é apenas um projeto de uma nova economia, mas de uma nova sociedade”. Como observado, a Educação de Jovens e Adultos seria um caminho para se aplicar uma educação que possibilitasse uma nova visão de economia, isto é, “[...] a economia solidária é um embrião de uma nova sociedade, como forma típica de um novo modo de produção, antagônica ao modo de produção capitalista” (GADOTTI, 2009, p. 41). Uma economia voltada para valorização humana, cooperação, que sobretudo, exige que as pessoas que são vítimas de um sistema excludente seja reeducada para que possam superar o individualismo. Novamente Singer (apud GADOTTI 2009, p. 35):

a prática da economia solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam re-educadas (...). Essa re-educação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de uma grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles se espera e o que devem esperar dos outros.

Reeducar implica, neste contexto da Educação de Jovens e Adultos, ver no aluno da EJA, um aluno trabalhador, que por diversos motivos teve que se afastar da escola, sendo que o mesmo retorna à sala de aula em busca de uma oportunidade no mercado de trabalho. O mercado precisa de pessoas qualificadas e esse aluno da EJA que abandonou a sala de aula, percebe as exigências e precisa se capacitar para não ser excluído do processo. No seu discurso (IRELAND; MACHADO; IRELAND, 2005 p. 97) declaram que:

O que se observa na realidade atual, no que tange às mudanças que vem sofrendo as condições de empregabilidade, é que não é mais possível justificar, como anos atrás, que o fato de ter escolarização garante um bom emprego. Sem dúvida, o acesso a títulos facilita a disputa pelas vagas, porém elas são cada vez mais limitadas, mais exigentes, mais seletivas. Como então pensar em uma possibilidade de emprego para 65 milhões de jovens e adultos que não possuem sequer ensino fundamental completo? Não poderá ser essa lógica de mercado que orientará a aproximação da EJA ao mundo do trabalho, pois ela já é por si falaciosa. O que se observa com a busca de uma outra lógica de geração de emprego e renda, como no caso das experiências ligadas à Economia Solidária, é que a EJA tem um papel fundamental nesse processo, não apenas no sentido de contribuir para que os jovens e adultos coloquem-se diante das relações capital e trabalho por outro prisma, mas também, porque esse pode ser o caminho de mudanças dos próprios prismas da escolarização para esses alunos.

É nesse contexto que a escola enquanto espaço de socialização pode contribuir para produzir práticas pedagógicas contextualizadas, estreitando a relação entre as práticas peda-

gógicas com o mundo do trabalho, apresentando a economia solidária como alternativa de vida voltada para cooperação, solidariedade e satisfação humana. Ireland, Machado e Ireland reforçam o discurso (2005, p.97) “a Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social por apresentar uma alternativa viável de geração de trabalho e renda, garantindo a satisfação das necessidades de quem está nela envolvido”. É nesse contexto que a EJA define-se como um espaço voltado para o mundo do trabalho, buscando a valorização humana.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Para melhor compreensão da realidade, foi realizada uma pesquisa de campo com professores da Educação de Jovens e Adultos do Fundamental II na rede pública do município de Marizópolis, a escola conta com de 14 professores mas por acessibilidades foram entrevistados seis. Entres estes, destaca-se o de língua portuguesa, geografia, história, inglês, ciências e o de matemática, que atuam na escola do referido município.

A pesquisa foi realizada no ano de 2013, no mês de agosto, onde foram coletadas informações dos professores para o devido trabalho acadêmico, que segundo Pádua (2004, p. 32) “Assim, toda pesquisa tem uma intencionalidade, que é elaborar conhecimentos que possibilitem compreender e transformar a realidade[...]”.

O procedimento metodológico deu-se da seguinte forma. Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica em que foram coletadas informações; conforme Botelho e Cruz (2013, p.58) “Ela é considerada uma estratégia para a realização de qualquer pesquisa”. A esse respeito Raupp e Beuren (2003. p. 87) reforçam o discurso de Botelho e Cruz:

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo referencial já publicado em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses entre outros. Por meio dessas bibliografias reúne-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja ele em uma perspectiva histórica ou com o intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribui-lhes uma nova leitura.

Para chegar a uma conclusão significativa para a melhoria na qualidade do ensino da EJA, cada docente respondeu a um (01) questionário, contendo 10 perguntas abertas. As questões buscaram compreender como essa modalidade de ensino vem sendo desenvolvida.

Os dados coletados mediante um questionário, foi aplicado com intuito de verificar se o processo educativo aplicado na escola apresenta uma educação contextualizada, que valorize as peculiaridades do semiárido. Na escolha pelo questionário, levamos em consideração sua praticidade na obtenção de dados. A escolha pelo questionário pautou-se pela sua praticidade, pois segundo Marconi e Lakatos (2010, p.184)

Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenadas de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisador devolve-o do mesmo modo.

Na pesquisa com educadores, esse procedimento é utilizado considerando a disponibilidade de tempo, e vontade de cooperar. Geralmente, há, inicialmente, uma resistência por se tratar de uma investigação que coloca as claras a ação docente no cotidiano, o que nos proporciona uma visão coerente do processo.

Nesse propósito, foi lançada uma pesquisa qualitativa para se coletar os dados, que segundo Prodanov, (2013 p.71)

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Esse procedimento permite que os dados coletados levem a uma conclusão significativa sobre o objeto estudado, sem nenhuma manipulação do pesquisado, para analisar através dos resultados obtidos como está funcionando o campo no qual está sendo feita a referida pesquisa.

4.1 Analisando os dados

Para entender melhor como a EJA vem sendo desenvolvida nas instituições de ensino na região, realizou-se uma pesquisa de campo através da aplicação de um questionário a seis educadores, intitulamos de A1, A2, A3, A4, A5 e A6. Inicialmente, buscou-se conhecer um pouco da história desses educadores e sua relação com a EJA. Foi selecionado um grupo de seis educadores, que atuam nas escolas da zona urbana, identificando inicialmente o tempo de atuação na EJA. Dos seis professores participantes da pesquisa, três deles A1, A3, A4 relataram estar trabalhando há cinco meses; dois A4 e A2 trabalham há cinco anos e A6, apenas um, possui um ano de trabalho.

Considerando o tempo de atuação dos educadores, indagou-se sobre a formação dos mesmos para atuar nessa área, uma vez que o trabalho com a EJA na atualidade exige conhecimentos teóricos e procedimentos metodológicos, que atendam às expectativas para uma formação de sujeitos autônomos. As respostas de dois professores A1 e A2, foram positivas, enquanto que quatro A3, A4, A5 e A6 relataram nunca ter participado de uma formação. Nesse item, percebeu-se que a EJA ainda continua sendo realizada como processos emergenciais, com educadores improvisados, que não receberam formação adequada para trabalhar com as adversidades dos sujeitos.

Levando em considerações a formação e atuação desses educadores indagou-se as experiências e desafios vividos pelo professores durante estes anos como educadores da EJA. Segundo eles, as experiências foram as melhores possíveis, muito enriquecedoras, mas percebe-se na fala dos professores, que os desafios mencionados são praticamente os mesmos, como, por exemplo, a evasão escolar, falta de recursos didáticos, falta de capacitação para os professores que atuam na EJA.

Dada a importância do currículo escolar para uma formação sólida do educando, percebe-se que os conteúdos programáticos apresenta-se desvinculado da realidade do aluno da EJA, para uma melhor compreensão, indagou-se qual disciplina que eles ensinam e quais são os conteúdos trabalhados. O professor A1 ensina língua portuguesa, o professor A6 ensina matemática, A4 leciona Inglês, A5 ciências, A2 geografia e A3 história. O professor A1, de língua portuguesa, trabalha conteúdos sobre classes gramaticais e gêneros literários. A2, de geografia trabalha com conteúdos ligados à origem da terra até as questões ambientais, políticas e sociais. O professor A4, de inglês, trabalha conteúdos relacionados ao vocabulário, conjugação de verbos. A professora A3, de história, ministra conteúdos sobre a pré-história até a história contemporânea. O professor A6, de matemática, aborda resoluções operacionais (geometria, equações). E, por último, a professora A5, de ciências, trabalha com conteúdos relacionados à organização do corpo humano (células, tecidos, órgãos), etc.

Fato preocupante que ocorre no fundamental II é a ausência da interdisciplinaridade, uma vez que a fragmentação das disciplinas só colabora para que as aulas se apresente descontextualizada da vida do educando, diante dos conteúdos trabalhados pelos professores foi questionado se os mesmos adapta os conteúdos de acordo com a realidade do aluno. Todos responderam que sim, relatando que isso é feito para uma melhor assimilação dos conteúdos.

Nesta questão percebeu-se contradição, uma vez que a contextualização não é colocada com importância no processo educativo. Isso percebe-se ao longo do discurso desses educadores, bem como nas informações relacionadas aos conteúdos trabalhados.

Diante do contexto que vivemos, seca, a muito tempo a lógica de combate à seca vem sendo disseminada através dos currículos escolares como um ambiente improdutivo e insustentável, diante disso, percebe-se muitos dos alunos da EJA são oriundos da zona rural e que exercem a agricultura familiar, prática que sofre os efeitos da seca. Indagou-se aos professores se estes discutem com seus alunos a temática “seca”. A resposta do professor A6, de matemática, diz que: “Por ser um assunto preocupante para quem vive no semiárido, comentado tanto dentro e fora da escola, a temática acaba sendo abordada nas rodas de conversas na sala de aula, como professor vejo-me na responsabilidade de comentar acerca da temática.”

A professora A3, de história, relata que esse tema não é discutido em sala de aula. O professor A1, de língua portuguesa, discute a temática através de músicas e textos como, por exemplo, Asa Branca, ao relatar que: “É um tema onde podemos perceber os diferentes regionalismos existentes entre nós e entre mundos diferentes de cada aluno”. Já o professor A2, de geografia, discute essa temática explicando os fatores climáticos que levam a tal situação através de textos e vídeos. Enquanto que o professor A4, de inglês, discute sobre a seca quando por acaso é comentado na sala de aula por alunos, que dizem: “esse ano tá ruim pra nós, chuva que é bom nada”. E, por fim, a professor A5, de ciências, que concorda com o professor de matemática, dizendo que não tem como fugir dessa discussão com o aluno trabalhador e, principalmente, em se tratando do homem do campo, sendo, conseqüentemente, uma temática abordada em sala de aula nas conversas informais.

A Educação de Jovens e Adultos enfrenta diversos desafios ao longo da sua trajetória, e umas delas é a evasão escolar, uma vez que, trabalhar com esse público exige práticas pedagógicas que sejam de acordo com o cotidiano desse educando para não propiciar a evasão, logo buscou-se informação se em algum momento, o professor percebeu que as dificuldades climáticas contribuíram para migração, ou mesmo, para evasão. Todos os professores responderam que no passado isso acontecia com mais frequência. Muitos deixavam a sala de aula em busca de melhores condições de vida em outras regiões. Hoje isso ocorre numa menor proporção, fato este resultante das políticas públicas implementadas, as quais utilizam vários incentivos para garantir a permanência do aluno na escola e busca incessantemente a erradicação do analfabetismo.

Destacando o contexto no qual está inserida a escola no semiárido, é obvio a descontextualização nos livros base, quando se transmite através das gravuras e figuras de um ambiente seco, rachado, improdutivo como se não fosse possível viver bem, logo indagou-se de que maneira os professores discutem com seus alunos a temática convivência com o semiárido.

A professora A3, que leciona história, declarou: “Não. Esse tema é raramente discutido porque como professora de história possuo sobre o assunto apenas conhecimentos básicos”. Para os professores A6, A4, A5 (matemática, inglês e ciências) isto é um desafio devido à ausência da temática no conteúdo programático. Todavia, o assunto é introduzido por meio de conversas informais.

Em meio a isso, o professor A2, que leciona geografia, encontra mais facilidades, dada à harmonia entre o seu conteúdo programático e os temas relacionados à seca. O professor A1, de língua portuguesa, lança mão de obras literárias de autores, tais como Graciliano Ramos, autor de “Vidas secas” para abordar o tema. Todos dizem discutir a temática mostrando-lhes que é possível viver bem aqui. Todavia, percebe-se contradição nos discursos dos professores, no momento em que o professor A5, de matemática, diz: “Sinto dificuldades em trabalhar essa temática, porque no livro didático não é abordado, o tema só é discutido em conversas informais”. Como também encontra-se contradição no discurso da professora A3, de história, ao relatar que: “Esse tema é raramente discutido porque como professora de história possuo

sobre o assunto apenas conhecimentos básicos”. Fato preocupante que só faz reafirmar que a preocupação metodológica do professor é seguir fielmente os conteúdos, de acordo com o livro didático.

Por fim, indagou-se aos professores se eles já ouviram falar em Economia Solidária e se esse tema é abordado no seu livro didático. Quatro professores, A6, A1, A2 e A5 (matemática, língua portuguesa, geografia e ciências) responderam que nunca ouviram falar em economia solidária, somente dois professores, o A3 e o A4 (história e inglês) já ouviram falar. Em relação à presença desse tema no livro didático, todos responderam que esse tema não é abordado.

4.2 Resultado das análises de dados

Percebe-se na fala dos professores que as experiências em trabalhar com a EJA é exitosa e que os desafios mencionados são os mesmos. Todavia, nota-se que o público da EJA é constituído por trabalhadores e que a metodologia aplicada não corresponde à realidade desses educandos. Uma das dificuldades visíveis nos discursos dos professores é a falta da interdisciplinaridade, ou seja, os professores seguem os conteúdos programáticos, que, por sua vez, não condizem com a realidade do educando do semiárido, o que só contribui para a evasão escolar. Isso é bem presente no discurso do professor de matemática, quando diz: “Sinto dificuldades em trabalhar essa temática, porque no livro didático não é abordada, o tema só é discutido em conversas informais”. Já o professor de geografia encontra facilidades em trabalhar essa temática, uma vez que os livros didáticos de geografia abordam sobre os fatores climáticos e, daí, é propiciado um estudo bem detalhado do Brasil e suas regiões, adentrando no estudo do semiárido. Eis aí um contraste, a falta de interdisciplinaridade na metodologia da EJA, fazendo com que os alunos somente assimilem conteúdos preestabelecidos nos livros e, ao mesmo tempo, nenhum professor apresenta formas de inserir o estudo da realidade local a partir do proposto no livro base. Percebe-se a fragmentação entre as disciplinas, sem proporcionar um diálogo entre estas, sem favorecer um conhecimento do contexto no qual vive o aluno do semiárido. É através dessa perspectiva que se procura repensar uma metodologia aplicada à realidade do educando da EJA, através da interdisciplinaridade, que valorize os limites e peculiaridades do seu contexto.

Associada a essa realidade, nota-se a contradição nos discursos dos professores quando relatam que trabalham de acordo com a realidade do aluno, valorizando suas experiências de vida. Daí surge a seguinte pergunta: como trabalhar de acordo com a realidade do educando se não é estabelecido um diálogo acerca do seu espaço e sua história? Ora, se a preocupação do professor está voltada para cumprir os conteúdos estabelecidos no livro didático, que, por sua vez, apresenta-se descontextualizado da vida do homem que vive no semiárido, como se pode dizer que a metodologia do professor está aplicada à vivência daqueles que moram na região? Tem-se como exemplo a disciplina de história, em que os conteúdos trabalhados partem da pré-história até a história contemporânea e não abre espaços para discussões acerca da convivência com o semiárido. Fica explícito que a professora não tem uma formação para trabalhar a temática.

A partir destas questões, torna-se evidente a necessidade de formação contínua para os professores através de cursos, oficinas, seminários que valorizem essa temática; ou seja, uma metodologia que valorize as complexidades, especificidades do semiárido e mostrem que é possível viver bem aqui. Como comenta Arbach (2001, p.19.) “A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente”.

Se faz necessária uma transformação em todo campo educacional, comprometida com uma educação que valorize os saberes locais sem desprezar os saberes globais. Mas, só é possível através da formação inicial e contínua que valorize a interdisciplinaridade. Fato preocupante e notório é o descaso com a formação de professores que atuam no ensino fundamental II da

EJA. Geralmente a formação realizada é de conteúdos mais voltados para professores da 1ª a 4ª séries (NERI et al., 2006). Logo nota-se a carência na formação contínua para os educadores do fundamental II que possibilite enriquecer suas práticas pedagógicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse trabalho permitiu compreender como a prática educativa de EJA vem sendo desenvolvida na cidade de Marizópolis- PB. Através de um estudo de campo, foi possível entender alguns aspectos importantes dessa modalidade de ensino, compreendendo que a formação destes profissionais se mostra ainda arcaica, descontextualizada da realidade dos educandos que vivem no semiárido.

A realidade desnudada com a pesquisa de campo permite um repensar sobre a prática pedagógica em EJA no município de Marizópolis-PB. Pois as falas dos educadores relatando suas experiências confirmam o que foi detectado na pesquisa bibliográfica, em que diversos autores apresentam e questionam os programas e projetos educacionais para EJA. Essa modalidade de ensino, apesar de sua importância para a sociedade no tocante à inclusão e desenvolvimento socioeconômico, ainda continua sendo realizada de forma aligeirada, descontextualizada e, principalmente, tendo como princípio de seleção, interesses políticos locais. Porque não dizer: “serve ainda de trampolim político”, cabide de emprego em regiões carentes e desprovidas de um comprometimento com a educação de qualidade.

Percebe-se que para a realização de uma educação comprometida com a mudança social e inclusiva, é necessária uma qualificação dos profissionais da educação para compreender as especificidades e potencialidades do semiárido. Pois, até então, a formação destes profissionais se mostra de forma descontextualizada, quando verifica-se que a qualificação precisa ser mediante formação contínua, para construir uma nova prática pedagógica aplicada à realidade dos que vivem no semiárido.

A realização do trabalho destaca-se em instigar o processo de desenvolvimento da EJA e as possibilidades de uma educação contextualizada, que promova a percepção de uma convivência no semiárido, sensibilizando todos que fazem parte do desenvolvimento educacional da referida cidade, para uma possível transformação nas práticas educativas, em que se comprometa em desenvolver, a partir da conclusão desse trabalho, um ensino de EJA adequado com a realidade do educando, articulando a Educação de Jovens e Adultos com a perspectiva de trabalho em uma Economia Solidária.

6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, N. S. R.; ANDRADE, D.; PAVANELLO, R. M. **A Educação de Jovens e Adultos e Dificuldades na Resolução de Problemas Matemáticos**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

ARBACHE, A. P. B. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BOTELHO, J. M.; CRUZ, V. A. G. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

BAHIENSE, V. L. A.; LOPES, T. S.R; SILVA, E. F. (org) **Educação de Jovens e Adultos**. Teresinha: Editora Faibra, 2013.

DUQUE, G. **Conviver com a seca: Contribuição da Articulação do Semi-Árido**. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 17, p. 133-140, 2008. RESAB, Secretaria Executiva. Educação para a Convivência com o Semiárido: reflexões teórico-práticas. Juazeiro: 2004.

FERNANDES, D. G. Estudantes de Camadas Populares e a Questão do Fracasso Escolar: considerações a partir do pensamento de Pierre Bourdieu. *In*: Alder Júlio Ferreira Calado; Alexandre Magno Tavares da Silva.. (Org.). **Cidadania no horizonte do trabalho**: reflexões sócio-históricas e pedagógicas.. 01 ed. João Pessoa: IDÉIA, 2005, v. 01, p. 07-110.

FERNANDES, D. G. **Educação de Jovens e Adultos**: conceitos, sujeitos e práticas. *Interfaces de Saberes* (João Pessoa), Caruaru - PE, v. 05, p. 33-47, 2005.

GADOTTI, M. Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. *In*: GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.

FERNANDES, D. G. **Economia solidária como práxis pedagógica**. Produção de Terceiros Sobre Paulo Freire; Série Livros (2009). Disponível em: www.acervo.paulofreire.org. Acesso em: 04 de setembro de 2013.

IRELAND, T. D.; Machado, Maria Margarida; IRELAND, Vera Esther J. da Costa. Os desafios da Educação de Jovens e Adultos: vencer as barreiras de exclusão e da inclusão tutelada. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella. (org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: INEP, 2005, p. 91-101.

LIMA, E. S. **A formação continuada de professores no Semi-árido**: valorizando experiências, reconstruindo valores e tecendo sonhos. 2008. 240 p. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

MALVEZZI, R. **Semi-árido**: Uma Visão Holística. Brasília: Confea, 2007. 140p.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO NETO, J. F. **Educação popular em economia solidária**. Comunicação a XIX Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação/ANPED. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes. Acesso em: 25 de julho de 2013.

MENEZES, A. C.; ARAÚJO, L. Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. *In*: RESAB. **Currículo, contextualização e complexidade**: elementos para se pensar a escola no semi-árido. Juzeiro: Selo Editorial RESAB, 2007. p. 33-47.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

NÉRI, A.; SILVA, E.; SOUZA, I.; ARAÚJO, L. Reflexões sobre a formação continuada de professores na perspectiva da educação para a convivência com o semi-árido. *In*: RESAB, Secretaria de educação. **Educação para a convivência com o Semi-Árido**: Reflexões teóricas-políticas. Juazeiro-BA. Selo Editorial, 2006.

PORCARO, R. C. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade Federal de Viçosa (2004).

PINTO, E. B.; LIMA, M. J. A. **O programa de convivência com o semi-árido brasileiro e sua influência na mudança de hábitos e valores**. Instituto de pesquisas sociais (Inps), Fundação Joaquim Nabuco. Out/2005.

LOPES, S. P.; SOUZA, L. S. **EJA**: uma educação possível ou mera utopia. *Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)*, v. 5, 2004. Disponível em: www.cereja.org.br. Acesso em: 28 de maio de 2013.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa**: abordagem teórico-prática. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: www.tconline.feevale.br . Acesso em: 02 de agosto de 2013.

RANGEL, E. A. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil**: problema estrutural para o desenvolvimento nacional. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2003. Disponível em: www.emprendetche.unisc.br. Acesso em: 03 de setembro de 2013.

REIS, E. S. Educação para a Convivência com o Semiárido: desafios e possibilidades. *In*: Conceição de Maria de Sousa e Silva; Elmo de Souza Lima; Maria Luiza de Cantalice; Maria Tereza de Alencar; Waldirene Alves Lopes da Silva. (Org.). **Semiárido Piauiense: Educação e Contexto**. 1ed. Campina Grande - PB: Triunfal Gráfica e Editora, 2010, v. 1, p. 109-130.

SILVA, A. P. et al. Educação para a convivência com o Semi-Árido Brasileiro. *In*: JEZINE, Edineide et al. (orgs.). **Educação popular e movimentos sociais**: dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa: UFPB, 2008.

SILVA, W. R. A. **O Professor Como Agente na Reconstrução Educacional de Jovens e Adultos do Programa PROEJA**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo-IFSP. Monografia: São Paulo, 2009. 47f.

SOARES, L. **O educador de jovens e adultos e sua formação**. Educação em Revista, v. 47, 2008.

Educação profissional e EJA na Escola José de Paiva Gadelha: contrapontos com a Economia Solidária

*Marta Soraya Sousa Silva
Dorgival Gonçalves Fernandes*

1 INTRODUÇÃO

A educação e o trabalho nasceram juntos com o homem para proporcionar aos mesmos a sobrevivência imediata. No decorrer do tempo, trabalho e educação se convertem em condição de dignidade e cidadania, necessários para se viver em sociedade. A Modernidade instaura tais elementos da condição humana como um direito. Até a presente data, entretanto, esse direito não tem sido assegurado de modo efetivo ao conjunto dos homens.

Assim, na contemporaneidade, com a complexidade que se instaura, a urbanização e a revolução tecnológica colocam tais elementos como condição fundamental para a sobrevivência e para o exercício do viver atrelados à noção da cidadania. Neste caso, o desemprego e o analfabetismo ou a baixa escolaridade são tidos como condição carregada de preconceitos e de menos valia social que além de estigmatizarem esses sujeitos, trazem dificuldades efetivas para a sobrevivência material, haja vista que vivemos numa sociedade grafocêntrica e na qual o mercado de trabalho, por ser severamente competitivo, traz a demanda de diversas habilidades e competências para a entrada e a permanência nele.

É neste panorama que o direito ao trabalho e à educação se efetiva como bandeira de luta de governos e da sociedade civil. Neste sentido, no Brasil, tem assegurado tal direito no plano legal que dá sustentação às lutas sociais para a sua materialidade. A nossa Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, reza que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando sempre ao pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania.

Sendo assim, entende-se que o homem é socialmente formado na relação que se estabelece entre a educação e o trabalho e, portanto, estes são direitos sociais.

Na nossa experiência profissional, enquanto pedagogos, convivemos com pessoas jovens e adultas que ainda estão lutando pela materialização de tais direitos, por não terem conseguido acesso escolar na idade adequada, ou tiveram acesso, mas não se adequaram à escola e nem a escola a eles ou por motivos de necessidade emergente de trabalho se evadiram desta, procurando agora a escolarização e a qualificação profissional para se inserirem no mercado de trabalho e obterem uma vida mais digna e cidadã. Nesse sentido o presente trabalho tem como tema: Educação Profissional e EJA na Escola José de Paiva Gadelha: Pontos de aproximação e distanciamento com a Economia Solidária.

Neste caso, para realizá-lo, elaboramos os seguintes objetivos: 1) Objetivo Geral: Analisar a experiência que a Escola José de Paiva Gadelha-SESI juntamente com o Centro de Ações Moveis-SENAI, desenvolvem na modalidade Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional, respectivamente, dentro do Programa Educação Básica e Educação Profissional-EBEP, no que se refere às possibilidades de relação dessas duas vertentes com a Economia Solidária; 2) Objetivos Específicos: Caracterizar e situar historicamente os eixos norteadores: EJA, Educação Profissional e Economia Solidária; Analisar e compreender as diretrizes que norteiam e regulamentam a oferta do Programa EBEP na rede SESI e SENAI de ensino; Descrever como acontece a integração da Educação básica e profissional com os princípios de Economia Solidária e Apresentar as convergências e divergências do Programa EBEP quanto a Economia Solidária expondo de que forma os pressupostos desta pode agregar valor ao programa EBEP.

Tal estudo se inscreve na perspectiva da pesquisa qualitativa, de natureza documental-bibliográfica. Para tanto, utilizamos capítulos de livros, artigos e documentos que tratam teoricamente destes temas.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM BREVE HISTÓRICO

Sabendo da escassa literatura que trata da intersecção dos três temas em questão, os mesmos serão abordados separadamente. Assim sendo, foram utilizadas para compor o referencial teórico deste trabalho teorias e problematizações postas nos seguintes documentos: a LDB, Lei n. 9394/96, o Documento-Base da V e VI CONFINTEA, As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos, As Diretrizes que regulamentam a oferta de EJA e Educação Profissional do SESI/SENAI, bem como artigos e documentos referentes à Economia Solidária. Isto para analisar como acontece a articulação dessas modalidades de ensino, tomando os postulados e pressupostos da Economia Solidária quanto à sua dimensão pedagógica. A partir de tais documentos, entendemos ser possível pensar como na educação básica e profissional do SESI/SENAI é possível potencializar o seu trabalho, inserindo, ou não, os pressupostos da Economia Solidária.

2.1 Um breve histórico da EJA no Brasil

Em 1949 aconteceu a primeira Conferência Internacional de Educação de Adultos-CONFINTEA, realizada na Dinamarca, outro evento importante para a reafirmação da EJA no Brasil, participaram cerca de 30 países e ONGS, foi alvo de discussão a Educação de Pessoas Adultas como instrumento de resistência ao totalitarismo e difusão de cultura de paz, e o Incentivo às campanhas de alfabetização nos países considerados atrasados. (GADOTTI, 2009)

Nos anos 50 foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. No fim desses anos, foi realizado o segundo Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos no qual tais campanhas foram discutidas e apontadas como insuficientes devido à estrutura física precária das escolas, material e metodologia considerados inadequados. Identificou-se que os métodos utilizados para alfabetizar os adultos eram os mesmos utilizados na educação infantil e que os adultos analfabetos eram vistos como seres ignorantes e incapazes. Foi destacada também uma nova compreensão acerca do analfabeto e o ensino de Jovens e Adultos, este ganha um novo significado e novo método² fundamentados no pensamento de Paulo Freire, educador que posteriormente teve suas ideias reconhecidas e estudadas mundialmente. Tais métodos estavam diretamente ligados aos princípios da educação popular, destacada pela efervescência dos movimentos sociais, políticos e culturais, que pregava a consciência dos cidadãos.

Até então, segundo Oliveira (2004) apud Vieira (2011,p.31) “A educação de Jovens e Adultos encaminhava-se para uma visão compensatória na qual o objetivo de alfabetizar não se fazia acompanhar de um reconhecimento da especificidade dos alfabetizandos.” Nesse sentido, a educação sistematizada não partir da experiência de vida desses adultos, tornando assim um ensino distante da realidade, necessidade e atuação dessas pessoas na sociedade, ideia que se contradiz aos princípios adotados por Paulo Freire na sua experiência de alfabetização de adultos, que buscava adequar o ensino à especificidade dos alunos e propunha uma educação baseada no diálogo.

Em 1960 aconteceu a segunda Conferência Internacional de Educação de Adultos-CONFINTEA, realizada no Canadá. Desta, participaram cerca de 50 países e ONGS, tendo por alvo de discussão o Papel do Estado na promoção da EJA e a Educação de adultos como parte do sistema educacional. (GADOTTI, 2009)

Ainda no início da década de 60 foram criados e mantidos em destaque grandes movimentos de Educação Popular, apoiados pelo governo, que já utilizavam dos métodos de Paulo Freire, como foi o caso do Movimento da Cultura Popular do Recife e o Movimento de Educação de Base, que tiveram o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, tais movimentos procuravam a conscientização, participação e transformação social. Paulo Freire participou ainda da elaboração do Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação, processo que foi interrompido pelo Golpe Militar.

Após o golpe civil militar de 1964, todos esses movimentos foram reprimidos e passou a estar em vigência apenas os programas de alfabetização assistencialistas que não ameaçassem a ordem estabelecida pelo governo ditatorial. Assim, sob a ditadura militar é criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização-MOBRAL. Criado em 15 de dezembro de 1967, pela lei 5.379, com o objetivo de “[...] conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida.” (SILVA; LOPES; BAHIENSE, 2012, p.11).

Apesar de, teoricamente, a metodologia utilizada no MOBRAL ser a mesma usada por Paulo Freire, sob o método da palavra geradora, a diferença era nítida, já que o MOBRAL foi criado para atender os interesses políticos e solucionar um problema emergente de mão de obra, e não no sentido de alfabetizar para além da leitura e escrita, incitando a criticidade dos indivíduos, além do que as palavras geradoras eram impostas e não extraídas do universo do alfabetizando como na abordagem de Freire.

O MOBRAL teve falsos resultados nos índices de redução do analfabetismo, já que realizou um processo de alfabetização funcional, onde a aprendizagem se limita a decodificação e grafia de palavras.

Com a vigência da Lei nº 5692/71 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Educação de Jovens e Adultos ganha espaço e um capítulo específico sobre o ensino supletivo.

Em 1972 aconteceu a terceira Conferência Internacional de Educação de Adultos-CONFINTEA, realizada no Japão, com a participação de cerca de 80 estados membros, inclusive Cuba, e ONGs e teve como temas de discussão A Alfabetização e A Educação Permanente (GADOTTI, 2009)

Na década de 80, outro importante documento regulamenta a Educação de Jovens e Adultos, é a Constituição Federal de 1988. No seu artigo 60, fica estabelecido um prazo de dez anos para a eliminação do analfabetismo e a universalização do Ensino Fundamental (SILVA; LOPES; BAHIENSE, 2012).

Na década de 90 entra em destaque os movimentos em defesa por políticas de formação, educadores se reúnem para discutir propostas sobre a formação de professores. Segundo Moura (2008, p.56), essas discussões “[...] vêm fortalecer o papel da formação dos profissionais da educação, permitindo enfocar a importância e a necessidade de se voltar a atenção para a especificidade da formação para a EJA.”

Os movimentos sociais e diversos estudos a favor da educação de jovens e adultos conseguem interferir na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Nº 9394/96, que institui a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade da educação Básica, como está expressa na seção V, em seus artigos 37 e 38.

O último documento construído que trata da Educação de Jovens e Adultos são as diretrizes curriculares nacionais para EJA de 2000 que abrange todos os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos esclarecendo que “a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos.” (PARECER CNE/CEB 11/2000, p.9)

Atualmente, depois de ter vencido as lutas em torno de seu reconhecimento e regulamentação enquanto parte da educação básica, os desafios enfrentados pela EJA são muitos, e

vão desde a reestruturação do currículo, do processo de formação dos professores e das práticas pedagógicas até a sua ressignificação no processo de formação dos sujeitos.

Ainda sobre esses desafios, um evento importante que tratou sobre a melhoria na qualidade da oferta de EJA na atualidade foi a Sexta Conferência Internacional de Educação de adultos (CONFITEA VI), que aconteceu em 2009 no Brasil. Este evento discute sobre a qualidade e desafios da EJA. Nessa Conferência foi reafirmado a noção de educação ao longo da vida para todos .

Nas suas recomendações ficou destacada a necessidade de priorizar a alfabetização de adultos, devido ainda permanecerem elevados os índices de analfabetismo no país. Segundo dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD), em 2012, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 8,7%, o que corresponde ao contingente de 13,2 milhões de analfabetos.

2.2 A Educação profissional

O desenvolvimento Industrial e a crescente urbanização trouxeram um grande impacto para a educação, surgia então a necessidade emergente de mão de obra qualificada. A partir de então, para atender as exigências da classe dominante e da indústria em expansão, nascia as primeiras escolas profissionalizantes. Segue abaixo um quadro que mostra a trajetória da educação profissional no decorrer dos anos.

Quadro 1 – Síntese do histórico da educação profissional no Brasil

Ano	Educação Profissional no Brasil
1990	O Decreto-Lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adiestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprimindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.

1940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S4.
1942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT), do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

Fonte: Wittaczik (2007)

A educação era assim dividida, os filhos dos burgueses teriam acesso ao ensino propedêutico para posterior ingresso na educação superior, enquanto que os filhos dos trabalhadores teriam acesso ao curso profissionalizante para imediata inserção no mundo do trabalho.

Até então a educação profissional era destinada à classe proletária, tendo o objetivo de formar mão-de-obra para o mercado. Dessa forma o ensino se limitava a destreza manual, ao treinamento/adestramento para obtenção de emprego. Nesse sentido, o ensino profissionalizante estava distante da formação crítica para compreensão do mundo do trabalho.

Vale salientar que no final dos anos 80, o investimento em educação profissional ganha um novo aliado, as empresas. Na década de 90 as ações educativas se intensificam mediante não mais a ação do Estado e sim das grandes empresas. Segundo Fernandes (2008, p.01):

A ênfase na implementação do modelo neoliberal nesta década desencadeia um processo de transferência de responsabilidades com a educação e, também, com a escolarização da população, sobretudo da classe trabalhadora. Este processo desloca o Estado da posição de primeira instituição responsável por garantir a educação da população brasileira, segundo os princípios estabelecidos na legislação em vigor.

Esse investimento em educação por parte do setor privado foi garantido por lei através da constituição Federal de 1988 e posteriormente ratificada pela LDB em 1996, como mostra em seu art.40: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.”

Atualmente, segundo a LDB nº 9.394/96 a educação profissional não está inserida na educação básica, sendo apresentada como modalidade específica de ensino, apesar de ser citada também nos artigos que tratam sobre educação básica, apontando a possibilidade de articulação das mesmas, nesse sentido a educação profissional esta situada na confluência entre os dois direitos fundamentais do cidadão: o direito a educação e o direito ao trabalho.

2.3 Economia Solidária: um novo olhar para as relações de trabalho e educação

A economia Solidária se opõe ao capitalismo, sendo pensada como uma alternativa para se viver paralelamente a este, destacando-se por sua ideologia solidária e suas práticas autogestionárias. Para se entender a Economia Solidária, precisa-se compreender a economia capitalista, pois segundo Singer (2005, p. 13-14) “O capitalismo caracteriza-se pela concentração da propriedade dos meios sociais de produção em poucas mãos. Essa concentração dá-se em consequência da lógica dos mercados competitivos (...)”

Opondo-se a este, a economia solidária parte da gestão coletiva dos meios de produção, na qual as pessoas imbuídas do espírito da solidariedade e igualdade decidem e desenvolvem suas atividades coletivamente, cooperando uns com os outros. Na economia solidária a visão de lucro é substituída pelo excedente, as sobras são distribuídas ou investidas por decisão dos sócios, reafirmando a participação democrática dos empreendimentos solidários, por isso todos os proprietários da empresa necessariamente trabalham nela e participam igualmente das decisões, dos déficits e excedentes. Essa visão contrária de lucro relacionada a economia capitalista, esta também assegurada pela legislação vigente que considera as cooperativas como empreendimentos sem fins lucrativos, e consequentemente isentas de imposto de renda. A adesão a esse tipo de empreendimento é voluntária e de livre acesso a todos.

Em se tratando de Economia Solidária como ato pedagógico, o que se deve refletir inicialmente é como indivíduos que foram educados dentro do sistema capitalista podem desenvolver a economia solidária, se esta necessita que seus membros estejam convictos do sentido da solidariedade e não da competitividade? Nesse sentido, ainda segundo Singer (2005), é necessário que os indivíduos sejam reeducados nos princípios de solidariedade e igualdade, sentimentos que até então estavam vinculados apenas a familiares, além do conhecimento da autogestão.

É nesse sentido que a Educação de Jovens e Adultos se entrelaça à prática da Economia Solidária. É na escola que esses indivíduos poderão discutir sobre a prática desse sistema, podendo ou não levar à sua execução, já que a educação de jovens e adultos tem por objetivo contribuir na formação de indivíduos críticos e reflexivos que possam ser atuantes na busca de uma sociedade comprometida com os interesses sociais e coletivos, almejando uma convivência justa e igualitária.

Ao mesmo tempo em que a economia solidária ganha força com a contribuição da Educação, a EJA também ganha com esse exercício, visto que em sua maioria, esta é composta por indivíduos marginalizados socialmente e que não tiveram acesso à educação sistematizada no tempo considerado “adequado” e que devido a exigência do sistema capitalista de uma escolarização voltada para atender as exigências de mercado, estes procuram as turmas de EJA buscando escolarização para serem incluídos socialmente, e conseguir a obtenção de renda para a garantia da sua sobrevivência.

É certo que hoje, o mercado não tem condições de absorver toda população em idade e condições adequadas para o trabalho, caso todos esses indivíduos consigam se igualar às exigências deste. Nesse sentido, a economia solidária apresenta-se como alternativa para aqueles que não conseguem espaço no mercado de trabalho capitalista, ou que não se adéquam ou não concordam com este, mas que ao mesmo tempo precisam exercer o direito à sobrevivência digna. Diante disso, a educação que já tem por si só o papel de formar indivíduos conscientes e ativos, que tem o poder de contribuir para se reinventar o mundo através do seu trabalho, ganha um grande aliado que são as práticas de empreendimentos autogestionários que colaboram no processo de educação para autonomia.

Neste caso, é importante destacar que se os pressupostos e princípios da economia solidária forem inseridos no currículo dessas escolas, e as mesmas conseguirem trabalhar de forma efetiva essa possibilidade com os seus alunos, estes apesar de conhecerem a economia

solidária e todo funcionamento de empreendimentos autogestionários, podem optar pela não adesão a esse sistema.

É nesse sentido que justificamos a necessidade de estudarmos as possibilidades de inserção da economia solidária dentro do projeto EBEP, que já tem garantido em seu currículo a articulação da educação básica com a profissional, vistas até então apenas sob a óptica do empreendedorismo capitalista.

3 EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA EXPERIÊNCIA COM O PROGRAMA EBEP

Desde os anos 30, como mostra as Leis Orgânicas do Ensino elaboradas na vigência do Estado Novo, era premente a dualidade entre Educação Básica (EB) e a Educação Profissional (EP) tendo em vista o sentido discriminatório sobre esta última, pois era uma educação destinada aos pobres e que não dava acesso ao ensino universitário ou o restringia. Assim, a articulação entre ambas aconteceu sempre de modo precarizado.

Hoje o Brasil se debruça sobre novas questões educacionais, e uma delas é a articulação da educação básica com a educação profissional que traz questionamentos quanto o atual sistema de ensino, indagando a forma de preparo dos alunos para o desenvolvimento integral (pessoal e profissional).

Diante da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a educação profissional é tida como complementar à educação básica, incluso nesta a Educação de Jovens e Adultos. Em seu Art. 37, § 3º, a LDB expõe que “A Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.”

Segundo o Documento Relatório de Mapeamento e Diagnóstico do Programa EBEP, do ano de 2011, a Educação Profissional não alcançou as políticas públicas para garantir ao país a formação de pessoas qualificadas para atenderem às demandas do setor produtivo. “Até meados dos anos de 1970, a mão de obra da indústria era basicamente formada em serviço, geralmente para funções que requeriam poucos conhecimentos intelectuais e maior habilidade física.” (Relatório de Mapeamento e Diagnóstico do Programa EBEP, 2011, p. 17). Ressaltando, assim, que há necessidade dessa articulação, já que para um crescimento/desenvolvimento significativo do setor industrial brasileiro é primordial uma educação básica e profissional de qualidade.

Como mostra o quadro a seguir, a legislação educacional sofreu mudanças significativas no que se refere à educação básica e profissional, entre as décadas de 70 e 90.

Quadro 2 – Leis da educação básica e profissional nos anos 70, 80 e 90

ANO	1971	1982	1996	2008
LEI	5.692	7.044	9.394	11.741
Características	Ensino de 2º grau Profissionalização compulsória	Ensino de 2º grau Opção de escola: Propedêutico Profissionalizante	Ensino médio como etapa finalística da educação básica Função da Educação: Desenvolvimento da pessoa; Exercício da cidadania; Preparação para o trabalho.	Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

			Educação Profissional: como formação complementar	
--	--	--	---	--

Fonte: Relatório de Mapeamento e Diagnóstico do Programa EBEP

A evolução das leis impactou em políticas de formação integrada. A lei nº 11.741/08 dispõe que a educação profissional abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. A oferta da educação profissional articulada com o ensino médio pode acontecer de forma integrada ou concomitante.

Segundo Moura (2007, p.20), a educação básica articulada à educação profissional deve formar cidadãos capazes de:

Compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando contribuir para a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos.

Nesse sentido, o programa EBEP – Educação Básica oferecida pelo SESI articulada com a Educação Profissional oferecida pelo SENAI, de acordo com os seus Referencias Normativos (2006, p.11) “[...] representa uma iniciativa estratégica que busca promover uma formação integral do cidadão, ampliando as possibilidades de sua inserção na vida social e produtiva estabelecendo uma nova dimensão na qualidade da educação”.

O projeto EBEP foi construído pela Unidade de Educação Básica – UniEduca, do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria e pela Unidade de Educação Profissional – UNIEP, do Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial com base nas experiências em curso nos regionais da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Tendo as experiências regionais como ponto de partida, em 2002 foi criado o programa EMEP – Ensino médio articulado com Educação Profissional que, posteriormente, passou a incorporar a Educação de Jovens e Adultos, vindo a denominar-se EBEP: Educação Básica articulada com Educação Profissional, sendo em seguida disseminado com as demais regionais. (Referencias Normativos, 2006).

A fim de direcionar o desenvolvimento do Projeto EBEP nas regionais de ensino, o Departamento Nacional construiu dois documentos, objetivando disseminar a experiência das cinco regionais, como também orientar a implantação do mesmo nos Departamentos Regionais e, conseqüentemente, nas escolas pertencentes à Rede SESI de ensino e nos Centros de Educação Profissional do SENAI. Entre os documentos que regulamentam a execução do Programa EBEP estão os Referenciais Normativos, Pedagógicos, Operacionais e Financeiros Nacionais para a articulação da Educação Básica do SESI com a Educação Profissional do SENAI e o Relatório de Mapeamento e Diagnóstico do Projeto EBEP, documentos estes que foram utilizados para construção desse artigo.

A disseminação e efetivação desse projeto nas regionais se deve ao crescente número de indústrias e aos avanços tecnológicos acarretando uma elevada demanda de profissionais com sólida educação básica e níveis cada vez mais elevados de qualificação profissional. A implantação do projeto visa contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural do País.

Inicialmente o projeto EBEP foi pensado pelo SESI-PB para atender trabalhadores e dependentes da indústria, dando ênfase à sua missão de oferecer a estes Educação Básica e Continuada de qualidade como promotora de qualidade de vida. Para isso foi necessário o redimensionamento do currículo, competências, ensino e aprendizagem para uma efetiva edu-

cação emancipatória e empreendedora, onde o sujeito pudesse reconhecer e ser reconhecido em seu meio social, transformando a sua realidade e a da comunidade ao qual esta inserido.

Segundo os Referenciais Normativos e conforme a Diretriz Nacional, a articulação da educação básica oferecida pelo SESI com a educação profissional de responsabilidade do SENAI pode acontecer das seguintes formas:

Quadro 3 – Formas de oferta da articulação Educação Básica-SESI com Educação Profissional-SENAI

SESI	SENAI
Ensino Fundamental - EJA incluída a alfabetização.	Formação inicial e continuada
Ensino Médio – EJA	Formação inicial e continuada
Ensino Médio – EJA	Educação Profissional Técnica de nível Médio
Ensino Médio	Formação inicial e continuada
Ensino Médio	Educação Profissional Técnica de nível Médio

Fonte: Dados da autora a partir dos dados fornecidos no documento: Relatório de Mapeamento e Diagnóstico do Projeto EBEP.

O programa EBEP, desenvolvido pela Escola José de Paiva Gadelha em parceria com o Centro de Ações Móveis, esta destacado nas três primeiras formas de oferta citadas no quadro acima, adotando a forma concomitante que regulamenta a realização da educação articulada através de diferentes instituições de ensino, mediante convênio firmado e projeto pedagógico unificado. Essa forma permite matrículas, registros e certificações distintas, isso significa maior flexibilidade na oferta e atendimento especializado de acordo com a necessidade apresentada pelo aluno.

O projeto EBEP segue as orientações da Recomendação 195/2004 da Organização Internacional do Trabalho se propondo a atender as demandas do mundo do trabalho, formando profissionais capazes de pensar, construir atitudes, trabalhar a curiosidade e agir com autossuficiência. (Relatório de mapeamento)

O estado da Paraíba, através das instituições SESI e SENAI implantou esse projeto em 2008, em alguns Centros de Atividades, mas apenas em 2011 ele chegou a Escola José de Paiva Gadelha-SESI, objeto de nosso estudo, localizado na cidade de Sousa-PB em parceria com o Centro de Ações Moveis-SENAI sede localizada na cidade de Campina Grande, o ultimo como próprio nome diz, é um centro que desenvolve ações descentralizadas da sua sede.

A primeira turma EBEP da escola José de Paiva Gadelha, teve início em 2011, de acordo com o Documento: Relatório – EBEP Centro de Atividades José de Paiva Gadelha. O programa EBEP foi integrado aos alunos de EJA da primeira série do Ensino Médio, com início das aulas no dia 11/07/2011 e término previsto para o dia 24/02/2012, incluído a carga horária do SENAI de 180 horas, sendo oferecido aos alunos de EJA os cursos de Instalador Elétrico Residencial I(13/10 a 25/11/11) e Instalador Hidrossanitário (28/11 a 22/12/2011).

É importante destacar que devido ao público atendido, e a não disponibilidade de tempo destes para realizar o curso em horário oposto as aulas de EJA, não foi possível seguir as orientações dos Referenciais Normativos e realizar os cursos de qualificação em contraturno ao ensino de EJA, dessa forma foi necessário reestruturar o currículo da escola, transformando o ensino regular em modularizado.

Para tanto, mediante a análise do plano de curso, do curso de qualificação do SENAI, foi decidido entre as casas que os conteúdos de EJA necessários para compreensão do conteúdo programático do SENAI estava relacionado as disciplinas de português, matemática e empreendedorismo, sendo o calendário escolar e distribuição das disciplinas organizados de acordo com essa necessidade, sem que o ensino de EJA fosse prejudicado, tanto no sentido da carga horária dedicada, como nos conteúdos disciplinares.

Nesse sentido, o planejamento da ação articulada funcionava da seguinte forma: de acordo com os conteúdos formativos dos cursos do SENAI, era analisado quais conteúdos formativos dentro de cada disciplina da educação de jovens e adultos do SESI seriam necessários para compreensão daqueles, caracterizando a formação por competências. Segundo Basso(2010, p. 48):

A formação por competência pressupõe romper com os paradigmas vigentes e deslocar o foco da transmissão e acumulação do conhecimento para a aprendizagem do aluno. Do Conhecimento fragmentado por disciplinas para uma visão interdisciplinar, contextualizada e dinâmica.

Isso significa que a noção de competência esta relacionada a articulação do conhecimento teórico e sua práxis, relacionando os diferentes saberes, atitudes e valores.

Foi necessário também abrir os cursos do SENAI para a comunidade no geral (pessoas que não estavam inseridas no ensino de EJA) já que a oferta do SENAI era para duas turmas, cada uma com 18 alunos em horários opostos,(01 turma-tarde/ 01 turma-noite) para a formação da turma da tarde, como os alunos matriculados na EJA não tinham disponibilidade para participar do curso durante o dia, foi necessário estender as vagas para comunidade.

3.1 O programa EBEP a luz da Economia Solidária

O documento Regimento Escolar das Unidades Escolares do SESI em seu art.78 que trata da organização e regimento escolar em seus capítulos: I,V e X especificamente encontramos indícios que se aproximam com os princípios de economia solidária.

I. Compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

V. perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;

X. Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, criatividade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.(p. 43, 44 e 45)

Como pode-se perceber nos artigos acima mencionados, os mesmos se aproximam da filosofia da Economia Solidária, apontando a solidariedade e cooperação, além de enxergar o ser humano como parte da natureza na sua autoconstrução, um ser que evolui na construção/reconstrução do mundo e de se mesmo, um ser crítico e atuante.

Analisando a matriz curricular das instituições SESI e SENAI dentro do programa EBEP constata-se como componente curricular a disciplina de empreendedorismo da qual iremos analisar a luz dos princípios da economia solidária.

A disciplina de empreendedorismo na matriz curricular do SESI consta de 21 aulas na 1ª e 2ª série, cada, do ensino médio, isso porque para a turma da 3ª série é oferecida a disciplina

de Saúde e Segurança no Trabalho, da qual não iremos analisar nesse momento. A ementa da disciplina de empreendedorismo descreve a mesma como necessária para resolver problemas e produzir inovações na empresa onde trabalha, para o auto-emprego ou criação de negócio próprio, para empreender socialmente, intervindo na realidade social, como voluntário autônomo, ou como integrante de ações de responsabilidade social, de uma organização. Apontando, mesmo que mínimo, uma relação com os princípios da economia solidária no que tange a autogestão. No entanto, ao analisar os conteúdos programáticos selecionados percebemos que os mesmos estão voltados para o empreendedorismo no sistema capitalista tendo como foco componente necessários para a inserção no mercado de trabalho, tais como marketing pessoal, instruções de como elaborar um currículo e como se portar em uma entrevista de emprego.

Nos cursos profissionalizantes do SENAI está inserida na unidade curricular dentro das habilidades básicas em comum a todos os cursos de qualificação e aprendizagem a disciplina Noções de empreendedorismo, com carga horária de 4 horas, além dessa disciplina compõe o módulo básico o estudo de: Noções de qualidade; Noções de higiene e saúde no trabalho; noções de educação ambiental; habilidades de convívio ético e social. O plano de curso do SENAI é bem mais sucinto, contendo poucas informações para uma análise mais aprofundada da disciplina.

O ensino da disciplina de empreendedorismo, segundo o plano de curso do SENAI tem como objetivo principal proporcionar aos participantes a aquisição de conhecimentos básicos sobre empreendedorismo com vista na formação de sujeitos críticos, consciente, capazes de interpretar compreender e interferir no meio onde vivem. Teoricamente também se identifica certa aproximação com alguns princípios de Economia Solidária, pois sabemos que os indivíduos envolvidos nesse tipo de economia devem ter as características apontadas no plano de curso do SENAI, citado logo acima, no entanto, assim como foi diagnosticado na ementa da disciplina abordada pela instituição SESI, é constatado que os conteúdos formativos se aproximam da visão capitalista do empreendedorismo, já que nos manuais utilizados fica claro a intencionalidade na formação de sujeitos competitivos para o mercado de trabalho “assalariado”, formando mão de obra para a indústria, que em sua maioria é composta por empreendimentos capitalistas, atendendo assim as necessidades desta.

Esse diagnóstico já previsto no início desse estudo mostra que tal disciplina atualmente não trata diretamente dos fundamentos do empreendedorismo em empresas solidárias, já que a proposta inicial das instituições SESI e SENAI é para formação dos sujeitos para serem absorvidos pelas indústrias capitalistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo nos aponta para concluirmos que apesar das dificuldades encontradas para a realização da ação articulada entre EB e EP, é notório o êxito do programa, visto que o mesmo tem conseguido realmente realizar uma educação articulada, tanto em termos de currículo enquanto documento e enquanto prescrição, como também em relação às competências desenvolvidas como a aprendizagem dos alunos.

Foi possível constatar, desse modo, a existência de alguns fundamentos nas diretrizes SESI/SENAI necessários para se desenvolver uma educação voltada à economia solidária, apesar de diagnosticarmos que a disciplina de empreendedorismo, que composta na matriz curricular das instituições SESI e SENAI, não vislumbra os princípios da economia solidária. Porém, é entendido que certamente a visão solidária e autogestionária da Economia Solidária influenciariam positivamente no alcance dos objetivos propostos inicialmente pelas instituições em questão, trazendo aos seus alunos alternativas concretas de trabalho, o que é um fator positivo diante dos altos índices de desemprego existentes no nosso país e, principalmente, em nossa região, proporcionando a estes o direito de exercer sua dignidade e cidadania, pois

sabemos que todos os esforços para proporcionar uma educação de qualidade sem a imediata absorção desses indivíduos no mercado de trabalho e o reconhecimento destes enquanto cidadãos, significa negar o direito a uma vida digna, milhões de brasileiros.

Dessa forma, podemos concluir este estudo afirmando que a Economia Solidária é sim uma alternativa para se construir um viver com dignidade. Ainda que este viver se dê dentro de uma economia capitalista seletiva e excludente. Neste caso, o programa aqui estudado seria efetivamente potencializado, tornando os objetivos iniciais propostos em ações e resultados concretos, visto que possibilitaria a formação de indivíduos conscientes, críticos e ativos, além de possibilitar o crescimento de novos empreendimentos, sejam eles autogestionários ou não, no entanto tendo a certeza que foi uma escolha do próprio indivíduo, e não por falta de condições e conhecimentos a ele negados.

5 REFERÊNCIAS

BASSO, S. S. **A metodologia baseada em competências na Educação Profissional do SENAI**. Dissertação (Mestrado em Educação) Unisalle - Centro Universitário La Salle, Canos, 2010. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2001 e Resolução CNE/CEB nº 1/2000**. Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000. Disponível em: www.portal.mec.gov.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 5692**. 11 de agosto de 1971. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 16 de julho de 1934. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

Escola José de Paiva Gadelha. **Regimento Escolar das Unidades Escolar do SESI**. Departamento Regional da Paraíba. Campina Grande-PB, 2011. Arquivo da Escola.

Escola José de Paiva Gadelha. **Relatório-EBEP**. Centro de Atividades José de Paiva Gadelha. 2011. Arquivo da Escola.

FERNANDES, A. P. **O diálogo entre trabalho e educação de Jovens e Adultos: e a formação do cidadão?** In: 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu-MG, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra LTDA. 1967.

GADOTTI, M. **Educação de Adultos como Direito Humano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2009. (Instituto Paulo Freire. Série Cadernos de Formação

GHIRALDELLI JR, P. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica**: dualidade histórica e perspectivas de integração. *Holos* (Revista online de divulgação científica e tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte), Ano 23, Vol. 2 – 2007. Disponível em: www.ifrn.edu.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

MOURA, T. M. M. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos**: realidade, desafios e perspectivas atuais. Vitória da Conquista, 2009. Disponível em: www.periodicos.uesb.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

OLIVEIRA, I. B., 2004 *apud* VIEIRA, D. S. **Educação de Jovens e Adultos e Pluralidade Cultural a realidade de um colégio supletivo de ensino médio**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br. Acesso em: 25 de setembro de 2013.

Projeto Pedagógico da Ação Articulada EBEP. SESI-DR/PB; SENAI-DR/PB. Campina Grande, 2011.

Referenciais Normativos, pedagógicos, operacionais e financeiros nacionais para a articulação da educação básica do SESI com a educação profissional do SENAI. Brasília: SESI/DN; SENAI/DN, 2006.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Departamento Nacional. **Educação Básica SESI, Educação Profissional SENAI**: Relatório de Mapeamento e Diagnóstico do Projeto EBEP, Educação Básica do SESI articulada com Educação Profissional do SENAI. Brasília, 2011.

SILVA, E. F.; LOPES, T. S. R.; Bahiense, V. *et al.* **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos**. Teresina-PI, junho 2012.

SINGER, P. A economia Solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella *et al.* **Economia Solidária e Educação de Jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

UNESCO. **Marco de Ação de Belém**: CONFINTEA IV-Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos, Brasília, 2010.

WITTACZIK, L. S. Educação Profissional no Brasil: Histórico. *In*: **Revista E-Tech**: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v.1, n.1, p. 77-86, 1º.sem., 2008. Disponível em: www.google.com.br. Acesso em 25 de setembro de 2013.

EJA e Economia Solidária face à política de alimentação escolar no município de Sousa-Pb

*Damião Xavier de Sousa
Vorster Queiroga Alves*

1. INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas buscam atender as demandas da sociedade, seus anseios e necessidades básicas e uma delas é a merenda escolar. Notadamente, a linha de pesquisa deste trabalho envolve a merenda escolar na Educação de Jovens e Adultos - EJA e Economia Solidária - ECOSOL no sentido de observar na prática, como as ações estão sendo executadas no município de Sousa, considerando seus aspectos sociais, a partir da utilização da Lei Federal nº 11.947/2009.

Com base na Lei supracitada, entende-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é um instrumento de desenvolvimento local, no que diz respeito aos aspectos educacionais, do ponto de vista de melhoramentos do rendimento escolar e no que tange à integração desses mecanismos com produtores da região, gerando mais emprego e renda, aquecendo a economia local.

Objetivando compreender como esse processo vem se realizando no município de Sousa, foi realizado um levantamento de dados através da obtenção de documentos da Prefeitura que descrevem sobre os processos envolvidos no contexto desta pesquisa para mostrar as ações efetivas do governo municipal de Sousa no que tange a execução da lei que beneficia diretamente setores econômicos na obtenção de alimentos para a merenda escolar na educação básica deste município.

Este trabalho pretende apresentar os resultados sobre a execução da Lei Federal nº 11.947/2009 que rege as normas e procedimentos voltados para a alimentação escolar, assim como os critérios, direitos e obrigações dos agentes envolvidos.

1.1 Políticas públicas

De acordo com o Manual de Políticas Públicas (2008), estas ações são de responsabilidade do estado, com base em organismos políticos e entidades da sociedade civil organizadas. Elas nascem a partir das necessidades do povo e posteriormente são transformadas em lei. Essas ações formam um conjunto de programas governamentais desenvolvido pelo Estado com a participação direta ou indireta de agentes públicos ou privados, objetivando assegurar direitos constitucionais relacionados com a cidadania, abrangendo aspectos de caráter social, cultural, ético ou econômico.

A saúde e a educação são exemplos de políticas públicas no Brasil, pois são direitos garantidos constitucionalmente e assegurados por lei, por se tratar de direitos universais. Dessa forma, as ações voltadas para este fim, tendem a promover estas garantias através de políticas públicas específicas.

Com o passar dos anos, a política educacional brasileira, passou por grandes reformas estruturais, considerando o interesse político dos partidos que muitas vezes não pleiteavam proposições com base nos anseios populares. As massas eram moedas de troca de apoios escusos com interesses meramente pessoais e não coletivos.

Sob este prisma, fica evidente que para construir políticas públicas sérias no Brasil, não é um trabalho considerado fácil e muito acessível pelas minorias, uma vez que a história conta e testemunha através de documentos que os entraves burocráticos, os trâmites para efetiva-

mente consolidar os anseios populares, ainda hoje são visíveis nos órgãos governamentais, sobretudo no diz respeito a educação, fato esse que pode ser observado através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, quando a educação nacional tornou-se uma das metas prioritárias do governo central. Esse movimento foi muito importante para a nação brasileira, pois traçava um norte - através de metas - para o surgimento posterior das Leis em prol da educação no país. De acordo com a (UNESCO 2008, p. 22)

As primeiras políticas públicas nacionais destinadas à instrução dos jovens e adultos foram implementadas a partir de 1947, quando se estruturou o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação e teve início a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)¹. Assistiram-se no período a duas outras campanhas que obtiveram poucos resultados efetivos: a Campanha Nacional de Educação Rural, em 1952, e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, em 1958. No final dos anos 50, inúmeras críticas foram dirigidas às campanhas, devido ao caráter superficial do aprendizado que se efetivava num curto período de tempo e a inadequação dos programas, modelos e materiais pedagógicos, que não consideravam as especificidades do adulto e a diversidade regional.

Notadamente, os avanços em relação às políticas voltadas para a educação, sobretudo para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, ganham destaque na década de 1940 e mesmo depois de tanto tempo, ainda hoje se luta por uma educação pública de qualidade para todos.

As políticas públicas nascem a partir das necessidades da população que participa ativamente, junto aos poderes constituídos e das audiências públicas reivindicatórias. A Lei Complementar nº 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, quanto à participação da sociedade, reza o seguinte:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

Quanto a esse instrumento, fica evidente a obrigatoriedade de todos os órgãos públicos nas esferas federal, estadual e municipal de assegurar a participação popular nos pleitos elementares, de cunho social no bojo das políticas públicas em todos os seus aspectos. Atualmente, o Brasil dispõe de políticas mais claras sobre a educação básica, como por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

1.2 O financiamento das políticas públicas

Com relação ao financiamento das políticas públicas no Brasil, o governo criou vários mecanismos para gerar receitas oriundas de impostos dos mais diversos. O Estado ao arrecadar recursos através desses impostos, repassa automaticamente para financiar as políticas que atendem ao setor público, resultando na produção e distribuição de bens e serviços coletivos para a população. Logo, quem paga a conta é o povo brasileiro e por direito, esses impostos devem ser revertidos em benefício da nação. (UNESCO, 2008, p. 47)

Na política da educação, sobretudo da EJA, os investimentos são bastante escassos e em consequência, a educação de jovens e adultos no Brasil ainda não apresenta grandes resultados no tocante a qualidade do ensino e material didático específico.

O financiamento da educação brasileira a partir da Constituição Federal de 1988 passou a garantir o mínimo necessário para investir no setor, ou seja, 18% de responsabilidade da União e 25% para os Estados e Municípios. (Constituição Federal 1988)

Para tanto, no artigo 211, parágrafo primeiro da Constituição Federal de 1988 diz o seguinte:

A União organizará o sistema federal de ensino e financiará as instituições de ensino públicas, federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A Constituição Federal ainda reza nos artigos de 157 a 162, que o sistema tributário deve ser partilhado pelas esferas de governo, visto que no Brasil é o governo federal quem mais arrecada. Assim, uma parte da arrecadação da União é transferida automaticamente para Estados e Municípios enquanto que parte da arrecadação dos Estados é transferida aos Municípios. Todos esses recursos transferidos pelos governos são para a manutenção e desenvolvimento do ensino no país, conforme o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, regulamentado pela LDB, ou seja, para o grupo de ações que estão dentro deste critério. As atividades suplementares, a exemplo da merenda escolar, fardamento e dinheiro direito na escola são financiados com outros recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

É de responsabilidade do Ministério da Educação implementar a política nacional de educação, cuja a missão institucional é de articular ações com o que é proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Para financiar a educação, o Estado brasileiro dispõe de várias vertentes para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Estas ações implicam diretamente na política do ensino público e gratuito para todos e são especificadas pela LDB em seu artigo 70 da seguinte maneira:

- Remunerar e aperfeiçoar os profissionais da educação;
- Adquirir, manter, construir e conservar instalações e equipamentos necessários ao ensino (construção de escolas, por exemplo);
- Usar e manter serviços relacionados ao ensino tais como aluguéis, luz, água, limpeza etc.
- Realizar estudos e pesquisas visando o aprimoramento da qualidade e expansão do ensino, planos e projetos educacionais.
- Realizar atividades meio necessárias ao funcionamento do ensino como vigilância, aquisição de materiais...
- Conceder bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas.
- Adquirir material didático escolar.
- Manter programas de transporte escolar.

Além dessas receitas, há outras fontes, tais como o salário-educação, que é recolhido das empresas, sobre o cálculo de suas folhas de pagamento. Essa receita é dividida entre União, Estados e Municípios e quem arrecada a contribuição é o INSS. O FNDE ainda possui verbas oriundas de outras contribuições sociais, o IPVA, por exemplo. O Fundo desenvolve alguns projetos importantes, tais como: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Brasil Alfabetizado, Apoio ao Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Fazendo escola/PEJA) e Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA X ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A economia solidária nasceu a partir de movimentos sociais na Inglaterra no século XIX como forma de resistência ao capitalismo, sobretudo pela população socialmente excluída. No Brasil, só começou a ganhar consistência a partir do século XX e nos dias atuais, os modelos de economia solidária desenvolvidos em terras brasileiras são referências para outros países do mundo. De acordo com Lima (2004, p. 46-47),

Em 1895, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional, que retificou os princípios de Rochdale: a adesão voluntária e livre de seus membros; a gestão democrática; a participação econômica dos membros na criação e no controle do capital; a educação e a formação dos sócios; a intercooperação no sistema cooperativista.

Com a intensa industrialização, o capitalismo se fortalecia cada vez mais, priorizando o lucro e oprimindo as massas trabalhadoras. Neste contexto de desvalorização da mão-de-obra e da renda mal distribuída, muitos viram a economia solidária como uma válvula de escape, onde as riquezas podiam ser adquiridas em partes iguais, sem patrões e respeitando o meio ambiente.

É importante ressaltar que a economia solidária vai bem mais além da geração de emprego e renda. Esse segmento de atividade implica em mudanças no relacionamento interpessoal e, sobretudo na relação com a natureza que oferece a matéria-prima. Não se trata de apenas um meio de sobrevivência paralelo ao capitalismo, a economia solidária não se restringe às cooperativas e associações, mas abrange de projetos empresariais a empreendimentos comunitários junto à comunidade local.

De acordo com o Ministério do Trabalho, a economia solidária é também um instrumento de inclusão social. É um jeito diferente de produzir, comprar, vender e trocar o que é necessário para viver bem. As atividades da economia solidária se opõem à exploração do trabalho e dos recursos naturais e promovem o desenvolvimento sustentável.

Podem ser encontrados alguns exemplos de empreendimento econômico solidário em cooperativas, associações, grupos de produção e clubes de trocas que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário. O que existe em comum entre estas organizações o fato de serem empreendimentos coletivos; de serem constituídas por trabalhadores urbanos ou rurais que exercem a gestão das atividades de maneira coletiva e dividem os resultados. São milhares de empreendimentos que trabalham com diferentes tipos de produtos e oferta de serviços, organizados por jovens e adultos, homens e mulheres do campo e da cidade.

Todos os resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados igualmente pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

2.1 A Lei 11.947 de 16 de Junho de 2009

A Lei Federal Nº 11.947, sancionada em junho de 2009, determina que no mínimo 30% da merenda escolar seja comprada diretamente de agricultores familiares, sem licitação. Os recursos são do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que por sua vez abrange todas as escolas públicas e filantrópicas do país, da educação infantil ao ensino de jovens e adultos. Antes da Lei Nº 11.947, o PNAE atingia apenas a educação infantil e o ensino fundamental.

Desde junho de 2009, a Lei nº 11.947 definiu que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE para a merenda escolar para a educação básica brasileira será para adquirir

alimentos diretamente da agricultura familiar local, empreendedor familiar rural ou de suas organizações ou através de cooperativas e associações, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas, conforme o que reza no seu artigo 14.

No momento, o desafio imposto tanto aos grupos de agricultores quanto às entidades de assistência técnica é a organização da produção, de modo a atender esta e outras tantas demandas que surgirão com a Lei Nº 11.947.

A aquisição de gêneros alimentícios será realizada, sempre que possível, no mesmo município das escolas. As escolas poderão complementar a demanda entre agricultores da região, território rural, estado e país, nesta ordem de prioridade.

A Lei foi regulamentada pela Resolução nº 38, do Conselho Deliberativo do FNDE, que descreve os procedimentos operacionais que devem ser observados para venda dos produtos oriundos da agricultura familiar às Entidades Executoras.

Os alunos atendidos são aqueles matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual e do Distrito Federal, em conformidade com o censo escolar realizado pelo INEP, no ano anterior ao do atendimento. A Educação básica corresponde a: educação infantil (inclui creches); ensino fundamental; ensino médio; EJA (Educação de Jovens e Adultos); escolas comunitárias; entidades filantrópicas (inclusive as de educação especial; escolas localizadas em áreas indígenas e remanescentes de quilombos.

2.2 A Resolução/CD/FNDE nº 48 de 2 de outubro de 2012

A referida Resolução estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, a partir do exercício 2012.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE publicou a Resolução n. 48 CD/FNDE, de 2 de outubro de 2012, que versa sobre a transferência de recursos financeiros para a manutenção de novas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), oferecidas pela rede pública de ensino, que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, a partir do exercício de 2012.

Um dos objetivos da resolução é contribuir para a expansão da oferta de Educação de Jovens e Adultos, especialmente aos egressos do Programa Brasil Alfabetizado, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais.

2.3 O PNAE como Política Social

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já existe há mais de 50 anos e trata-se de uma política pública contínua que passou por sucessivas mudanças no processo de aprimoramento e que, hoje, representa um dos maiores programas de alimentação e nutrição do mundo e o maior na América do Sul.

A merenda escolar no Brasil é gerenciada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, onde estão envolvidos a União, os Estados, os Municípios, Conselhos e Estabelecimentos de Ensino, e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. (FNDE, 2007).

A construção de políticas públicas resultantes de diálogos entre o Estado, sociedade e o mercado tem sido um dos caminhos viáveis para estabelecer melhores condições de vida para a população, sobretudo a mais carente. Tais princípios e diretrizes garantem o oferecimento de uma alimentação escolar saudável e adequada e estão estabelecidos na Resolução do

Conselho Deliberativo do FNDE, de nº 26 de 17/06/2013, conforme disposto na Lei 11.947 de 16/06/2009, cujo objetivo é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares mais saudáveis.

O processo de compra dos produtos através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE ganhou mais detalhamento e clareza. O Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) publicou no Diário Oficial da União, a Resolução nº 26, de 17/06/2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos de educação básica no âmbito do PNAE e traz as novas regras da aquisição de gêneros alimentícios.

Ainda de acordo com a Resolução nº 26, de 17/06/2013, serão priorizados, nesta ordem, os produtos de fornecedores:

- 1º do município;
- 2º de assentamentos de reforma agrária, indígenas e quilombolas;
- 3º dos fornecedores de orgânicos ou agroecológicos;
- 4º dos grupos formais (com Declaração de Aptidão ao Pronaf Jurídica) em relação aos Grupos Informais e estes em relação aos individuais (DAP física);
- 5º das organizações com maior porcentagem de Agricultura Familiar no seu quadro de sócios.

Vale destacar, também, que a resolução define que os preços dos produtos a serem adquiridos devem ser publicados na chamada pública. Que a mesma resolução define Chamada Pública como procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi baseado na coleta de dados/informações acerca de ações aplicadas através das Políticas Públicas, e suas aplicações práticas nas escolas ou entidades que atuam com Educação de Jovens e Adultos, bem como de atividades voltadas para a Economia Solidária, seja na zona urbana ou na zona rural do município de Sousa.

Além disso, foi realizada pesquisa bibliográfica, que permite a coleta de material plausível dando sustentação às questões aqui levantadas e que igualmente sejam relevantes, tomando-se por base o que já foi publicado em relação ao tema abordado nesta monografia, dessa forma contribuindo com embasamento necessário para pesquisas futuras que venham a ser realizadas neste sentido em Sousa.

O método de investigação científica utilizado nesta pesquisa, foi um levantamento bibliográfico em relação as leis que regem o tema, como também acerca da implementação de políticas públicas junto à projetos ligados à Educação de Jovens e Adultos - EJA e Economia Solidária - ECOSOL, uma vez que se faz necessário levar ao conhecimento público, as ações dos governos e, efetivamente, analisar a qualidade e o desempenho desses programas a partir do momento da implantação dos mesmos em prol de quem mais precisa.

O trabalho foi realizado durante os meses de julho a setembro de 2013 na cidade de Sousa, Estado da Paraíba utilizando uma pesquisa bibliográfica no intuito de conhecer as contribuições científicas junto aos renomados autores. Como se pode observar, de acordo com (GIL, 2002, p. 44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

Estas pesquisas podem ser descritivas e/ou explicativas, que conforme (GIL, 2002, p. 42), a primeira tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Com relação às explicativas, o mesmo autor adianta que elas têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.

Já a pesquisa documental assemelha-se muito à bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 1999, p. 66)

Quanto à observação como levantamento de dados, esta “constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipótese, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.” (GIL, 1999, p. 111)

A pesquisa de campo, segundo (GIL, 2002, p. 53),

procura muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa.

A pesquisa de campo é imprescindível e corresponde à coleta direta das informações necessárias relativas ao projeto in loco, ou seja, no local em que acontecem os fenômenos.

Nesse sentido, são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a observação sistemática e obtenção de informações através de documentos da secretaria de Educação do Município.

Após a coleta de informações por meio de documentos, foi realizada a descrição de dados através da transcrição das informações com base no que foi declarado pelas instituições supracitadas, ou seja, a Secretaria de Educação do Município de Sousa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme informações fornecidas pela Secretaria de Educação do Município de Sousa, o governo municipal não teve qualquer dificuldade para implantar e cumprir a Lei Federal 11.947/2009 que obriga o município a comprar 30% da produção da agricultura local para a merenda escolar.

Atualmente, o município de Sousa dispõe de um universo de 22 escolas públicas, sendo que apenas duas, trabalham com a modalidade de ensino voltado para jovens e adultos, EJA.

Atendendo aos critérios da Lei, a prefeitura a cada ano, abre um processo licitatório para que os produtores interessados e que estejam dentro dos critérios e normalidades na forma da lei, possam participar, ganhando os que ofereçam as melhores condições com base nos termos do edital.

Para este ano de 2013, os produtores que ganharam a licitação foram pessoas ligadas a agricultura familiar de diferentes comunidades do município sousense, uma vez que ainda não há até então, associações ou cooperativas ligadas à economia solidária que atendam às necessidades da alimentação escolar em Sousa. Para tanto, segue tabela abaixo com os nomes e valores da última licitação.

Tabela 1 – PRODUTORES INDIVIDUAIS

NOME	VALOR R\$
Antônio Gomes Farias	19.850,00
Mirilene Maciel Lins	10,000,00
Geraldo Gomes de Farias	20,000,00
Raimundo M. F. Vieira	19.250,00
Maria Maciel de Farias	11,000,00
Françuelo da Silva	18.000,00
João de Sousa Araújo	18.000,00
Francisco Cordeiro de Sousa	18.000,00
Francisca Alves de Oliveira	18.000,00
João Luiz da Silva	19.000,00
Edson Alves de Araújo	8.300,00
Péricles Alves de Araújo	19.720,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa, 2013

A Prefeitura Municipal de Sousa, após o processo licitatório, adquire dos produtores, alimentos como frutas, verduras e hortaliças, produtos que vão fortalecer a merenda escolar dos alunos da rede municipal de ensino, sobretudo da EJA.

A alimentação é um direito constitucional e uma necessidade básica ao desenvolvimento do ser humano, principalmente durante as fases de desenvolvimento no período da infância e da adolescência. Dessa forma, alimentos de qualidade favorecem ao crescimento tanto do aspecto físico, como do intelectual, do emocional e do social respectivamente.

Nesse sentido, a merenda escolar é fundamental, pois pode influenciar bastante no desempenho do aluno. Por isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA - estabelece como função do Estado assegurar à alimentação de qualidade na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A merenda escolar é um direito garantido em Lei. O PNAE tem caráter complementar ao artigo 208, incisos IV e VII da Constituição Federal. Para tanto, a merenda escolar não pode ser pensada como “auxílio aos carentes”, nem como instrumento de combate à fome ou à desnutrição, embora, a merenda escolar, muitas vezes, é a única refeição do aluno durante o dia e isso vai fazer grande diferença para o seu desenvolvimento, visto que muitos alunos são motivados pelo simples fato de haver merenda na escola. O período em que o aluno permanece na escola deve ser de bem-estar para facilitar o aprendizado em todos os aspectos. Uma boa alimentação contribui, portanto, para um melhor desempenho escolar e, conseqüentemente, diminui a repetência. A merenda pode contribuir, também, para formação de bons hábitos alimentares.

Embora, desde junho de 2009, a Lei nº 11.947 definiu que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para a merenda escolar para a educação básica brasileira seja para adquirir alimentos diretamente da agricultura familiar local, empreendedor familiar rural ou de suas organizações ou através de cooperativas e associações, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e

quilombolas, conforme o que reza no seu artigo 14, ainda há pouco incentivo por parte dos governos no sentido de criar projetos e políticas voltados para a economia solidária no município de Sousa, uma vez que este segmento é praticamente desconhecido pelos produtores da região.

Por fim, é lamentável sob todos os aspectos que o município de Sousa não disponha de nenhum segmento de economia solidária, uma vez que poderia suprir com alimentos de qualidade e muito mais baratos, a merenda escolar das escolas públicas do ensino básico municipal, visto que a economia solidária representa uma grande alternativa para produtores que atuam em no semiárido paraibano.

6 REFERÊNCIAS

ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: Lições da Prática - Brasília: UNESCO, 2008.

BEISIEGEL, Celso de Rui. FREIRE, Paulo – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

CUNHA, Conceição Maria da. Introdução – discutindo conceitos básicos. *In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos*. Brasília, 1999.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988, disponível em: http://www.imprensaoficial.com.br/PortaLIO/download/pdf/Constituicoes_declaracao.pdf. Acesso em 26 de agosto de 2013.

DI PIERRO, Maria Clara, JOIA, Orlando, RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro. 2001.

FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 26 de agosto de 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria, RAMOS, Marise. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HADDAD, Sérgio & DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, Anped, n. 14, p. 108-130, maio-agosto, 2000.

HISTÓRIA DE SOUSA. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Sousa_%28Para%C3%A-Db%29. Acesso em 30 de maio de 2013

LEI COMPLEMENTAR 131. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em 09 de julho de 2013.

LEI Nº 11.947/2009, Disponível em <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar/2500756>. Acesso em 07 de junho de 2013.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. *In: Eja: uma educação possível ou uma mera utopia?*. Disponível em http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf. Acesso em 25 de junho de 2013.

MARINHO. Iasmim da Costa. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova**. Disponível em: <http://www.infoescola.com/educacao/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova>. Acesso em 12 de julho de 2013.

PARECER Nº 11/00. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em 26 de junho de 2013.

PORCARO, Rosa Cristina. **A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista de EJA, n.17, maio de 2004. Disponível em www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc. Acesso em 23 de maio de 2013.

PROGRAMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html>. Acesso em 29 de junho de 2013.

RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 48, DE 2 DE OUTUBRO DE 2012, disponível em <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3849-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-48,-de-2-de-outubro-de-2012>. Acesso em 07 de junho de 2013.

Estratégia profissionalizante do PROEJA e Economia Solidária como perspectiva de humanização e cooperação no processo de escolarização na EJA: um estudo nas escolas do Alto do Cruzeiro em Sousa-PB

*Rita de Cássia Ribeiro Sousa
Marconi Araújo Rodrigues*

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem passando por inúmeras mutações no decorrer dos anos, com o processo de globalização o mercado de trabalho exige profissionais qualificados em suas empresas e assim tem feito com que muitos voltem a procurar as escolas em busca desta qualificação que os possa inserir no mercado. Verifica-se que a escola ao longo de sua história foi excludente beneficiando apenas alguns indivíduos, a sociedade sempre beneficiou as classes mais altas e os homens, mas esta situação vem se modificando com o passar dos anos e percebe-se que a escola tem dado oportunidade de acesso a toda a sociedade visto que este é um direito de todos os cidadãos. Conforme PIERRO (2010, p.953): “O processo de construção do novo PNE oferece uma oportunidade para enfrentarmos com um olhar renovado, crítico e esperançoso alguns dos antigos desafios colocados para que os direitos educativos dos jovens, adultos e idosos sejam assegurados”.

Neste cenário destaca-se a EJA (Educação de Jovens e Adultos) uma modalidade de ensino voltada para aqueles que não tiveram acesso à escola na faixa etária correta e que procuram ingressar no âmbito escolar. Este trabalho estuda-se a Estratégia Profissionalizante do PROEJA e Economia Solidária como perspectiva de humanização e cooperação na escolarização da EJA, estas como alternativas para tentar atrair mais educandos para esta modalidade de ensino a EJA (Educação de Jovens e Adultos) lhes proporcionando um estudo aliado à profissionalização que possa oferecer uma nova oportunidade no mercado de trabalho, assim aliado a Estratégia Profissionalizante do PROEJA possibilitar aos educandos a Economia Solidária como uma alternativa de geração de emprego e renda através da autogestão e cooperativismo onde poderiam desenvolver seu próprio empreendimento com a ajuda mútua, onde todos participariam e teriam lucros iguais. Assim este trabalho tem como objetivo principal identificar a percepção dos atores (alunos e professores) da EJA como a Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária no ensino desta modalidade no tocante a profissionalização dos educandos.

Logo, a educação de jovens e adultos tem passado por constantes mutações na tentativa de atrair mais educandos para esta modalidade, mas apesar dos avanços precisa mudar e procurar alternativas que diminua a evasão escolar. Visando uma maior procura dos jovens e adultos é necessário identificar meios que possa resgatar os alunos para o âmbito escolar e fazer com que permaneçam na escola.

Analisando a situação da educação de jovens e adultos este trabalho teve como tema: A Estratégia Profissionalizante do PROEJA e Economia Solidária como perspectiva de humanização e cooperação no processo de escolarização na EJA: um estudo nas escolas do Alto do Cruzeiro em Sousa-PB com intuito de identificar a percepção de alunos e professores em relação à Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária, estas como uma maneira de aliar estudo e trabalho e trazer aos educandos da EJA uma nova proposta de ensino voltada para o mercado de trabalho. Sabe-se que a maioria dos alunos volta aos bancos escolares visando uma maior qualificação ou um diploma que os mantenha estabilizados em seus empregos.

Essa estratégia profissionalizante para a educação de jovens e adultos deve ser apresentada aos educandos e educadores da EJA para que possam verificar a possibilidade de traba-

lhar a nova alternativa e incluir no currículo da EJA, trabalhar nesta modalidade exige algumas adequações tendo em vista um público diversificado, Baseado neste contexto surge a seguinte indagação: **Qual a percepção dos atores (alunos e professores) da EJA em relação à Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária no ensino desta modalidade no tocante a profissionalização dos mesmos?**

A educação de jovens e adultos tem gerado inúmeras discussões e conquistado espaço na sociedade, existe uma preocupação em tentar amenizar os índices de analfabetismo no país, assim é preciso pensar estratégias que tente incluir estes alunos no âmbito escolar e na sociedade.

A relevância do tema se justifica pelo número de informações que pode levar às discussões em torno da educação de jovens e adultos a comunidade escolar debatendo com educandos e educadores e identificar suas perspectivas em relação a Estratégia Profissionalizante do PROEJA e Economia Solidária no tocante a profissionalização dos alunos da EJA possibilitando sua entrada no mercado de trabalho.

A contribuição prática da pesquisa é apresentar propostas da Estratégia Profissionalizante do PROEJA aliada a Economia Solidária como uma nova alternativa na geração de emprego e renda oferecendo aos seus alunos oportunidade de profissionalização e autogestão imbuída de um espírito solidário na busca de sua humanização. A contribuição teórica do trabalho é sua importância para a vida acadêmica e desenvolvimento de novas pesquisas na área que possam proporcionar o desenvolvimento social do país.

1.1 Estratégia profissionalizante: As mudanças na Educação de Jovens e Adultos com o PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) integra a formação profissional com a escolarização, oferecendo cursos que possibilitam em uma única matrícula, reunir os conhecimentos do ensino médio às competências da educação profissional. O programa visa integrar os jovens e adultos e oferecer uma educação profissionalizante que o integre ao mercado de trabalho, onde possa concorrer de maneira igualitária, no entanto são cursos técnicos que irá proporcionar reivindicar melhores oportunidades. O PROEJA tem como proposta atender e oferecer cursos aos jovens e adultos que não concluíram o estudo na faixa etária correta, como é justificado no PORTAL DO MEC:

O PROEJA pretende contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-; PNAD divulgados, em 2003, que 68 milhões de Jovens e Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o ensino fundamental e, apenas, 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA.

O PROEJA, pensa os indivíduos além do mundo escolar, dando grande valor ao trabalho, é através do mesmo que os sujeitos buscam novas perspectivas, e pensando na questão o programa quer associar os estudos as práticas profissionalizantes, pois a intenção é que se ambos interligados atraiam um maior número de alunos para a escola, proporcionando uma integração social e cultural.

1.2 Estratégia Profissionalizante do Proeja como eixo de articulação dos sujeitos da EJA

A educação de jovens e adultos (EJA) tem apresentado relevantes progressos com o intuito de promover o desenvolvimento da modalidade de ensino buscando priorizar os grupos

que não tiveram acesso à escolaridade na faixa etária correta e aqueles adultos que tem a perspectiva de ingressar no mercado de trabalho.

A educação é um setor beneficiado na distribuição de políticas públicas, nos mais divergentes níveis, seja na Educação Básica, no Ensino Superior ou na Educação Profissional. A EJA – Educação de Jovens e Adultos – apresenta-se em um relevante campo onde diferentes forças se entrelaçam procurando novos espaços para a democratização do conhecimento. A EJA recebe indivíduos excluídos do processo educacional, numa sociedade que deixa de fora uma gama da população desfavorecida econômica, social e culturalmente. No que se refere à faixa etária, são estudantes com perfil diferenciado daqueles que frequentam as séries na idade estabelecida. Muitas vezes jovens e adultos trabalhadores, experientes, com experiência profissional e com esperança de inserção no mercado de trabalho. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade da educação básica, nos níveis fundamental e médio, e possuindo suas particularidades, um perfil exclusivo que exige uma prática pedagógica que englobe as necessidades de quem busca esta modalidade de ensino. Uma das muitas questões perceptíveis na EJA no momento é a constatação da baixa expectativa de incluir os jovens e adultos de camadas populares entre os atendidos pelo sistema público de educação profissional. Para satisfazer estas necessidades, foi planejado o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), criado pelo Governo Federal em 24 de junho de 2005, por intermédio do Decreto nº 5.478, que, após um ano, foi substituído pelo Decreto nº 5.840/2006. (IVO e HYPOLITO, 2011).

1.3 A EJA como princípio de humanização

A educação de jovens e adultos (EJA) desenvolve uma proposta humanizada, de integrar os excluídos na educação, através da mesma poderá promover uma cidadania, trazendo os indivíduos a participarem do processo de construção e transformação da realidade da sociedade.

Paulo Freire destaca que os seres humanos para posicionar-se diante da realidade, devem lutar para que a mesma aconteça, depende de sua prática a mutação e recuperação de uma liberdade perdida, a educação traz a possibilidade de libertação, mas para conquistar essa liberdade é fundamental a união dos sujeitos históricos, já que o homem não poderá conquistar a liberdade sozinho.

E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de recriá-la, não se sentem idealisticamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos liberta-se a si e aos opressores. (FREIRE, 1988, p.30)

A relação opressora e oprimida é retratada por Freire, onde ele demonstra que os opressores estão sempre usando de seu poder para oprimir, ou seja, buscando sempre. Os oprimidos por sua vez deve ser o ponto de restauração, tendo que ir a busca de sua liberdade e também libertar os opressores. Os excluídos devem transformar e restaurar uma liberdade que lhe foi usurpada.

As práticas educativas tem grande relevância e devem ser adotadas por ambas as classes como forma de conscientizar cada um de seu papel para que essa relação de dominação sobre os oprimidos possam ter fim e assim concretizar a humanização.

1.4 A Economia Solidária no Brasil e a EJA: Desenvolvimento dos Empreendimentos Solidários

Na Educação de Jovens e Adultos precisa acontecer uma mudança no currículo, pois estratégias são necessárias para busca de educandos que ingressem e permaneçam na esco-

la e que nesta encontre oportunidades principalmente no tocante a uma profissionalização que os possibilite entrar no mercado de trabalho. Sabe-se que a EJA ainda é vista como uma simples alfabetização e deve reivindicar para modificar esta concepção como afirma Corrêa (p.83)

Muitos ainda percebem a Educação de Adultos como sendo simplesmente alfabetização, isto é, domínio da leitura e da escrita. Sabemos da importância crucial desta etapa, mas necessariamente a Educação de Adultos envolve outras áreas do conhecimento...

A Economia Solidária surge em meio ao sistema capitalista como uma alternativa de valorização humana devendo ser cada vez mais difundida a estes jovens e adultos para que compreendam a importância de um estudo voltado a práticas que possam engajá-los no mercado de trabalho dando-lhes a oportunidade de crescimento profissional e pessoal. A Economia Solidária conforme caracteriza Nascimento (2003, p.1).

Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como: “O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade.

Essa nova economia seria uma maneira de atrair mais educandos para EJA e trabalhar a importância da Economia Solidária através do cooperativismo, do trabalho realizado em equipe, um trabalho realizado em sistema de cooperação, onde todos possam participar e difundir suas ideias em prol do trabalho coletivo e da ajuda mútua.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, sendo fundamentada em GOMES e ARAÚJO (2005, p.7):

O campo científico aponta uma tendência para o surgimento de um novo paradigma metodológico. Um modelo que consiga atender plenamente as necessidades dos pesquisadores. Essa dicotomia positivista x interpretativo, quantitativo x qualitativo, parece estar cedendo lugar a um modelo alternativo de pesquisa, o chamado quanti-qualitativo, ou o inverso, quali-quantitativo, dependendo do enfoque do trabalho.

Contemplando a questão dos fins da pesquisa esta é descritiva como afirma VIEIRA (2002, p.65) “As pesquisas descritivas compreendem grande número de métodos de coleta de dados, os quais compreendem: entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio, questionários pessoais e observação”.

O intuito da pesquisa descritiva é procurar avaliar a realidade dos alunos da EJA e identificar a percepção de educandos e educadores, pois este método permite examinar o objeto para uma posterior análise dos fatos estudados.

E ainda quanto à finalidade do estudo utiliza-se a pesquisa exploratória como afirma PIOVESAN e TEMPORINI (1995, p.321):

Define-se pesquisa exploratória, na qualidade de parte integrante da pesquisa principal, como o estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer.

A pesquisa exploratória está presente neste estudo com o intuito de conhecer o objeto a ser estudado e analisar o contexto no qual esta inserida para uma melhor compreensão do mesmo.

Para a análise deste trabalho científico foi necessária a utilização de divergentes métodos de pesquisa, e uma técnica empregada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Segundo AMARAL (2007 p.1)

A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental em todo trabalho científico que influenciará todas as etapas de uma pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que se baseará o trabalho.

Na pesquisa bibliográfica foi estudado o referencial teórico a ser empregado, como livros, periódico, revistas, internet para explicar determinados fatos ou problemas. Com utilização de citações diretas e indiretas no intuito de fornecer conceitos, classificações e elementos teóricos para conferir a pesquisa o caráter científico que lhe é necessário.

No trabalho se optou pela pesquisa documental. Conforme afirma: SILVA et al (2009, p.2)

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Quanto à pesquisa documental é relevante porque a utilização de documentos fornece inúmeras informações que podem justificar as informações coletadas para uma análise mais completa e desenvolvimento do objeto a ser estudado.

No trabalho a pesquisa de campo se faz presente após a utilização do referencial teórico na definição do tipo de coleta de dados que será aplicada. Conforme SPINK (2002, p.18) “o pesquisador ou pesquisadora vai ao campo para coletar dados que serão depois analisados utilizando uma variedade de métodos tanto para a coleta quanto para a análise”.

Este se faz presente na pesquisa com intuito de fornecer aos pesquisadores a possibilidade de coletar dados relevantes para que possam ser avaliados e aplicados no trabalho.

A pesquisa configurou-se nas escolas da modalidade EJA no bairro Alto do Cruzeiro na cidade de Sousa-PB e o intuito da aplicação do questionário foi atingir os objetivos propostos e fundamentar a pesquisa com base nas respostas dos educandos e educadores.

O intuito da pesquisa foi identificar a percepção dos educandos e educadores em relação a Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária, assim foi elaborado dois questionários um para cada grupo de indivíduos para extrair as amostras de ambos os grupos professores e alunos. Conforme ARANGO et al (2008, p.6) “A teoria da amostra é um estudo entre as relações existentes entre uma determinada população e as amostras dela extraídas. Este estudo é de grande valor em muitos casos”.

Nesta pesquisa a amostragem é realizada com alunos matriculados na modalidade EJA de ensino do nível fundamental e médio e os resultados analisados são relevantes para atingir os objetivos traçados. Na pesquisa, fez-se o uso da amostra não-probabilística por conveniência que segundo Arango et al (2008, p.11): “ Trata-se de uma amostra formada por aqueles elementos que vão aparecendo, que podem ser obtidos até completar o número desejado de elementos da amostra, geralmente utilizada em pesquisa de opinião em que os entrevistados são acidentalmente escolhidos.” Sendo assim, apenas os alunos matriculados na modalidade EJA de ensino seria relevante para a investigação e os professores que lecionam nas escolas do Bairro Alto do Cruzeiro onde a escolha se deu pelo acesso do pesquisador aos pesquisados.

O desenvolvimento de coleta de dados foi realizado mediante a aplicação de questionário aos atores (educandos e educadores) da modalidade EJA de ensino e como afirma BARBOSA (1998. p.2)

Também chamados de survey (pesquisa ampla), o questionário é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações. É uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender a finalidades específicas de uma pesquisa.

O questionário para coleta de dados foi aplicado na escala likert que segundo AGUIAR etall (2011, p.2)

Escalas Likert são uma das escalas de autorrelato mais difundidas, consistindo em uma série de perguntas formuladas sobre o pesquisado, onde os respondentes escolhem uma dentre várias opções, normalmente cinco, sendo elas nomeadas como: Concordo muito, Concordo, Neutro/indiferente, Discordo e Discordo muito.

O questionário na escala likert foi desenvolvido com questões próprias de autoria da pesquisadora, sendo um elaborado para educandos e outro para os educadores, onde o questionário elaborado para os alunos foi adaptado com uma linguagem de fácil compreensão para o público da EJA e as questões são relacionadas à Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária, assim os mesmos foram aplicados nas escolas do bairro Alto do Cruzeiro em Sousa-PB.

O trabalho científico quanto à análise de dados conta com a estatística descritiva conforme afirma FERREIRA etall (2002, p.3):

Estatística Descritiva: Por conta da quantidade de dados geralmente ser tão grande, é extremamente difícil captar intuitivamente as informações que os dados contêm. É necessário, portanto, que as informações sejam reduzidas até o ponto em que se possa interpretá-las mais claramente.

A estatística descritiva é utilizada na pesquisa para interpretação dos resultados na coleta de dados e deve está presente em todas as etapas de realização da pesquisa científica para que as inúmeras informações possam ser reduzidas e interpretadas através das diferentes medidas que possibilitem analisar os inúmeros dados coletados durante a realização do trabalho científico.

3 ANÁLISE DE DADOS

Este estudo foi realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental José Reis e na Escola Cônego João Cartaxo Rolim localizadas em Sousa-PB no Bairro Alto do Cruzeiro, tendo como intuito identificar a percepção dos atores(educandos e educadores) em relação a Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária no processo de escolarização da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Foram questionados vinte e novos educandos, estes de nível fundamental e médio e oito educadores de nível fundamental e médio.

Questões analisadas – Primeiro fora perguntado: A EJA como Estratégia Profissionalizante do PROEJA foi adotada na escola? E analisando este quadro 20% disseram concordar, 30% não opinaram sobre o assunto, enquanto 50% discordaram como mostra a tabela abaixo. Assim como foi perguntado aos alunos. A escola trabalha a EJA (Educação de Jovens e Adultos) com a Estratégia Profissionalizante do PROEJA? E para está obteve-se o seguinte resultado em que 7% concordaram totalmente, 17% concordaram, 7% não opinaram, 3% discordaram e 66% discordaram totalmente.

Tabela 1 – A EJA como Estratégia do PROEJA foi adotada na escola

Pontos:	5	4	3	2	1	Média
Professor		1	2	5		2,5
Aluno	2	5	2	1	19	1,96

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Em média, os professores discordam que a EJA adota a Estratégia Profissionalizante do PROEJA na escola onde lecionam, como pode-se notar, os alunos compartilham da mesma opinião.

Questões analisadas- Perguntou-se: Você concorda com a política pública do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos?). E analisando este quadro 50% disseram concordar totalmente, 37% concordam e 13% discordaram. Para os alunos perguntou-se: Você concorda com a política pública do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), ou seja, uma educação aliada à profissionalização? 69% do alunado responderam que concordam totalmente, 17% concordam, 7% não opinaram e 7% discordaram totalmente.

Tabela 2 – Política pública do PROEJA

Pontos:	5	4	3	2	1	Média
Professor	4	3		1		4,25
Aluno	20	5	2		2	4,41

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Professores e alunos, em média, concordam com a política pública do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). A política do PROEJA como afirma Ivo e Hypolito (2011, p. 203-204):

O PROEJA visa atender com qualidade, de forma pública e gratuita, os jovens e adultos excluídos do sistema educacional ou que a ele não tiveram acesso nas faixas etárias presumíveis. Pretende também promover o acesso do público de EJA ao ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, abrindo a rede federal de ensino técnico para os grupos sociais menos favorecidos.

Questões analisadas- Pergunta feita aos professores: Se a escola possibilitasse uma educação aliada a Estratégia Profissionalizante do PROEJA trabalhando na perspectiva de desenvolvimento de um trabalho gerando renda, você acredita que a evasão na EJA diminuiria? E 37% dos educadores responderam que concordam totalmente, 50% concordam e apenas 13% discordaram. Já aos alunos, a questão foi feita da seguinte forma: Se a escola possibilitasse uma educação aliada a Estratégia Profissionalizante do PROEJA trabalhando na perspectiva de desenvolvimento de um trabalho gerando renda, você acredita que daria certo? Os educandos responderam 52% que concordam totalmente, 35% concordam 3% não tem opinião a respeito, 10% discordam.

Tabela 3 – Educação na EJA aliada a profissionalização como possibilidade para diminuir a evasão

Pontos:	5	4	3	2	1	Média
Professor	3	4		1		4,12
Aluno	15	10	1	3		4,27

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Em média, os professores concordam que se a escola possibilitasse uma educação aliada a Estratégia Profissionalizante do PROEJA a evasão na EJA diminuiria, os alunos compartilham da mesma opinião, pois a possibilidade de alternativa para inserção no mundo do trabalho é visto por eles como algo atrativo e que por se interessante para o público da EJA torna-se algo favorável para tentar diminuir a evasão escolar na que é preocupante.

Questões analisadas- Indagou: Você como professor (a) da modalidade EJA já ouviu falar em Economia Solidária como alternativa de trabalho e renda? Gostaria que o currículo da EJA contemplasse este tema o aliando a Estratégia Profissionalizante do PROEJA? Sobre a inclusão da Economia Solidária aliada a Estratégia Profissionalizante do PROEJA 37% afirmaram concordar totalmente, 50% concordam e 13% discordam. E ainda perguntou-se: Como educador (a) da EJA você acha que seria possível trabalhar a Economia Solidária e incentivar a formação de empreendimentos solidários com os educandos da EJA na Estratégia Profissionalizante do PROEJA avaliando e aproveitando as habilidades e expectativas de cada educando? E 25% concordaram totalmente, 50% concordaram e 25% discordaram.

Tabela 4 – Economia Solidária como alternativa de trabalho

Pontos:	5	4	3	2	1	Média
Professor	3	4		1		4,12
Professor	2	4		2		3,75

Fonte: Pesquisa de campo, 2013

Em relação ao que fora perguntado, os professores, em média, já ouviram falar na Economia Solidária e concordam que gostaria que o currículo contemplasse este tema, como também, concordam seria possível trabalhar a Economia Solidária e incentivar a formação de empreendimentos solidários com os educandos da EJA na Estratégia Profissionalizante do PROEJA avaliando e aproveitando as habilidades e expectativas de cada educando. E sobre a Economia Solidária afirma Nascimento (2003) que apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como um conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos no decorrer dos anos tem alcançado relevantes avanços no intuito de proporcionar aos educandos da modalidade de ensino seu direito a emancipação através de uma educação para cidadania possibilitando a estes sujeitos sua inserção na sociedade.

A Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária surge como uma nova alternativa dentro do capitalismo que possibilite aos educandos da EJA uma nova per-

cepção para geração de trabalho e renda sendo desenvolvida através de um trabalho cooperado oferecendo oportunidades aqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Analisando os resultados dos questionamentos na pesquisa sobre a percepção dos atores (educandos e educadores) de uma educação com a Estratégia Profissionalizante do PROEJA e a Economia Solidária serem implantadas nas escolas de EJA, pode-se trazer uma visão acerca destas novas alternativas serem inseridas no currículo da EJA, visto que nas escolas do Alto do Cruzeiro na cidade de Sousa-PB, a Estratégia Profissionalizante do PROEJA e Economia Solidária não fazem parte do currículo escolar e estas seriam importantes para o desenvolvimento da modalidade.

5 REFERÊNCIAS

AGUIAR, B.; CORREIA, W.; CAMPOS, F. **Uso da Escala Likert na Análise de Jogos**. SBC - Proceedings of SBGames 2011. Disponível em: www.sbgames.org, Acesso em: 05/10/2013

AMARAL, J. J. F. **Como Fazer uma Pesquisa Bibliográfica**. Fortaleza .p. 1-21, Janeiro de 2007. Disponível em: www.200.17.137.109:8081/xiscanoe, Acesso em: 17/08/2013.

ARANGO, H. G.; CARVALHO, R. R. S.; FERNANDES, J. A.; JUNIOR, U.; SILVA, E. M. S. ARTIGOS CIENTÍFICOS DA ANGRAD. Artigo apresentado no IV CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. **Responsabilidade Socioambiental das Organizações Brasileiras**. Niterói, RJ, Brasil, 31 de julho, 01 e 02 de agosto de 2008.

BARBOSA, E. F. **Instrumento de Coleta de Dados em Projetos Educacionais**. Publicação do Instituto de Pesquisas e Inovações Educacionais-Educativa. p. 1-6, 1998. Disponível em: www.tecnologiadeprojetos.com.br, Acesso em: 17/08/2013.

CAVALCANTI, M. M. **Estudo da Política da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil**. p. 5-10, Disponível em: www.conteudojuridico.com.br , Acesso em 28 de maio de 2013.

CORRÊA, L. O. R. **Economia Popular, Solidária e Autogestão: O Papel da Educação de Adultos Neste Novo Cenário (Tendo Como Perspectiva a Atuação da UFRGS)**. Economia Solidária, v.1, p. 76-89. Disponível em: www.uff.br, Acesso: 20/08/2013.

FERREIRA, L. D. A., OLIVEIRA, M. D.; SANT'ANNA, A. M. O. **Apostila 1: Estatística Descritiva**. Universidade Federal da Bahia, p.1-35, 2002. Disponível em: www.est.ufba.br, Acesso: 17/08/2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, F. P.; ARAÚJO, R. M. **Pesquisa Quanti-Qualitativa em Administração: Uma visão holística do objeto em estudo**. p. 1-11, 2005. Disponível em: www.ead.fea.usp.br, Acesso 17/08/2013.

IVO, A. A.; HYPOLITO, A. M. **Currículo e Educação Profissional: uma proposta curricular para o PROEJA em análise**. Cadernos de Educação, Pelotas [38]: p. 201 - 233, janeiro/abril 2011. Disponível em: www.periodicos.ufpel.edu.br, Acesso 19/08/2013.

LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. **EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia?** (p. 1-20), 2004, Disponível em: www.cereja.org.br, Acesso 28 de maio de 2013.

Ministério da Educação: Disponível em: www.portal.mec.gov.br, Acesso em 02 de junho de 2012.

MOURA, T. M. M. **Formação de Educadores de Jovens e Adultos: Realidade, Desafios e Perspectivas Atuais**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v 5, n^o 7, p 45- 72, jul/dez 2009.

NASCIMENTO, C. **A Autogestão e o “novo Cooperativismo”**. p .1-4, 2003. Disponível em: www.prout.org.ve, Acesso 21/08/2013.

PIERRO, M. C. D. **A Educação de Jovens e Adultos no Plano Nacional de Educação: Avaliação, Desafios e Perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 939-959, jul.-set. 2010. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em 10/08/2013.

PIERRO, M. C. D.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: **Cadernos Cedes**, Ano XXI, N^o55, p.58-77, Novembro 2001. Disponível em: www.scielo.br, Acesso em 27 de maio de 2013

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. **Pesquisa exploratória**: procedimentos metodológicos para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Rev. Saúde Pública, Universidade de São Paulo-Brasil 29(4): p. 318-325, 1995. Disponível em: www.scielo.br, Acesso 17/08/2013.

SILVA, J. R. S.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Ano I, Número I, p.1-15, Julho de 2009. Disponível em: www.rbhcs.com, Acesso 17/08/2013.

SPINK, P. K. **Pesquisa em Psicologia Social**: Uma Perspectiva Pós-Construcionista. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Psicologia & Sociedade; 15 (2): p. 18-42; jul./dez.2003. Disponível em: www.scielo.br, Acesso 17/08/2013.

VIEIRA, V. A. **As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.1, p.61-70, jan./abr. 2002. Disponível em: www.mouraconsultoria.com.br, Acesso 17/08/2013.

Fundamentos da Economia Solidária na perspectiva do desenvolvimento sustentável aplicados na EJA: um estudo no CRAS de Aparecida-PB

*Vanaldo Felix Barbosa
Vorster Queiroga Alves*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca realizar uma discussão sobre os fundamentos da Economia Solidária (ECOSOL) e suas relações com a EJA, bem como, apontar a relevância da mesma para o contexto social atual.

Desta forma e nesse contexto tem-se o seguinte questionamento: **as ações desenvolvidas pelo CRAS do município de Aparecida-PB possuem iniciativas de economia solidária?**

Para responder o questionamento principal da pesquisa, buscou-se estabelecer o objetivo geral como sendo: Verificar o viés da EJA e da economia solidária nas ações realizadas pelo CRAS do município de Aparecida-PB.

Para ajudar na resposta do objetivo geral, foram elencados objetivos específicos: Destacar a importância das perspectivas de empreendimentos econômicos solidários no estudo da EJA; Identificar nas ações desenvolvidas no CRAS de Aparecida PB relações com o desenvolvimento sustentável; Delimitar as ações desenvolvidas no CRAS e suas relações com a economia solidária.

A Economia Solidária se caracteriza por práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza. Esta nova prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegiam a autogestão, o desenvolvimento comunitário, justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras (CONAES, 2006)

Os modos de atuação da Economia Solidária procuram um modo de organizar a produção, distribuição e consumo, que tem por base a igualdade de direitos de todos os sócios dos empreendimentos. As manifestações da Economia Solidária são diversas, dentre as quais se destacam os coletivos informais, as cooperativas de produção, os de consumo solidário ou os de serviços, organizações e grupos de crédito solidário e fundos rotativos, grupos e clubes de trocas solidárias com uso de moeda social (ou comunitária); recuperação de empresas pela autogestão; estabelecimento de cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo, organização econômica de comunidades tradicionais, entre outras iniciativas (CONAES, 2006).

Dessa forma, tais ações e direcionamento procuram uma alternativa ao mundo de desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, e em que um número sempre maior de trabalhadores e famílias perdem o acesso à remuneração e ficam excluído das possibilidades de um consumo que atenda dignamente as suas necessidades como ser humano (CONAES, 2006).

Logo, os pontos básicos que articulam a economia solidária e formam a base social desse modelo foram enfocados nos fundamentos para sinalizar o papel da economia solidária na construção de um desenvolvimento sustentável democrático e socialmente justo.

A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF, art.205). Retomado pelo art. 2º da LDB, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Nesse

contexto deve ser considerada com muita relevância a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social.

Assim conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (aprovada em 10/05/2000), ver educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado.

Nesta linha, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (2000, p.9), informa que a Educação de Jovens e Adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura. Talvez seja isto que Comenius chamava de ensinar tudo a todos. A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações.

Ainda nesse contexto, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (2000, p.9) destaca a função permanente ou qualificadora da EJA com a tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares.

Nesse sentido, a abrangência das metas da educação não pode ser restrita, tem que buscar a atender a todas as idades e em todas as épocas da vida, objetivando sempre a desenvolver conhecimentos, habilidades, competência e valores.

Em meio a essa abordagem constata-se que a economia solidária encontra-se interligada ao desenvolvimento sustentável, visto que coloca o ser humano como sujeito das atividades econômicas e estabelece princípios de isonomia, promoção e difusão do consumo consciente, ético, cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com as gerações futuras.

1.1 Autogestão

A formação para a gestão em empreendimentos autogestionários dirige-se ao conjunto das pessoas ligadas aos empreendimentos, embora tenha que existir formação específica e profissional para certos quadros institucionais de acordo com suas responsabilidades.

Trata-se de uma **formação para a gestão colaborativa** e o trabalho de equipe. A formação se constitui numa maneira muito concreta de apoiar e dar sustentabilidade aos empreendimentos da economia solidária (GADOTTI, 2009, p.32). Com a autogestão, todos participam das decisões independentemente da função que executam. Por isso, todos os membros de um empreendimento solidário precisam ser formados para a gestão coletiva do próprio empreendimento. Todos precisam de uma nova formação já que a forma como a sociedade capitalista se organiza não oportuniza uma cultura de decisão coletiva.

A **educação para a cooperação** e para a autogestão é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários a compreender sua empresa e administrá-las adequadamente. Não se pode entrar numa cooperativa com uma mentalidade capitalista, pois seria o mesmo que dar continuidade ao projeto capitalista (SINGER, 2005).

Nesse sentido, a economia solidária é uma práxis eminentemente pedagógica. É precisamente porque a economia solidária é um ato pedagógico (SINGER, 2005) que temos necessidade de construir uma **pedagogia da economia solidária**. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se constituindo. O ensino

da autogestão é um exemplo prático, essa é uma pedagogia a ser construída com a prática. Aqui vale a advertência de Freire: “ninguém ensina nada a ninguém. Aprendemos juntos, em comunhão”. Não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura juntos. (GADOTTI, 2009, p.36)

1.2 Mercado solidário

A noção de mercado é tão controversa quanto a noção de competição, frequentemente a ela associada. A palavra “competição” carrega uma carga muito negativa. Por isso alguns usam positivamente a palavra competitividade e entendem a competição apenas como um valor negativo. Mas existem casos em que a competição é saudável e até recomendável. Numa democracia, por exemplo, precisamos da concorrência ou da competição de muitos partidos adversários uns dos outros para haver liberdade de pensamento é preciso a concorrência ou a competição científica e mesmo uma saudável disputa filosófica e ideológica. (GADOTTI, 2009, p.37,38)

Há uma grande diferença entre o cooperativismo solidário (cooperativa de trabalho) e o cooperativismo do agronegócio (cooperativa de produtores). E não é só o tamanho do negócio. A diferença está na sua concepção econômica de produção e consumo. O agronegócio pode ser eficiente do ponto de vista produtivo, mas tem sido também um modelo concentrador de renda e agressivo ao meio ambiente. Enquanto a economia solidária cria postos de trabalho, o agronegócio vem desativando postos de trabalho. A diferença entre a **cooperativa de trabalho** (associado) e a **cooperativa de produtores** está justamente na presença ou ausência da autogestão, visto que, materialmente, na cooperativa de trabalhadores, estes se associam para deter os meios de produção e, na cooperativa de produtores, estes se associam para beneficiar a produção de suas propriedades, realizando o trabalho por meio de empregados subordinados, dependentes e pagos por meio salário, sem participação na gestão. (GADOTTI, 2009, p.42-43)

Como se vê, não se pode falar de cooperação e de competição em geral. Tem que qualificar de que competição e de que cooperação estamos falando. O capitalismo também se baseia na cooperação, como sustenta Marx em *O Capital*. Contudo, a cooperação, no capitalismo, se dá de forma forçada entre indivíduos. Ao contrário, na economia solidária, a cooperação é voluntária. Ela se sustenta na corresponsabilidade dos membros, em rede de apoio mútuo, numa ética de distribuição de benefícios (lucro) segundo acordo compartilhados (consumo crítico, sustentável e comércio justo e solidário), aproximando mais aquele que produz daquele que consome, encarando o consumo como um ato político que exige uma postura consciente e participativa, um engajamento interessado. (GADOTTI, 2009, p.43)

A economia solidária só pode ser considerada como tal se seus integrantes a entenderem como uma economia não-capitalista, se eles tiverem consciência do que estão fazendo.

Sendo assim, sustenta Gadotti (2009, p.44), que para se fortalecer, ela deve tornar-se mais eficaz do que a própria economia capitalista, em todos os campos, principalmente no campo social. Não se concebe uma economia solidária sem uma cultura solidária, pois as pessoas precisam estar convencidas de que aquele é o melhor caminho para si e para todos e todas.

1.3 A Economia Solidária e o desenvolvimento sustentável

A economia solidária incorporou, desde os seus primórdios, o tema da ecologia e do desenvolvimento sustentável. Essa incorporação representa uma possibilidade de ampliação do âmbito dos empreendimentos de socioeconomia solidária, assim como ocorreu com a incorporação do enfoque de gênero, o enfoque dos direitos humanos e da defesa do controle social local. Sustentabilidade e solidariedade são temas emergentes e convergentes. (GADOTTI, 2009, p.26-27)

A economia solidária é frequentemente associada ao desenvolvimento sustentável, como foi destacado pela Carta de Princípios da economia solidária do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2008): a **economia solidária** constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um **desenvolvimento sustentável**, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra.

O FBES é “um instrumento do movimento da economia solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico do país que queremos” (FBES, 2008, p.55) e tem por **finalidades principais** o apoio ao fortalecimento do movimento de economia solidária e a representação, articulação e incidência na elaboração e acompanhamento de políticas públicas de economia solidária. Para garantir a articulação entre os três segmentos (empreendimentos solidários, entidades de assessoria e gestores públicos), o FBES estrutura-se por uma Coordenação Executiva, uma Secretaria Executiva Nacional, Fóruns Estaduais de Economia Solidária, entidades Redes Nacionais de Fomento e Grupos de Trabalho de Economia Solidária. Caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. Entretanto, é preciso levar em conta a ambigüidade que cerca o conceito de desenvolvimento sustentável. (FBES, 2008)

Como aponta Boff (2002, p. 550), o conceito de desenvolvimento origina-se numa economia excludente e, a sustentabilidade, no paradigma incluyente da ecologia. Como conceitos, eles seriam antagônicos. A ambigüidade começa já no próprio conceito de desenvolvimento sustentável. Tal conceito tem a ver com o que Maurice Strong chamou, na Cúpula da ONU de 1972 (Estocolmo), de “**ecodesenvolvimento**”, um desenvolvimento voltado para o bem-estar das pessoas, que satisfaça as necessidades humanas sem destruir o meio ambiente (crescer e preservar).

Associa-se a **economia solidária** ao **desenvolvimento sustentável**, e mais precisamente à vida sustentável, porque entende a sustentabilidade como o sonho de bem viver, o equilíbrio dinâmico com o outro e com a natureza, a harmonia entre os diferentes princípios perseguidos também pela economia solidária. Para nós, sustentabilidade implica respeito à vida, cuidado diário para com o planeta e para com o planeta e para com toda a comunidade da vida. Ela se opõe a tudo que sugere egoísmo, injustiça, dominação política, exploração econômica – e isso tem tudo a ver com a economia solidária. (GADOTTI, 2009, p.30)

1.4 A Economia Solidária como meio libertador do trabalhador

O caráter autogestionário não se trata apenas da tomada dos meios de produção, mas na ampliação do sujeito político para protagonizar a vida. Segundo Nascimento (2011), a estratégia da ECOSOL autogestionária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista. Autogestão como perspectiva de transformação social. Segundo Nascimento (2003, p.1) “Autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo mundo de produção”.

Em sintonia com o que demonstra Nascimento (2003), ver-se o caráter libertador e emancipador da autogestão, enfatizando que a classe operária passa a deter o controle dos meios de produção, viabilizando o princípio da posse e o uso dos meios de produção, e enfatizando que é o agir coletivo que possibilita a transformação social. Ainda segundo Nascimento (2003, p.3) “a autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiência em todo conjunto da sociedade. O direito à experimentação é o fundamento da autogestão”.

Nesse processo da experimentação os cooperados participam de forma interacional, sendo co-autor das vitórias ou derrotas. Trata-se de uma forma nova de organização da vida

que exige uma ruptura, uma passagem do individual para o coletivo, e um desafio o de produzir associativamente.

A economia solidária mesmo nos ditames do capitalismo preponderante surge como a semente capaz de apresentar uma alternativa popular, que transcenda as questões econômicas, que aponte para a construção de um novo paradigma societário que parta para a perspectiva emancipatória, e que supere a exclusão social, e suscite uma repartição equânime da renda.

Sendo assim, a economia solidária vem se apresentando como um caminho rico de possibilidades e uma alternativa viável à superação de dificuldades econômicas e sociais em condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à grande parte da população trabalhadora, às margens da riqueza social (VERONESE; GUARESCHI, 2005). Economia que se pauta por princípios reconhecidos na valorização social do trabalho humano, na busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e nos valores da cooperação e da solidariedade.

2 METODOLOGIA

O referente trabalho é caracterizado como sendo um estudo de cunho exploratório e descritivo, além de se constituir um estudo de caso e uma pesquisa documental.

Para Andrade (2009) o fundamento exploratório consiste no primeiro passo de todo trabalho científico, proporcionando maiores informações sobre determinado assunto e facilitando a delimitação de um tema de trabalho. É através das pesquisas exploratórias que se avalia a possibilidade de desenvolver um bom estudo, sendo assim, um trabalho preliminar para outro tipo de pesquisa.

Quanto às finalidades, tomando por base a classificação da pesquisa apresentada por Vergara (1997), esta pesquisa é do tipo descritiva. Este tipo de pesquisa, para Vergara (2000, p. 47), expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza. “Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação”. Cita como exemplo a pesquisa de opinião. Já Gil (1991, p.46) acrescenta que algumas pesquisas descritivas vão além de simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação.

Por direcionar a investigação a uma única organização, sendo o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Aparecida-PB, esta pesquisa identifica-se como um estudo de caso. O ponto forte nesta tipologia é o de permitir o estudo de um fenômeno em profundidade dentro do seu contexto, permitindo uma análise processual à medida que eles ocorrem dentro das organizações.

Para Vergara (1997), o estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, tendo caráter de profundidade e detalhamento, podendo ou não ser realizado em campo. Na mesma direção é o entendimento de Triviños (1987, p.113) que afirma ser o estudo de caso “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Esta opção pelo estudo de caso permitiu uma análise ampla e detalhada sobre os serviços sociais realizados pelo CRAS de Aparecida PB, e verificar o viés da EJA com a economia solidária. Isso foi possível através da obtenção de informações documentais nos projetos existentes no órgão, como também através de relatórios dos gestores do referido órgão.

Para Silva e Menezes (2000, p.20), a “pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Neste tipo de pesquisa, conforme Godoy (1995) e Richardson (1989), os dados não são analisados por meio de instrumentos estatísticos, pois a mensuração e a numeração não são o foco deste tipo de pesquisa.

Logo, a pesquisa direcionada neste trabalho utilizou-se do modelo qualitativo, pois descreveu a realidade encontrada, fato este que contribuiu para uma análise com maior profundidade.

Obtendo acesso aos dados do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), a instituição é de natureza governamental, localiza-se a Rua José Trajano da Silva, 10 Conj. Nossa Senhora da Conceição, Aparecida-PB, tem-se como recursos humanos uma equipe de 9 pessoas e um número de usuário atendidos até 500 famílias por ano.

A pesquisa foi realizada durante todo o mês de julho, agosto e setembro de 2013 no turno diurno contando com a colaboração da Secretaria da Assistência Social e a equipe de trabalho do CRAS de Aparecida-PB.

A pesquisa foi possível através da observação e acompanhamento das ações dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) desenvolvidos com os grupos de idosos, jovens e gestantes do CRAS de Aparecida PB. Nesse processo, o CRAS colaborou através da coordenação, fornecendo os relatórios mensais correspondentes ao período da pesquisa.

Através da análise qualitativa, foi feita um levantamento das atividades desenvolvidas no CRAS, permitindo uma verificação de maneira sistemática. Para esse tipo de trabalho expõe-se a análise e interpretação dos dados, o qual foi organizado em forma de quadro, através da interpretação das atividades diárias realizados pelos grupos envolvidos no CRAS de Aparecida. A seguir descreve-se o campo de pesquisa, destacando a instituição estudada, onde logo depois são destacados os resultados obtidos através da pesquisa documental encontrado no CRAS, como também uma análise do quadro geral de funcionamento.

O presente relato fez uma exposição das ações desenvolvidas pelos programas e serviços realizados no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Aparecida-PB. Nesse processo envolvem-se educadores, educandos e comunidades na busca de novas alternativas econômicas e possibilidades existentes no mundo do trabalho. Dentro desta perspectiva tem-se como eixo central a questão da sustentabilidade e da reciclagem de todos os tipos de materiais, visando sempre a preservação do meio ambiente. São analisados as ações dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos realizados com os grupos de idosos, jovens e os Serviços de Proteção e Acompanhamento das gestantes. Destes grupos foram elencadas as ações: palestras, encontros e oficinas artesanais.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para uma melhor compreensão da análise dos resultados, foi necessário descrever como foi implantado o CRAS de Aparecida PB, sua estrutura de funcionamento, seus objetivos e área de abrangência. Como recursos para análise da pesquisa foram avaliadas as ações realizadas pelo CRAS demonstradas nas atividades diárias correspondentes aos meses pesquisados e registrados nos quadros que seguem a análise dos resultados.

3.1 Histórico do CRAS

De acordo com a NOB-SUAS Norma Operacional Básica da Assistência Social a unidade faz parte de um município de Porte I (municípios com até 20.000hab.) e referencia em seu território 2.500 Famílias, com capacidade de atendimento de até 500 Famílias por ano. Seu funcionamento é de cinco dias por semana e a composição da Equipe Técnica obedece ao que está previsto na NOB-RHSUAS Norma Operacional de Recursos Humanos da Assistência Social, sendo um Assistente Social (Efetivo), um Psicólogo, um Coordenador e dois Agentes Administrativos, ambos com carga horária de 40hs semanais.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos oferecidos no CRAS de Aparecida são Serviço articulados com o PAIF, realizados em grupos, organizados a partir de per-

cursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias - PAIF que é o carro chefe do CRAS, acompanha as gestantes do município, com um grupo de convivência formado por mulheres dos programas sociais que se encontram a cada quinze dias, sua dinâmica de trabalho consiste no acompanhamento psicossocial, palestras socioeducativas, oficinas artesanais onde a gestante do Bolsa Família confecciona de forma alternativa itens que compõem o enxoval do bebê, o objetivo é dar suporte social e preparar a gestante para vivenciar esse momento de maneira mais tranqüila, bem como o grupo socioeducativo formado por famílias que se encontram em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família.

No CRAS de Aparecida também são referenciados os Serviços seguintes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes e 6 a 15 anos e O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem - Adolescente).

3.2 Análise dos dados

Os dados foram analisados através da observação acompanhamentos e relatórios mensais referentes aos serviços desenvolvidos no CRAS de Aparecida, onde são referenciados os serviços para gestantes, famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF), e os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para idosos, crianças e adolescentes, a fim de perceber a ligação com o tema de economia solidária. Essas análises foram realizadas durante os meses de julho, agosto e setembro do ano 2013.

O quadro 1 demonstra as ações realizadas pelo CRAS da cidade de Aparecida no mês de julho de 2013, contendo as ações, público alvo, recursos utilizados e objetivos de cada projeto.

Com a demonstração das ações foi possível verificar e fazer uma relação entre as ações existentes e também as abordagens relacionadas a existência ou não de relação com a economia solidária.

Quadro 1 – Atividades diárias correspondentes ao mês de julho 2013

DIA	AÇÕES	PÚBLICO ALVO	RECURSOS UTILIZADOS	OBJETIVOS
04-07	Capacitação sobre o Reordenamento dos SCFV.	Técnicos dos SCFV.	Orientação, teleconferência.	Capacitar os profissionais para trabalhar com os serviços.
08-07	Encontro com o Grupo das Condicionais.	Grupo das Condicionais.	Data show e slides	Refletir seu contexto familiar.
08-07	Reunião sobre o Reordenamento dos SCFV.	Equipe Socioassistencial	Dialogo.	Apresentar o Reordenamento a Equipe
10-07	Encontro com o SCFV para Idosos.	SCFV para Idosos.	Exposição da Colcha de retalhos.	Resgatar a história de vida dos integrantes – para que eles se apropriem com de suas experiências vividas e possam compartilhá-las com o grupo e assim, resgatar a auto-estima e melhorar o vínculo interpessoal.

12-07	Encontro com o grupo de gestantes, palestra com o Nutricionista e entrega dos móveis.	Gestantes	Data Show	Informa-lás da relação alimentar com o desenvolvimento do feto.
15/16 e 17	Encontro com o SCFV para Idosos.	SCFV para Idosos.	Oficinas de construção do descansa panelas.	Resgatar a auto-estima e melhorar o vínculo interpessoal, fortalecendo seu protagonismo.
22/23 e 24	Encontro com o SCFV para Idosos.	SCFV para Idosos.	Oficinas de construção do descansa panelas.	Resgatar a auto-estima e melhorar o vínculo interpessoal, fortalecendo seu protagonismo.
24-07	Reunião do Projeto Habitacional.	Beneficiários das casas do projeto Paulista.	Dialogo.	Debater assuntos pendentes a respeito da construção das casas.
26-07	Oficina preparatória da Conferência Municipal de Assistência social	Profissionais atuantes na Assistência Social	Orientações.	Capacitar para a realização da Conferência Municipal.
29-07	Encontro com o Grupo das Condicionalidades.	Grupo das Condicionalidades.	Data show e slides, dinâmica	Refletir seu contexto familiar.
31-07	Dia de lazer do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos.	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos.	atividades, como brincadeiras, banho de piscina, almoço e música ao vivo para os idosos.	Com o objetivo de proporcionar momentos de interação e diversão aos idosos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e autoestima.

Fonte: Pesquisa documental 2013

Nas ações desenvolvidas durante o mês de julho de 2013, (Quadro 1), observa-se que os grupos se reúnem, ou seja, se associam para os serviços de convivência, participando de encontros, palestras, oficinas e reuniões. Em si, as ações executadas durante esse período não possuem elo nem promovem de certa forma laços ou ligação com a economia solidária. Mesmo assim, as oficinas de construção do descansa panela, que por sua vez utiliza-se de materiais já usados, tais como tampinhas de garrafa pet, traz em si um pouco de interação com o desenvolvimento sustentável, através da reciclagem de material.

Dessa interação em trabalho coletivo, podem-se desenvolver novas ações para capacitar e aprimorar os participantes para que o aprendizado e desenvolvimento das ações de economia solidária sejam mais bem explanados para uma forma alternativa de sobrevivência e renda das famílias da cidade. Tais ações têm o intuito de atender os pressupostos básicos do CRAS.

Posteriormente, no Quadro 2 há a descrição das ações relacionadas ao mês de agosto do corrente ano.

Quadro 2 – Atividades diárias correspondentes ao mês de agosto 2013

DIA	AÇÕES	PÚBLICO ALVO	RECURSOS UTILIZADOS	OBJETIVOS
02-08	Encontro com o grupo de gestantes	Grupo de Convivência de Gestantes.	Fitas e garrafas de vidro	Confecção de Garrafas de Licores
07-08	VI Conferência Municipal de Assistência Social	Sociedade	Palestra, Formação de Propostas, Debates.	Avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.
12 á 16	Período de Inscrição do Cozinha Brasil	Cidadão Aparecidense	Fichas de Inscrições	Contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos indivíduos em situação de maior vulnerabilidade.
14-08	1º Encontro com o SCFV para Idosos do Distrito da Prensa.	SCFV para Idosos do Distrito da Prensa.	Dinâmicas e Diálogo.	Conhecer o grupo, resgatar a auto-estima e melhorar o vínculo interpessoal.
16-08	Encontro com os beneficiários do Bolsa família em descumprimento das condicionalidades.	Beneficiários do Bolsa família	Palestra	informá-los sobre o efeito sobre seu benefício.
16-08	Encontro com o grupo de gestantes	gestantes	Oficinas de construção dos licores	Resgatar a autoestima, fortalecendo seu protagonismo.
21-08	Mutirão para os trabalhadores rurais	Cidadãos Aparecidense	Emissão de documentos, e informações previdenciárias.	Emissão de documentos, e informações previdenciárias.
23-08	Atendimento aos beneficiários em descumprimento das condicionalidades.	Beneficiários do Programa Bolsa Família.	Atendimento e orientações.	Informá-los e orientá-los sobre o efeito sobre seu benefício, colocando em acompanhamento os que forem necessários.
26-06	Palestra sobre medicina natural.	SCFV para Idosos.	Orientações, informações.	Orientar aos idosos sobre o poder dos remédios fitoterápicos.
30-08	Encontro com o grupo de gestantes	gestantes	Oficinas de construção das lembrancinhas para recém-nascidos.	Resgatar a autoestima, fortalecendo seu protagonismo.

Fonte: Pesquisa documental 2013

Por esse período de agosto de 2013, (Quadro 2), constatou-se que nas ações desenvolvidas com os grupos, ainda se vê a promoção de encontros, mutirão, palestras, oficinas, etc. No entanto, no que concerne a ligação com a economia solidária continua mínima, pois, pouco dessas ações estariam relacionadas, apenas no que diz respeito ao fato das pessoas se associarem para a confecção de garrafas de licores, e das oficinas de construção das lembrancinhas para recém-nascidos, que poderia nesse caso, construir meios para o incentivo do empreendimento econômico solidário.

Como Perspectiva para fazer surgir um encaminhamento ou promoção de incentivos ao empreendimento econômico solidário, o CRAS de Aparecida poderia trabalhar as oficinas que ora são desenvolvidas em suas ações coletivas nas confecções, produção e atividades artesanais e outras, como meio facilitador a formação e preparo da comunidade na constituição de associação como alternativa ao desemprego e nesse aspecto sugerir oportunidades ao empreendimento de novos negócios.

Quadro 3 – Atividades diárias correspondentes ao mês de setembro 2013

DIA	AÇÕES	PÚBLICO ALVO	RECURSOS UTILIZADOS	OBJETIVOS
02-04	Oficinas artesanal toalha/ bolsa com SCVF para Idosos.	SCVF para Idosos.	Maquina de Costura, toalhas, tecidos, cadarços, chátom. Linhas.	Promover protagonismo, desenvolvendo melhor suas habilidades.
06-09	Conversa Dialogada com Grupo das Condicionalidades.	Grupo das Condicionalidades	Conversa Dialogada.	Conscientizar os pais do papel da autoridade.
09-11	Oficinas artesanal toalha/ bolsa com SCVF para Idosos.	SCVF para Idosos.	Maquina de Costura, toalhas, tecidos, cadarços, chátom. Linhas.	Promover protagonismo, desenvolvendo melhor suas habilidades.
16-18	Oficinas artesanal toalha/ bolsa com SCVF para Idosos.	SCVF para Idosos.	Maquina de Costura, toalhas, tecidos, cadarços, chátom. Linhas.	Promover protagonismo, desenvolvendo melhor suas habilidades.
23-09	Capacitação de Profissionais para Atendimento Humanizado às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual	Profissionais da Assistência Social e da Saúde	palestra	Capacitar os Profissionais para Atendimento Humanizado às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual
23-09	Encontro o SCFV para Idosos da Prensa.	SCFV para Idosos da Prensa	Oficina artesanal, com potes de sorvetes.	Promover protagonismo, desenvolvendo melhor suas habilidades
25-09	Conversa Dialogada com Grupo das Condicionalidades.	Grupo das Condicionalidades	Conversa Dialogada.	Discutir sobre a condição dos filhos na escola.
27-09	Oficina de beleza	Grupo de Convivência para gestante	Fotos, escova, maquiagem.	Estimular as gestantes em cuidar da beleza, e reconhecer que cada um tem sua beleza, importância e particularidade.

Fonte: Pesquisa documental 2013

Com base nos dados documentais acima apresentados (quadro 3), verificou-se o andamento de diversas ações empreendidas pelos grupos de convivência do CRAS. Alguma das

ações poderia até promover vínculos com a economia solidária, e aqui cito a oficina de artesanato na produção da toalha bolsa e a oficina de reaproveitamento dos potes de sorvetes para a confecção de porta trecos, essa em si anda em consonância com as vias do desenvolvimento sustentável, haja vista que determinada ação contribui na melhor convivência com o meio ambiente, evitando desperdícios e a poluição.

Nesse viés é importante destacar a ligação da economia solidária e o desenvolvimento sustentável nas ações desencadeadas no mês de setembro do ano 2013. Tais ações contribuem para uma lógica da gestão de negócios, se caracterizando pela conjunção de grupos participativos, ou seja, associação dos membros envolvidos nas ações do CRAS. Dessa conjuntura poderia promover alternativa a difusão da economia solidária, que além de geradora de trabalho emancipado, promove o incentivo ao consumo consciente, ético e solidário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho realizou uma discussão das temáticas que envolvem a economia solidária na perspectiva do desenvolvimento sustentável e suas relações com a EJA, numa ótica, a entender como se estrutura a economia solidária face a ideologia dominante do capitalismo. E, a partir dessa discussão, foi recortada a temática economia solidária, pois a mesma permite um trabalho amplo envolvendo o desenvolvimento sustentável.

Consideramos que a economia solidária e o desenvolvimento sustentável são à base de sustentabilidade aos empreendimentos econômicos solidários que por sua vez são muito importantes para o desenvolvimento local, e nesse sentido proporcionar a inclusão social e sustentável das pessoas que participam das ações.

Entre as ações de emancipação social, é claro que a questão econômica assume um caráter importante. Mas a questão social não pode ser esquecida. Por isso, as políticas de complementação de renda, como o Programa Bolsa Família, são articuladas àquelas de resgate social, resgate de vínculos, reconstrução de vínculos familiares, combate as drogas, etc. Nesse aspecto as políticas de emancipação social atendem principalmente a um público extremamente vulnerável socialmente. O CRAS da cidade de Aparecida-PB também está inserido nesse processo. Aqui se abre um adendo para avaliar se no CRAS da cidade de Aparecida-PB existe iniciativas de empreendimentos voltado para a economia solidária, já que a mesma é de fundamental importância para construir novas relações sociais.

Demonstrado pelas atividades diárias realizadas no CRAS tais como: oficinas de confecção de lembranças, abajus, bolsas, sandálias, licores, descansa panelas, porta trecos, etc. É visto que na confecção desses objetos é levado em conta a reciclagem, ou seja, o processo que visa transformar materiais usados em novos produtos com vista à sua reutilização. Por esse processo, materiais que seriam destinados ao lixo permanente podem ser reaproveitados. É possível reciclar materiais diversos, como vidros, plásticos, papel ou alumínio.

A reciclagem desses materiais proporciona uma utilização mais racional de recursos naturais não renováveis, e uma redução na poluição da água, do ar e do solo. Essas iniciativas servem de alerta para a importância da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente.

O Centro de Referência da Assistência Social do município de Aparecida-PB constitui espaço de concretização dos direitos sociais assistenciais; desenvolvendo serviços para as famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social visando fortalecer a função protetiva destas, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo bem estar social e contribuindo na superação das problemáticas e para melhoria da qualidade de vida.

Logo, o que se observa é que não existe no CRAS da cidade de Aparecida-PB um trabalho, ou um encaminhamento voltado diretamente para o empreendimento da economia solidária. Essa lacuna é visível, quando se diz respeito exatamente aqueles que têm desejo ou interesse de trabalharem de forma associativa, autogestionária, solidária. Para esse público

específico, faltam respostas fundamentais ligadas a orientação de como seria encaminhados, assim como, quais as oportunidades poderiam encontrar no mercado. Muitos não têm noções de organizar e consolidar um empreendimento econômico solidário (EES), muito menos como estruturar, e quais são políticas de apoio efetivamente disponibilizadas.

Nesse sentido, mesmo com o objetivo de atender a um público em situação de vulnerabilidade social visando promover o bem estar social e contribuir na superação das problemáticas e buscar melhoria na qualidade de vida, o CRAS do município de Aparecida-PB ainda não implementou ações voltados para a execução do empreendimento econômico solidário. Mesmo assim, os serviços desenvolvidos no CRAS, consiste no trabalho com famílias, tendo por finalidade fortalecer a função protetiva destas, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso a direitos e autonomia familiar. Prevê ações de caráter preventivo e proativo, baseado no respeito a heterogeneidade dos arranjos familiares atuais.

Acredita-se também que as temáticas abordadas nesse trabalho estão condicionadas na busca constante pela pesquisa e reflexão e na construção de novos aprendizados de forma que venha contribuir na promoção de articulações que insiram iniciativas de empreendimentos voltados para a economia solidária. De certo, o surgimento dos EES nos CRAS contribuirá para novas formas de análises voltadas para a consolidação e fortalecimento da economia solidária. Estas devem propiciar à sociedade uma reflexão crítica, bem como, a construção de novos conceitos, que possivelmente venha aguçar a curiosidade dos envolvidos nesse trabalho e promovam perspectivas para novas fontes de pesquisa sobre os CRAS, a EJA e suas relações com a economia solidária.

5 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós graduação**. São Paulo: Atlas, 5ª edição 2002
- BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998
- BOFF, L. 1996, **Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma**. Petrópolis: vozes.
- BORGES, *et al.* Psicologia e economia solidária: análise das relações de trabalho em dois empreendimentos autogestionários em Palmas- Tocantins. *In*: GHIZONI, Liliam Deisy e Cançado, Airton (Org). **Desenvolvimento, gestão e questão social: uma abordagem interdisciplinar**. Minas Gerais. Didática Editora do Brasil, 2011.
- CONAES. I Conferência Nacional de Economia Solidária. **“Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”** - Brasília 26 à 29 de junho de 2006 – Fundamentos da Economia Solidária (ano 2006, P. 2 a 4)
- CMMAD – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988. **Nosso futuro comum Rio de Janeiro**: Fundação Getúlio Vargas.
- CULTI, M. N., 2006. **O desafio do processo educativo na prática da incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese de doutorado São Paulo: FE/USP.
- CULTI, M. N. **Economia Solidária: Incubadoras universitárias e processo educativo**. Disponível em: www.unitrabalho.uem.br, Acesso em 03/11/2013.
- Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**. Brasília, 2005.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Parecer CEB nº 11/2000**. Disponível em: www.portal.mec.gov.br, Acesso em 06/11/2013.

Educação para o desenvolvimento sustentável no Brasil. Disponível em: www.unesco.org, Acesso em 16/10/2013

FBES, 2008. **IV Plenária Nacional de Economia Solidária:** relatório final. Brasília: FBES.

FERNANDES, L. A; GOMES, J. M. M, 2003. **Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais:** características em modalidades de investigação.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica** / Moacir Gadotti (2009, P. 26 a 30) São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009 (Edição popular).

GADOTTI, M. **Inclusão Social.** Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade:** uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire. 2008

GIL, A. C; **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 1999.

HOLLOWAY, J. 2003. **Mudar sem tomar o poder:** o significado da revolução hoje. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Viramundo.

LOAS. **Lei Orgânica de Assistência Social,** 1993.

MDS. **Caderno de Orientação Técnica do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS),** 2009.

NASCIMENTO, C. **A autogestão e o novo cooperativismo.** Disponível em: www.mte.gov, Acesso em 06/11/2013.

NOB/SUAS - **Norma Operacional Básica da Assistência Social,** 2012.

OLIVEIRA. P. S. 2005 Cultura solidária, um aprendizado sem fim. *In:* Mello, Sylvia Leser de (org.). **Economia solidária e autogestão:** encontros internacionais. São Paulo: Nesol/USP.

RAZETO, M. L., 2001. **Desarrollo, transformaciomy perfeccionamiento de La economia em El tiemp (libro cuarto de “Econmía de solidariedad y mercado democrático”).** Santiago: Universidad Boliviana.

RICHARDSON, R. J. *et. al.* **Pesquisa social métodos e técnicas.** 3.ed. São Paulo: Atlas 1999.

SILVA, T. A. N. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** Florianópolis: UFCC/PPGEP/LED, 2000, 118 p.

SINGER, P. **Uma utopia militante:** pensando e socialismo. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. 2005. A economia solidária como ato pedagógico. *In:* KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep/MEC, p.15-20.

TAUÍLE, J. R.; RODRIGUES, H. 2004. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. *In:* **Revista Mercado de Trabalho.** Brasília: Ipea, ago., nº 24.

UNESCO. **Educação:** um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Tradução portuguesa. Rio Tinto Edições ASA, 1996.

VENTURA, F. **Por uma economia solidária na educação de jovens e adultos.** A lógica para a transformação. Disponível em: www.sites.unifra.br, Acesso em 06/11/2013.

VERGARA, S. Constant. **Projeto e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas 1997.

VERARDO, L. 2005. Construindo autogestão e parceria solidária. *In:* MELLO, Sylvia Leser de (org.). **Economia solidária e autogestão:** encontros internacionais. São Paulo: Nesol/USP.

O cooperativismo e a Economia Solidária como perspectiva de ensino na Educação de Jovens e Adultos – EJA

*Antonio Batista Filho
Marconi Araújo Rodrigues*

1 INTRODUÇÃO

A história do cooperativismo tem seu marco em 1844 na Inglaterra em Rochdale (BRASIL. MTE, 2013). Desde então o cooperativismo tem sido apresentado como alternativa viável para a colaboração e associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas.

No cooperativismo, as atividades baseadas na cooperação e na autogestão, trazem alternativas que tornam viáveis o trabalho coletivo e a obtenção de conhecimentos cooperativistas, pelos quais se possa desenvolver e intervir na transformação da sociedade, propondo assim alternativas capazes de agrupar trabalho, educação e renda, baseados nos princípios da cooperação e da autogestão, proporcionando o fortalecimento e desenvolvimento da Economia Solidária através de seus empreendimentos.

A Economia Solidária tem possibilitado alternativas que viabilizam a relação de comunidades, através do trabalho comunitário, garantindo a sustentabilidade local e promovendo a inclusão social. Economia Solidária é uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista (SINGER, 1968).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), por ser uma modalidade de educação que contempla o ensino nas etapas fundamental e médio pode se utilizar dos conceitos de cooperativismo e Economia Solidária, para levar o conhecimento temas aos estudantes que até então já desenvolvem a Economia Solidária, mesmo sem plena consciência do fato. Entretanto, deve o educador levar em conta os conhecimentos prévios desses trabalhadores sobre essa alternativa econômica.

Mesmo sem um projeto que contemple o cooperativismo e Economia Solidária na grade curricular da maioria das escolas públicas, é possível desenvolver essas atividades, tanto na zona rural como na urbana, através de propostas que possam contemplar a EJA como um viés para o desenvolvimento do cooperativismo e da Economia Solidária.

No âmbito acadêmico, é importante destacar a relevância das incubadoras universitárias para o desenvolvimento do cooperativismo e da Economia Solidária dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde se tem proporcionando oportunidades através de projetos que contemplam diretamente o desenvolvimento sustentável das comunidades, através dos empreendimentos solidários. Nessa perspectiva as incubadoras têm, de fato, contribuído para a formação de profissionais capazes de desenvolver alternativas econômicas através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), possibilitando assim o conhecimento para geração de trabalho e renda através do cooperativismo e da Economia Solidária.

Segundo Singer (2004), desde meados da década de 90, incubadoras universitárias de empreendimentos solidários tem surgido no Brasil como forma de promover produção e também acesso ao conhecimento por parte da população mais excluída, fomentando a Economia Solidária como meio, tanto de geração de renda quanto de outra maneira de estabelecer rela-

ções entre pessoas e destas com seu ambiente no atendimento às suas necessidades em todas as esferas: econômicas, social, ambiental e psicológica.

Desse modo, a preocupação do presente trabalho é com a aplicação dos conceitos de Cooperativismo, Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que possibilitará para a massa trabalhadora que estuda na EJA do Brasil inestimável oportunidade de realização pessoal e participação ativa no crescimento da economia nacional e melhoria da sua qualidade de vida.

É notório que uma grande massa da população brasileira está sobrevivendo à margem do desenvolvimento econômico, como explanou Lampreia (2005):

Não se ignora, contudo, que dezenas de milhões de brasileiros vivem em condições cuja precariedade não lhes permite continuar aguardando os benefícios que advirão de uma nova estratégia de desenvolvimento, capaz de conciliar a modernização da economia com a redução das disparidades sociais e regionais, bem como da reformulação, a médio prazo, da política social do país nas áreas de educação, emprego, saúde, segurança e justiça. São necessárias, portanto, ações que possam se traduzir em benefícios imediatos e diretos para a população brasileira mais carente e necessitada.

Tal massa tem que, muitas vezes, amparar-se em programas sociais, amargando o desemprego por falta de oportunidades, submetendo-se a política de subempregos e má remuneração, isso tudo agravado pela falta de qualificação profissional. Muitos desses trabalhadores são analfabetos ou apenas alfabetizados, alguns freqüentadores dos cursos de EJA. Surge a oportunidade de trazer ao ensino de jovens e adultos o conhecimento do cooperativismo e da Economia Solidária como possibilidades de realização pessoal e coletiva para esses estudantes trabalhadores.

Diante do exposto, faz-se a seguinte indagação: como os conceitos de Cooperativismo e Economia Solidária podem ser utilizados como perspectiva de ensino na EJA?

Para responder o questionamento tem-se como objetivo geral Identificar como os conceitos de Cooperativismo e Economia Solidária podem ser utilizados como perspectivas no ensino da EJA. Como objetivos Específicos destacam-se Explorar conceitualmente cooperativismo e Economia Solidária; Descrever o cooperativismo e Economia Solidária no Brasil; Apresentar como está estruturado o Ensino de Jovens e Adultos; Verificar de que forma o cooperativismo e Economia Solidária pode contribuir para Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dessa forma, o presente trabalho visa identificar como os conceitos de Cooperativismo e Economia Solidária pode ser utilizada como perspectiva de ensino na EJA. Em busca de ampliar cada vez mais os conhecimentos sobre a atual forma e modelo econômicos, para que o cidadão se torne mais participativo na esfera da economia brasileira, por meio do cooperativismo e da economia solidária, de modo que se possa vislumbrar a união de desenvolvimento econômico e bem estar social. Sabe-se que existe um longo caminho a se percorrer, mas o importante é possibilitar oportunidades de conhecimentos para que essa alternativa econômica possa ser ampliada cada vez mais no âmbito educacional, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) buscando no cooperativismo e na Economia Solidária, através dos seus conceitos, exemplos de cooperativas e associações que podem ser utilizados como perspectiva de ensino dentro da EJA. Nesse sentido é o dizer de Araujo (2012):

A Economia Solidária busca trazer por meio da educação uma melhora na qualidade de vida das pessoas, especialmente dos que são explorados por sua força de trabalho. Ela procura mostrar às pessoas que seus valores, que o valor do trabalho tem muito mais importância que o capital, ela traz diversas alternativas para conscientizar e incentivar as pessoas a conseguir sua subsistência ou qualidade de vida sem ser explorado e sem precisar vender sua força de trabalho. Apesar de viver em um mundo capi-

talista, ela luta para mostrar que se tem outro meio de viver e muito melhor, trazendo assim esperança e expectativa de vida para grande parcela da população. Assim, a educação inspirada nos princípios da Economia Solidária busca uma nova sociedade, um novo modo de produção da vida. (ARAÚJO, 2012, p.29).

Dessa forma a Economia Solidária no ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pode contribuir efetivamente para transformar a vida de pessoas ou comunidades que vivem reféns de um modelo econômico que possibilita cada vez mais a competitividade individual em virtude da exploração do capital. Segundo SINGER (2002, p. 103), a Economia Solidária propõe ser um meio de geração de renda e trabalho, favorecendo a inclusão social e como uma alternativa ao sistema capitalista. Na Economia Solidária as pessoas poderão comprar vender, reproduzir sem explorar ou serem exploradas, sem levar vantagem sobre os outros, de forma mais justa e em cooperação com o próximo.

No cooperativismo, a comunidade passa a ser uma organização social e econômica, tendo como base a democracia, atendendo às necessidades reais e remunerando de forma adequada o trabalho de cada um dos seus associados. Este movimento objetiva a libertação do homem do seu individualismo, por meio da cooperação entre as pessoas, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) proporciona essa libertação através dos conhecimentos e das experiências de cooperativas que tem mudado a vida de varias comunidades no Brasil. Contudo, o cooperativismo e Economia Solidária podem ser utilizados como perspectiva de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na tentativa de promover ações que possibilitem alternativas que garantam a sustentabilidade econômica das comunidades, através dos conhecimentos transmitidos pelos educadores da EJA.

Sendo assim percebe-se que, em cooperativismo, Economia Solidária, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), há diversos pontos comuns entre si e ambos se relacionam em favor de uma causa que é a inclusão social, econômica, educacional e política. Partindo-se desse contexto pressupõe-se que é possível desenvolver práticas econômicas de sustentabilidade baseados nos conceitos do cooperativismo e Economia Solidária que podem sim, ser utilizados como perspectiva de ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

2 METODOLOGIA.

No presente trabalho a pesquisa quanto abordagem do problema é de caráter qualitativo.

Richardson (1999, p. 80), menciona que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos vividos por grupos sociais.” Ressalta também que podem “contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos”.

Desse modo, por se tratar o presente trabalho de um estudo de caráter teórico e documental, a pesquisa qualitativa configura-se como a mais adequada.

No presente trabalho escolheu-se a pesquisa exploratória. Para Gil (1991) os estudos exploratórios constituem-se na primeira etapa de uma investigação mais ampla. São desenvolvidos quando o tema é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisa e operacionalizáveis sobre ele.

Neste trabalho a pesquisa exploratória se faz pertinente pela temática se configurar como algo novo, principalmente quando relacionando EJA a Economia Solidária e Cooperativismo.

A pesquisa é bibliográfica e documental, onde foi utilizado informações das redes sócias, livro, textos, revistas, monografias e artigos.

De acordo com (VERGARA, 2005, p, 47-48) pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material público em livros, revistas, jornais e redes eletrônicas, isto é material acessível ao público em geral.

A pesquisa documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas registros canais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, videoteipe, informações, em disquete, diários, carta pessoais e outros. (VERGARA, 2005, p.48).

No que concerne a análise, optou-se pela pesquisa descritiva, pela qual, através de textos pesquisados na rede mundial de computadores e livros, vê-se a relação do cooperativismo e da Economia Solidária com Educação de Jovens e Adultos (EJA).

3 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

Remontando no tempo, vamos encontrar em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no Brasil, o início da construção de uma espécie de estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem-estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade.

Porém, é em 1847 que situa-se o início do movimento cooperativista no Brasil, quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribuiu na memória coletiva como elemento formador do cooperativismo brasileiro.

Vale salientar que após o surgimento da primeira sociedade de cooperação no Brasil, na mesma época surge varias outras, e por fim o cooperativismo se expande no Brasil motivados, pelos os movimentos cooperativistas no mundo inteiro, hoje varias cooperativas tem servido de modelos para o desenvolvimento de empreendimentos solidários, que vem possibilitando minimizar a falta de emprego e renda de comunidades que vivem excluídas do mercado formal.

O cooperativismo sempre ressurgue em períodos de crise. É uma forma de organização econômica entre as pessoas para amenizar os problemas sociais. Nos anos 30, a Grande Depressão e a crise do café levaram o governo Getúlio Vargas a estimular as cooperativas e criar a primeira lei para regulamentar e fiscalizar o seu funcionamento.

Nos anos 50, sob o ritmo desenvolvimentista do presidente JK, novas cooperativas surgiram, as centrais se fortaleceram e houve até a tentativa de unificar o movimento, mas que não avançou. O golpe militar, em 1964, acirrou o controle do governo sobre o cooperativismo. Foi criado o Sistema Financeiro Nacional, que quase extinguiu as cooperativas de crédito mútuo abertas à população. Por outro lado, os militares incentivaram as cooperativas agrícolas como questão de segurança alimentar

No início da década de 70, com os esforços do secretário da Agricultura de São Paulo, Antonio José Rodrigues Filho, e o apoio do ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, o cooperativismo se unificou na Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Em 1971, foi promulgada a Lei 5.764 que, entre outras regras, exigia que todas as cooperativas se registrassem previamente no Conselho Nacional do cooperativismo.

Apesar disso, a lei reconheceu a OCB como representante do movimento no País e definiu as relações entre os cooperados e a cooperativa, o chamado Ato Cooperativo. Com o fim da ditadura militar e a promulgação da nova Constituição, em 1988, o cooperativismo se livrou do controle estatal, iniciando a autogestão.

Antes do Plano Real, nos anos 80 e 90, o País passou por crises na economia, com inflação galopante, graves reflexos na agricultura e aumentos sucessivos no índice de desemprego. Muitas cooperativas agrícolas sucumbiram e, no meio urbano, muitas de trabalho e de crédito surgiram como alternativa para os trabalhadores driblarem as dificuldades econômicas. Para aprimorar e profissionalizar a autogestão das cooperativas, o governo criou, em 1998, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Órgão do Sistema S, o Sescoop oferece às cooperativas programas de formação, promoção social e monitoramento, em ações com cooperados, funcionários e também jovens, preparando-os para assumir a gestão do cooperativismo no futuro.

Nesse contexto, pode se observar como o cooperativismo tem promovido alternativas econômicas mesmo nos momentos de crise, tem possibilitado oportunidade de trabalho e renda dentro do próprio sistema capitalista, esse fenômeno pode ser observado em muitos países, especialmente no Brasil.

De acordo com Silva Filho (2001) as organizações cooperativas tem atuado como mecanismos capazes de oferecer de forma satisfatória, respostas a problemas e necessidades de caráter social e econômico. O sistema cooperativista é um sistema que proporciona o desenvolvimento integral do indivíduo. O cooperativismo pode ser reconhecido hoje como um dos sistemas mais adequados, participativos, justos e democráticos que atendem as necessidades e interesses dos trabalhadores.

Assim se observa o número crescente de cooperativas em alguns países, onde se busca no sistema cooperativista, alternativas que viabilizem, de fato, a condição necessária para o desenvolvimento da cooperação.

O aparecimento, em escala crescente, de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão, é hoje fato indiscutível em nossa paisagem social, ademais de ser um fenômeno observado em muitos países, há pelo menos uma década.

Essas iniciativas econômicas representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Estudos a respeito, em diferentes contextos nacionais, indicam que tais iniciativas, de tímida reação à perda do trabalho e a condições extremas de subalternidade, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda, por vezes alcançando níveis de desempenho que as habilitam a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência (ECOSOL, 2013, p. 18).

Dessa forma, cooperativas se proliferam, baseadas nos princípios da cooperação e da autogestão, fortalecendo assim o desenvolvimento livre popular, que no Brasil passa a integrar o movimento da Economia Solidária no País.

3.1 A Economia Solidária

É uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e não do capital. Tem base associativista e cooperativista, e é voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços de modo autogerido, tendo como finalidade a reprodução ampliada da vida. Preconiza o entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, criando uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações do trabalho capitalista. (SINGER, 1968, p. 122)

Além disso, a Economia Solidária possui uma finalidade multidimensional, isto é, envolve a dimensão social, econômica, política, ecológica e cultural. Isto porque, além da visão econômica de geração de trabalho e renda, as experiências de Economia Solidária se projetam no espaço público, no qual estão inseridas, tendo como perspectiva a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável; vale ressaltar: a Economia Solidária não se confunde

com o chamado “Terceiro Setor” que substituiu o Estado nas suas obrigações legais e inibe a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores, enquanto sujeitos protagonistas de direitos. A Economia Solidária reafirma, assim, a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos.

A Economia Solidária se apresenta como uma nova força de produção para promover a sustentabilidade preservando o meio ambiente e garantindo o desenvolvimento econômico local. Segundo (SINGER, 2004, p 7) “em suma, o desenvolvimento solidário busca novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto-realização”, no entanto, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão.

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. (NOVAIS, 2013)

A economia solidária tem possibilitado alternativas que viabilizam a relação de comunidades, através do trabalho comunitário, garantindo a sustentabilidade local e promovendo a inclusão social.

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária, etc. Atualmente, a Economia Solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de Economia Solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

É importante destacar as instituições e entidades como: SEBRAE, MEC, ONGS, que tem feito articulação através de cooperativas populares beneficiando a expansão e comercialização de produtos em feiras de cooperativismo e Economia Solidária para o fortalecimento dos empreendimentos solidários.

A Economia Solidária também vem recebendo, nos últimos anos, crescente apoio de governos municipais e estaduais. O número de programas de Economia Solidária tem aumentado, com destaque para os bancos do povo, empreendedorismo popular solidário, capacitação, centros populares de comercialização etc. Fruto do intercâmbio dessas iniciativas, existe hoje um movimento de articulação dos gestores públicos para promover troca de experiências e o fortalecimento das políticas públicas de Economia Solidária.

A iniciativa dos governos é muito relevante, pois através de incentivos é possível que o número de programas de Economia Solidária possa ter uma contrapartida, e assim fomentar os empreendimentos solidários possibilitando trabalho e renda às comunidades.

No Brasil, o Governo Federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária para implementar o programa de Economia Solidária e promover o fortalecimento e a divulgação de políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

O estado deve, no âmbito de suas políticas públicas, criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio dos empreendimentos da Economia Solidária, com uma gestão descentralizada, participação popular, respeito as diferenças regionais sobre controle social. O Fundo deve ser constituído por fontes diversas: Local, Regional, Nacional, internacional com recursos públicos e privados. (NOVAIS, 2013)

Dessa forma o desenvolvimento da Economia Solidária pode ser fortalecido através das políticas públicas, garantindo cada vez mais a participação popular em prol de uma economia alternativa que tem oferecido oportunidades através da cooperação e autogestão dentro do sistema capitalista como preconiza Novais.

Promover a educação de novas gerações através da incorporação de programas sobre Economia Solidária junto ao MEC, da pré-escola, passando pelo ensino fundamental, médio, superior, e pós-graduação, introduzindo valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade. (NOVAIS, 2013)

É importante que, o governo possa através de linhas de créditos especiais, promover estudos e pesquisas sobre o tema da Economia Solidária, além de trabalhos que voltados para o desenvolvimento de metodologia de gestão, apropriada a realidade.

Estimular as universidades através de capacitação junto ao MEC para o desenvolvimento de projetos que possa atuar sobre a questão da Economia Solidária, contemplando o ensino a partir da pré-escola até a pós-graduação, gerando novas perspectivas econômicas que possa promover a emancipação do sujeito através da cooperação e da autogestão.

Nesta perspectiva, o cooperativismo e Economia Solidária podem ser utilizados como perspectiva de ensino dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estimulando os trabalhadores a criarem grupos de formadores para conscientização do cooperativismo e difundir sua importância na atualidade, através de programas de capacitação e alfabetização em parceria com o MEC, e as Incubadoras Universitária de Empreendimento Solidário no Brasil.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL

O desenvolvimento da alfabetização de adultos no Brasil tem acompanhado a história da educação de forma inicial realizado pelos jesuítas durante a colonização do Brasil.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira e adotada por algumas redes particulares que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da educação básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é frequente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

No Brasil, a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA), está ligada a Paulo Freire. O sistema Paulo Freire tem seu marco na década de 60, com a primeira experiência na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, como foi um sucesso, passa a ser conhecido em todo o país, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular.

Devido às críticas, sofridas pela campanha, a partir da década de 60 surgem novos movimentos para a Educação de Adultos, cuja principal referência foi Paulo Freire. As concepções que circunscreviam esses movimentos partiam do pressuposto que o analfabetismo brasileiro foi gerado por um processo histórico de constituição do nosso modelo econômico e de que o educando adulto é produtor de cultura e que pode e deve avaliar essa cultura e ampliá-la criticamente. Vários programas foram desenvolvidos a partir desses princípios e de vários procedimentos desenvolvidos por Paulo Freire. Dentre eles podemos citar os programas desenvolvidos pelos educadores: do Movimento de Educação de Base (MEB); dos Centros de Cultura Popular (da UNE); dos Movimentos de Cultura Popular. Apesar de assumido e estruturado desde a segunda metade da década de 60 somente no início da década de 70 que o MOBRAL é implantado e sua atuação foi dividida, inicialmente, em dois programas: o Programa de Alfabetização, e o Programa de Educação Integrada (PEI) que possuía como prin-

cípio a condensação do curso primário (HADDAD e DI PIERRO, 2000). O PEI era a garantia de possibilidade da continuidade dos estudos para os recém-alfabetizados e para os analfabetos funcionais (Ação Educativa/MEC, 1996).

É bem verdade que o sistema Paulo Freire na década de 60 revolucionou a educação no Brasil, mas em virtude do golpe militar foi interrompido de forma prematura pelo o regime ditatorial, onde mais tarde, ainda com os militares sendo feito várias alterações no projeto de Paulo Freire que culminou com um novo programa, denominado de: o movimento Brasileiro de alfabetização (MOBRAL), onde previa em dez anos acabar com o analfabetismo no Brasil, e que foi implantado na década de 70 pelo os militares.

Com a abertura política na década de 80 e a “efervescência” dos movimentos sociais, os grupos que ainda resistiram com uma educação crítica ampliaram-se para pós-alfabetização e começaram a construir canais de troca e interlocução. Alguns estados e municípios ganharam mais autonomia e reconfiguraram o MOBRAL, porém o programa já estava desacreditado no meio político e educacional e foi extinto em 1985. Quem ocupou o seu lugar foi a Fundação Educar, que não executava diretamente o programa, mas firmava parcerias de financiamento e orientação técnica com governos, ONG’s, empresas Não é possível dizer muito sobre a Fundação Educar, pois a mesma foi extinta em 1990 e a partir de então o Governo Federal se manteve ausente. As iniciativas que resistiram em manter a educação de adultos se mantiveram restritas a alguns estados e municípios e à ação de organizações da sociedade civil (Ação Educativa/MEC, 1996).

Como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), vinha perdendo força desde sua reformulação em virtude de não corresponder com a meta de acabar com o analfabetismo no Brasil em dez anos, mesmo tendo passado por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e educação de crianças, não foi possível continuar e na década de 80 foi extinto, e logo foi substituído pela Fundação Educar que também de forma prematura fora extinta em 1990 por em virtude da ausência do Governo Federal.

Apesar da ausência do Governo Federal na educação de adultos, no início da década de 90, dois anos antes – na elaboração da constituição de 1988 – a educação de adultos foi garantida como um direito, porém o governo se desobrigou a garantir essa modalidade de ensino. Nesse contexto os estados e municípios, para garantir esse direito, ampliam seus programas de educação de adultos. Paralelamente, à ação dos governos estaduais e municipais, surgem os MOVA’s (Movimento de Alfabetização) que se organizam como gestores de políticas públicas para a educação popular e consequentemente a educação de adultos. Esses grupos preservam em seus projetos político-pedagógicos os princípios de Paulo Freire, e se estabelecem como articuladores entre Estado e sociedade (SOARES e GALVÃO, 2004).

No mesmo entendimento, Luzia Silva Sousa:

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para isso, foi criada a secretaria extraordinária de erradicação do analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo durante o mandato de quatro anos do governo Lula. Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações e sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização. (SOUSA, 2013, p.8).

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), é um projeto que será direcionado através das seguintes ações: formação de alfabetizadores e alfabetização de jovens e adultos visando promover uma educação mais participativa e democrática.

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vem sendo marcada por vários projetos descontinuo, onde inúmeros programas de alfabetização de adultos tem sido desenvolvidos no Brasil com a proposta de erradicar o analfabetismo no país, porem sem muito sucesso em virtude da falta de planejamento dos governos para a Educação de Jovens e Adultos, que tem de fato marcado a história da educação no País.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), abre novas perspectivas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, garantindo as comunidades a possibilidade de sustentabilidade econômica através da Economia Solidária, essa é uma alternativa que vai de fato possibilitar o desenvolvimento sustentável das comunidades através da educação.

5 COMO OS CONCEITOS DE COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA PODEM SER UTILIZADOS COMO INSTRUMENTO PEDAGOGICO NO ENSINO DA EJA

Evidentemente o cooperativismo pouco diferencia da Economia Solidária, tendo em vista uma grande ligação através da autogestão, que se caracteriza na associação de pessoas ou grupos com autonomia para gerenciar seus empreendimentos solidários (RTS, 2013) e que, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essas pessoas possam ampliar seus conhecimentos para a melhoria das atividades econômicas desenvolvida nas comunidades.

Em algumas escolas públicas há ocorrência de utilização dos conceitos de cooperativismo e economia solidária como perspectiva de ensino de EJA. Para muitas outras, mesmo sem um projeto que contemple o cooperativismo e Economia Solidária na sua grade curricular, é possível desenvolver essas atividades tanto na zona rural como na urbana, através de propostas que possa contemplar a (EJA) como um viés para o desenvolvimento do cooperativismo e Economia Solidária.

Sabemos que muitas comunidades praticam a Economia Solidária até mesmo sem conhecer esta modalidade, que tem se desenvolvido ao longo de muito tempo no mundo inteiro, e que grande parte dessas comunidades pode está dentro do ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O importante é que de forma precisa dentro das escolas seja federal, estadual ou municipal possamos falar do cooperativismo como perspectivas de conhecimento e aperfeiçoamento ou melhoramento de suas produções para fazer frente a uma economia que exclui de forma irracional as comunidades carentes, é possível que os educadores possam ser multiplicadores dessas formas de cooperação.

A Economia Solidária supõe que através da organização de trabalhadores em cooperativas, associações, grupos informais e outros, venham a contrapor ao modelo vigente de relações econômicas excludentes, em que se estabelecem os valores de posse coletiva e de gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito, sendo adequada às necessidades sociais e econômicas destes trabalhadores. A Economia Solidária constitui-se, portanto em estratégia voltada para fortalecer e estimular relações de cooperação, fator essencial para sustentabilidade dos processos de desenvolvimento (SINGER, 2000, p. 23).

Contudo o cooperativismo e Economia Solidária podem ser utilizados como perspectivas de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na tentativa de promover ações que possibilitem alternativas que garantam a sustentabilidade econômica das comunidades através dos conhecimentos transmitidos pelos educadores da EJA.

É importante que a prática possa ir além da teoria para só assim condicionar tanto os educandos e educadores da (EJA) como também as comunidades das quais esses educandos estão inseridos, apresentando oportunidades que possam oferecer uma melhoria da condição socioeconômica dos alunos para que eles continuem estudando e garantindo a sustentabilidade econômica dentro da sua própria comunidade, através do cooperativismo e Economia Solidária.

Mas para que isso aconteça, é importante destacar as experiências de associações e cooperativas, que desenvolve a Economia Solidária como meio de sobrevivência e sustentabilidade econômica, e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pode utilizar dessas experiências como instrumentos pedagógicos para o desenvolvimento das comunidades, seja rural ou urbana.

Na zona urbana de algumas cidades do Brasil é possível destacar exemplos de hortas comunitárias que tem aliado educação trabalho e renda para as comunidades, e essas experiências podem ser utilizadas dentro da EJA para estimular o desenvolvimento do cooperativismo e Economia Solidária para as comunidades de bairros periféricos que vivem expostos ao desemprego.

As práticas dessas atividades tem se multiplicado muito no país, porém, a falta de conhecimento desse tipo de economia, tem dificultado muitas vezes o desenvolvimento econômico das comunidades em virtude, da ausência de uma proposta que garanta de fato o conhecimento desse tipo de economia, porém a Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode contribuir através da aplicação dos conceitos do cooperativismo e Economia Solidária dentro da EJA.

Sendo assim Percebe-se que, cooperativismo, Economia Solidária, e Educação de Jovens e Adultos (EJA), há diversos pontos comuns entre si e ambos se relacionam em favor de uma causa que é a inclusão social, econômica, educacional e política, partindo desse contexto pressupõe-se que é possível desenvolver práticas econômicas de sustentabilidade baseadas nos conceitos do cooperativismo e da Economia Solidária que podem sim, ser utilizados como perspectiva de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Dessa forma os conceitos de cooperativismo e Economia Solidária devem ser inseridos como perspectiva de ensino dentro da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em aulas expositivas ou mesmo práticas, utilizando-se de vídeos, documentários, textos, revistas, trazendo experiências de cooperativas e associações que possa relacionar e contextualizar com disciplinas como: Matemática, Português e História para o desenvolvimento de atividades que possibilite os educandos da EJA interagir com o ambiente externo na criação de associações e cooperativas que possa contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica através da Economia Solidária no ensino da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível rever alguns aspectos do cooperativismo, Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos (EJA) tais como origem, evolução, e conceitos no mundo e no Brasil, além de constatar que o cooperativismo e Economia Solidária é uma necessidade para a geração de emprego e renda dentro do sistema capitalista.

Nesse sentido o cooperativismo e a Economia Solidária de modo geral têm acolhido grande parcela dos trabalhadores que se sustenta efetivamente das relações de cooperação e da autogestão, ganhando assim a simpatia de alguns setores econômicos da sociedade e propondo, sobretudo, alternativas que garantam o desenvolvimento sustentável como forma necessária para sobrevivência humana.

É importante ressaltar que o cooperativismo e Economia Solidária hoje, é realidade não só nos momentos de crises do próprio sistema capitalista, mas como alternativa real para o desenvolvimento econômico solidário, onde os trabalhadores buscam na cooperação e na autogestão a garantia sustentável para desenvolvimento econômico.

Este trabalho possibilitou identificar como os conceitos do cooperativismo e Economia Solidária podem ser utilizados perspectiva de ensino na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua importância para o desenvolvimento sustentável das comunidades que vivem expostos ao desemprego em virtude de uma proposta que contemple atividades que desenvolvam o cooperativismo e a Economia Solidária dentro da EJA.

Espera-se que este trabalho possa contribuir teoricamente através dos resultados que foram abordados, dando visibilidade para instituições ou agências de fomento e a pesquisa nesta temática, suscitando novos questionamentos e indagações pertinentes também por parte da sociedade civil organizada, além dos atores sociais interessados, visto ser assunto de inquestionável relevância.

Almeja-se que, na prática, aquele que se deparar com o presente trabalho encontre subsídios através de questionamentos e apontamentos nele contidos, pertinentes ao tema, especialmente no âmbito acadêmico, além de, claro, aos interessados no aperfeiçoamento da Educação de Jovens e Adultos e no cooperativismo e Economia Solidária.

Conclui-se também a partir da pesquisa que todos os envolvidos com a educação podem contribuir para o desenvolvimento do cooperativismo e da Economia Solidária através de projetos direcionados à educação, onde se possam colocar na grade curricular disciplinas como cooperativismo e Economia Solidária, garantindo assim conhecimento para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Espera-se que se tenha alcançado ainda uma outra pretensão deste trabalho que é a de fomentar o interesse e a pesquisa sobre o assunto, além do envolvimento de mais pessoas em todo esse processo de desenvolvimento social solidário.

7 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. S. **Economia Solidária e educação: experiências pedagógicas com Educação de Jovens e Adultos.** 2012. 53 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

BRASIL. MTE. **As Origens recentes da Economia Solidária no Brasil.** Disponível em: www.portal.mte.gov.br, acessado em: 12 out. 2013.

GALVÃO, A. M. O.; SOARES, L. J. G. História da alfabetização de adultos no Brasil. *In: ALBUQUERQUE, E. B.; LEAL, T.F. A alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, J. E. **Economia Solidária: solução eficiente para a agricultura familiar.** Disponível em: www.ecosol.org.br, Acesso em: 10 out. 2013.

HADDAD, S. PIERRO, M.C. di. Escolarização de Jovens e Adultos. *In: Revista Brasileira de Educação*, mai-ago, n.14, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, p.108-130, 2000.

LAMPREIA, L.F. **Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social.** Estudos Avançados, São Paulo, v.9, n.24, p.9-74, 1995. Disponível em: www.scielo.br, Acessado em: 05 de out. 2013.

NOVAES, H. **Os 8 pilares do Trabalho Associado.** Disponível em: www.fbes.org.br, Acesso em 02 de out. 2013.

POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas.** Atlas. 4. ed. 2004.

RIQUE, M. **Os Pioneiros de Rochdale e os Princípios do Cooperativismo.** Disponível em: www.cooperativismopopular.ufrj.br, Acessado em: 27 nov 2013.

RTS, Rede de Tecnologia Social. **Empreendimentos-Solidários**. Disponível em: www.rts.org.br, Acesso em 03/10/2013.

SILVA, A. A. **Política social e cooperativas habitacionais**. São Paulo: Cortez, 1992.

SINGER, P. israel. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Revista Estudos Avançados, v. 18, n. mai-ago. 2004.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (Orgs). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

SINGER, P. **Papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico**. Tese de livre docência, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1968.

SILVA FILHO, C. Virgulino. **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

SOUSA, L. S. **EJA**: uma educação possível ou mera utopia? Disponível em: www.cereja.org.br, Acessado em: 12 de out. de 2013.

VERGARA, S. Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

O currículo da Educação de Jovens e Adultos e a inclusão social na perspectiva da Economia Solidária

*Maria Veruska da Silva
Wiama de Jesus Freitas Lopes*

1 INTRODUÇÃO

Presenciamos, nessas últimas décadas, mais acertadamente, uma sociedade em constante e profunda transformação marcada pela exclusão social acentuada. Diante disso, a Educação de Jovens e Adultos - EJA, por vários anos, vem recebendo diretamente fortes influências e demandas vindas dos campos sociais, econômico e acadêmico. Com isso a mesma vem tentando se adaptar ao processo de globalização e mudanças referentes aos processos econômicos, políticos e sociais que incidem sobre o setor produtivo. E a Economia Solidária surge como uma alternativa ao modelo econômico vigente, visando à participação e igualdade de todos no que se refere à cidadania e à produção da sobrevivência humana.

Nesse sentido é possível propor um novo modelo de Educação de Jovens e Adultos, pensando-se que a Economia Solidária pode estar presente no currículo de EJA e assim favorecer a maximização da inclusão social atuando em uma prática social que venha incluir estes jovens e adultos desprovidos de oportunidades no cerne do contexto social atual, atendendo às exigências da globalização, dos avanços tecnológicos e às mudanças no mundo do trabalho e problematizando-os, não se esquecendo da sua formação para o convívio com a diversidade, pluriculturalidade e a construção da sua identidade e da sua cidadania.

A EJA configura-se como uma modalidade de ensino criada com a finalidade de atender às necessidades de jovens e adultos que por um motivo ou outro não tiveram acesso aos estudos regulares na “idade correta”. Estes jovens e adultos são indivíduos que, muitas vezes, sem perspectivas de futuro, se encontram desacreditados e excluídos pelo mercado de trabalho, envolvidos, em sua maioria, em trabalhos informais, e que buscam na EJA uma oportunidade de novas expectativas, novos caminhos, novas oportunidades.

Mas, será que o currículo proposto pela EJA, no momento atual, corresponde às expectativas dos que dele experimentam? Será que, em determinadas fases da vida, fase esta experimentada pelos jovens e adultos, estes precisam de aulas com conteúdos apenas didáticos e bem distantes de sua realidade? É nesse sentido que a modalidade de EJA deve contemplar um currículo que vise não somente uma educação compensatória, embasada em conteúdos didáticos, tentando recuperar os tempos perdidos de escola, mas uma educação emancipatória que lhes dê expectativas de bons resultados, resultados estes não somente de conhecimentos subjetivos, que os mesmos aprendam e somente isso, mas resultados práticos, ou seja, uma educação com base em conteúdos didáticos, mas com foco para a inclusão destes jovens e adultos no mundo do trabalho.

Nesse sentido, pensou-se na Educação de Jovens e Adultos aliada à Economia Solidária, pois ao mesmo tempo em que se educa, se prepara o indivíduo para o trabalho lhe dando, além de a oportunidade de se emancipar como cidadão através da educação, subsídios para a busca de uma vida melhor através das oportunidades e alternativas oferecidas pela Economia Solidária.

O interesse pelo tema se deu através de experiências como professora da modalidade EJA, pois tive a oportunidade de conhecer de perto a dificuldade enfrentada pelos professores em trabalhar com o currículo imposto à EJA, visto que há uma evasão considerável dos alunos como também um desinteresse acentuado pelos mesmos. Levando a acreditar que isso ocorre pela divergência entre o currículo oferecido pela EJA e o que os alunos de EJA precisam aprender.

Como aluna do curso de Especialização em EJA e ECOSOL e professora da modalidade EJA, acredito ser uma boa alternativa para uma possível reformulação no currículo de EJA, a introdução da ECOSOL visando romper com o princípio da educação compensatória e de conteúdos, e que contemple uma educação mais emancipadora e prática.

Para o desenvolvimento deste trabalho propomos os seguintes objetivos: Geral - Analisar o currículo da EJA em seus aspectos inclusivos quanto à Economia Solidária. Específicos: entender conceitualmente a EJA no que se refere às questões curriculares; verificar os pontos em que o currículo da EJA pode contemplar a inclusão social; compreender como o currículo da EJA contempla possibilidades de incorporação da economia solidária.

2 CURRÍCULO EM EJA

A UNESCO tem organizado uma série de reuniões internacionais intituladas CONFINTEA, que acontecem a cada 12 ou 13 anos desde o final da década de 40 (Dinamarca 1949, Canadá 1960, Japão 1972, França 1985 e Alemanha 1997). A conferência realizada na Alemanha, CONFINTEA V, é um marco no debate sobre educação de adultos e educação não formal, reafirmada na VI CONFINTEA realizada no Brasil em 2009. A Conferência de Hamburgo chamou a atenção para a educação de adultos e educação não formal como elementos indispensáveis para a educação ao longo da vida. Os dois documentos básicos adotados pelos delegados ao final da conferência enfatizaram a educação de adultos e a educação ao longo da vida como ferramentas fundamentais para responder aos desafios globais do século 21 em relação aos seguintes temas: democracia, paz e direitos humanos, respeito pela diversidade, resolução de conflitos, sustentabilidade econômica e ecológica e desenvolvimento da força de trabalho. (UNESCO, 2008).

A Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI foi encerrada com um apelo aos governos para levarem a diante, com senso de urgência e em ritmo acelerado, a agenda de educação e aprendizagem de adultos, e redobram os esforços para cumprir as metas de alfabetização determinadas em Dacar, em 2000. Essas medidas foram estabelecidas no Marco de Ação de Belém adotado após extensivas negociações durante a CONFINTEA VI. (UNESCO, 2009)

O Marco de Ação de Belém enfatiza que a educação e a aprendizagem de adultos desempenham um papel crítico para o enfrentamento dos desafios culturais, políticos e sociais do mundo contemporâneo e sublinha a necessidade de se colocar a educação de adultos em um contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável. Ele reconhece também que políticas efetivas de governança, financiamento, participação, inclusão, equidade e qualidade são condições necessárias para que jovens e adultos estejam aptos a exercer os seus direitos à educação. (UNESCO, 2009, p. 01)

Além desses debates mundiais promovidos pela UNESCO, parcerias com algumas universidades brasileiras acerca da Educação de Jovens e Adultos selecionam e discutem alguns temas transversais considerados necessários para a adequação da Educação de Jovens e Adultos no cerne da inclusão social. Com isso almeja-se um currículo na EJA que busque alfabetizar dando acesso à cultura escrita e à informação, que aconteça como prática social e não apenas transmissão vertical de conteúdos, que possa transformar a linguagem escrita e falada em conhecimento e aprendizagem levando em consideração o contexto atual, a pluralidade cultural destes jovens e adultos. Para enfatizar isto “as discussões teóricas e as pesquisas foram intensificadas, buscando redefinir as relações entre língua oral e língua escrita e os vínculos entre língua escrita e contexto de uso” (SCOCUGLIA, 2010, p. 19).

Outro ponto debatido é a questão de proporcionar uma EJA que prepare o jovem para o trabalho, nisto, deve-se pensar em um currículo em EJA que atenda as expectativas destes

jovens e adultos em relação à busca de um trabalho, ou ainda, melhorar suas condições de trabalho, pois estes jovens, estudantes da EJA, são pessoas despreparadas profissionalmente, considerando-se que no seu decurso de vida tiveram de adentrar em atividades informais que não necessitavam de conhecimentos escolares, mas que se faziam necessário em suas vidas. Mas com os avanços tecnológicos e com as exigências da globalização, estes jovens precisam desta educação preparadora e igualitária. E não apenas uma educação que possa minimamente compensar seus anos escolares perdidos. Mas uma educação que lhes possa proporcionar um melhor trabalho que se traduzirá em uma melhor qualidade de vida e sua inserção na sociedade do contexto atual, tomando-se, como destaca Scocuglia,

O “trabalho como princípio educativo” e seus antecedentes históricos, especialmente quanto à superação da teoria do capital humano com o devido reconhecimento dos níveis de pauperização da população e a necessária vinculação da formação educacional com a produção (2010, p. 22)

É recorrente a luta pela cidadania e direitos humanos, isso não é diferente dentro dessa modalidade de educação; o perfil básico dos estudantes da EJA informa que em sua maioria são sujeitos totalmente ou parcialmente excluídos do mundo do trabalho e da cidadania ativa. Para que os objetivos sejam alcançados é preciso verdadeiramente favorecer e estar aberto ao diálogo, procurar fundamentalmente, incorporar a formação cidadã nos currículos voltados à EJA, aniquilar o predomínio da Pedagogia vertical e o conservadorismo de alguns grupos. Em concordância com isto, Scocuglia nos diz que:

Os campos onde os direitos básicos dos seres humanos continuam a ser denunciados, reiteradamente, são aqueles que têm como sujeitos os jovens e adultos excluídos do mundo do trabalho e da construção da cidadania ativa, ou neles inseridos de forma precária e subalterna. (2010, p. 23)

Surge também a enorme necessidade de uma EJA voltada para a inclusão da interculturalidade presente nos sujeitos do campo ou comunidades étnicas (Índios, por exemplo) levando em consideração o contexto vivido e trazendo em seu currículo e metodologia propostos que visem com os recursos disponíveis proporcionar uma aprendizagem e sua inclusão no mundo do trabalho respeitando sua diversidade, particularidade e identidade para que possam alcançar a igualdade e o reconhecimento real de seus direitos.

Outra realidade na Educação de Jovens e Adultos é a grande procura dos jovens pela modalidade, jovens estes que talvez não tenham tido condições e oportunidades de seguir no ensino regular pelo fato de trabalharem o dia todo e somente à noite encontram a chance de estudar na EJA, que também passa por um processo de discriminação por ser oferecido em sua maioria à noite e excluindo o público de jovens e adultos que só podem estudar durante o dia. Estes jovens que procuram a EJA são justamente os profissionais que as exigências da globalização esperam. Dessa forma o currículo da EJA deve oferecer uma educação voltada a sua formação profissional proporcionando uma maior participação do jovem na cidadania e sua preparação para o mundo do trabalho. Isso através da formação de professores capacitados e políticas educacionais engajadas nesses objetivos. Estas e as mudanças no mundo do trabalho como também as buscas pela garantia dos direitos de cidadania e a inserção do jovem na sociedade da informação e da comunicação apresentam-se como os desafios enfrentados com a educação dos jovens que integram as camadas sociais excluídas. (SCOCUGLIA, 2010)

A Educação de Jovens e Adultos é uma arena de discussões que traz as marcas de uma exclusão social visível e é também através de seu repensar igualitário, transformador, pluricultural e de uma prática social não mecanicista e não elitista que se pode levar a uma inclusão social propriamente dita.

Tendo em vista que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos objetiva formar cidadãos críticos e participativos para sua inserção na sociedade atual, que é uma sociedade complexa e marcada pelo avanço tecnológico e pelas mudanças no campo do trabalho, se faz necessário uma revisão curricular da EJA que venha a atender de forma específica as necessidades daqueles que a procuram. Para tanto, se faz necessário a qualificação dos profissionais atuantes na referida modalidade.

É necessário desfazer o pensamento de uma Educação de Jovens e Adultos compensatória e pensar em um currículo para a EJA como prática social, não apenas como a transmissão de conteúdos, mas levando em consideração o contexto social do sujeito respeitando a diversidade, pluriculturalidade, identidade e desfazendo qualquer prática discriminatória.

Assim, é necessário que o currículo em EJA se concretize determinando as exigências do desenvolvimento econômico, a equidade social e favorecendo, de uma vez por todas, a cidadania, a formação de cidadãos críticos e atendendo às exigências do mundo do trabalho numa perspectiva problematizadora.

2.2 Economia Solidária e Inclusão Social

Conforme Vivian (2010), muitas denominações são utilizadas para representar diferentes experiências econômicas populares, como: “Economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, associativa, informal, subterrânea, invisível, submersa...”, mas todas refletindo iniciativas de base comunitária, popular. Iniciativas que se traduzem como atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidade de superar a exclusão econômica e social.

A Economia Solidária carregando em si diferentes nomenclaturas, tais como economia solidária, economia de comunhão, socioeconomia solidária, economia de proximidade, economia solidária popular e outras, vêm se apresentando, em todo mundo, em condições de assegurar sobrevivência e qualidade de vida à grande parte da população trabalhadora, às margens da concentração de renda. Economia que se pauta por princípios definidos em vários encontros e que, apesar da diversidade de origem e de aspectos culturais, são marcantes: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. (MELO NETO, 2010). Dessa forma, para Singer (2005, p. 03),

A Economia Solidária apresenta-se como alternativa capaz de superar o capitalismo (mas que não necessariamente representa essa intenção) e retomar a questão do trabalho como prática inerente do ser humano e não como tarefa alienante. Desse modo, a Economia Solidária é uma alternativa à precarização do emprego ou a exclusão deste no quadro que se configura a partir da reestruturação capitalista, principalmente, pelo fato da inserção da robótica e da computação nos meios de produção. Ainda, de um lado coloca-se como uma via para a superação das relações sociais de produção capitalista; de outro, mantém-se presa destas relações pela necessidade de relacionar-se com o mercado, no qual vende e compra seus produtos.

Para Tiriba (1998) a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo. Mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e trabalho. A Economia Solidária nesse contexto, não só é uma possibilidade de gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

A economia solidária surge na figura de associação e cooperativa, ou seja, uma reunião de pessoas que possuem interesses e necessidades econômicas, sociais e culturais em comum, utilizando uma atividade econômica específica e sua propriedade coletiva para suprir suas demandas de forma autogerida. Este novo ator político e econômico concede os instrumentos necessários aos indivíduos para que eles se tornem protagonistas dentro da ordem econômica instalada, deixando de lado a fatal exclusão social, que os acompanhariam caso não estivessem dentro de um arranjo societário, criando empregos e rendimentos e satisfazendo suas necessidades. Desta forma, a atividade econômica desenvolvida pela economia solidária se encontra em condições mais vantajosas do que elas seriam se desenvolvida individualmente. (MOITA, 2011)

Na opinião de Paul Singer, a economia solidária é a maior expressão de democracia na organização econômica. Na economia solidária, ninguém manda e ninguém obedece. É a igualdade máxima: todos participando dos mesmos direitos, com as mesmas obrigações. Ela é democracia do início até o fim. (FEITOZA, 2012)

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho trata-se de um estudo de abordagem qualitativa do problema estudado, pois “não emprega um instrumental estatístico como base de um processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas”. (RICHARDSON, 1985, p. 38). É nesse sentido que Silva e Menezes (2001, p. 02) vêm corroborar para um melhor entendimento referente à abordagem qualitativa, para estas autoras, a abordagem qualitativa este método “Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente”.

Assim, a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social. (RICHARDSON, 1985)

A pesquisa possui um caráter descritivo visando descrever as características do fenômeno em estudo ou estabelecer relações entre variáveis. (SILVA e MENEZES, 2001). E ainda a característica de uma pesquisa analítica, a qual envolve o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto de um fenômeno. Elas podem ser categorizadas em histórica, filosófica, revisão e meta-análise. (CERVO e BERVIAN, 1983)

Pensou-se numa pesquisa bibliográfica usando como recursos documentos já publicados à luz da literatura básica sobre EJA, Currículo e Economia Solidária visando à busca da compreensão do objeto em estudo e o alcance dos objetivos propostos.

Nesse sentido entende-se por pesquisa bibliográfica o método que procura auxiliar na compreensão de um problema a partir de referências publicadas em documentos, buscando conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema. (CERVO; BERVIAN, 1983)

As fontes utilizadas para o desenvolvimento do estudo tratam-se de livros, textos indicados pelos professores em sala de aula, textos impressos presentes nos módulos do material do curso e artigos publicados na internet.

Na categoria EJA, Strelhow (2010), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 e a Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000 foram de essencial importância para que pudesse chegar ao entendimento sobre a categoria EJA e o percurso histórico no Brasil.

Sobre os estudos de currículo, Benthó (2010), Pacheco (2003), Costa (2005) e Brasil (2007) trouxeram suas contribuições no sentido de explicar o conceito de currículo não somente em sentido formal, mas também como um artefato social e histórico. E Fernandes (2005) e

Scocuglia (2010) complementaram com suas discussões sobre o currículo em EJA, contribuindo, assim para o entendimento do currículo como um instrumento, que dependendo da óptica, pode atuar como um instrumento de inclusão ou exclusão dos que dele fazem parte.

Nas discussões sobre Economia Solidária e Inclusão Social, Vivian (2010), Singer (2005), Tiriba (1998) e Melo Neto (2010) contribuem com suas ideias a fim de explicar um pouco sobre a exacerbação do capitalismo, apontando suas características que justamente dará espaço para o surgimento da economia solidária como alternativa ao capitalismo, ao mesmo tempo em que os autores oferecem alguns conceitos. E Moita (2011) e Feitosa (2012) trazem suas ideias no sentido de caracterizar a economia solidária, mostrando as formas que esta se apresenta e trazendo nas entrelinhas a sua relação com a inclusão social.

No que diz respeito à relação entre EJA e ECOSOL, temos as contribuições de Kruppa (2005), Corrêa (1998), Tiriba (2004) e Vivian (2005) na tentativa de apontar os pontos de intersecção entre esses dois eixos.

4 EJA E ECONOMIA SOLIDÁRIA: POSSIBILIDADES DE INTERSECÇÕES

Neste capítulo do trabalho, refletiremos sobre as possíveis aproximações entre dois eixos: Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, analisando os pontos de intersecção entre ambos.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação que foi criada com a finalidade de atender as necessidades educacionais de jovens e adultos que por diversos motivos, tais como falta de acesso à escola, inadequação a esta, necessidade precoce de trabalho, entre outros, não puderam dar início ou concluir seu processo de escolarização na idade regular. Esta modalidade de ensino, ultimamente, tem sido alvo de algumas reflexões e ações que põem em xeque algumas concepções acerca de suas propostas curriculares.

A Economia Solidária é um modelo de economia que surge como alternativa ao modelo capitalista, possuindo princípio e finalidades opostas ao capitalismo. A Economia Solidária é baseada na autogestão, na cooperação, no bem comum, na solidariedade. Nesse sentido a intersecção entre esses dois eixos promove a possibilidade de um pensar para além das formas tradicionais em que tem sido postas as relações entre educação e trabalho.

O atual mundo do trabalho encontra-se em uma constante crise, com as imposições do modelo econômico vigente levando os trabalhadores a buscarem formas de enfrentamento. A EJA e a Economia Solidária constituem-se em duas vertentes de buscas para operar esse enfrentamento por parte dos trabalhadores.

Essa reação dos trabalhadores impõe-se aos que pensam a transformação da sociedade, dando urgência à mudança da concepção que norteia escolas e práticas educativas, que podem ser desencadeadas, talvez de forma intuitiva, dando chance para pensar no novo que se está fazendo no curso do próprio fazer. Organização, currículo, formas e possibilidades de agrupamentos, os espaços de falas e de silêncios, o tempo, o conhecimento, são muitos aspectos a serem considerados. (KRUPPA, 2005, p. 26)

Programas de educação de jovens e adultos de sistemas públicos de educação têm procurado superar a fragmentação curricular, organizando-se de forma temática, conforme proposta de Paulo Freire. Mas é preciso um passo a mais. A população no campo e na cidade vem buscando formas coletivas de enfrentamento da crise do mundo do trabalho. Mais do que se constituírem em temas geradores ou transversais, essas formas coletivas de organização deveriam ser tomadas como centros constitutivos da proposta educacional para que o conhecimento escolar pudesse consolidar outras formas de relação entre educação e trabalho, apontado para a construção de alternativas ao desenvolvimento econômico e social desses grupos. (KRUPPA, 2005)

Assim, podemos entender as possibilidades da escolarização para o trabalhador como algo além da instrumentalização do ler, escrever e contar. Deste modo, de acordo com o pensamento de Corrêa,

A Educação Básica de adultos, ainda que nos pareça apontar apenas para o domínio do alfabeto, da grafia e da leitura, obrigatoriamente nos leva para uma outra instância: aquela que vai mais além da atividade ligada à língua mas, também às relações de ordem social, econômica, política e cultural à qual pertencemos. (1998, p. 11)

O cenário do desemprego estrutural tem excluído muitos sujeitos da economia capitalista mundial. Ao mesmo tempo em que isso acontece, essa situação tem levado os setores populares a resistir e a desenvolver formas alternativas de geração de trabalho e renda para garantir a estes sujeitos desempregados sustentabilidade e sobrevivência. Ou seja, os setores populares têm constituído iniciativas econômicas como resposta a este cenário. Origina-se e reforça-se aí a possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho. Neste sentido, certamente podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA, e na educação em geral, que represente uma nova relação que se estabeleça na conexão da educação com o trabalho visando um novo trabalhador, formado a partir e no contexto das mudanças do mundo do trabalho capitalista. (VIVIAN, 2005).

É neste sentido que esta crise no mundo do trabalho nos leva a pensar em outras possibilidades de trabalho além do trabalho assalariado proposto pelo capitalismo, considerando-se que existem outros processos produtivos além do capitalismo.

O trabalho cooperativo, inserido na chamada Economia Solidária, vincula-se à noção do coletivo, da solidariedade, da autogestão, porque, teoricamente, é gerido com a participação igualitária de todos os membros, que detêm o mesmo poder decisório e igualdade na apropriação dos resultados do trabalho. Como observado, esse movimento pode revelar-se em uma ação caracterizada como contra-corrente, como contraditória às relações sociais evidenciadas na sociedade, como oposição à cooperação subordinada, e está de acordo com as bases pedagógicas construídas a partir de uma educação popular e emancipatória. (VIVIAN, 2005, p. 08).

É justamente esta educação popular e emancipatória, pautada e focada em proporcionar o melhor para o trabalhador, uma educação que valoriza a palavra do educando e os seus saberes de vida e do trabalho como fundamentais no processo de formação integral e trabalha com o espírito de solidariedade e cooperação contribuindo assim para a possibilidade de se superar o vínculo da formação do trabalhador somente para o mercado globalizado, assalariado, excludente e altamente competitivo. E mais, uma educação com “práticas que expressam um fazer pedagógico comprometido com a crítica à concepção utilitarista da educação como fator de produção” (TIRIBA, 2004, p. 27). Isso contribui também para romper com a lógica de que nascemos para vender a nossa força de trabalho assalariada, como se esta fosse a única forma de trabalho existente.

Neste caso, é salutar que a Economia Solidária adentre na educação e se beneficie positivamente desta como fez a economia capitalista, que embebeu o conjunto das instituições no seu fazer, porque não é só a produção capitalista em si que deve ser mudada, é a produção e a reprodução da vida que devem estar pautadas por novos valores. A Economia Solidária é um meio no atual contexto social que propõe a igualdade de condições e o direito à diferença. Igualdade de condições que elimina a sociedade hierárquica, propondo uma sociedade marcada por relações democráticas, onde as diferenças entre os indivíduos possam acontecer sem gerar desigualdades. É, portanto, uma economia com defesa da igualdade e da inclusão de todos, não postulando, contudo, a defesa do idêntico. Uma economia que considera que as pessoas são diferentes e devem ter espaço para o exercício de suas diferenças. (KRUPPA, 2005).

Portanto, a aproximação entre os dois eixos educativos que aqui investigamos, educação de jovens e adultos e uma alternativa de geração de trabalho e renda, reflete-se como possível e capaz de construir novas bases para a educação e o trabalho. Essa aproximação é um caminho para a transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada. (VIVIAN, 2005)

Essa relação se traduz como um movimento que colabora na formação humana do sujeito, pois uma educação que procura desenvolver a autonomia intelectual, moral e social é uma educação comprometida com uma prática emancipatória e com um projeto democrático de sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola como espaço, por excelência, da aprendizagem da cidadania e não somente do que está legitimado como saber escolar pela classe dominante. A intenção de auxiliar na constituição da cidadania, do trabalho coletivo, da transformação da realidade, da conscientização, demonstra o direcionamento ideológico e político desta forma de ensino.

Tendo em vista que a modalidade da Educação de Jovens e Adultos objetiva formar cidadãos críticos e participativos para sua inserção na sociedade atual, sociedade esta complexa, marcada pelo avanço tecnológico e pelas mudanças no campo do trabalho se faz necessário, uma revisão curricular da EJA que venha a atender de forma específica as necessidades daqueles que a procuram. Para tanto, se faz necessário a qualificação dos profissionais atuantes na referida modalidade.

É necessário desfazer o pensamento de uma Educação de Jovens e Adultos compensatória e pensar em uma EJA como prática social levando em consideração o contexto social do sujeito, respeitando a diversidade, pluriculturalidade, identidade e desfazendo qualquer prática discriminatória, ao tempo em que o prepara para produzir sua sobrevivência moral.

Uma educação progressista em EJA, que valorize o ser humano em sua pluralidade, nos seus saberes de vida e preocupação com o coletivo do qual este educando faz parte aponta para um trabalho configurado sob a ótica da emancipação, da compreensão da educação como ato permanente, dialógico, e da valorização do sujeito como ser social, perfeitamente coerente e oportuno para e com a Economia Solidária. Estas bases contemplam uma opção, um entendimento de que a educação pode estar a serviço de um outro mundo possível, assim como esta é uma luta da economia solidária.

Que a Educação de Jovens e Adultos se concretize determinando as exigências do desenvolvimento econômico, a equidade social favorecendo de uma vez por todas a cidadania, a formação de cidadãos críticos e atendendo às exigências do mundo do trabalho, nas condições de proporcionar a emancipação e a solidariedade e a sua autonomia econômica, do que dela experimentam.

6 REFERÊNCIAS

BENTHO, E. **EJA: Currículo e Desafios**. Disponível em: www.educarvivereaprender.blogspot.com.br, Acesso em 15 de maio de 2013.

BRASIL, Secretaria da Educação Básica. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** – Brasília, Ministério da Educação, 2007.

BRASIL, Cristiane Costa. 2012. **História da alfabetização de adultos: de 1960 até os dias de hoje**. Disponível em: www.ucb.br, Acesso em 25 de agosto de 2013.

- BRASIL. **Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. (1983) **Metodologia Científica:** para uso dos estudantes universitários. 3.ed. São Paulo : McGraw-Hill do Brasil.
- CORRÊA, L. O. R. 1998. **Economia Popular, Solidária e Autogestão:** o papel da Educação de Adultos neste novo cenário. Disponível em: www.ufrgs.br, Acesso em: 15 de setembro de 2013.
- COSTA, M. V. **O currículo nos limiares do contemporâneo.** 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- FEITOSA, V. 2012. **Economia solidária:** caminho para inclusão social e superação da crise global. Disponível em: www.mds.gov.br, Acesso em 15 de setembro de 2013.
- FERNANDES, D. G. Estudantes de camadas populares e a questão do fracasso escolar: considerações a partir do pensamento de Pierre Bourdieu. *In:* CALADO, A. J. F.; SILVA, A. M. T. (Orgs.) **Cidadania no horizonte do trabalho:** reflexões sócio-históricas e pedagógicas.. João Pessoa: Ed. Ideia/Edições FAFICA, 2005.
- HAMZE, A. 2012. **Escola Nova e o movimento de renovação do ensino.** Disponível em: www.educador.brasilecola.com, Acesso em: 30 de setembro de 2013.
- KRUPPA, S. M. P. Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005.
- MELO NETO, J. F. 2010. **Educação Popular em Economia Solidária.** Disponível em: www.ufpa.br, Acesso em 25 de julho de 2013.
- MOITA, S. 2011. **Economia solidária:** alternativa de inclusão social. Disponível em: www.folha.uol.com.br, Acesso em 13 de agosto de 2013.
- PACHECO, J. A. **Teorias curriculares:** políticas, lógicas e processos de regulação regional das práticas curriculares. Disponível em: www.webs.ie.uminho.pt, Acesso em: 30 de setembro de 2013.
- PRESTES, E. T. (Orgs.). **A aprendizagem ao longo da vida e a educação de jovens e adultos:** possibilidades e contribuições ao debate. - João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1985.
- SCOCUGLIA, A. C. **A Educação de Jovens e Adultos na História do Tempo Presente.** *In:* DINIZ, Adriana Valéria Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** 3a edição revisada e atualizada. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Laboratório de Ensino a Distância. 2001.
- SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In:* KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Inep, 2005.
- STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010.
- TIRIBA, L. Economia Popular e Produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e Crise do Trabalho:** perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 189-217.
- TIRIBA, L. Ciência Econômica e Saber Popular: reivindicar o “popular” na economia e na educação. *In:* TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Orgs.). **Trabalho e Educação:** arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2004.

UNESCO, 2008. **Fórum Internacional de Sociedade Civil: preparando-se para a VI CONFINTEA**. Disponível em: www.unesco.org, Acesso em 30 de setembro de 2013.

UNESCO, 2009. **CONFINTEA VI é encerrada com apelo por mudanças efetivas na Educação de Adultos**. Disponível em: www.unesco.org, Acesso em 30 de setembro de 2013.

VIVIAN, D. **A Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária**. Disponível em: www.anpae.org.br, Acesso em 20 de maio de 2013.

O enfoque da Economia Solidária na(s) turma(s) de EJA no município de Santa Cruz-PB

*Marcela Ferreira Lopes
Vorster Queiroga Alves*

1 INTRODUÇÃO

O universo educacional que envolve a EJA (Educação de Jovens e Adultos) é passível de vários estudos. Detentora de particularidades, a mesma não pode ser cotejada com o ensino regular e muito menos com a alfabetização de crianças, pois os alunos inseridos nessa modalidade possuem características e saberes diferenciados, mesmo em sua maioria considerados à margem da sociedade.

Ao contrário do que se pensa, o sujeito que faz parte de tal modalidade é um ser ativo, um (re) produtor da sociedade, da cultura na qual ele está inserido e jamais um ser desprovido de saber. Consta-se que as salas de aula são bastante diversificadas; constituídas na maioria de agricultores, domésticas, desempregados, manicures, mecânicos entre outros. São trabalhadores (muitas vezes inseridos no trabalho informal) que buscam superar condições de vida precárias. A educação soa para eles como uma grande oportunidade de ascensão na vida que agrega melhorias profissionais.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº. 9.394/96), no Art. 37, § 1º, observa-se que a EJA dispõe ações para dar oportunidades educativas adequadas, considerando as “características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho”. Ou seja, a modalidade deve sempre priorizar conteúdos que se relacionem com a realidade do educando, considerando os conhecimentos prévios surgidos das experiências de vida que cada sujeito possui. Em linhas gerais, constitui em uma modalidade da educação básica destinada a aqueles que por diversos fatores não concluíram em tempo hábil o ensino regular.

Também é importante frisar a flexibilidade curricular, pois só assim, permite o acesso e a permanência do educando na EJA. Para tanto, é preciso que haja respeito ao seu tempo de aprendizagem, adequando uma metodologia condizente com seu cotidiano e sua cultura respectivamente.

A intenção deste trabalho, não é trazer receitas, mas possibilitar um momento de discussão, apropriando-se de autores, referências, conteúdos educacionais que contribui para um melhor entrosamento da Economia solidária dialogando em conformidade com a Educação de Jovens e Adultos. Esse dialogar significa procurar o entendimento dessas modalidades inseridas em um espaço capitalista onde a dominação do capital/lucro impera.

Partindo dessa premissa, a problemática levantada é a seguinte: **as turmas de EJA na cidade de Santa Cruz considerando os conteúdos programáticos de suas respectivas disciplinas existentes na grade curricular possuem enfoque na Economia Solidária?**

Com o intuito de responder tal questionamento tem-se como objetivo geral: Verificar o enfoque da Economia Solidária nos conteúdos programáticos das turmas de EJA no município de Santa Cruz-PB.

Os objetivos específicos são: Levantar dados sobre a Economia Solidária na EJA; Identificar ações de Economia Solidária nas turmas de EJA e Descrever o conteúdo programático das disciplinas abordadas nas turmas de EJA.

Em um mundo que se vivencia o consumo exacerbado, a valorização do capital no capitalismo, acarretando assim a competição e conseqüentemente à individualização do ser humano como também a desvalorização dos recursos naturais, bem como sua degradação,

ocasionando impactos muitas vezes imprevisíveis que se prolongam para as gerações futuras, o trabalho procura pesquisar acerca das possibilidades que envolvem o estudo da Economia Solidária no âmbito da EJA.

Percebe-se que a educação de jovens e adultos sofre demasiadamente com a exclusão social. Sujeitos que passam muitas vezes despercebidos, que são explorados, que não são donos dos meios de produção, estão fadados ao fracasso. É a partir dessa exclusão sofrida pelos educandos que surge a Economia Solidária considerada outra economia Singer (2005) como um caminho a ser seguido para a superação do sistema econômico vigente. A economia da solidariedade surge como uma ligação que considera a educação e o trabalho, ocasionando um desenvolvimento local, fundamental em resposta para o desemprego. A escolha do tema o enfoque da Economia Solidária na(s) turma(s) de Educação de Jovens e Adultos no município de Santa Cruz-PB, originou-se, pela curiosidade em saber se nas turmas dessa modalidade existe algum ensino que contemple a temática da Economia Solidária. O objeto de estudo desse trabalho parte da análise dos conteúdos programáticos de cada disciplina de modo que, possibilite aos educandos a verdadeira reflexão e a compreensão da atual conjuntura apresentada do meio em que vivem.

1.1 Educação de jovens e adultos: História (contexto), conceitos e desafios

Na década de 1940 o Brasil possuía altos índices de analfabetismo, criou-se então um fundo de amparo para a alfabetização da população adulta. Posteriormente com a criação da UNESCO a mesma solicitou aos países – dentre eles o Brasil- a grande necessidade de se educar os adultos analfabetos. Com isso o governo lançou a 1º campanha que além de oferecer alfabetização e elevando os níveis educacionais, contemplava à capacitação profissional. Nesse sentido a diretriz curricular nacional para a educação de Jovens e Adultos (2000 p. 41) ressalta que tal campanha voltada principalmente para o meio rural “previa uma alfabetização em três meses e a condensação do curso primário em dois períodos de sete meses. A etapa seguinte da ação em profundidade se voltaria para o desenvolvimento comunitário e para o treinamento profissional”.

Nesse período destaca-se que o analfabetismo era considerado como causa do subdesenvolvimento brasileiro na época. Inicia-se então uma preocupação, um olhar específico voltado à educação de adultos. Uma mobilização nacional que tinha por objetivo investir na educação para solucionar problemas advindos da sociedade. A imagem que se tem desses educandos é de sujeitos incapazes e marginalizados. Piletti (1991, p. 218), relata que é nesse momento que surge “diversas campanhas no sentido de diminuir o analfabetismo que atingia mais de 50% da população como também a ampliação e a melhoria do atendimento escolar”.

Na década 1960, surge a imagem de Paulo Freire, educador considerado adepto da linha marxista. Em 1961 já com o método estruturado e consolidado, o mesmo enfatiza a referida alfabetização desses educandos excluídos do âmbito educacional. A educação sob o viés Freireano tinha/tem por objetivo a formação de sujeitos politicamente críticos e conscientes, pautado no diálogo. Mais uma vez Piletti (1991, p.225) relata que tal método “[...] é a adequação do processo educativo às características do meio. [...] começava por localizar e recrutar os analfabetos residentes na área escolhida para os trabalhos de alfabetização”.

O Brasil passava por transformações de âmbito político e econômico. Posteriormente, criou-se em 1967 a fundação MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) proposta pela Lei nº 5.692/71. Esse programa de alfabetização que era controlada pelo governo- na época ditatorial- enfatizava somente técnicas de leitura, escrita e cálculo, excluindo toda a possibilidade de uma educação voltada para o senso crítico e questionador. É bastante evidente que o MOBREAL de uma maneira geral contemplava somente interesses do Estado, além de ser uma forma de “maquiar” a realidade estudantil brasileira. Até meados da década de 1980 o MOBREAL

não parou de crescer, abrangendo assim todo o território nacional vindo a diversificar a sua atuação. Dessa forma Vieira (2007, p.14) afirma que o MOBREAL “constituía um dos grandes projetos de impacto dos governos militares. Em meio ao grande alarido ufanista do chamado milagre Brasileiro, pretendia eliminar o analfabetismo do país em apenas uma década”, o que não aconteceu.

Em seguida veio a ser extinto e originando em 1985 a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos- EDUCAR observa-se que tal programa, detém intenções específicas de alfabetização e mais uma vez se implanta de maneira ineficiente e duvidosa não correspondendo às necessidades dos educandos comparando-se dessa forma ao modelo anterior. Seu fim se deu nos anos de 1990 no então Governo de Fernando Collor de Melo. Vale também ressaltar que a Constituição Federal de 1988 dispõe nos artigos, 208, I e 214, I, muitos avanços importantes para a EJA⁷.

Em seguida surgiu o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania) implantado e executado em pouco tempo (dois anos). Cabe enfatizar que o desafio maior que envolveu a referida modalidade registra-se nos anos 1990 que se deu uma maior importância ao reconhecer a EJA como um instrumento fortalecedor da cidadania e formação cultural da população. Com base em conferências realizadas durante a UNESCO pode-se compreender melhor o sentido da EJA ao analisar Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos na qual se manifesta da seguinte maneira;

Denota o conjunto de processos educacionais organizados seja qual for o conteúdo inicial nas escolas, faculdades e universidades, bem como estágios profissionais por meio dos quais pessoas consideradas adultas pela sociedade a que pertencem desenvolvem suas habilidades, enriquecem seus conhecimentos, melhoram suas qualificações técnicas ou profissionais ou tomam uma nova direção e provocam mudanças em suas atitudes e comportamentos na dupla perspectiva de desenvolvimento pessoal e participação plena na vida social, econômica e cultural, equilibrada e independente; contudo, a educação de adultos não deve ser considerada como um fim em si, ela é uma subdivisão e uma parte integrante de um esquema global para a educação e a aprendizagem ao longo da vida (retirado da recomendação de Nairóbi sobre o desenvolvimento da Educação de Adultos, UNESCO, 1976, p.2).

Diante de tal conceito, percebe-se a exata proposta educacional dessa modalidade, que é um conjunto de procedimentos que os respectivos educandos atravessam com o intuito de melhorar seus conhecimentos ao lado de suas experiências individuais de vida. Os conteúdos ministrados na escola possibilitam o desenvolvimento de competências e/ou habilidades que venham em seguida a se agregarem com as existentes de intensidade, percursos, e propostas das mais variadas.

No decorrer do processo, surgiram os chamados Fóruns estaduais da EJA, e posteriormente a V CONFINTEA considerada como um marco expressivo em torno da temática da EJA. É o que podemos constatar em Vieira (2007, p.20) quando afirma que

a V CONFINTEA representou um marco significativo, não apenas pela sua representatividade, mas pela reafirmação de compromissos formais com o desenvolvimento da educação de adultos. Diversamente das conferências anteriores, foram firmados compromissos numa Agenda para o Futuro, elaborando-se uma estratégia de ação. A Declaração de Hamburgo, aprovada na V CONFINTEA, afirma que cabe à EJA suscitar a autonomia e o sentido de responsabilidade nos indivíduos e comunidades para que sejam capazes de lidar com as mudanças socioeconômicas e culturais ocorridas na contemporaneidade.

⁷ A educação de adultos passa então a ser chamada Educação de Jovens e Adultos.

Nesse sentido, a educação de adultos desempenha um papel bastante relevante. A respeito de tal importância dada a V CONFINTEA a mesma adota um conceito amplo para a Educação de Jovens e Adultos compreendendo como um

[...] Processo de aprendizagem formal ou informal, onde pessoas consideradas ‘adultas’ pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas ou profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as da sociedade [...] (Art. III, da Declaração de Hamburgo Sobre Educação de Adultos).

Pode-se constatar que a respectiva educação acontece em múltiplos processos sejam estes considerados formais e/ou informais, ou seja, saindo dos muros institucionais, perfazendo ampliação nos diversos âmbitos compreendidos da vida social. Entre outras afirmações também corrobora para um novo sentido para as práticas da EJA excluindo a perspectiva compensatória na qual se designava tempos atrás.

Nos anos subsequentes, observam-se mudanças de cunho político no país. Para tanto, a RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. A EJA juntamente com a educação infantil, ensino fundamental e médio é considerada também como educação básica. O art.2° da resolução acima enfatiza

a presente Resolução abrange os processos formativos da Educação de Jovens e Adultos como modalidade da Educação Básica nas etapas dos ensinos fundamental e médio, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em especial dos seus artigos 4º, 5º, 37, 38, e 87 e, no que couber da Educação Profissional.

Posteriormente, a mesma resolução apresenta como a educação de jovens e adultos está estruturada obedecendo assim a LDB (lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) é o que afirma o art. 18;

Respeitando o Art. 5º desta resolução, os cursos de educação de Jovens e Adultos que se destinam ao ensino fundamental deverão obedecer em seus componentes curriculares aos Arts. 26, 27, 28 e 32 da LDB e às diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental.

Isso vem a evidenciar que a educação passa a ser de fato para todos e que é preciso uma política pública com a finalidade de atingir de uma vez por todas a população. Não obstante, para que esses sujeitos (jovens e adultos) tenham direito a respectiva educação é preciso atentar para alguns requisitos analisados como obrigatórios. Observa-se que a idade mínima para que pessoas sejam matriculadas na EJA é de no mínimo quinze anos completos. É o que ressalta a LDB no art.38, § 1º, I: “no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de quinze anos.” Nesse caso considera-se de extrema importância, pois corrobora com a garantia que esta modalidade chegue para os que necessitam realmente.

Vale ressaltar que cada sistema de ensino possui autonomia no que tange ao cumprimento da EJA. Cabe aos mesmos a elaboração e/ou execução das aulas como também seu período de duração.

Convém destacar que o professor é considerado como mola mestra e uma das partes fundamentais do processo ensino - aprendizagem, seu papel é de importância impar, um profissional voltado para o universo da EJA além de tais exigências formativas a qualquer educador é necessário também atender especificidades de tal modalidade. Pois cabe a ele o despertar, a aspiração de aprender no alunado para que seus conhecimentos sejam aprimorados e que

possa ser aplicado no cotidiano de cada um. Isso não só na EJA como em qualquer nível ou modalidade. É o que ressalta a LDB em seu art. 22: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

O professor da EJA deve ter muito claro na mente que o mesmo deve criar condições materializadas em um ambiente que favoreça a aprendizagem significativa de seu alunado. Só assim existirá a permanência prazerosa em sala de aula de ambos. No entanto, a participação das duas partes (professor e aluno) no transcorrer do trabalho educativo é sem dúvida importante e ao mesmo tempo um desafio que precisa ser alcançado.

1.2 Educação e Economia Solidária: possíveis relações na EJA

Em linhas gerais a Economia Solidária busca diminuir a atuação do capitalismo nos diversos âmbitos. Com bases solidárias, coletivas e igualitárias a mesma prioriza o sucesso de todos que estão inseridos em um determinado empreendimento, seja este de comercialização, finanças e/ou consumo. Detentora de diversas perspectivas, a intencionalidade também é benéfica para o desenvolvimento sustentável.

Observa-se meticulosamente que o capitalismo impera de forma significativa, sobre a propriedade privada preocupando-se somente com a valorização do capital e por consequência acumulando-o em poucas mãos. Essa lógica propicia a formação de um grupo social (bastante numeroso) que difere daqueles que detém o capital, cognominado vulgarmente de perdedores Singer (2005) especialmente os que não se adequaram a ideologia mercadológica predominante. Os mesmos são caracterizados por aqueles que vendem sua mão de obra (muitas vezes barata) aos capitalistas (patrões). Estes por sua vez dependem totalmente desses perdedores assalariados para que seus capitais sejam demasiadamente valorizados, e vice e versa.

O ambiente na qual esse círculo vicioso reside está materializado sob a forma da empresa capitalista. Para tanto Singer (2005 p.14) exhibe que “todos os esforços dos trabalhadores dirigem-se a um mesmo fim, o de maximizar o lucro dos donos. Por isso as relações de produção nesse tipo de empresa tendem a ser autoritárias e antagônicas”.

É bastante pertinente lembrar que o antagonismo citado, é o que faz mover a luta de classe, marca indelével quando se refere à lógica que incluem empregadores e empregados. Os empregados mencionados outrora de perdedores, são os mesmos que não possuem uma devida escolarização, que não terminaram seu tempo regular na escola. E que por muitas vezes descuidam de seus estudos para preferir trabalhar e se sustentar para sua sobrevivência. Aos próprios, costumeiramente, são os que se inserem na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Diante de tal cenário, essa outra economia procura estabelecer uma sociedade sem classes, procurando incluir novos agentes que promovam um desenvolvimento baseado em práticas que gerem trabalho e renda ocasionando assim uma ampliação na conjuntura local. É o que mostra Arruda (2005, p.34) ao destacar que “Casar trabalho e capital significa desmontar o sistema de apropriação privada do trabalho social, criando novas formas de propriedade e de posse vinculadas ao trabalho produtivo concreto e à satisfação das necessidades humanas e sociais”.

A educação dentro desse sistema tem como característica maior somente capacitar o indivíduo. Capacitar nesse caso é induzir o indivíduo a ser competente em determinadas coisas e incompetente para outras. Essa lógica poderá ser anulada com a efetivação da Economia Solidária. Para que a mudança ocorra Singer (2005, p. 16) destaca que;

[...] a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuem em conjunto a transição, do modo competitivo ao coope-

rativo de produção e distribuição. Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais, que o excluirão do seu meio.

A reeducação apresenta-se como um desafio. Isso porque a sociedade em sua maioria se preocupa somente em competir, em lucrar. Na Economia Solidária também é importante competir, porém a cooperação surte mais efeitos positivos; mais uma vez Singer (2005, p.17) expõe que indivíduos “educados” na ótica da solidariedade

[...] vivem desde cedo situações definidas por comportamentos recíprocos de ajuda mútua. Aprenderão que as pessoas diferem, mas que essas diferenças provêm do meio e da educação; que ninguém é tão forte que não precise do auxílio dos outros e que a união faz a força. São levados a perceber que a desigualdade social e econômica não é natural e nem decorre da superioridade de quem tem e manda sobre quem nada tem e obedece. Que a desigualdade é ruim e injusta e que ela só pode ser abolida pela prática da solidariedade entre os homens.

Pode ser percebido através dessa citação que o capitalismo prega totalmente o contrário. Diante da atual conjuntura econômica que se apresenta é preciso a conscientização necessária e urgente para que haja possibilidade de uma Educação onde priorize a ajuda mútua, a inclusão, a comunhão. Para que os sujeitos que fazem parte dessa educação percebam que a desigualdade tão presente no meio que vivem é alienante, nefasta e desprezível.

O capitalismo se apresenta de forma velada de difícil transformação ou mudança. O desemprego estrutural⁸ cresce a cada dia e quem não estiver preparado (a) para o competitivo mercado de trabalho, logo fica excluído. Diante de tal cenário Vivian (2013 p.07) expõe que

[...] os setores populares têm constituído iniciativas econômicas como resposta a este cenário. Origina-se e reforça-se aí a possibilidade de construção de um novo vínculo entre a educação e o trabalho, pois certamente, podemos traçar e conceber outra perspectiva para o trabalho pedagógico na EJA e na educação em geral que não represente uma relação direta entre a conexão da educação decorrente de um novo trabalhador, formado a partir das mudanças do mundo do trabalho capitalista.

Os chamados setores populares diante de tal crise que se torna até normal em algumas esferas sociais, proporciona a reflexão possibilitando a origem de novos caminhos onde priorizem o trabalho solidário, cooperativo. Os excluídos mencionados anteriormente procuram formas de renda alternativa para garantir sua sobrevivência.

Baseado nisso o trabalho galgado sob a ótica da solidariedade proporciona uma reconstrução do conceito acerca do trabalho, antes considerado somente a visibilidade do lucro, adequando-se agora a uma transformação para um mundo mais humano o que modifica os sujeitos individualmente favorecendo também a sustentabilidade. Diante disso, comprova-se em Arruda (2005, p.35) quando mesmo relata que;

A Economia Solidária promove o “consumo ético”, “crítico” e “solidário”. Cada habitante busca o atendimento das suas necessidades na partilha dos bens, e não na apropriação privada deles à exclusão dos outros. Partilhando o que tem ou produz, ele gera satisfação para outros e predispõe os outros a fazerem o mesmo em relação a ele ou

⁸ Resultante da modernização do processo produtivo, tendo relação com as novas formas de organização do trabalho. Disponível em: <[www.http://geografietal.blogspot.com.br/2011/05/deferencias-entre-desemprego-estrutural.html](http://geografietal.blogspot.com.br/2011/05/deferencias-entre-desemprego-estrutural.html)> Acesso em: 02 de Out. 2013.

a ela. Consciente de que todo consumo envolve a geração de resíduos, cada habitante estará comprometido com os três princípios de uma gestão responsável do ambiente: gastar o mínimo, reutilizar tudo o que é possível, reciclar o que não pode ser reutilizado. Dessa forma, elimina-se todo desperdício, seja de recursos, seja de energia, e buscam-se formas de manter a harmonia da existência da comunidade humana em relação aos seus ecossistemas.

No âmbito educacional da EJA, Economia Solidária é o viés que pode auxiliar no desenvolvimento local possibilitando geração alternativa de emprego e renda, fortalecendo relações sociais que promova uma expressiva justiça social. No Brasil considera-se o aumento de empreendimentos solidários⁹ em resposta ao atual modelo excludente, altamente exigente que o capitalismo propaga. Uma alternativa frente ao desemprego.

Para que tal mudança ocorra é preciso que pessoas inseridas na sociedade tenham conscientização que a competição tão presente no atual sistema econômico exclui a maioria das pessoas que não possui um poder aquisitivo favorável, nesse caso, os sujeitos que perfazem a Educação de Jovens e Adultos. Diante disso Kruppa (2005, p.26) expõe que a mesma educação que tenta superar tais condições;

têm procurado superar a fragmentação curricular, organizando-se de forma temática, conforme proposta de Paulo Freire. Mas é preciso um passo a mais. A população no campo e na cidade vem buscando formas coletivas de enfrentamento da crise do mundo do trabalho. Mais do que se constituírem em temas geradores ou transversais, essas formas coletivas de organização deveriam ser tomadas como centros constitutivos da proposta educacional para que o conhecimento escolar pudesse consolidar outras formas de relação entre educação e trabalho, apontado para a construção de alternativas ao desenvolvimento econômico e social desses grupos.

Percebe-se que a educação solidária exige uma organização curricular mais maleável e ao mesmo tempo inovadora onde possa discorrer com os diversos saberes existentes. A partir desse arranjo da EJA e ECOSOL (Economia Solidária), favorece uma construção de uma cultura liberta de preconceitos, principalmente aos que giram em torno dos educandos que fazem parte de tal modalidade.

2 METODOLOGIA

No município de Santa Cruz, a organização da EJA está sob responsabilidade do Sistema Municipal oferecendo o primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) e no Sistema Estadual o ensino médio, que oferece aulas somente no período noturno com duração de seis meses cada série. Em linhas gerais, a EJA foi implantada na cidade de Santa Cruz no ano de 2008 e, gradualmente, o município vem tentando ampliar o processo de oferta e melhoria na qualidade do ensino.

A metodologia empregada no trabalho foi a pesquisa bibliográfica, pois como afirma Medeiros (2010, p.39) “é aquela que busca o levantamento de livros e revistas de relevante interesse para a pesquisa que será realizada. Seu objetivo é colocar o autor da nova pesquisa diante de informações sobre o assunto de seu interesse”. A pesquisa documental também norteia tal trabalho onde mais uma vez Marconi e Lakatos (2010, p.157) diz que “a característica da pesquisa documental é a fonte de coleta de dados está restritos a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”. Para tanto a pesquisa bibliográfica e a documental

⁹ Com base em pesquisa nacional feita pela SENAES/MPE: atualmente existem 21.854 empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Disponível em: <www.facesdobrasil.org.br/contexto-atual.html> Acesso em: 02 de Out. 2013.

auxilia vindo a proporcionar respostas aos pertinentes questionamentos e as várias possibilidades sobre um tema qualquer, neste caso o diálogo entre a educação de jovens e adultos em face a Economia Solidária.

Os fins da pesquisa apresentam-se de forma descritiva e exploratória, pois como afirmam Marconi e Lakatos (2010, 171) “são estudos exploratórios que tem por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”. E explicativa que segundo Gil (2007, p. 43), “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que este esteja suficientemente descrito e detalhado”.

Este estudo também apresenta uma abordagem qualitativa, que de acordo com Marconi e Lakatos (2004, p.269) “a metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”.

Para tal estudo foram identificadas sete disciplinas que perfazem a grade curricular do primeiro segmento da EJA.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com a Secretaria de Educação do município de Santa Cruz, as disciplinas existentes na grade curricular da Educação de Jovens e Adultos do primeiro segmento são: Português; Matemática; História; Geografia; Ciências; Artes e Ensino Religioso.

A seguir são destacados os conteúdos programáticos de cada componente curricular bem como os seus objetivos:

Quadro 1 – Componente curricular: Português

Aquisição da leitura e do sistema de escrita; Oralidade; Conhecimento linguístico e ortográfico; Produção textual.

Objetivos:

- Conhecer e desenvolver capacidades necessárias para o uso da escrita no contexto escolar.
- Ler sílabas, palavras, frases e textos, reconhecendo o gênero.
- Escrever letras, sílaba, palavras, frases e textos, segundo a estrutura do gênero.
- Expressar com clareza o que entendeu do texto.
- Produzir textos de diferentes gêneros orais, empregando a variedade linguística adequada, ritmo, entonação e postura adequadas à situação comunicativa e na produção de textos orais.
- Ouvir e respeitar opiniões alheias, concordando ou discordando delas.

Fonte: Pesquisa documental, 2013.

Através do conteúdo programático da disciplina de Português pode-se perceber que tal componente está direcionado tão somente para a aquisição de conhecimentos que levem os educandos a se alfabetizarem adquirindo técnicas que propicie a leitura e escrita, não havendo ou contemplando desta forma a Economia Solidária. Nesse sentido, seria interessante que na disciplina os educadores inseridos na modalidade utilizem textos que abordem diretamente a Economia Solidária.

Quadro 2 – Componente curricular: Matemática

Números naturais; Sistema de numeração decimal; Grandezas e medidas; Espaço e forma; Operações fundamentais.

Objetivos:

- Ler, escrever, comparar e ordenar números naturais pela formulação de hipóteses sobre a grandeza numérica, pela compreensão das características do sistema de numeração decimal.
- Reconhecer a função da vírgula na escrita e leitura de números decimais em situações envolvendo valores monetários por meio de preços, trocos, orçamentos.
- Comparar grandezas de massa, comprimento, capacidade e tempo, tendo como referência unidades de medidas não convencionais ou convencionais.
- Resolver problemas significativos utilizando unidades fundamentais de medida como km/m/cm/mm, kg/ g/mg, l/ml.
- Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais (triângulo, quadrilátero e pentágono) pelo número de lados e pelos tipos de ângulos.
- Ler e interpretar informações e dados apresentados de maneira organizada por meio de listas, tabelas, mapas e gráficos, e em situações-problema envolvendo as quatro operações
- Resolver operações e situações envolvendo as quatro operações.

Fonte: Pesquisa documental, 2013

Na disciplina de Matemática (Quadro 2) os conteúdos abordados fazem relação com o cotidiano dos educandos através da utilização de números no dia a dia, cálculos, medidas e noções de espaço e forma. Desta forma, é possível inserir tais conhecimentos matemáticos a temáticas direcionadas a Economia Solidária, informando aos alunos a importância da matemática no cotidiano de uma comunidade que trabalha com Economia Solidária, como também do desenvolvimento de ações de cooperativismo. Situações-problemas que envolvem as quatro operações poderiam proporcionar aos educandos problemas relacionados aos custos dos produtos de uma determinada cooperativa e/ou da associação rural no referido município. Singer (2005, p. 18) destaca que “[...] eles tem de aprender uma contabilidade que didatize a apresentação de seus resultados para que sejam transparentes e entendíveis por todos os trabalhadores”.

Quadro 3 – Componente curricular: História e Geografia

História pessoal: Identidade; As fontes históricas; As famílias e suas Histórias; A formação do município; Aspectos históricos da Paraíba; A história do Brasil; Conceito de espaço geográfico; Relação entre sociedade e natureza; Elementos da paisagem; As regiões Brasileiras; Trabalho, desenvolvimento e sustentabilidade.

Objetivos:

- Conhecer como sujeito histórico e de tradições culturais;
- Reconhecer como sujeito produtor de cultura e agente transformador da sua história;
- Reconhecer e valorizar realidades sociais mais amplas com que se convive;
- Conhecer a história de Santa Cruz (origem e atualidade);
- Conhecer como se deu a origem do Brasil, o povo colonizador, a forma de trabalho e a contribuição de cada um para formação desse País;

- Compreender o conceito de espaço geográfico;
- Identificar o ser humano como agente transformador das paisagens;
- Diferenciar os elementos naturais dos culturais;
- Conhecer as características gerais de cada região brasileira;
- Desenvolver formas de trabalho que busquem a qualidade de vida e reconhecer como sujeito de direitos e deveres.

Fonte: Pesquisa documental, 2013.

Ao observar o conteúdo programático da disciplina (Quadro 3) percebe que o processo de ensino e aprendizagem se dá através de aulas meramente reflexivas com leitura de textos que abordam os temas contemplados no referido componente curricular. Assim sendo, diante dos objetivos propostos pelas disciplinas, fica claro que as aulas não contemplam os princípios da Economia Solidária, muito embora trabalhem temas direcionados ao trabalho, desenvolvimento e sustentabilidade, sem que estes estejam diretamente ligados a Economia Solidária. Nesse sentido o documento final da I Conferencia de Economia Solidária (2006, p.02) afirma que tais iniciativas

[...] têm em comum a igualdade de direitos, de responsabilidades e oportunidades de todos os participantes dos empreendimentos econômico solidários, o que implica em autogestão, ou seja, a participação democrática com exercício de poder igual para todos, nas decisões, apontando para a superação da contradição entre capital e trabalho.

Quadro 4 – Componente curricular: Ciências

O corpo Humano; Saúde e qualidade de vida; Meio ambiente.

Objetivos:

- Conhecer o funcionamento do corpo para fazer a prevenção adequada;
- Conscientizar através da importância dos hábitos de higiene para a manutenção da saúde;
- Reconhecer como agente responsável pela preservação do meio ambiente.

Fonte: Pesquisa documental, 2013.

Observa-se no conteúdo programático dessa disciplina (Quadro 4), também a ausência de relação com a Economia Solidária, mas poderia ter alguma relação quando é abordada a questão do meio ambiente bem como sua preservação. No entanto, a questão do meio ambiente também é tratada de maneira bastante superficial resumindo somente a pesquisas sobre problemas ambientais e produções textuais. Diante disso Singer (2005, p.19) afirma que “a construção da Economia Solidária [...] é fundamental que os participantes aprendam que podem mudar o meio externo hostil, tornando-o amigável, pela difusão da Economia Solidária, pelos ramos que lhe são complementares”.

Quadro 5 – Componente curricular: Artes

Arte e moradia; Arte e cotidiano; Arte e cultura.

Objetivos:

- Reconhecer e valorizar a Arte como forma de expressão;
- Conhecer a diversidade musical no contexto histórico cultural e social;
- Reconhecer a importância das artes visuais na sociedade e na vida do indivíduo.

Fonte: Pesquisa documental, 2013.

Mais uma vez ao observar tal conteúdo programático (Quadro 5), pode-se constatar a ausência de assuntos que contemple a Economia Solidária. Na realidade com base no conteúdo a disciplina é apresentada de modo bastante vago e superficial, não tendo uma abordagem a teoria da Economia Solidária. Mas entende-se que a disciplina de Artes poderia ser trabalhada para fomentar o desenvolvimento de ações de arte e cultura na comunidade para o desenvolvimento de artesãos que trabalhariam produtos da cultura local. De acordo com o documento final da I Conferência de Economia Solidária (2006, p. 06) o mesmo relata que;

As comunidades engajadas em seu próprio desenvolvimento demandam apoio e assistência de qualidade dos diferentes órgãos de governo (União, Estados e Municípios), dos bancos públicos e de ONGs, universidades organizações autônomas de gestão, fomento e participação popular, para melhorar sua organização, identificar e desenvolver suas potencialidades sócio- econômicas, étnicas e culturais na busca de níveis crescentes de bem-estar, primando pela sua autonomia.

Quadro 6 – Componente curricular: Ensino Religioso

Autoconhecimento; Convivência e Cidadania.

Objetivos:

- Oportunizar que o aluno adquira confiança e segurança em si mesmo, que se descubra agente do seu processo de crescimento;
- Instigar o aluno, tanto em sala de aula quanto fora dela, a compreender a necessidade da vivência coletiva;
- Possibilitar ao aluno a aprendizagem da cidadania através do levantamento dos saberes do senso comum e do entendimento da experiência de vida de cada indivíduo, fortalecendo atitudes sociais e éticas, que se retratam em cooperação e respeito, em responsabilidade e independência intelectual.

Fonte: Pesquisa documental, 2013.

A disciplina de Ensino Religioso (Quadro 6) trabalha os temas apenas de forma reflexiva contribuindo com o desenvolvimento intelectual de forma a contribuir para atitudes sociais e éticas. Em nenhum momento foi possível notar uma possível ligação com a abordagem da Economia Solidária que fosse praticada ou anexada ao conteúdo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da pesquisa foi possível entender a EJA desde seu surgimento até a atualidade, observando como se deu as primeiras iniciativas de alfabetização de pessoas sempre baseado em autores bem como documentos oficiais para entender como se deu a evolução de tal modalidade. Também foi abordado a Economia Solidária que pode ser uma alternativa em contrapartida ao sistema econômico vigente marcado principalmente pela exclusão de pessoas que constituem as camadas populares, neste caso, os sujeitos da EJA. O tema pesquisado é de grande relevância na perspectiva da inclusão da Economia Solidária nos conteúdos programáticos do primeiro segmento da EJA no município de Santa Cruz. Tal pesquisa também tem a finalidade, de contribuir para o fortalecimento de tal modalidade no município. Através da análise dos conteúdos programáticos de cada disciplina é visível a não contemplação de temas que propicie o entendimento e respectivamente o desenvolvimento de atividades que promovam a geração de trabalho e renda numa perspectiva de Economia Solidária.

Sendo assim, foi diagnosticada através da pesquisa documental a ausência de conteúdos que atendam os princípios solidários. O que existe são disciplinas que propiciem a inserção de temas que abrange a Economia Solidária mais do que outras. No entanto, para desenvolver tais princípios é necessário um aprofundamento em assuntos como o mercado solidário, o cooperativismo, autogestão. Desta forma, a EJA pode ser a porta de entrada desses conhecimentos através da inserção dos mesmos nos conteúdos programáticos, fazendo com que os sujeitos que perfazem a EJA levem a acreditar na mudança de que outra economia seja possível, que o sistema econômico seja pautado na solidariedade e tais ações possam ser implementados através da educação nas comunidades, fomentando renda, qualidade de vida e fixação do homem a terra.

5 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 01, 2006, Brasília. **Documento final**, 2006. 26 p.

CARNEIRO, M. A. LDB fácil: **Leitura crítico-compreensiva**: artigo a artigo. Petrópolis, RJ: Vozes, 8 ed. 2002.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GHIRALDELLI JR, P. Educação e pedagogia na Colônia e no Império. In: **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

KRUPPA, S. M. P. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, Sonia M. Portella. (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 4. ed- São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PILETTI, C.; PILETTI, N. A educação nova no Brasil. In: **Filosofia e História da Educação**. 4. ed. São Paulo: Ática. 1991.

PILETTI, C.;PILETTI, N. O avanço da educação popular. *In: Filosofia e História da Educação*. 4. ed. São Paulo: Ática. 1991.

Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos. Brasília: UNESCO, 2010.

Resolução CNE/CEB N° 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as diretrizes curriculares Nacionais para a educação e jovens e Adultos. Disponível em: www.ced.ufsc.br, Acesso em: 26 de jul. de 2013.

SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. *In: KRUPPA, Sonia M. Portella. (Org) Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep, 2005.

VIEIRA, M. C. As CONFINTEAS e as políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: o lugar da sustentabilidade. *In: Revista da Alfabetização Solidária / Alfabetização Solidária*. v. 7, n. 7, 2007. São Paulo: Marco, 2008.

VIVIAN, Danise. **A educação de jovens e adultos e a economia solidária**. Disponível em: www.anpae.org.br, Acesso em: 24 de jul. de 2013.

O uso de estratégias de ensino como instrumento redutor da evasão na Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal

Júlia Maria de Carvalho Silva – Marizópolis, Paraíba

*Rizomar Macena da Silva Cardoso
Dorgival Gonçalves Fernandes*

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista o grande desenvolvimento político, social, econômico e os avanços significativos nas áreas tecnológicas ocorridas nas últimas décadas, o aprendizado tornou-se indispensável para qualquer pessoa, tornando-se uma necessidade tanto para se qualificar profissionalmente e disputar uma vaga no mercado de trabalho, como para realizar sua formação social e política e assumir a condição de cidadania. Da urgência em atender esta realidade associada à perspectiva de abolir o analfabetismo no Brasil, novas propostas para a educação fizeram-se necessárias. Neste sentido, a Constituição Federal do Brasil, de 1988, estabelece que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família.” Assegura o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive garantindo a sua oferta para todos os que não tiveram acesso na idade apropriada à educação escolar.

Neste caso, a Educação de Jovens e Adultas (EJA) passa a ser constituída como uma modalidade de ensino que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB. Lei nº. 9394/96), “será destinada aos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

O público atendido pela EJA é formado por pessoas que não tiveram oportunidade de estudar por falta de escolas e/ou pela necessidade de trabalhar na infância ou adolescência, ou ainda por outros fatores se evadiram da escola sem concluir o Ensino Fundamental. Os estudantes da EJA são geralmente homens e mulheres sem empregos, subempregados, trabalhadores em busca de uma melhor condição de vida, uma boa moradia e que lutam para superar suas condições precárias de vida da qual faz parte a condição de analfabeto ou de baixa escolaridade.

O ensino da EJA, mecanismo que oportuniza ao aluno reingressar no processo de ensino-aprendizagem, passou a ocupar um papel fundamental na sociedade, por oferecer possibilidade de não somente reinserir o jovem e o adulto no mercado de trabalho, mas também formar um cidadão crítico, consciente e com participação ativa na sociedade. Para tanto, nos últimos anos o modelo de ensino historicamente instituído e aplicado a esta clientela vem se renovando, fazendo surgir novas perspectivas de ensino por meio de práticas flexíveis, interdisciplinares e contextualizadas capazes de agenciar uma educação que tem por base uma formação cidadã. Há a busca de promover a oferta de uma educação de qualidade capaz de constituir sujeitos críticos e uma necessidade de romper com o ensino fragmentado e com o silêncio entre docente e discente. (BRASIL, 2006).

A população atendida pela EJA tem características heterogêneas em função da diversidade de idade, da diferença de níveis de escolarização, das distintas trajetórias escolares e humanas, por isto constitui desafios para a prática docente e têm influência contrária no efetivo aprendizado da clientela desta modalidade de ensino. O aprendizado está condicionado a um ensino que vai além do modelo tradicional transmitido através da informação escrita e verbal, limitando-se aos livros didáticos e que tem embasado fortemente a prática pedagógica da maioria dos profissionais da área. Assim, a ausência de estratégias inovadoras de ensino que motive e envolva o aluno no processo de ensino aprendizagem associada aos problemas socioeconômicos, psicológicos, familiares, questões culturais, dentre outros, constituem-se elementos que interferem negativamente na trajetória dos processos de aprendizagem do aluno. Neste

contexto as deficiências no ensino manifestam-se, entre outros, na evasão escolar, no alto índice de repetência e no fraco desempenho dos alunos quando colocados diante de situações em que são solicitados a explicitar seu aprendizado (VASCONCELOS, 1995).

É mediante este contexto que elaboramos nosso tema e problema de estudo: Estratégias docentes para reduzir a evasão escolar na EJA. A importância do estudo deste tema reside, de modo geral, na contribuição que pode se efetivar para o campo de estudos da EJA, compreendendo-se as práticas pedagógicas visando reduzir a evasão escolar, adotadas pelos 11 professores da EJA da Escola Municipal Júlia Maria de Carvalho Silva, localizada na cidade de Marizópolis-PB, e de modo específico, acreditamos que tal estudo possa vir a ajudar a reduzir os índices de evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), visto que os índices na instituição em questão são alarmantes.

Para esta pesquisa, elaboramos os seguintes objetivos: 1) Objetivo geral: Analisar as estratégias de ensino utilizadas pelos professores para reduzir a evasão escolar dos alunos do EJA. 2) Objetivos específicos: Abordar aspectos da modalidade de ensino EJA no Brasil; Compreender a relação estratégias de ensino e evasão escolar na EJA; Relacionar evasão escolar e as práticas pedagógicas dos professores.

No tocante à metodologia, este trabalho teve como lócus de pesquisa a Escola Municipal Júlia Maria de Carvalho Silva que se localiza na cidade de Marizópolis-PB. A mesma possui uma população geral de 18 funcionários, sendo 11 professores, 03 pessoas de apoio, 01 vigilante, 01 secretária, 01 vice-diretora e 01 diretora, todos são prestadores de serviço. Da população de professores, 05 foram escolhidos de forma aleatória para compor a amostra de sujeitos a serem entrevistados.

Considerando-se o objeto e os objetivos deste estudo, este foi realizada na perspectiva de pesquisa qualitativa e exploratória. Quanto à perspectiva qualitativa em pesquisa, Maanen (1979, p.520) destaca que,

A expressão “pesquisa qualitativa” assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata – se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

Quanto ao caráter exploratório de pesquisa, segundo Gil (2002, p. 41):

Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Para empreender a presente pesquisa adotamos como instrumento de coleta de dados a entrevista, na modalidade semi-estruturada, aplicada individualmente aos 05 professores da amostra em horários definidos pelos entrevistados visando a sua comodidade. Para a realização das entrevistas elaboramos um roteiro de questões e utilizamos um gravador para registrar as falas dos professores. De acordo com Triviños (1987, p. 152),

A entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos in-

formantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

As entrevistas aconteceram em três dias, no espaço escolar, no final das aulas. Equipada com um gravador de mão dirigimos as nossas perguntas aos professores e estes as responderam. Em seguida fizemos a transcrição das entrevistas. Estas foram analisadas à luz dos propósitos deste projeto e a partir das referências teóricas que elegemos.

1.1 EJA: formação e conhecimentos contextualizados

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) caracteriza-se como uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos informais dos alunos, adquiridos a partir das vivências do cotidiano e no mundo do trabalho. Apresenta-se como uma modalidade diferente do ensino regular em sua estrutura, no que se refere a sua metodologia, duração e organização. O público alvo da EJA é constituído por jovens a partir de 15 anos completos para o Ensino Fundamental e de 18 anos completos para o Ensino Médio, adultos e idosos, apenados e jovens em conflito com a lei, pessoas com deficiências, no geral, pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade adequada. Oportuniza ainda que incorporem a educação básica em nível fundamental e médio à educação profissional, com o desenvolvimento de competências e habilidades que propiciem a formação integral do educando como cidadão e profissional de qualidade (LIMA, 2006).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas pelo Parecer CEB nº 11/2000, a modalidade EJA abrange três funções: a função reparadora, a função equalizadora e a função qualificadora.

A função *reparadora* é aquela que não aprova que seja negado, a jovens e adultos, o direito a uma escola de qualidade e defende o reconhecimento à igualdade. Destaca que para a efetivação desta proposta urge a criação de um modelo educacional que conduza tais educandos à conscientização e reflexão sobre o seu direito, outorgado por lei, de receber educação em uma escola de categoria. A função *equalizadora* proporciona novas oportunidades, ampliando os direitos do indivíduo e possibilidades de novos caminhos ao mundo do trabalho e na vida social de cada um. A EJA vislumbra-se como uma busca da igualdade, que se dá pela concretização de desenvolvimento a todas as pessoas, independentemente da sua idade. Autoriza ao adolescente e adulto a obtenção do saber, a capacidade de troca de experiências e a aquisição do conhecimento das novas técnicas de trabalho e cultura. A função *qualificadora* corresponde ao estabelecimento de uma educação de qualidade, inovadora e restauradora que acompanhe os avanços das ciências e da tecnologia que também favoreça, no indivíduo, um desenvolvimento atitudinal e comportamental.

Visando manter esta clientela atenta ao ato de aprender, o oferecimento da modalidade EJA solicita um novo pensar a respeito das políticas educacionais e das propostas de reinclusão dessa clientela nas redes de educação pública. Neste sentido cabe ao professor uma postura flexível e reflexiva da sua prática motivadora de modo que o interesse do aluno pelo aprender supere os diversos aspectos que os induzem à evasão escolar (SANTOS, 2007).

Desde o surgimento do processo educativo EJA a evasão escolar destaca-se como um grande problema enfrentado por esta modalidade de ensino. Pesquisas diversas versam sobre o porquê o aluno da EJA deixa de frequentar as aulas e se evade da escola, ainda que tenha decidido espontaneamente voltar a estudar e delas suscitam vários questionamentos. Estaria a causa da evasão escolar na situação econômica do aluno, no fato dele precisar trabalhar, na falta de apoio familiar, na sua insegurança ou na metodologia utilizada em sala de aula que não se

harmoniza com o que o aluno esperava? Sabe-se que uma série de fatores, externos e internos ao ambiente escolar, exerce influência na permanência dessa clientela na escola.

Edneide da Conceição Bezerra, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em reportagem na revista Nova Escola - Gestão Escolar atesta a precisão de auxiliar o professor a compreender que a aprendizagem do adulto ocorre de forma diferente da criança e do adolescente. Deixa transparecer que a evasão escolar está relacionada ao fato desses alunos terem uma vida mais complexa, com emprego, família para sustentar, preocupações e estresse, fatores que interferem na aprendizagem. Destaca também que os alunos têm ideias já enraizadas e que as turmas apresentam diversidade acentuada a respeito do tempo fora da escola e ao contato com a leitura e a escrita.

Campos (2003) sugere que as razões para o abandono escolar podem estar no cansaço ou na incompatibilidade de horários em decorrência do trabalho diário; nas condições precárias de acesso e segurança; na falta do professor, de material didático ou por compreensão de que os conteúdos abordados não são significativos para os alunos e alunas. A estes motivos, Santos (2007) acrescenta a distância da escola; a inadequação da sala de aula, em relação à iluminação, por exemplo, e o despreparo do corpo docente para trabalhar com a especificidade da EJA. Neste sentido, é notório para nós a escassez de cursos de licenciatura no sistema universitário brasileiro que habilita o professor para a EJA, como também a descontinuidade dos processos de formação continuada ou em serviço ministrado em nível municipal e estadual.

A metodologia imprópria utilizada pelos professores, a deficiência dos alunos, o conteúdo didático descontextualizado e a diversidade do público, dentre outros, vêm somar-se às possíveis causas dessa problemática. Para que ocorra um verdadeiro entendimento no sentido de promover atitudes na busca de amenizar esta situação vivenciada nas escolas da EJA, é preciso que ocorra uma grande transformação no cenário escolar. Neste contexto, Ceratti (2008) deixa evidente a necessidade de mudanças no fazer pedagógico, tendo em vista que os professores ainda atuam de forma equivocada, ensinando conteúdos do ensino regular e agindo como se estivessem nestas salas, lidando com um público infantil ou adolescente.

Assim sendo, Saldanha (2009) denuncia que os governantes despreparados, e nós, diríamos, também mal intencionados e oportunistas, se utilizam desse tipo de modalidade de ensino como um instrumento para adquirir votos, adotando uma política clientelística. Para tal empregam pessoas sem qualificação adequada ou até mesmo despreparadas e sem habilitação em um curso qualquer de licenciatura ou curso Normal em nível médio para atuarem nesta área e lidar com esse público, deveras complexo.

Entender e interferir positivamente no processo da evasão escolar, potencializando a permanência e a aprendizagem efetiva dos discentes é um desafio que exige uma postura de desconstrução das “verdades” construídas por muitos leitores, que muitas vezes se assentam em mitos, a exemplo da ideia de que “papagaio velho não aprende a falar”. É necessário, assim, assumir uma atitude reflexiva diante dos conhecimentos prévios acerca da evasão escolar. Partindo do pensamento que este adulto traz uma vasta bagagem e uma rica experiência de vida se faz necessário que ocorra uma mudança na forma de atuação dos profissionais que compõem a EJA, como assinala Ceratti (2008).

OLIVEIRA (2001) defende a utilização de estratégias direcionadas exclusivamente aos alunos da EJA visto que esta modalidade é composta de pessoas jovens e adultas e não de criança. Assim sendo, as situações de aprendizagem apresentadas não podem ser as mesmas do ensino regular, uma vez que os adultos possuem habilidades e dificuldades específicas, e uma capacidade maior de reflexão sobre si mesmo, sobre a sociedade e sobre o seu próprio processo de aprendizagem.

Vasconcelos (1995) constata que grande parte do corpo docente utiliza-se da prática pedagógica tradicionalista adotando as aulas expositivas baseadas no eixo transmissão, repeti-

ção e memorização como única ferramenta metodológica, prática que não favorece a aprendizagem, principalmente de alunos jovens e adultos.

[...] o grande problema da metodologia expositiva, do ponto de vista pedagógico, é seu alto-risco de não aprendizagem, em função do baixo nível de interação sujeito-objeto de conhecimento-realidade (o grau de probabilidade de interação significativa é muito baixo). (VASCONCELLOS 1995, p.22)

Partindo desta realidade compete ao educador abandonar o método tradicional de ensino e valorizar o conhecimento vivencial e as expectativas do aluno, formulando a partir daí, estratégias de ensino capazes de motivá-lo a aprender, favorecendo desse modo o combate à evasão escolar.

De acordo com o que expomos acima, muitas são as causas da evasão escolar na EJA, mas acreditamos que uma das mais graves deve-se, principalmente, a forma com os professores atuam em suas salas de aulas devido ao uso de práticas pedagógicas ultrapassadas, tradicionais e excludentes, ou seja, inadequadas, ou até mesmo mal utilizadas, visto que o ensino desenvolvido com estes aspectos não contribui para uma aprendizagem significativa.

Isto porque a tendência predominante das propostas curriculares é a da fragmentação do conhecimento, e a da organização do currículo numa perspectiva cientificista, excessivamente tecnicista e disciplinarista, que dificulta o estabelecimento de diálogos entre as experiências vividas, os saberes anteriormente tecidos pelos educandos e os conteúdos escolares (OLIVEIRA e PAIVA 2004 p. 01).

Necessita-se, assim, lançar um olhar direcionado para a evasão escolar e para as estratégias de ensino adotadas pelos professores da EJA, pois a apresentação de estratégias bem planejadas e utilizadas corretamente irá contribuir para amenizar o problema da evasão escolar. Nesta perspectiva afirma Freire (1966 p.134) que

Aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico do que meramente repetir lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito.

Oliveira e Ribeiro (2001) defendem que as estratégias escolares devem estar formuladas dentro de um processo educativo que envolva todos os aspectos, sejam eles quantitativos e qualitativos, de forma natural e contínua, preparando o cidadão socialmente nos aspectos morais e intelectuais, e não unicamente tendo a preocupação apenas com o apreender a ler, escrever e contar, mas também com o desenvolvimento particular e coletivo, vista que a construção de uma sociedade mais justa depende da formação de cidadãos críticos. Quanto à EJA,

Fundada nos valores da democracia, da participação, da equidade e solidariedade social, a EJA deve permitir aos educandos mudar a qualidade de sua intervenção na realidade. Seu objetivo primeiro é pois, a construção de novas formas de participação e de exercícios plenos e conscientes dos direitos de cidadão, entendida como uma das dimensões e jovens e adultos, deve articular-se à educação nacional. (OLIVEIRA; PAIVA, 2004, p. 07).

As autoras assim salientam que se faz necessário que os professores sejam capacitados e saibam verdadeiramente trabalhar com este tipo de modalidade, além de planejarem aulas especificamente direcionadas a este público alvo, que difere completamente do alunado do ensino regular, visto que o educador não deve cometer o erro de preparar estratégias iguais às utilizadas neste ensino. O mesmo precisa trabalhar com os educandos jovens e adultos valo-

res que despertem neles sentimentos e entendimentos democráticos, fazendo deles cidadãos participativos capazes atuarem socialmente e politicamente na transformação da sua realidade pessoal e comunitária.

Neste sentido, o § 2º do art. 1º da Resolução CEB/CEB nº 02/99, que trata da formação dos professores na modalidade normal média, destaca que não se pode “infantilizar” a EJA no que se refere aos métodos, conteúdos e processos. Lioncio (2009), por sua vez, enfatiza que os profissionais da educação precisam ter em mente que trazer propriamente o conteúdo pronto muitas vezes não agrega valor algum a estes alunos, já que este conteúdo se descontextualiza de seu cotidiano, não fazendo sentido algum a ele e servindo também de agravante no que se refere à aquisição do saber, podendo ainda trazer consequências ligadas à desmotivação. Realça ainda que os professores da EJA precisam criar estratégias de ensino que harmonizem-se com a realidade de vida dos educandos que compõem sua sala de aula, uma vez que assim, o aluno consegue ver sentido nos conteúdos aplicados, fazem a ligação entre esses e a sua realidade de vida, ocorrendo uma redução no processo de evasão, visto que as aulas se tornarão interessantes para eles.

Sabemos que, em muitos casos, ocorre também aquele tipo de planejamento que não sai do papel, dando origem assim, a aulas fictícias, ou seja, no registro do diário ocorre um registro enquanto na realidade da sala de aula se apresenta outro, visto que o educador precisa dar satisfação aos regulamentos da escola que exige dele o cumprimento de um currículo pré-estabelecido e prescritivo. ABRANTES (1992, p.06) alega que a tendência predominante das propostas curriculares é a da fragmentação do conhecimento e a da organização do currículo numa perspectiva cientificista, excessivamente tecnicista e disciplinarista, que dificulta o estabelecimento de diálogos entre as experiências vividas, os saberes anteriormente tecidos pelos educandos e os conteúdos escolares. Outro aspecto que precisa ser citado é a falta de investimento na qualificação dos profissionais da área da educação quanto à especificidade da EJA, já que o perfil da clientela é diferenciado.

Lioncio (2009) sinaliza que as aulas mecanizadas e fora do contexto de vida do educando só contribuirão, cada vez mais, para que ocorra a evasão escolar, uma vez que o aluno já vem cansado, desmotivado e se depara com aulas “chatas” e descontextualizadas de seu dia-a-dia fazendo com que eles não se sintam motivados a voltar no outro dia para a sala de aula. O professor não precisa procurar facilitar ou reduzir o conteúdo para que o aluno venha a entendê-lo e queira permanecer no ambiente escolar. Como afirma Oliveira (2007 p. 02), “Não se trata de reduzir conteúdos para ‘facilitar’, mas de adequar conteúdos a objetivos mais consistentes do que o da mera repetição de supostas verdades universais desvinculadas do mundo da vida”.

Assumindo uma postura progressista, o educador precisa mostrar para o aluno o quanto é gratificante ser capaz de agir por si mesmo e com confiança, buscando sanar suas dúvidas e suas curiosidades. Nesta perspectiva, Freire (1996, p.134) atesta o seguinte:

Uma de minhas tarefas centrais como educador progressista é apoiar o educando para que ele mesmo vença suas dificuldades na compreensão ou na inteligência do objeto e para que sua curiosidade, compensada vença e gratificada pelo êxito da compreensão alcançada, seja mantida e, assim, estimulada a continuar a busca permanente que o processo de conhecer implica. Que me seja perdoada a reiteração, mas é preciso enfatizar, mais uma vez: ensinar não é transferir a inteligência do objeto ao educando, mas instigá-lo no sentido de que, como sujeito cognoscente, se torne capaz de entender e comunicar o inteligido. É nesse sentido que se impõe a mim escutar o educando em suas dúvidas, em seus receios, em sua incompetência provisória, e ao escutá-lo, aprendo a falar com ele.

Sendo assim, é essencial que ocorra a construção de um currículo direcionado exclusivamente ao público da EJA, compreendendo que este se difere em muitos aspectos dos que

compõem o ensino regular, como também é indispensável a preparação dos profissionais que irão atuar nesta modalidade, visto que eles devem estar condizentes com a realidade de vida dos alunos e preparados para tentarem solucionar problemas e desafios e serem coerentes com a filosofia e os objetivos propostos por tal modalidade de ensino. O mesmo deve sempre visar à construção do conhecimento crítico fazendo a mediação entre o conhecimento e o educando para que este seja capaz de vencer por si mesmo suas dificuldades. O professor não deve buscar transferir conteúdos, mas permitir que o conhecimento flua de maneira natural, compreendendo que o aluno é construtor de sua história e na sua aprendizagem, é construtor dos seus conhecimentos.

Este trabalho busca produzir conhecimentos para subsidiar reflexões sobre questões relativas a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enfatizando a evasão escolar e a metodologias e práticas escolares para diminuir o processo da evasão da EJA.

Nesta perspectiva, a escola deve oportunizar práticas construtivistas de saberes, habilidades e de conhecimentos que abranjam dimensões cognitivas, sociais, políticas e econômicas que motivam os alunos a frequentar as salas de aulas, agregando objetividade à sua aprendizagem. Além disto, deve existir uma relação de parceria entre o educando e o educador para que possa vir fluir o processo ensino-aprendizagem, produzindo satisfação para ambos. O educador deve ter em mente que seu maior compromisso é com a sociedade e a ética no seu trabalho, pois sua maior responsabilidade é com a formação do aluno, contribuindo para que ele possa agir como cidadão crítico, ativo e participante, agindo assim de modo coerente com o que prega os pressupostos da EJA.

Nesta perspectiva, as escolas precisam deixar de ser um cenário de reprodução do conhecimento e passar a ser um local de construção da cidadania visando à autonomia e à participação ativa de seus integrantes. Como explicita Carneiro (1994, p.02),

A história da educação brasileira vem se processando através de décadas marcadas por políticas educacionais extremamente centralizadoras e autoritárias permeadas de questões antidemocráticas ideológicas, gerando situações de conflito, resistências e desafios, inviabilizando assim a implantação de uma escola independente capaz de gerir democraticamente projetada para a liberdade e autonomia. Apesar de todo o caminho percorrido e dos avanços no sistema educacional de jovens e adultos, muitas escolas não acompanharam as transformações que a sociedade vem experimentando.

A educação é vítima de um longo processo de elitização e exclusão devido a falta de democracia que fomenta a centralização de poder nas mãos de uma pequena parte da população que visa apenas seus interesses. Isto ocasionou e ainda ocasiona muitos conflitos e a construção de escolas incapazes de prover condição de democracia e sentimento de liberdade nos alunos que a frequente.

Diante desse cenário se faz necessário que o educador viva constantemente num processo de aperfeiçoamento de sua formação e de sua metodologia para que aconteça uma transformação na sua prática e na escola, superando as suas dificuldades e limitações, bem como a produção de condições razoáveis de trabalho para que assim ocorra uma educação de qualidade, podendo assim superar os erros do passado como também possa propiciar uma redução na evasão escolar da EJA. Através da educação formal ou informal é que as pessoas desenvolvem suas capacidades, enriquecem seus conhecimentos e melhoram profissionalmente para que possam atender suas necessidades e da sociedade. A EJA por sua vez faz parte da educação formal, de um processo onde o educando pode aprender a ler e escrever e expandir seus conhecimentos para melhor se posicionar no mundo, buscando suprir suas necessidades e alcançar suas aspirações.

Partindo do princípio de que os alunos da EJA são diferentes dos alunos do ensino regular, se faz necessário que ocorra uma adaptação das metodologias empregadas nesta modalidade

de ensino, em consonância com a especificidade do seu público e da filosofia que fundamenta a EJA, como também se faz necessário a adequação e o fortalecimento das práticas pedagógicas de seus professores, buscando garantir qualidade social no processo de ensino-aprendizagem em prol do aluno e da sua comunidade escolar. Nesta perspectiva, pode-se salientar a positividade da parceria com os alunos na elaboração de projetos didáticos e projetos sociais que propiciem momentos de prazer entre alunos e professores, aliando a comunidade e a escola num processo de união e empenho para reduzir a evasão escolar e efetivar o processo de escolarização.

Para Candau (1994, p.26): “O educador nunca estará definitivamente pronto, pois sua preparação, sua prática continua meditando através das teorias e confrontando entre si”. Assim, o processo formativo do educador é sempre contínuo, nunca estará pronto e acabado, pois, as concepções didático-pedagógicas, as ciências e a sociedade estão sempre em processo de mudanças. É por isso que a escola precisa se organizar nesta perspectiva para receber o público da EJA, que por sua vez, necessita de professores dinâmicos, responsáveis, criativos e inovadores para que no ambiente da sala os alunos se sintam atraídos, estimulados e convidados a voltar, afastando-se assim do problema da evasão escolar.

Nesta direção, a incorporação da metodologia e dos pressupostos educativos da economia solidária poderá agregar sentido e objetividade às práticas docentes e aos processos de aprendizagem de professores e alunos da EJA, contribuindo na redução da evasão escolar, visto que ela visa à melhoria das condições de vida social dos jovens e adultos e se assenta na ótica da educação popular.

A Economia Solidária é um movimento internacional voltado às buscas de alternativas ao modelo dominante de economia, enfatizando a organização de trabalhadores e trabalhadoras em pequenos empreendimentos autogestionários. Este movimento surge como um caminho para assegurar melhores condições de vida aos trabalhadores que são oprimidos pelo sistema capitalista que visa à acumulação de capital, a propriedade privada, a idealização do mercado e a exploração do trabalho humano., pois sabe-se que as condições de vida dos trabalhadores no mundo não são as melhores e mais justas, visto que o desemprego vem crescendo devido aos avanços tecnológicos que miram cada vez mais profissionais capacitados e atualizados que favorecem os interesses do mercado e não o bem coletivo. (SINGER, 2000)

Vários são os nomes dados à economia solidária, tais como: economia de comunhão e economia socioeconômica, entre outros. Esta se apresenta em todo o mundo buscando assegurar melhores condições e qualidade de vida para a maior parte dos trabalhadores que vivem à margem da sociedade. Melo Neto (2003, p. 02) aponta alguns princípios da educação popular identificados com a Economia Solidária, que são: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade.

O trabalho e o emprego, neste sentido, são vistos como as únicas formas de obter ascensão econômica, visto que o consumo é apontado como condição determinante para a melhor sobrevivência, contrastando com a falta de emprego formal que atinge grande parte da população, na qual os mais afetados são mulheres, jovens, deficientes, pessoas com baixo nível de formação e de qualificação profissional, ou seja, o público que constitui a EJA.

Na associação da EJA com a Economia Solidária, cabe à educação o papel de semear valores culturais diferentes que convidem o aluno da EJA a ver nas salas de aulas possibilidades de se construir melhores condições de sociabilidade e coletividade, utilizando a economia solidária popular como uma ferramenta na redução da evasão escolar, pois esta economia favorece as relações de colaboração entre as pessoas, visando o bem do grupo e não apenas a parte econômica, fazendo do cidadão o personagem principal de sua história e não apenas um coadjuvante do sistema. Na economia solidária,

O humano passa a exercitar-se no papel de sujeito de sua própria história, ao invés de mera engrenagem do sistema. Com este vetor, pode tornar-se agente da caminhada para a autogestão, expressão do encontro com os valores socialistas, em especial, a igualdade e a democracia (SINGER, 2000, p.2;3).

Segundo o autor citado, a autogestão e a economia solidária agregam valores éticos e morais exclusivos, e estas visam à construção de um novo modelo de sociedade, sua metodologia é observada como filosofia devido aos seus valores, devendo motivar o sucesso nas iniciativas econômicas de pessoas e grupos. Neste caso, a economia solidária promove uma metodologia que aponte para práticas plenas de exercícios teóricos, promovendo o entendimento das transformações em curso no campo político, econômico, social e cultural possibilitando práticas que ajudem o aluno a se desenvolver plenamente nos diversos aspectos da sua vida (MELO NETO, 2003).

2 RESULTADOS

Os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os professores evidenciam que estes em sua totalidade tema conscientização da necessidade de uma preparação específica enquanto professores da EJA para atender de modo satisfatório uma clientela tão heterogênea, marcada pela diversidade de singularidade, quanto a da desta modalidade.

2.1 Os professores da EJA e o combate à evasão escolar

Quando questionados sobre o que a EJA representa para o professor e em que aspectos esta contribui para a sua prática cotidiana, as respostas apontam a EJA como uma modalidades especial e por isso o professor e aluno precisam de muita motivação, como afirmam os professores C e E.

- **Professor C** – “O professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno”.
- **Professor E** – “A EJA representa para mim como educadora a modalidade de ensino que precisa de mais motivação para que atinja o sucesso da aprendizagem”.

Analisando as falas das professoras, é perceptível que ambas apresentam diferentes reflexões, reafirmando que:

O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a des-vela para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade dominante. (FREIRE,2011,p.33)

Em resposta à questão acerca das estratégias de ensino como elemento de combate à evasão dos alunos, os entrevistados afirmam que existe sim relação entre as estratégias de ensino e a evasão escolar na EJA, demonstrando que este problema pode ser resolvido por meio de aplicação de estratégias adequadas a essa modalidade de ensino, pois estas desenvolvem no aluno sentido e interesse para continuar estudando. Vejamos o que dizem a este respeito os professores D e C.

- **Professor D** – “A relação existente é que se o professor utilizar estratégias de ensino que sejam atrativas e inovadoras à sua prática docente, os jovens irão encontrar um sentido maior na aprendizagem e não se evadirão da escola.

- **Professor C** – “Utilizar linguagens alternativas, como a música, o cordel e o teatro, facilita o aprendizado, principalmente de estudantes mais velhos, que geralmente têm mais proximidade com a cultura popular, criando estratégias para despertar o interesse do aluno e assim evitando a evasão escolar”.

Todavia, para a maioria dos professores entrevistados, a evasão escolar está relacionada aos problemas sociais que circundam a vida dos estudantes da EJA, destacando-se, em especial, o descaso dos governos para com a educação das camadas populares e o despreparo dos professores, que no nosso entender, é consequência de tal descaso.

- **Professor C** – “As estratégias usadas são as melhores possíveis, sendo de acordo com o dia- a- dia do aluno e que, mais cedo ou mais tarde, por algumas vezes não é aceito por conta de problemas sociais, descaso do governo e até mesmo professores despreparados”.

Ao serem indagados sobre o nível de evasão escolar nas salas em que ensinam, dois professores não souberam responder e acabaram direcionando suas respostas para outro tema. Três professores conferem o elevado nível da evasão escolar em todas as turmas da EJA na referida escola, atribuindo como fatores responsáveis o ensino tradicional, a não preparação dos professores em cursos de formação continuada em EJA, carecendo a escola de renovação.

- **Professor B** – “O nível de evasão é alto”.
- **Professor D** – “É assustador, pois na maioria das vezes a escola não é atrativa ao jovem, ela ainda se encontra na mesmice com um ensino tradicional que não desperta gosto nenhum pela aprendizagem. Além disso, os professores não dispõem de formação continuada e por esse motivo, encontram-se totalmente despreparados para atuar nesta modalidade de ensino”.
- **Professor E** – “O nível de evasão não só da minha turma, mas de todo ciclo da EJA é muito elevado, mesmo procurando novas metodologias e práticas para melhorar o incentivo deles em sala de aula, vejo que ainda está faltando algo para renovar”.

Sobre as estratégias de ensino adotadas para motivar os alunos da EJA a não desistirem do curso, os professores atestam que buscam usar métodos diferenciados com fins de chamar a atenção do aluno para o ato de aprender, tentando fugir do arcaísmo e agregando prazer às aulas, planejando-as e estimulando o aluno ao ressaltar as suas possibilidades de aprendizagem, com “uma metodologia que fosse um instrumento do educando, e não somente do educador”. (FREIRE, 2011, p.47)

- **Professor A** – “Bom, evito o máximo executar metodologias arcaica, tradicional, sempre lanço mão da interação.
- **Professor B** – “É preciso planejar as aulas de acordo com o nível de escolaridade, tempos que ficaram sem estudos e até mesmo a idade dos alunos, passar, transmitir de forma delicada e prazerosa”.
- **Professor C** – “Mesmo sendo alunos adultos, procuro ser o exemplo de vida para eles através do incentivo na realização das atividades, mostrando o quanto são capazes, não importando a diferença de idade que está presente entre eles. Concluo ainda que a auto-estima influi consideravelmente no rendimento escolar dos alunos, e que através dela poderão sentir mais prazer na realização das atividades, tornando-se possível ao aluno adulto se permitir a uma expressão de afeto, desenvolvendo relações de confiança com seu grupo”.
- **Professor E** – “Como sou educadora da disciplina de matemática do 3º ciclo e a matemática é vista como um “bicho papão”, tento deixá-los o mais livre possível,

trabalho muito oficinas pedagógicas, como construção de bingos com operações, dominós, enfim, jogos matemáticos que facilitem a assimilação dos conteúdos abordados”.

Os professores ressaltam também que mesmo com todo o esforço empregado em sala de aula no tocante às metodologias e estratégias de ensino, é muito difícil executar as atividades docentes de modo atrativo para aos alunos por que o próprio professor não tem incentivo, se sente sozinho nessa empreitada.

- **Professor D** – “Faço o melhor possível para trabalhar de forma atrativa, mas a realidade é que às vezes não temos o apoio e o incentivo da escola, ou seja, ela não nos fornece materiais didáticos e aí fica tudo mais difícil, pois, temos que nos virar sozinhos e fazer a aprendizagem acontecer de qualquer forma”.

Além da metodologia tradicional, os professores afirmaram que adotam outros meios como incentivo ao processo de ensino-aprendizagem de seus alunos. Embora todos os professores tenham declarado que investe em metodologias e estratégias que vão além das tradicionais, apenas um deles explicou com detalhes quais estratégias seriam essas.

- **Professor D** – “Sim, gosto muito de trabalhar com material reciclado, ou seja, sucata, como tampas, palitos, pedras, sementes, entre outros. Trabalho com músicas, pinturas, recorte e colagem e todo material que estiver ao meu alcance”.

Os entrevistados, ao serem argüidos sobre o uso de técnicas inovadoras como ferramenta para promover a redução da evasão na EJA, foram unânimes em afirmar a sua importância e pertinência. Entretanto, quando convidados, neste sentido, a sugerir alguma técnica, as respostas foram dispersas e apenas o professor E citou uma estratégia: o uso da etnomatemática para aproximar o estudo de matemática ao cotidiano.

Segundo Freire (2002, p. 58) a relação professor-aluno deve ser:

Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do ato de conhecer (educador-educando; educando-educador) se encontram mediados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizados assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores. Aprender a ler e escrever já não é, pois, memorizar sílabas, palavras ou frases, mas refletir criticamente sobre o próprio processo de ler e escrever e sobre o profundo significado da linguagem.

O professor A associou a importância das técnicas inovadoras, porém associando estas, exclusivamente, ao uso das novas tecnologias de informação, o que não é comum a sua disponibilidade na maioria das salas de EJA. Sendo assim, discorreu sobre um obstáculo ao seu uso: “Com certeza sugiro as tecnologias que auxiliam o processo e facilita as informações rápidas, mas infelizmente a escola é desprovida de computadores e data-show. Se existe na mesma, não vi!”.

Sobre a questão acerca da maneira com que os professores procuram inovar a sua prática em sala de aula, esta gerou respostas positivas, porém evasivas, apesar da insistência da entrevistadora para que estes especificassem sobre quais técnicas e quais metodologias empregam cotidianamente no seu trabalho docente.

- **Professor B** – “Planejar as aulas de acordo com que o aluno se adapte e transmitir de forma sincera e até mesmo divertida”.

- **Professor C** – “Sempre buscando algo novo, trabalhando com material concreto, dinâmicas, músicas, pesquisas, brincadeiras, gravuras, etc”.
- **Professor D** – “Procuro inovar a minha prática em sala de aula buscando novas técnicas e metodologias apropriadas para atender as necessidades dos educandos”.
- **Professor E** – “Para inovação da minha prática em sala de aula, procuro sempre novas metodologias de ensino em livros destinados a EJA ou na internet, passando assim a ter aulas muito mais prazerosas”.

Na abordagem de Freire (2007, p. 22) podemos sintetizar que a prática educativa é um processo de conotações antológicas na qual:

Aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia. Ensinar e aprender cortando todas estas atividades humanas.

Neste caso, também, é a precariedade das escolas de EJA quanto à disponibilização de recursos técnicos, midiáticos e de áudios-visuais que fundamentam as respostas dos professores. Assim sendo, há a vontade e a sensibilidade por parte do professor, mas estes se deparam com a impossibilidade de dar materialidade a suas idéias e interesses e de atender as demandas apresentadas pelos alunos e pela filosofia que dá sustentação à EJA como uma modalidade específica de educação, como salienta o professor A.

- **Professor A** – “Acredito que na cabeça de muitos professores existem muitas ideias inovadoras, contudo, a escola é desprovida de recursos ou tecnologias para atender as demandas educacionais”.

Quando estimulados a indicar os maiores responsáveis pelo grande índice de evasão escolar, os professores utilizaram-se de certo discurso recorrente em sua entrevista. Assim, os professores A e B evidenciaram a falta de políticas educacionais eficientes, os problemas sociais e o descaso por parte do governo para com a educação pública, enquanto que os professores C, D e E asseguraram que além dos problemas sociais e do descaso do governo, também estão o ensino com metodologias inadequadas, os professores mal preparados e a falta de recursos, nesse caso, matérias e humano-profissionais.

Isso nos remete a afirmar que:

A problematização da formação de professores(as) para atuação na Educação de Jovens e Adultos tem revelado não terem os(as) profissionais desta modalidade, em sua maioria, habilitação específica para tal, trazendo em sua prática as marcas da precarização e, embora a despeito da sua criatividade e compromisso, têm sua docência construída na improvisação e no aligeiramento. (CAPUCHO, 2012, p. 65)

Sob essa ideia podemos destacar que é a formação docente que possibilita ao educador embasamento para um a prática educativa transformadora, já que, na sala de aula, o professor vivência a expressão de diversos níveis de conhecimentos de mundo, advindo da experiência dos alunos. A partir desse conhecimento é possível que o professor consiga desenvolver atividades voltadas para a compreensão dos conteúdos da EJA como uma ferramenta indispensável para a convivência em diferentes espaços sociais.

Ao comentarem sobre quais as principais causas e consequências da evasão escola na EJA, os professores se referiram a questões, tais como: o currículo descontextualizado, o ensino da EJA igual ao do ensino regular destinado a crianças e adolescentes, o despreparo dos professores por falta de cursos de capacitação, a indisciplina dos alunos e problemas de saúde

destes, gravidez, irresponsabilidades profissionais e a falta de recursos suficientes para a realização de práticas pedagógicas inovadoras e motivadoras.

À indagação sobre as práticas consideradas eficazes na realização de suas aulas para evitar ou reduzir a evasão escolar na EJA, os professores realçaram a importância de práticas inovadoras e motivadoras, sem, entretanto, saírem do mesmo discurso e sem denominá-las ou exemplificar. Apenas o professor B, de modo coerente, elaborou a seguinte ponderação: “Minha prática é ouvi-los. Por muitas vezes, tive que “fugir” de minhas aulas de língua portuguesa para falar de outras dúvidas que o aluno tivesse”. Tal ponderação atesta um elemento considerado fundamental, desde Paulo Freire, que é o estabelecimento do diálogo entre professor e aluno, na prática educativa da EJA.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, baseado em leituras, análises e reflexões sobre o uso de estratégias de ensino como instrumento redutor da evasão na EJA, identificou-se que a formação docente embasa as ações educativas, no entanto, é a postura de pesquisador que o educador assume diante da realidade da sala de aula é que vai contemplar aos educandos a mediação de conteúdos significativos para sua aprendizagem.

A interpretação e análise das respostas coletadas por meio de entrevistas realizadas com os professores da EJA da Escola Municipal Júlia Maria de Carvalho Silva manifesta uma impressão desfavorável com relação ao preparo destes profissionais da educação para atuarem na EJA, considerando-se os pressupostos dessa modalidade. Além de fatores extrínsecos à escola, fatores intrínsecos, tais como a falta de recursos didáticos e a ausência de uma formação continuada ou de cursos de capacitação docente, somam-se e justificam o elevado nível de evasão escolar. Todavia, não podemos ignorar os esforços dos professores. As respostas que evidenciam tais esforços dos professores caminham no sentido deste em acertar. Retratam, entretanto, a limitação destes profissionais que não dispõem de um suporte pedagógico atualizado e eficaz na escola em que lecionam. Como salientou um deles ao final da sua entrevista: “Não se faz educação apenas com quadro e giz!”, disse um dos professores no final da entrevista.

Esta frase reflete toda a angústia do professor que deseja fazer mais e melhor pela aprendizagem do seu aluno e pela sua permanência na vida de estudos. Compreende-se assim a existência de uma forte relação entre evasão escolar e estratégias de ensino inadequadas, tendo em vista que estratégias adequadas podem constituir-se ferramentas promotoras na redução da evasão escolar, mas não se pode deixar de compreender que o uso destas estratégias está condicionado, dentre outros motivos, ao oferecimento de treinamento pedagógico e oferta de recursos didáticos (papel, copiadora, data show, vídeo, computador, acesso à internet etc.) indisponíveis na escola investigada.

Todavia, mediante esta pesquisa constatei a relevância da formação docente para o educador da EJA, possibilitando o embasamento para e elaboração de metodologias viáveis que considere as particularidades dos educandos, proporcionando a aquisição de conhecimentos de forma satisfatória.

Portanto, pensar em uma educação capaz de promover a formação do educando da EJA é assumir uma prática pedagógica intencional contextualizada, embasada em teorias contemporâneas capacitando o docente a desenvolver ação e reflexão de uma prática humanizadora.

4 REFERÊNCIAS

ABRANTES, W. M. **A didática da educação básica de jovens e adultos: uma construção a partir da prática do professor.** Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifício Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1992.

BRASIL. **Lei Nº 9394 de 20/12/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. CAMPOS, Edna Lúcia. A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização, na Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Alunas e alunos da EJA. Brasília: Coleção:Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

CANDAU, M. V. **A didática em questão.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CARNEIRO, S. S. **Práticas Escolares para Diminuir a Evasão na EJA.** Disponível em www.revista.univar.edu.br/downloads/praticasescolares.pdf. Acesso em 15 de Setembro de 2013.

CAPUCHO, V. Formação e Prática Pedagógica. *In: Educação de Jovens e Adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania.* São Paulo: Cortez, 2012.

CERATTI, M. R. N. **Evasão Escolar: Causas e Consequências.** SEED/PR: PDE, 2008 - see.go.gov.br.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo. Paz e Terra. 1996.

FREIRE, P. **Política e Educação.** 8ª. Ed. Indaiatuba, SP. Villa das Letras, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, P. **Teoria e Prática da Libertação.** São Paulo: Centauro, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa.* 4 ed. São Paulo: Atlas , 2002

LIMA, Ivana. **O Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba: uma avaliação dos primeiros cinco anos de existência (1999-2004).** João Pessoa; Pb, 2006. Dissertação de Mestrado.

LIONCIO, M. P. **Principais motivadores da evasão escolar no Ensino Médio EJA.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De São Paulo – 2009. MEC. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer CEB nº 11/2000.

MAANEN, J. Van. Reclaiming qualitative methods for organizational reserch: a preface. *In: Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 4, December 1979 a, PP 520-526.

MELO NETO, J. F. *Educação Popular em Economia Solidária.* UFPB –GT: Educação Popular / n.06. 2003.

MOURA, T. M. M. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. *In: Nova Escola - Gestão Escolar.* Título Original: Diferentes desafios em cada etapa. . 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2001

OLIVEIRA, I. B.; PAIVA, J. **Educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, M. K.; RIBEIRO, V. M. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem (Org.). *In: Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras.* São Paulo: Ação Educativa; Campinas: Mercado das Letras, 2001, p. 15-44. Parecer CNE/CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

SALDANHA, L. **Histórico da EJA no Brasil.** 2009. Disponível em: www.webartigos.com, com acesso em setembro de 2013.

SANTOS, M. A. M. T., **A produção do sucesso na educação de jovens e adultos**: o caso de uma escola pública em Brazilândia. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *In: A economia solidária no Brasil*: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, L. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

TRIÑOS. A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. Cadernos pedagógicos do Libertad, 2; 3 ed. São Paulo: Libertad, 1995.

Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária como subsídio no processo de ressocialização do adolescente em conflito com lei

*Joaquim Oliveira da Silva
Helmara Gicelli Formiga Wanderley*

1 INTRODUÇÃO

Os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em caráter de privação de liberdade necessitam de soluções que melhorem o seu modo de vida no contexto social, como deixa bem claro o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006, p. 76) em seu eixo de profissionalização, trabalho e previdência, abordando a necessidade de que os adolescentes devam: “desenvolver atividades de geração de renda durante o atendimento socioeducativo que venham a ampliar competências, habilidades básicas, específicas e de gestão, gerando renda para os adolescentes”

Nessa perspectiva, o trabalho pretende analisar no processo de ressocialização destes sujeitos, questões de cunho teórico-filosóficas, onde nesse sentido, constroem-se os conhecimentos sobre a economia solidária na educação de jovens e adultos de forma significativa, promovendo mudanças de teor social, político, econômico e cultural.

Ainda no âmbito da ressocialização observa-se como os adolescentes em conflito com a lei utilizarão os conhecimentos adquiridos sobre Economia Solidária - ECOSOL como oportunidades para a autogestão e como tais conhecimentos vão interferir nas suas vidas, seja familiar seja na reinserção social.

Metodologicamente trata-se de um estudo de ordem qualitativa, “definida por meio de uma descrição analítica, e não medidas ou contadas” (FACHIN, 2006, p.82). Quanto ao método de procedimento, utilizou-se o método histórico que de acordo com Odília Fachin, compreende a passagem de descrição para a explicação de uma situação do passado, segundo paradigmas e categorias políticas, econômicas, culturais, psicológicas, sociais, ente outras”.

Além disso, esse método permite observar as permanências e rupturas ocorridas num dado momento, numa determinada sociedade ou instituição. Esse trabalho teve como base, pesquisa de cunho bibliográfico e documental em diversas fontes, tais como: livro, artigos, voltados para a temática das questões da EJA e da ECOSOL.

1.1 Educação no Brasil: aspectos sócio-históricos

Com a queda da monarquia e a implantação da República, as elites nacionais passaram a defender que um povo educado era também um povo civilizado. Todavia, deve-se notar que de 1889 a 1930, período conhecido como República Velha, apesar dos discursos em defesa da melhoria da educação, na prática as ações dos governantes limitaram-se a práticas profiláticas de higiene e moral.

Para entendermos como se deu nesse movimento a constituição de uma educação nova, longe do elitismo, observamos na fala de Ghiraldelli Júnior quando diz que:

a primeira escola colocava a educação como um privilegio fornecido pela “condição econômica e social do individuo”, enquanto a segunda assumiria uma educação a partir de um ‘caráter biológico’ na medida em que reconheceria “a todo o individuo o direito a ser educado até onde o permitisse e as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p.43).

Nesse sentido, percebe-se que o ideal liberal de Fernando de Azevedo seria acabar com os privilégios, e fazer surgir uma escola nova, democrática, e igual para todos. Tais ideais con-

tribuíram muito para o avanço e a incorporação dessas mudanças na Constituição de 1934, nos termos do Art. 149

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934)¹⁰.

Mas o ideário educacional dos liberais no ano de 1932 foi despedaçado com a Constituição de 1937. Denominada Estado Novo, tendo Getúlio Vargas oficialmente como presidente, essa Carta propunha não uma educação pública para todos, a mesma ganhava um cenário particular, em que o Estado estaria desobrigado dela mantendo-se somente como um auxílio. Conforme pode ser observado no artigo Art. 130, que estabelece

O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 1937)¹¹.

Também se observa, na mesma lei, que há uma nítida orientação sobre o tipo de educação a ser oferecido para os sujeitos dos segmentos menos favorecidos, como pode ser observado no Art. 129

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937)¹².

Apesar do que se observou até aqui, tendo por base as Constituições da Era Vargas, de 1934 e 1937, respectivamente, não se pode esquecer que de 1934 a 1945, ou seja, por onze anos, o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, promoveu muitas reformas nos ensinos secundário e universitário¹³.

Apesar das reformas propostas pelo citado ministro, não se pode esquecer o caráter eugênico da educação nacional naquele período, previsto na Constituição de 1934.

Mas o caráter elitizado e excludente da educação nacional, apesar das reformas que aconteceram nas constituições seguintes, se mantiveram, assim observe-se o que diz a Constituição de 1946 sobre a gratuidade do ensino, Art 168, inciso II “o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos” (BRASIL, 1946)¹⁴.

¹⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em 14.10.2013.

¹¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em 14.10.2013.

¹² Idem.

¹³ Conforme http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171. Acesso em 14.10.2013. A Reforma Capanema, de 9 de abril de 1942, ou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, instituiu no ensino secundário um primeiro dois ciclos, o primeiro que oferecia o curso ginásial e o segundo ciclo com duas possibilidades o curso clássico ou o científico. Sobre isto ver <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCultura/Propaganda/ReformaEnsino-Secundario>. Acesso em 14.10.2013.

¹⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 14.10.2013.

Mas esta Lei prevê, ainda que não seja sob a responsabilidade do Estado, ensino para adultos. De acordo com inciso III do mesmo artigo, “as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes” (BRASIL, 1946)¹⁵.

Já a Constituição de 1967, tem o caráter excludente, conforme se observa em seu Art. 168, Inciso II “o ensino dos sete aos quatorze anos è obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais” (BRASIL, 1967).

Embora nas Constituições anteriores não se observe interesse do Estado em ofertar cursos para jovens e adultos, a lei de 1967 além de não estabelecer políticas para alfabetizar este público, ela é claramente excludente.

Foi somente com a Constituição de 1988 que se observaram avanços na educação, inclusive, assinala-se que nesta carta é regulamentado o ensino para Jovens e Adultos, como se vê

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio (BRASIL, 1988)¹⁶.

É notório que devido ao longo percurso que a educação escolar brasileira tem percorrido e diante dos fatos que fazem parte desse processo educacional, atravessado por conquistas e também por fracassos, diversos atores de nossa sociedade, principalmente os sujeitos que fazem parte dos grupos menos favorecidos, pessoas de camadas mais baixas de nossa sociedade como, por exemplo, trabalhadores assalariados e pessoas que não tiveram acesso a educação na idade certa, tem ficado a margem de uma educação que valorize o sujeito como ser capaz de pensar e refletir sobre o mundo do qual faz parte, ou seja, uma educação consciente, crítica e comprometida com a realidade na qual está inserido os educando.

Para que o homem se torne um sujeito comprometido com a realidade de sua sociedade ele precisa buscar a educação, assim, de acordo com Freire

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. (1979, pp. 27- 28)

Uma educação que busque estimular o homem a sempre se transformar, dando lhe oportunidades de se reinventar a cada momento de sua vida, numa busca constante de aperfeiçoamento e reflexão de seus atos como atores de uma sociedade tão necessitada de pessoas críticas que não se acomodam com as situações do dia a dia.

Entende-se então que, o homem é um ser capaz de realizar coisas extraordinárias, usando suas habilidades intelectuais e capacidade ativa – críticas numa ação transformadora da realidade E, neste sentido, as ideologias da ECOSOL difundidas e experiência das em salas de EJA pode ser uma forte ferramenta para a transformação social, política e econômica de jovens e adultos, inclusive daqueles adolescentes em conflito com a lei.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14.10.2013.

1.2 A educação popular: uma forte arma no processo educacional

A Educação Popular é um fenômeno humano, onde o ser humano expõe-se a novos desejos e valores, mudando o seu comportamento. Ela está relacionada aos sindicatos, partidos políticos, igrejas, organizações não-governamentais e outras instituições. De acordo com Melo Neto, a Educação Popular propõe, Uma educação promotora de mudanças e criadora de outras e novas disposições mentais no humano, enquanto coloca-o na sua contextura sociocultural, em condição compreensiva de seu mundo mesmo¹⁷.

A Educação Popular também está relacionada à educação pública, não se pode falar em escola pública sem mencionar a Educação Popular, ambas trabalham na construção de saberes que promovem a libertação e a autonomia dos indivíduos como expressou Gadotti (2007, p.24).

A educação popular tem-se constituído num paradigma teórico que trata de codificar e descodificar os temas geradores de lutas populares, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. Trata de diminuir o impacto da crise social na pobreza, e de dar voz a indignação e ao desespero moral do pobre, do oprimido.

De acordo com Gadotti, o objetivo da Educação Popular é facilitar a compreensão científica que grupos e movimentos devem ter acerca do meio em que vivem, e mais, é levá-los a refletir sobre o seu papel enquanto cidadãos críticos.

De acordo com o mesmo autor, a Educação Popular viveu um processo de transformação ao longo dos anos, passando a solidificar-se na década de 50, embasada nos pressupostos de Paulo Freire, que criou programas de alfabetização de Jovens e Adultos, surgidos a partir das críticas às situações existentes.

Os programas idealizados por Freire eram voltados aos setores oprimidos, e tinha como objetivo possibilitar o surgimento de uma reflexão, por parte daqueles que eram/são despossuídos dos produtos culturais produzidos por e para uma minoria elitizada da população.

De acordo com Gadotti surgiram, vários movimentos na região Nordeste, entre os anos de 1960 e 1964, destacando-se o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Basicamente, não constituíam apenas campanhas alfabetizadoras de massa, para acabar com a doença do analfabetismo. Propuseram-se a alfabetizar adultos, mas segundo se pode depreender da ideia de seus líderes, na perspectiva da valorização da cultura e da educação popular (SCOCUGLIA, 2001, p.51).

A afirmação de Scocuglia nos encaminha para uma compreensão mais sistematizada dos movimentos populares. Isto devido ao fato de que os movimentos populares são gerados a partir das necessidades de um povo oprimido que busca conquistar o nível de consciência social das forças que fazem parte do seu meio. Assim, surgiu a cultura popular em oposição às forças dominantes, buscando alfabetizar adultos na perspectiva da Educação Popular.

No que cabe à lei fica claro como deve se proceder o processo formativo na educação de jovens e adultos buscando reparar os danos causados ao que não tiveram acesso a educação na idade certa.

Com o processo de alfabetização de jovens e adultos, os grupos oprimidos pelo sistema capitalista podem ser libertados. A EJA pode instruir e munir seu público de forma a transformá-los em agentes críticos, capazes de modificar o meio social e suas próprias vidas.

¹⁷ Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT06-5968--Int.docx.pdf> Acesso em 16.08.2013

De acordo com Jezine, a Educação Popular representa: “Uma ação organizativa do movimento popular, representa um modo de participar e interferir nos conflitos e confrontos da sociedade, onde educadores e educandos exercem o saber” (2002, p.156).

Nos dias atuais a Alfabetização de Jovens e Adultos, que é uma modalidade de Educação Popular, não visa somente à capacitação do alunado para a vida social, mas objetiva, sobretudo, torná-los sujeitos críticos e participativos na sociedade visualizando suas capacidades, em função da transformação de saberes, formando novos profissionais para atuar no mercado profissional, mas também para o exercício da cidadania.

No Brasil de hoje, a cidadania pode ser definida, a partir dos direitos de “Liberdade, igualdade e fraternidade”¹⁸. É preciso observar, que apesar da dimensão que comporta a definição de cidadania, esta acepção não dá conta das contradições existentes na sociedade. Assim, naquilo que diz respeito a Educação de Jovens e Adultos, cabe observar que esta modalidade de Ensino é mais que um direito, ela é também uma chave para o desenvolvimento econômico e social do país.

1.3 Economia Solidária e Educação

Percebe-se que a Economia Solidária veio para inibir ações desumanas presentes no sistema capitalista vigente, com vistas aos sujeitos marginalizados, pois fica claro que o capitalismo de acordo com Singer (2005, p. 13). “caracteriza-se pela concentração da propriedade dos meios sociais de produção em poucas mãos.” Sendo por essa razão um sistema que não oportuniza o crescimento, ou melhor, dizendo a dignidade da maioria dos sujeitos que são peças fundamentais para a produtividade de um mercado competitivo.

No capitalismo a lucratividade concentra-se nas mãos de poucos, restando à maioria que faz parte da massa trabalhadora uma mísera fatia do enorme bolo da lucratividade com expressa Singer (2005, p. 14):

Na empresa capitalista, todos os esforços dos trabalhadores dirigem-se a um mesmo fim, o de maximizar o lucro dos donos. Por isso, as relações de produção nesse tipo de empresa tendem a ser autoritárias e antagônicas. Tanto capitalistas como trabalhadores sabem que o lucro é o que sobra da receita de vendas depois de deduzidas as despesas, entre as quais avultam os salários.

Se opondo ao capitalismo, a Economia Solidária é concebida como forma de economia que valoriza os agentes participativos de forma igualitária conduzindo-os a uma postura autônoma de seus empreendimentos tanto em relação à tomada de decisão (gerenciamento) quanto à reminiscência advindas de seu labor.

A Economia Solidária é um modelo econômico voltado para as classes populares que visa desenvolver senso de ação participativa entre os indivíduos capacitando-os ao gerenciamento dos bens de consumo, isentando, portanto qualquer iniciativa de empoderamento individual. Singer (2005, p. 14) relata que:

Na Economia Solidária, cada trabalhador é responsável pelo que ocorre com a empresa, participando plenamente tanto das sobras quanto dos prejuízos. Se as sobras são significativas, parte delas será investida no empreendimento, valorizando a propriedade do conjunto dos sócios; outra parte poderá ser repartida entre eles ou colocada em um fundo de reserva.

¹⁸ De acordo com Jaime Pinsky, na introdução do livro “História da Cidadania”, organizado por ele e por Carla Bassanezi Pinsky, “Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico, o que significa que seu sentido varia no tempo e no espaço”. Assim, segundo o autor, no Brasil, como em outros países, a cidadania pode ser definida não só por regras que definem quem é ou não titular da cidadania, mas também pelos direitos e deveres que caracterizam o cidadão (2010, p.9).

De acordo com a citação a cima, o autor Singer mostra a responsabilidade que deve ter o indivíduo em relação à Economia Solidária no momento de participar do excedente bem como cooperar efetivamente em casos de prejuízos.

Em face ao antagonismo entre Capitalismo e a Economia Solidária percebe-se a necessidade de moldar a educação a partir de princípios norteadores da Economia Solidária como salienta Singer:

Fica claro que a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. (2005, p. 16)

O autor ainda deixa claro que essa reeducação deve se estender não só ao aspecto social, mais deve ser extensiva ao aspecto pedagógico:

Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a Economia Solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros. (2005, p. 16)

Dessa forma essa reeducação deve ser moldada nos pressupostos da Economia Solidária valorizando os sujeitos que dela faz parte.

1.4 Integração entre Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

Uma proposta que visa melhorar a Educação de Jovens e Adultos é, sem dúvida, a sua aproximação com os pressupostos da Economia Solidária, pois a economia solidária traz subsídios relevantes na proposta de uma educação que favoreça o processo de formação de um indivíduo autônomo, capaz de se auto gerir e promover a melhoria de uma coletividade, como aponta Arruda (2005, p. 37)

A Economia Solidária promove a educação não como fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes dos seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio desenvolvimento pessoal, comunitário e social. Chamo-a de Educação da Práxis. Essa educação identifica-se pelas práticas conscientes da cooperação e da solidariedade no modo de ensinar e aprender e também nas relações entre educandos, entre esses e os educadores, e entre educadores.

A Economia Solidária vem propiciar ao indivíduo conhecimentos que venham a integrá-los na construção de iniciativas que os levem a se tornarem pequenos empreendedores, ajudando-os na solução de questões de ordem econômica, política e cultural, o que viabilizará ao indivíduo melhores condições de vida, uma vez que o mesmo está apto a gerenciar um negócio, individual ou coletivo.

Essa integração de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária consolidam a auto-estima e o resgate da dignidade humana, por isso vê-se a necessidade urgente de uma adesão a essa proposta:

um duplo esforço: de um lado, oferecer capacitação profissional; do outro, favorecer a sociabilidade positiva de modo a permitir o reencontro do auto-respeito e da autoconfiança, para que as pessoas queiram de fato deixar de depender da assistência pública ou privada e disponham-se a investir tempo e esperança na montagem de empreendimentos, sejam estes coletivos, familiares ou individuais (SINGER apud MELLO 2005, p. 49).

Dessa forma o sujeito se tornará autônomo, mostrando ser dinâmico e cheio de iniciativas, de maneira a competir em igualdade de condições com os demais membros da sociedade.

1.5 O adolescente em conflito com a lei

Quando se fala em adolescente pensa-se logo em fase complicada da vida, pois é nessa fase que o mesmo passa por diversas transformações sejam físicas ou emocionais é nesse período que os adolescentes costumam se inserir de forma mais significativa na sociedade tentando se impor na mesma. Eisenstein apresenta a seguinte colocação a respeito do adolescente segundo Heald EISENSTEIN.

Adolescência é o período de transição entre a infância e a vida adulta e é caracterizada pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade e pelos impulsos do desenvolvimento físico, emocional, mental e social

De acordo com as ideias acima se pode observar que o adolescente é um sujeito que requer muita atenção tanto por parte da família como por parte da sociedade em que está inserido, onde podemos notar que é nessa fase que se consolida a sua personalidade. Eisenstein relata que:

Cada adolescente é um ser diferente, que exige atenção e que não pode ser massificado por critérios consumistas dos meios de comunicação e por estereótipos que irão influenciar marcadamente seu futuro estilo de vida. Assuntos associados à sexualidade, identidade, autonomia, valores e mudanças nas conexões e relações de amizade e afetivas, são temas do cotidiano e da busca de respostas ao “quem eu sou?” Daí, porque essa fase ser também caracterizada pela sociedade adulta como uma época de crises, conflitos, ambivalência, e tempestades familiares que quase sempre levam a situações de risco social associadas ao aumento dos agravos à saúde.

Logo, a fase que compreende a adolescente requer bastante atenção no que tange as suas particularidades, pois o adolescente enquanto indivíduo que compõe a sociedade deve ser respeitado de acordo com suas individualidades.

Nesses termos devemos nos ater às preocupações que toda a sociedade deve ter em relação aos adolescentes que dela fazem parte, pois precisamos educar bem nossos jovens para que os mesmos não se tornem sujeitos conflitantes com a lei. Nesses termos é importante observar que vários de nossos adolescentes que estão hoje em conflito com a lei têm passado por sérios problemas como aponta Santos apud Straus (1994):

Caracteriza o adolescente em conflito com a lei como pessoa com séria deficiência em habilidades sociais e em resolução de problemas, bem como pessoas que sofrem sentimentos de inferioridade, mantendo-se fiéis a um sistema de padrões de comportamento bastante divergente do adotado pelos cidadãos que respeitam a lei²⁰.

²⁰ Disponível em http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2007-06-19T083950Z-97/Publico/Fernanda%20Santos_confrontado.pdf Acesso em 23.10.2013

Pois é no período da adolescência que esses sujeitos estão vulneráveis a violência, pois como aponta Santos: “a antropologia refere que, entre inúmeras culturas a violência e adolescência estão ligadas à passagem da fase da infância para a fase adulta, através da vivência dos rituais de indicação a sociedade”²¹.

Por esses motivos, relacionados ao adolescente, que toda a sociedade deve buscar soluções que garantam aos adolescentes condições para que eles possam passar por essa fase de maneira a não se prejudicar, buscando envolver os adolescentes em cenários educacionais visualizando sempre conduzir os mesmos para caminhos que os levem a ficarem as margens da criminalidade e os afaste de situações que os levem a se tornarem adolescentes em conflito com a lei.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico vivenciado na educação brasileira nos faz pensar que os grupos dominantes, ou seja, as elites sempre tiveram privilégios nesta seara, e que contraditoriamente, as classes menos favorecidas economicamente, não tiveram as mesmas oportunidades. Assim, percebe-se que tradicionalmente os primeiros tiveram a oportunidade de receber educação, quando esta era negada aos sujeitos pobres e educação de qualidade, quando começam a surgir propostas de alfabetização para os sujeitos que não fazem parte das elites. Desta forma, é manifesta na educação brasileira o tradicionalismo e o elitismo, caracterizado no currículo escolar por meio de métodos, cursos, disciplinas, estes sempre priorizando valores éticos e morais do capitalismo. Assim, infelizmente, se consolidou na educação brasileira somente os interesses da burguesia, em que os pobres em nada tinham parte.

Entretanto a educação popular surgiu como forte arma no processo educacional, trazendo para os sujeitos marginalizados valores que os levem a refletir sobre o seu papel na sociedade, e especialmente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, estes personagens são instruídos de forma a lutar por uma educação que os tornem críticos e participativos na sociedade.

Em torno do adolescente que esta em conflito com a lei é notável a carência que os mesmo tem em relação à educação e a profissionalização a EJA pode juntamente com ECOSOL fortalecer o processo de ressocialização dos adolescentes que necessitam de subsídios para a volta a sociedade.

A economia solidária concebida por valorizar o sujeito que faz parte do processo de produção, leva autonomia ao mesmo, fazendo perpetuar a ideia igualdade entre os diferentes agentes sociais e, desta forma, fortalece o espírito cooperativo daqueles que estão engajados nesse modelo econômico, social, político e cultural.

Assim, observa se que, de acordo com o aporte teórico a educação de jovens e adultos aliada à economia solidária aparece como subsídio para a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei.

3 REFERÊNCIAS

BERCHO, C. F. **A educação no Império Brasileiro: Ideias fora do lugar?** Disponível em www.fatece.edu.br/revista/trilhas.../Carolina%20Fuzaro%20Bercho.pdf. Acesso em 29 de Setembro 2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm. Acesso em 14.10.2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/consti-

²¹ Idem.

tui%C3%A7ao46.htm. Acesso em 14.10.2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1967**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao67.htm. Acesso em 14.10.2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 14.10.2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em 14.10.2013.

BRASIL. **Institucional MEC**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171. Acesso em 14.10.2013.

Brasil. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Disponível em www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/.../sinase.pdf. Acesso em: 30 de Junho 2013.

COSTA, C. J. **A Educação no Brasil Colônia: pelo fim da visão Iluminista da História**. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_030.html. Acesso em 10.10.2013.

EISENSTEIN, E. **Adolescente e sociedade expectativas diferentes ou complementares**. Disponível em http://cvdee.org.br/evangelize/pdf/1_0783.pdf. Acesso em 23.10.2013.

FGV/CPDOC. **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)**. Reforma do ensino secundário. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/Educacao-Cultura-Propaganda/ReformaEnsinoSecundario>. Acesso em 14.10.2013.

FREIRE, P. **Política e educação**. Ensaios/ Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 1997.

SINGER, P. **Educação e mudança**. Paulo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

JEZINE, E. M. **Universidade e saber popular**. O sonho possível. João Pessoa: Autor associado. Edições: CCHLA, UFPB, 2002.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as bases da educação nacional – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Edições Câmara, 2010.

ODALIA, N. A liberdade como meta coletiva. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, J. Introdução. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010.

ROCHA, M. A. S. **A Educação Pública Antes da Independência**. Disponível em <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/104>. Acesso em: 25 de maio de 2013

ROSAS, Agostinho da Silva; MELO NETO, José Francisco de. **Educação popular-enunciados teóricos**. V. 2. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. 226p.

SCOCUGLIA, A. C. **Histórias inéditas da educação popular: do Sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; São Paulo. 2 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

Wanderley, H. F. W. **Medicina Legal, Epilepsia e Crime no Brasil de Júlio Afrânio Peixoto**. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: Interpretes do Brasil, UFPE, Recife, 2013.

Agricultura familiar e Educação de Jovens e Adultos: uma perspectiva para a Economia Solidária no Assentamento Acauã, em Aparecida-PB

*Michelly Gomes de Sousa Sá
Edinaura Almeida de Araújo*

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma pesquisa realizada no Assentamento Acauã em Aparecida- PB, com o intuito de analisar como a Educação de Jovens e Adultos pode vir a contribuir com a prática da agricultura familiar como proposta viável a Economia solidária, levando em consideração a produção familiar como um importante fator de desenvolvimento para o campo, bem como a geração de renda para os indivíduos do local e conseqüentemente a diminuição na evasão escolar nas turmas de EJA.

Partindo do levantamento de dados referentes as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar descreveremos ao longo da pesquisa conquistas, problemáticas e desafios a serem vencidos. Considerando que a agricultura familiar promove a ascensão das famílias agricultoras, à medida que incentiva a produção e cria mecanismos de comercialização. Segundo Wanderley (2001) a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural, mas, no entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuído nos últimos anos, no Brasil assume ares de novidade e renovação.

Diante de toda significação dada à agricultura familiar nos últimos anos no Brasil, analisaremos que contribuições a Educação de Jovens e Adultos pode oferecer para um maior desenvolvimento nas práticas agrícolas familiar.

A Educação de Jovens e Adultos é um direito assegurado a todos por lei, e que garante a aqueles que não tiveram acesso a escola na idade própria por algum motivo. Porém no decorrer dos anos esses indivíduos passam a sentir a necessidade da escolarização e recorrem a programas diversos de EJA, no entanto ao começarem a frequentar as aulas sentem-se desmotivados e desistem, causando assim um índice altíssimo de evasão nas salas de aula de EJA. Essa pesquisa possibilitou a compreensão da necessidade de princípios pedagógicos mais direcionados para vivências cotidianas dos alunos, principalmente quando esses estão inseridos em uma comunidade ligada a práticas agrícolas e pecuárias.

Realizando um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, desde a colonização até os dias atuais, retratando dificuldades e conquistas. Abordando também a agricultura familiar e destacando as políticas públicas a ela direcionada, enfatizando as realidades e perspectivas para realização de um projeto de economia solidária. Em seguida, aborda-se o histórico do Assentamento Acauã, localidade onde foi realizada a pesquisa, bem como todo percurso metodológico.

Na etapa seguinte foi analisado os dados coletados por meio de entrevista aos agricultores do Assentamento, entrevistas essas que nos possibilitou uma compreensão mais detalhada do tema abordado. Acredita-se que o presente trabalho apresenta grande relevância para agricultura familiar numa perspectiva de Economia Solidária introduzidos nos princípios da EJA.

1.1 Agricultura familiar e EJA: um novo modo de fazer trabalho e produção solidária

Falar do conceito de agricultura familiar no Brasil é algo recente, coisa de uma década atrás, muito embora o nosso país tenha sido colonizado usando uma base econômica rural

voltada para agricultura, esse termo passou a ser usado muito recentemente. Até então, outras denominações eram usadas para designar tal atividade, conforme cita Denardi (2001, p. 56-57) “(...) falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês.”

No que diz respeito a políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar fica evidente a precariedade e o descontrole das instituições governamentais que regem essas políticas, uma vez que não sofrem influências de nenhuma organização de pequenos agricultores, ficando alheias as condições de políticas fiscais que levam em conta apenas a parte monetária. No entanto é importante ressaltar que a Previdência Social e o PRONAF são políticas públicas indispensáveis para as famílias pobres do meio rural e que elas contribuem positivamente nos aspectos socioeconômicos daqueles indivíduos. Denardi (2001, p. 58) cita que:

A previdência é, de longe, a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. As aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país.

O PRONAF é uma política pública direcionada em favor dos agricultores familiares brasileiros, ele tem permitido o acesso a uma parcela significativa de agricultores e tem de certa forma minimizado os efeitos da exclusão dos pequenos agricultores que não se veem na condição de competir com o mercado capitalista do agronegócio. Para Guanzioli, (2007, p. 302).

O PRONAF surge numa época (1995) na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. Após 10 anos de execução não cabe nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra.

Muito embora ocorrendo todo esse avanço na liberação de capital para os agricultores familiares, muitos são os entraves para se conseguir esse financiamento, por se tratar de uma política com altos custos, como oferecer investimentos a produtores sem capital, com baixa produtividade cujos rendimentos não dariam para pagar as taxas de juros de mercado. Isso acaba por tornar a política pouco eficiente e com bastante barreiras conforme argumenta Guanzioli (2007, p. 304):

Um dos maiores entraves para o crescimento do PRONAF tem sido o setor bancário público, responsável pela liberação dos recursos do PRONAF Crédito, que resiste à ampliação da sua clientela. Este problema teria sido em parte solucionado com a atuação dos Fundos de Aval que permitiram que se aumentasse a participação dos beneficiários no acesso aos recursos [...] os bancos são organizações pouco adequadas para liberar recursos a famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada dos empréstimos.

Seria a solução oferecer taxas de juros baixas e demais condições para que esses agricultores pudessem arcar com o pagamento do crédito financiado, aumentando sua produtividade, conseqüentemente podendo obter investimentos compatíveis a sua estrutura comercial. Em contrapartida a isso Buainain (1997) apud Guanzioli (2007, p. 303) afirma que:

Taxas de juros mais elevadas produziram melhor seleção dos projetos, já que apenas os mais rentáveis seriam compatíveis com o pagamento futuro do empréstimo. Os

produtores também teriam que estar mais atentos à eficiência na utilização dos recursos. Ou seja, haveria uma tensão permanente entre crédito, taxa de juros, acumulação e eficiência econômica. Quando esta tensão cede demasiada para um lado, por exemplo, com redução de liquidez e taxas muito elevadas, compromete-se o processo de acumulação já que apenas alguns projetos gerarão fluxos de rendimentos futuros compatíveis com o pagamento dos juros; de outro lado, taxas muito baixas podem produzir desperdício de recursos escassos, seja pela má seleção de projetos seja pelo desvio ou má utilização dos recursos.

Em resumo, o PRONAF tem conseguido aumentar a área plantada por agricultores familiares consideravelmente, bem como contribuído para a melhoria nas condições de vida dessa população rural. Muito embora ainda exista uma distância grande em relação a eficiência dessa política, pois é necessário desenvolver mecanismos que promovam disciplina financeira e melhor utilização dos recursos.

A agricultura familiar apresenta uma estrutura com traços culturais e solidários o que se adequa aos aspectos da economia solidária. Este fenômeno tem ganhado destaque socialmente e economicamente, através do seu conjunto de atividades voltadas para o desenvolvimento coletivo, sustentável e solidário. Essas características possibilitam um maior desenvolvimento na organização familiar e conseqüentemente um direcionamento voltado para melhores práticas agrícolas que propiciem mais produção.

Numa comunidade rural onde há o predomínio de atividades ligadas a agricultura familiar, existe uma grande facilidade de desenvolver projetos de economia solidária, já que seus meios de produção se antepõem ao capitalismo, segundo Singer (2005, p. 13):

A propriedade privada de meios “individuais” de produção caracteriza a pequena produção de mercadorias, não o capitalismo. Agricultores familiares, garimpeiros, artesãos, catadores de lixo e tantos outros trabalhadores, que possuem seus próprios meios de produção, não se confundem com o capitalismo, antes, antepõem-se a ele e tendem a integrar a Economia Solidária. É o que acontece quando se associam, de forma igualitária, em geral para aproveitar as vantagens pecuniárias de compras e vendas em comum, sem renunciar à autonomia de produtores individuais ou familiares.*

A Educação de Jovens e Adultos pode ser a porta de entrada para o desenvolvimento de práticas solidárias, nas comunidades onde os trabalhadores possuem seus próprios meios de produção, através de princípios pedagógicos que atendam as necessidades de reeducação econômica desses indivíduos. A economia solidária exige uma nova formação para aqueles que foram educados no capitalismo, Singer (2005, p. 16) deixa claro:

(...) a prática da Economia Solidária exige que as pessoas que foram formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. Se apenas um indivíduo adotar comportamento cooperativo em uma sociedade em que predomina a competição, ele será esmagado economicamente e vice-versa: se apenas um se comportar competitivamente onde predomina a Economia Solidária, ele será visto como egoísta e desleal pelos demais, que o excluirão do seu meio. Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a Economia Solidária dê os resultados almejados. Essa visão não pode ser formulada e transmitida em termos teóricos, mas apenas em linhas gerais e abstratas. O verdadeiro aprendizado dá-se com a prática, pois o comportamento econômico solidário só existe quando é recíproco. Trata-se de grande variedade de práticas de ajuda mútua

e de tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros.

O papel da EJA nesse aspecto é oferecer suporte pedagógico aos educandos através de atividades que estejam ligadas as suas vivências, bem como, alternativas que propiciem à autogestão, o cooperativismo, a cooperação, o desenvolvimento integral e a sustentabilidade de forma solidária.

1.2 Assentamento Acauã: Uma história de luta no sertão paraibano

A história do Assentamento Acauã, uma região localizada atualmente no município de Aparecida-PB é caracterizada por um conjunto arquitetônico do Período Imperial, hoje tombada como patrimônio histórico, teve início no mês de Outubro de 1995, quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), divulgou no Jornal O Norte que as terras da Fazenda Acauã - Sousa PB, não estavam desempenhando nenhum papel de produção, sendo assim não estavam cumprindo sua função social.

No dia 02 de dezembro de 1995, 250 famílias ocuparam a parte baixa da fazenda, fato que chamou a atenção das autoridades locais e numa ação de repressão quatro dias após a ocupação, dia 06 de dezembro, obedecendo à ordem judicial 130 policiais do destacamento de Sousa e Cajazeiras, expulsaram todas as famílias levando também todas as ferramentas de trabalho. Desistir não era o momento, acamparam embaixo de uma ponte próxima a Aparecida, e no dia seguinte fizeram uma caminhada da passividade, no percurso de 1 Km de Aparecida à entrada da Fazenda Acauã, ficando entre a pista e a cerca, defronte a Polícia Militar que permaneceu ali por vários dias.

Aos 14 dias de dezembro resolveram voltar e acampar na Fazenda, desta vez ocuparam o conjunto de casas da fazenda e mais uma vez foram despejados, agora por ordem do secretário de segurança pública do Estado. A polícia não mais agia com passividade, e sim com violência agredindo os trabalhadores, empurrando-os com armas e verbalmente com palavrões. A cada despejo os trabalhadores e entidades envolvidas no movimento cobravam do governo providências imediatas para desapropriação das terras.

As dificuldades foram muitas, faltavam alimentos, água, remédios e lonas para construção de barracas, muitas foram às famílias que ficaram pelo caminho, que não resistiram aos despejos, a opressão e até mesmo a prisão de alguns trabalhadores que lutaram durante quase um ano por terras para trabalhar e produzir.

Após muita luta, a conquista se deu em 14 de outubro de 1996, onde o imóvel denominado Fazenda Acauã com área de 2.825.0368ha foi desapropriada para fins de Reforma Agrária através do decreto de 09 de maio de 1996²², que previa a criação de 120 (cento e vinte) unidades agrícolas familiares e a implantação de infra-estrutura física necessária ao desenvolvimento da comunidade rural. Após a conquista foram construídas casas em pau-a-pique (taipe) onde as famílias permaneceram por aproximadamente 1 (um) ano.

Aos poucos o Assentamento Acauã foi se estruturando como agrovila, a partir da construção de casas de alvenaria, eletrificação, uma escola e centro cultural, abastecimento de água, e uma das grandes conquistas, foi a ponte sobre o Rio do Peixe, viabilizando o acesso dos trabalhadores as cidades de Aparecida e Sousa, já que na época das cheias do rio era quase impossível o acesso dos moradores do Assentamento às áreas vizinhas.

Atualmente temos no Assentamento Acauã 114 (cento e quatorze) famílias assentadas que vivem na sua grande maioria da agricultura familiar, e ainda cerca de 30 (trinta) famílias de agregados (filhos de assentados). Embora as grandes dificuldades relatadas pelos agriculto-

²² Decreto de desapropriação da Fazenda Acauã.

res, principalmente a estiagem que tem castigado o sertão nordestino nesses últimos dois anos, ainda é na produção agrícola familiar que as famílias buscam seu sustento e fornecem em feiras livres e em programas como PNAE e PAA os seus produtos para uma boa parte da população adjacente.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A realização deste trabalho teve com percurso metodológico a pesquisa exploratória de campo que foi realizada utilizando o método qualitativo, com a finalidade de aprofundar mais sobre o tema estudado. O método qualitativo usado na pesquisa tem como principal característica compreender os fatos ocorridos através da análise de dados coletados, considerando o sujeito, o meio em que está inserido e toda a dinâmica que os envolvem. Neste sentido Godoy (1995, p. 21) deixa claro:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Participaram da pesquisa sete agricultores cadastrados no Assentamento Acauã, que realizam diversas atividades ligadas a agricultura familiar. Antes da coleta de dados foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi devidamente assinado por todos antes da coleta.

Os participantes responderam a uma entrevista semi-estruturada composta por 7 questões que nortearam toda a pesquisa durante seu percurso. A escolha por esse tipo de entrevista se deu pela abertura que é dada ao entrevistado para relatar de forma espontânea sua linha de pensamento e suas experiências, contribuindo assim com o conteúdo da pesquisa. Segundo Lüdckle e André (1986, p.34) “a entrevista semi-estruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.”

As entrevistas aconteceram nas residências dos próprios agricultores, foram gravadas em áudio e transcritas posteriormente e tiveram uma duração de aproximadamente 30 minutos. A pesquisa se deu em três dias do mês de Agosto do corrente ano, no primeiro dia foi feita uma breve explanação em torno do tema pesquisado, um levantamento do que os entrevistados sabiam sobre o assunto. No segundo dia foram realizadas 4 entrevistas e posteriormente as outras 3. Os entrevistados são apresentados, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 1: Dados para identificação

	Atividade desenvolvida
Entrevistado 1 (E1)	Agricultora e coordenadora do P1+2*
Entrevistado 2 (E2)	Agricultora
Entrevistado 3 (E3)	Apicultor
Entrevistado 4 (E4)	Agricultora
Entrevistado 5 (E5)	Agricultor
Entrevistado 6 (E6)	Agricultora
Entrevistado 7 (E7)	Agricultora

*Programa Uma Terra e Duas Águas

No decorrer da análise dos dados os entrevistados são identificados pela letra “E” seguida de números de acordo com a ordem das entrevistas. Para a análise dos dados coletados é utilizada a análise de conteúdo de Bardin (1977, p. 31) que a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações”.

A análise dos dados busca investigar na fala dos entrevistados a forma de comunicação e o conteúdo das informações, conforme cita Bardin (1977, p. 44) “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.”

3 VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NO ASSENTAMENTO ACAUÃ: OS SUJEITOS E SUAS HISTÓRIAS

Pensar desenvolvimento econômico e superação das condições de vida dos habitantes das regiões do semiárido paraibano impõe uma análise reflexiva do papel dos sujeitos nas ações que promovem mudanças, bem como, dos processos de formação que os encaminham para uma nova forma de pensar, agir e produzir. Nesse contexto, os assentados de Acauã têm um papel relevante na história de transformação da região, considerando que através do trabalho, associado, da parceria e solidariedade foi possível uma transformação política e socioeconômica dos seus integrantes.

Assim, para retratar suas histórias, vivências e experiências, buscamos na fala dos assentados conhecer a realidade vivenciada por eles. Dessa forma através das entrevistas que foram realizadas com 7 agricultores trazemos a luz questões pertinentes as políticas públicas implementadas, a importância da escolarização para os produtores e a contribuição da EJA nas atividades cotidianas.

Indagamos sobre a existência de políticas públicas no Assentamento e as respostas divergem, é o que podemos perceber nas falas dos entrevistados:

Já existiram né algumas, um projeto de caprinocultura, depois um projeto de investimento, o próprio programa de cisterna é uma política pública, só que nós estamos aqui com oito anos que não se conseguiu nenhum projeto mais, todos esses programas agora por causa da seca a gente não conseguiu nenhum. (E1)

A fala da entrevistada ao se referir as políticas públicas implementadas no Assentamento Acauã esclarece as dificuldades vivenciadas na atualidade, consequência também do período de estiagem, contudo, aponta as políticas presentes. O entrevistado (E3) destaca que: “Sim, a gente entregou mel pro PAA, outros entregava hortaliças, entregava pro PNAE, só que já acabou a demanda (...)”. E (E4) destaca:

Olhe, tem diversos programas, que vem pra aqui, inclusive a gente tem um projeto de economia solidária mesmo, pra gente fazer uma cozinha industrial, nós já catalogamos e já fizemos metade da compra dos equipamentos para essa cozinha, pra aqui, pra gente está trabalhando.

Percebe-se através das falas que existem sim políticas, ou programas como alguns colocaram direcionados para a localidade, o que falta são informações coerentes para a população, de como essas políticas funcionam, quais os pré-requisitos, incentivos para que os agricultores se sintam atraídos a aderirem a essas políticas e isso acaba por gerar uma grande contradição. Conforme cita Christoffoli (2012, p.125):

(...) a contradição é que essa massa de assentamentos se constitui numa base social e material extremamente empobrecida e fragilizada, por uma reforma agrária historicamente feita pela metade, e pela incapacidade estrutural de pequenos agricultores

sobreviverem marginalmente ao mercado capitalista em expansão. Mas também porque o desenvolvimento das forças produtivas nos assentamentos demandaria ações de ordem e magnitude que o peso político atual detido pela reforma agrária no país não possibilitam: uma maciça transferência patrimonial para esses setores reformados e um amplo programa de desenvolvimento rural em bases completamente diferenciadas do modelo dominante na agricultura brasileira.

Quando perguntados se essas políticas beneficiavam os assentados de Acauã, referindo-se a programas como PNAE e PAA, podemos observar na fala dos agricultores a insuficiência de informações sobre os programas e a burocratização no pagamento das compras, burocratização essa existente no início dos programas, segundo o E4 que recentemente voltou a entregar produtos ao PAA, essa burocracia na nota fiscal acabou. Como podemos analisar a seguir:

Vendemos muito ano trazado, acho que foi o ano que vendemos mais para o PAA e PNAE (...) vendemos para o primeiro PAA da prefeitura, depois vendemos ao PAA da ASPA (...) ano passado não vendemos ao PNAE, porque criaram muitos problemas, a prefeitura demorava a pagar, tinha que ir a Sousa tirar uma nota fiscal, tinha que ir a Sousa novamente trocar o cheque (...) pagava duas passagens, lá pagava 10, 12 reais da nota, a entrega era muito pouca, demorava a receber e tinha muito custo.” (E1)

Essa burocratização destacada por (E1) durante o ano “trazado” 2011, já foi superada segundo (E4):

A gente já teve problema com nota fiscal, graças a Deus agora não tem mais, tinha que pegar aqui na prefeitura ir pra coletoria tirar nota fiscal, pagava no banco voltava na prefeitura pra depois receber, então assim, era uma burocracia que na compensava, era muito trabalho, agora não, você vai entrega o produto, depois só vai na prefeitura e recebe e assina um recibo.

A fala dos agricultores se contradiz com o que afirma Christoffoli (2012, p. 141):

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) incorporaram mecanismos que direcionaram parte do poder de compra do Estado para o segmento de agricultura familiar e reforma agrária. Através de mecanismos desburocratizados (PAA) e descentralizados (Pnae) direcionou-se um importante volume de recursos públicos para compras de produtos do campesinato. Com isso houve uma dinamização e fortalecimento de segmentos do campesinato que até então encontravam-se marginalizados do acesso a mercados.

Ainda sobre os programas PAA e PNAE, outra dificuldade relatada pelos agricultores é a questão da não valorização dos produtos. Conforme afirma (E5):

Em relação o preço, tem vez que diminui, tem vez que aumenta, logo no começo do programa os preços era lá em alta, agora caiu de 100 % que tava , caiu pra 50 % (...) a última entrega que nós fizemos o coento tava de um e pouco o quilo, na feira dá pra vender de uns 10 reais, em moi. (E5)

Com relação aos preços a entrevistada (E1) destaca também: “Os preços lá em baixo, os preços da proposta, os preços do mercado lá em cima né, um moi de coento por 1 real, no PAA 1 quilo é 1 real, um pé de alface no PAA é 50, 70 centavos, você vende um pé de alface hoje por 2 reais, 2,50, então tá muito baixo”.

A partir dos relatos é fácil perceber que esses programas implantados para oferecerem suporte a agricultura familiar, bem como a valorização do campo não tem cumprido com seu

papel efetivamente. Mas vale salientar que um dos entrevistados analisou positivamente os programas PAA e PNAE quando em sua fala enfatiza: “Beneficia, porque oferece formas de escoar a produção da gente, facilita esse escoamento e a gente está vendendo o excedente que nós produzimos aqui pra esses programas, é uma boa, tá beneficiando porque tá nos dando uma renda a mais.” (E3)

Quando questionados sobre a participação dos entrevistados ou de algum membro da família na EJA, todos os agricultores relataram que eles ou algum membro de sua família já participaram das aulas.

Sobre os pontos positivos e negativos nas aulas de EJA, eles relataram positivamente e negativamente: No que tange aos pontos positivos destacamos as falas de três entrevistados. “Dona Francisca foi uma pessoa que aprendeu a ler e escrever no EJA, ela não sabia era analfabeta, e tantos outros que aprenderam, outros hoje só escrevem o nome, não continuaram a estudar, mas dona Francisca é um exemplo que aprendeu no EJA”. (E1). Destaca (E2): “Não fui mais por causa da minha vista, aprendi meu nome, eu disse tá bom.” E (E5) conclui: “É bom por causa do horário a noite, quando estudava de tarde não dava pra fazer minhas lutas, era uma correria.”

Quanto aos pontos negativos da EJA segundo os entrevistados, podemos conferir a seguir. “Bom minha menina começou e parou, também não tem data certa, começa depois das outras e para de uma hora pra outra, tinha uma bolsa, mas também parou de uma hora pra outra” (E7). O entrevistado (E3) e a entrevistada (E1) analisam da seguinte forma:

Assim, numa análise que eu acompanhei o pessoal no início, eu não sei hoje, mas até onde eu acompanhei, eles se preocupava muito só em questão de aprender a ler e escrever, era em torno disso, aí não tinha uma educação contextualizada com a nossa realidade local, com a vida da comunidade e talvez deixou um pouco a desejar, essa questão aí. (E3)

Assim, eu acho que os outros não era direcionado assim a convivência da zona rural não, eu acho que só esse último que teve, ele sim, as aulas, ele era direcionado a questão da convivência com o semiárido, eu conhecia os livros, o pessoal fazia entrevista, fazia trabalho de campo, os outros cursos, eles eram fechados numa sala de aula numa realidade que vinha não sei de onde... Aí ali tava misturado jovem, adolescente que a gente tem casos que não quiseram estudar, tão fora da idade, aí ali você tinha um público misturado e isso não era considerado, aí você tem a evasão ou pelo lado dos adultos ou pelo lado dos mais novos, porque era tratado por igual todo mundo e não trazia a discussão, porque quando traz a discussão a comunidades vê, percebe e sente.. (E1)

A entrevistada (E1), quando se refere aos cursos passados, está se referindo a turmas regulares de EJA e ao Programa Brasil Alfabetizado e quando se refere ao último curso está falando do Projovem Campo (Programa Nacional de Inclusão de Jovens, na modalidade Campo – Saberes da Terra). Diante do exposto na fala dos entrevistados sobre os pontos positivos e negativos nas aulas de EJA, fica evidente que na maioria das vezes as vivências do educando não são levadas em consideração pelos professores, que planejam suas aulas sem considerar o contexto em que a comunidade escolar está inserida, bem como sem conhecer o aluno, o seu contexto social, suas necessidades, seus medos, seus anseios, o que acaba por dificultar a aprendizagem desses indivíduos. Fazer-se professor de adultos vai muito além, conforme cita Moll (2004, p. 17)

Fazer-se professor de adultos implica postura para uma sensível escrita cotidiana como também para uma ampliação do olhar. Serem ouvidos e serem vistos pode colocar estes adultos, que carregam o estigma de analfabetos, em outro lugar nos espaços sociais nos quais transitam, pode (re) colocá-lo na vida pública, predispondo os de outra maneira no universo de saberes entre os quais a escrita.

Quando indagados sobre como as aulas de EJA podem contribuir com a prática da agricultura familiar desenvolvida por eles, os relatos coincidem:

Desde que seja contextualizada com a nossa realidade aqui, dando o devido valor a comunidade, a história né, e o que a comunidade produz, a afinidade que cada produtor tem e qual a demanda que a gente tem pra suprir, nossos anseios e nossas necessidades do dia-a-dia, aí creio eu, que se preocupando com isso seria ótimo.” (E3)

A mesma compreensão identificamos na fala da entrevistada (E4). “Olha eu acho que direto... na prática mesmo do dia-a-dia no campo né, desde fazer canteiro, de plantar, a realidade mesmo, não adianta vir com uma fantasia que não existe, a gente tem que ser pé no chão, tem que trabalhar o que a gente faz no dia-a-dia.”

Os relatos acima mencionados sobre as contribuições que as aulas da EJA, podem oferecer a prática da agricultura familiar desenvolvida pelos agricultores do Assentamento, são objetivas, pois mostram as necessidades de se adequar os conteúdos e metodologias a realidade vivenciada por esses indivíduos.

Quando questionados sobre Economia Solidária, apenas três dos entrevistados demonstraram já ter ouvido falar e mais, participarem de alguma forma de projetos solidários, os demais reagiram de forma indiferente ao assunto, chegaram a relatar que até já ouviram falar, mas que não sabem explicar do que se trata. Para E1, E3 e E4 as experiências sobre Economia Solidária são:

A gente tem vários grupos aqui, só não tem grupos formalizados, mas têm grupos informais, no PAA do ano passado o pessoal produzia doce, bolo, além da produção da roça de hortaliças, o pessoal também entregava isso. São três grupos de mulheres que produz coletivamente pra esses programas, aí tem também a apicultura e outros. (E1)

Já ouvi falar e a gente assim em nível de sertão tem se organizado, inclusive agora dia 19, 20 e 21 de Agosto, vai haver uma feira da Economia Solidária em Cajazeiras e algumas pessoas daqui vão participar diretamente dessa feira, inclusive eu vou participar também, no caso, eu vou com a produção de mel. (E3)

Assim, economia solidária a gente pratica mais não sabe, porque antes de participar dessas reuniões, a gente fazia economia solidária, mas não sabia o que era. Primeira vez fui a Pombal no Cemar pruma reunião, chegou lá era economia solidária pra cá, pra lá e todo mundo falava e participava e eu só escutando, meu Deus o que é economia solidária? Aí quando o pessoal começou a falar o que era e como praticava, falei, caramba mais a gente já faz isso, mas aí não sabe né, aí fui me aprofundando mais, mãe até fala, você fica de reunião em reunião e não ganha nada, mas a gente ganha o conhecimento, e assim de eventos a gente tem a 3ª feira em Cajazeiras da economia solidária, no Agosto Cultural, já tem a de Pombal que vai ser realizada em Outubro, teve em Patos a gente foi e tem a de João Pessoa e sem contar os intercâmbios que a gente faz, já fui para 5ª Plenária em Brasília é muito legal, muito interessante mesmo. (E4)

Diante dos relatos podemos refletir de acordo com o que diz Singer (2005, p. 19)

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a. Mas, seus valores fundamentais precedem sua prática. Não é preciso pertencer a uma cooperativa ou empreendimento solidário para agir solidariamente.

Em seguida foi questionado se os entrevistados acreditam que a agricultura familiar e a EJA possam vir a contribuir para a prática da Economia Solidária? Analisaremos as falas a seguir: (E1) destaca que:

Pode sim, se mudar o sistema das políticas, da forma como as políticas estão aí, não muda não, porque as políticas, elas já vem individualizadas, é difícil você encontrar um projeto solidário. Hoje as pessoas tão, tão educadas no individualismo, no eu, no meu, que às vezes quando tem uma proposta coletiva solidária, tem pessoas que não quer, o INCRA trouxe pra cá uma proposta de um recurso chamado Semiárido Mulher, mais ou menos assim, aí tem que ser coletivo, tu pensa que o povo queria? Com muito sacrifício conseguimos formar 7 grupos, somente 7 dentro da comunidade toda. Agora tu pergunta, cadê o projeto? Até hoje, essas mulheres ficaram com uma raiva tão grande, então é assim, é um desestímulo tremendo, a gente teve dificuldade de criar os grupos, só que o projeto não foi pra frente, então isso vai quebrando e as pessoas vão ficando no individualismo, vou cuidar do meu e você se vire.

E o entrevistado (E3) afirma que:

É aquela questão, desde que seja voltada para questão contextualizada da realidade daqui da gente, vai sim, incentivar essas práticas, vai nos trazer mais conhecimentos, vai valorizar nós agricultores, é por aí, a valorização dentro da sala de aula do que vivenciamos, aí assim funciona.

Sobre a prática da economia solidária Singer (2005, p. 15) destaca:

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição (...) No plano econômico, cada um está condicionado a afirmar seus interesses individuais, vistos como antagônicos aos dos outros. Prevalece a lógica do mercado, em que todos competem com todos, cada um visando vender caro e comprar barato, para maximizar seu ganho. O individualismo impõe-se, enquanto ideologia, em grande medida porque leva os participantes a comportamentos 'racionais' nos mercados. A norma implícita dessa "racionalidade" é que, na economia de mercado, os ganhos de uns correspondem a perdas de outros.

A Economia Solidária mesmo que pautada no plano econômico deve estar contrária a esse jogo econômico de perdas e ganhos imposta pelo individualismo vivenciado no capitalismo. Assim, compreender estas práticas e a lógica de funcionamento, é buscar novos conceitos de produção, de relacionamento, solidariedade e desenvolvimento social, presentes na proposta da economia solidária e que deve ser respaldada pela educação. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos no meio produtivo solidário é um mecanismo que pode viabilizar um resultado positivo no tocante a apropriação do conhecimento e implantação de novas formas de organização produtiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral da pesquisa que foi analisar de que modo a Educação de Jovens e Adultos pode contribuir com a agricultura familiar, desenvolvendo práticas para uma economia solidária, podemos considerar que através da pesquisa exploratória literária e de coleta de dados no Assentamento Acauã, é possível observar que aquela população tem toda sua base econômica, ou quase toda pautada na agricultura familiar e que são assistidos por políticas públicas pouco eficientes, mas que de alguma forma estão suprindo as necessidades

existentes. No que diz respeito à EJA a comunidade também é assistida por turmas regulares e por programas como Brasil Alfabetizado e Projovem Campo, dentre outros. No entanto são relatados problemas como evasão, falta de interesse dos educandos, conteúdos e metodologias distante da realidade ali vivenciada, como também despreparo dos docentes, problemas esses comuns na EJA em nível de Brasil.

Tendo em vista os relatos de alguns entrevistados podemos perceber que uma pequena semente da economia solidária já foi plantada no Assentamento Acauã, pois existem agricultores mobilizados pela causa, participando de eventos e reuniões acerca do tema, no entanto para que essas práticas cheguem até as salas de EJA é preciso uma formação contínua dos coordenadores de programas, supervisores e professores no que diz respeito a conteúdos e metodologias aplicados em sala de aula. Essa formação deve ser feita coletivamente, inclusive com os próprios alunos, pois a prática da economia solidária só deverá se efetivar a partir de medidas que proponham um novo entendimento econômico e a sua prática efetivamente.

Diante disso, conclui-se que é necessária toda uma readaptação curricular, bem como capacitação para os docentes atuarem nas turmas de EJA, para que esta seja capaz de contribuir positivamente nas práticas da agricultura familiar numa proposta de economia solidária.

5 REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELLO, J. L. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL**. História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. Pedagogia em foco, Vitória 1993, Disponível em <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.html>>. Acesso em: 19 de julho de 2013.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CHRISTOFFOLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In: BENINI, Êdi A. [et. al.] (org.). **Gestão Pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.vol. II.p. 121-152.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, n.3, p. 56 – 62 jul./set. 2001.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação**. [versão prévia]. 2001.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. Rio de Janeiro, vol.45, n.2, p. 301-328, abr./jun. 2007.

LOPES, J. L. **Educação de Adultos no Brasil: Legislação e Ideologia**. João Pessoa: Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. 1985.

LUDKE, M; ANDRÈ M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MENDANHA, J. F. **Economia Solidária e Agricultura familiar**. Revista Científica do IT-PAC. Tocantins, v. 3, n. 3, p. 41-44, jul. 2010.

MOLL, J. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. *In*: MOLL, Jaqueline (org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004. P. 9 – 18.

SINGER, P. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In*: KRUPPA, Sônia M. Portela (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. Capítulo 1. p.13-20.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo- RS: UPF, 2001, 405 p

A Economia Solidária como alternativa de inclusão econômica para os alunos da EJA

*Giseuda Lima Benevides
Marconi Araújo Rodrigues*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca suscitar acerca da inquietação no que tange ao universo escolar, ora por meio de questionamentos, ora por contextualizações que impulsionem a busca pelo conhecimento e a transformação do mundo, promovendo econômica e socialmente a comunidade escolar local a partir da Economia Solidária como alternativa viável de crescimento financeiro com qualidade de vida e, principalmente, com o desenvolvimento e aprimoramento dessas idéias entre os jovens e adultos.

Em um primeiro momento, é preciso conscientizar alunos e educadores de que a Educação de Jovens e Adultos é, antes de tudo, um direito social, assegurado na Declaração dos Direitos Humanos, no artigo XXVI, que diz: “Toda pessoa tem direito a instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais”.

Nesse sentido, a Educação de Jovens e Adultos deve ser ofertada não como prática compensatória ou assistencialista, mas de modo que atenda as condições e necessidades dos educandos, assim como está explícito na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (LDB/96):

Art. 37 – A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Em seguida, faz-se necessário partir do pressuposto de que as práticas educativas, baseadas no princípio democrático da Economia Solidária, não podem ser realizadas sem o devido reconhecimento e a ampliação dos sentidos da aprendizagem para os alunos e nem afastar-se da participação dos mesmos na sua formulação. Também, é preciso expor a situação dos trabalhadores frente ao desemprego, deixando claro, no entanto, que a educação desponta como uma linha norteadora que pode fazer delinear um novo horizonte com perspectivas positivas desde que os mesmos estejam dispostos a arregaçar as mangas e trabalhar em busca de um real crescimento social e econômico.

Por último, é preciso traçar uma panorâmica acerca da necessidade que se tem de que os educadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos percebam e compreendam tanto a realidade da comunidade local quanto a nacional. Partindo da hipótese de que uma economia local solidária só é possível com a capacitação de um grupo (que pode ser os alunos da EJA, por exemplo), na compreensão do mundo do trabalho, sua organização social e apropriação dos meios de produção, tornam-se viáveis propor ações que intervenham no que diz respeito às melhorias na qualidade de vida dessa população que, muitas vezes, está longe do conhecido centro econômico.

Para propiciar o atendimento do estudo foi delimitado como objetivo geral, analisar as possibilidades de promoção econômica e social dos alunos da EJA tomando como base os pressupostos da Economia Solidária. Assim como, para ajudar para atingir tal objetivo foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Apresentar a Educação de Jovens e Adultos

como uma modalidade de ensino de qualidade e com amparo legal; Apontar a Economia Solidária como alternativa viável de crescimento financeiro, acompanhado de qualidade de vida para os jovens e adultos; e Traçar uma panorâmica acerca da necessidade dos educadores da EJA de compreender tanto a realidade local como a global.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de um estudo bibliográfico e documental, que trata da Educação de Jovens e Adultos, na atual sociedade e da Economia Solidária.

A pesquisa bibliográfica tem como característica o levantamento bibliográfico através de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica. (MARCONI; LAKATOS, 1992, p. 43- 44)

A fim de delinear o atual perfil econômico dos alunos inseridos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, foi utilizada a teoria defendida por Paul Singer, que afirma que a alta concentração do capital traz, como consequência, a formação de uma classe cada vez mais numerosa de pessoas que, por não conseguirem estabilidade empregatícia e financeira, acabam por ser estigmatizadas pela sociedade capitalista como perdedores.

Munido desse pensamento, Santos (2004) defende que é necessário que os princípios que alicerçam a educação de adultos sejam construídos de forma a priorizar uma educação qualitativa diferente, onde o aluno tenha o direito de ser igual aos outros quando a sociedade o quiser inferiorizar.

O método de pesquisa bibliográfica e documental utilizado no presente trabalho permite que o mesmo possa ser baseado no que já foi publicado em relação ao tema, de modo que se possa delinear uma nova abordagem sobre o mesmo, chegando a conclusões que possam servir para um sólido embasamento de futuras pesquisas.

3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PROPOSTA PARA A MUDANÇA

É fato que homens e mulheres são capazes de mudar o mundo para melhor, desde que não sejam fundamentados em sonhos utópicos ou ilusões e devaneios sem base sólida.

Porém, não se pode pensar em mudar o mundo sem sonhos verdadeiros ou projetos e, nesse ínterim, é bastante relevante lembrar que sonhos e ilusões não devem ser confundidos: sonhos têm sua base alicerçada na realidade; na busca de um objetivo sólido e alcançável. Ilusões, por outro lado, andam na contramão do concreto; tornam-se propostas sem perspectiva de alcance.

Eis que surge, então, a educação de Jovens e Adultos como um novo horizonte que se descortina para esses seres humanos que, embora imersos em sonhos e idéias, mantinham-se à margem de uma sociedade que, de certa forma, marginalizava-os, acabando por castrar o seu efetivo exercício da cidadania.

No entanto, a cultura oral inculcada na mente das pessoas que são alunos da escola pública brasileira e, ainda, integrantes do segmento da Educação de Jovens e Adultos está intimamente relacionada com os conceitos de trabalho e sociedade.

De acordo com esse pensamento, essas pessoas são duplamente oprimidas: no primeiro momento pela dependência econômica a que são subordinadas e, depois, pela idade e consequente velhice, da qual não tem como escapar.

A EJA, então, apresenta-se como uma perspectiva de mudança desse mundo opressor. Os sonhos desses alunos são objetivos pelos quais eles lutam. Sua realização não se dá de forma

facilitada. O caminho da conquista, na maioria das vezes, é árduo e espinhoso; implica luta, recuo, renúncia.

Quando o foco volta-se especificamente a Educação de Jovens e Adultos, é recomendável dar uma pausa nos costumeiros discursos educacionais que estamos acostumados a ouvir (e por vezes, até partilhar) para abrir caminhos para uma reflexão em torno do processo didático que ora permeia esse segmento de ensino. Não que ele tenha maior ou menor relevância que os demais segmentos (fundamental e médio regular), e sim, porque trata-se de uma educação que destina-se às pessoas para as quais a vida foi, de certa forma, cruel e injusta, uma vez que a maioria esmagadora dos alunos da EJA é formada por pessoas que não tiveram ou não puderam ter o direito à escolarização no tempo certo, devido a influência de diversos fatores.

A escolha e a decisão desses alunos de voltarem a se integrar ao processo educacional remetem-nos a necessidade de encarar a importância do processo didático utilizado nessa modalidade de ensino. Processo esse que, não podendo jamais ser neutro, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas e da acomodação do ser humano frente a uma realidade tida como intocável.

O educador, então, passa a ter um papel fundamental como mediador entre essas pessoas e o acesso ao conhecimento que elas tanto anseiam.

O modo como o educando da EJA aprende ultrapassa o caráter cognitivo e afetivo do ser humano. Pensando nisso, é importante que o aluno seja estimulado a pensar e criar por si só. A temática trabalhada deve ter um caráter atrativo, que fortaleça a curiosidade do mesmo, fazendo com que esse aluno busque respostas, visando, em primeiro plano, o fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, é preciso se conscientizar de que a luta ideológica, política, pedagógica e ética não escolhe lugar e nem hora. Tanto se verifica nas relações pessoais, como estudantis e profissionais. O ideal é deixar claro o respeito que se deve ter pela dignidade do outro; respeitar o direito de ter, relacionado com o direito de ser.

A Educação de Jovens e Adultos tem o dever de ser realizada de acordo com a cultura local, não deixando de lado, porém, a sua essência que é formar homens e mulheres ativos no processo de formação e (re) formulação da sociedade; sujeitos que interfiram no “fazer” da história e no simples “reinventar” da sua própria história.

Deve ser levada em conta, também, a questão de que alunos dessa modalidade (EJA) são pessoas que viveram ou ainda vivem à margem econômica da sociedade e que, através da educação, buscam oportunidades melhores. O caráter reflexivo e crítico que deve existir nos professores do século XXI é primordial para tornar os alunos da EJA cidadãos comprometidos com os seus deveres e conhecedores dos seus direitos.

Diante disso, faz-se necessário que professores e educandos assumam uma nova roupagem diante das dimensões do processo didático e, juntos, tracem estratégias pedagógicas que incentivem os alunos a se tornarem agentes pesquisadores, participativos e com senso investigativo. Vale lembrar, porém, que ao professor é imputada a responsabilidade de elaborar meios que viabilizem uma aprendizagem significativa e em acordo com os princípios básicos da educação: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar.

Sabe-se que educar é muito mais do que reunir várias pessoas numa sala de aula e transmitir – lhes um conteúdo pronto. É papel do professor, especialmente do professor que atua na Educação de Jovens e Adultos, compreender melhor o aluno e a sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, ajudando-o a buscar, cada vez mais, seu crescimento pessoal, profissional, social e econômico.

Outro ponto que suscita diversos debates é a qualidade do ensino que está diretamente interligada com a preparação do professor, que tem que se capacitar para estar atuando junto às turmas de Educação de Jovens e Adultos. Essa capacitação precisa ser reconhecida e valorizada.

zada, uma vez que esse segmento de ensino acolhe e apoia jovens e adultos que foram privados, de alguma forma, da oportunidade de estudar no período correto e a busca do reconhecimento da importância da EJA é, acima de tudo, compreender a necessidade que se apresenta de erradicar o analfabetismo e não o analfabeto.

Indicar para professores e alunos da modalidade de Jovens e Adultos que é possível introduzir novas práticas no cotidiano e no trabalho, de forma coletiva e autogestionária e que esse trabalho exige um constante aprendizado na Educação de Jovens e Adultos, por nele todos são responsáveis pelas decisões e pela socialização dos resultados obtidos.

4 O CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA DO DESEMPREGO

O atual cenário do capitalismo tem desencadeado uma gama muito grande de produção de desemprego. Basta olhar em volta que é possível visualizar muitos indivíduos fora do mercado formal de trabalho fixo e assalariado, que não conseguem, por mais que tentem vender a sua força de trabalho.

Esse processo é oriundo de um sistema de produção que se configura pela busca desenfreada do lucro, dentro de uma sociedade que é regida pelo poder do dinheiro. Sistema esse que, de certa forma, acaba por determinar que os seres humanos sejam tidos como meras figuras, capazes de transformar matéria-prima em mercadorias, uma vez que a sua força de trabalho é explorada de forma alienada e desvinculada do processo educacional que o faria pensar, para não se correr o risco de transgredir a ordem do capitalismo determinista.

Nesse sentido, o fato de se estar desempregado deixa de ser uma simples contradição ao fato de se estar exercendo uma atividade remunerada, para transforma-se em um problema social de dimensões bem mais agravantes: o surgimento dos conhecidos “desempregados de longo prazo”.

Tiriba (2004) expõe que as estatísticas não consideram como desempregados os sujeitos que não estão à procura de um emprego ou que trabalham de forma informal. Diante disso, afirma que é preciso questionar estas estatísticas quando o assunto é emprego e desemprego, pois elas:

[...] ao totalizar a realidade humano-social, desconsideram a complexidade das relações econômicas, ofuscando outros mundos, nos quais a força de trabalho não se configura como uma mercadoria. Sinalizamos que a economia global não se resume à economia capitalista e que, tampouco a economia popular se configura como refúgio dos desempregados. (Tiriba, 2004, p.76)

A realidade é que, a questão do desemprego é um problema estrutural e muitos indivíduos encontram-se fora do mercado de trabalho e passam a ser estigmatizados como perdedores. Segundo Singer:

A concentração do capital tem como contrapartida a formação de uma classe cada vez mais numerosa de “perdedores”, qual seja, de pessoas que não tem meio próprios de produção e que se sustentam vendendo sua capacidade de trabalho aos capitalistas (ou ao estado). Os capitalistas dependem dos trabalhadores assalariados para que seus capitais produtivos sejam acionados e assim valorizados, assim como os assalariados dependem dos capitalistas (e do Estado) para ser empregados e poder ganhar o sustento próprio e de seus dependentes. (SINGER, 2005, p.14)

Dentro do atual sistema capitalista que impera na sociedade, se não se é dono dos meios de produção, faz-se necessário vender a sua força de trabalho para conseguir sobreviver. Esta característica é a que se mostra mais marcante nesse capitalismo exacerbado: a concentração

dos meios de produção em poucas mãos, a livre competição e o esforço dos trabalhadores para uma mesma finalidade: a de potencializar os lucros dos proprietários das empresas. Aliado a isso está a questão do desemprego estrutural e a geração de trabalho e renda como alternativa de superação dentro desse cenário econômico tão opressor.

O trabalho como alicerce da vida humana e a tomada de conscientização da classe trabalhadora podem ser despertados nos alunos e alunas da educação de Jovens e Adultos, partindo do questionamento da alienação do valor-trabalho. No poema de Vinícius de Moraes (1956) intitulado O OPERÁRIO EM CONSTRUÇÃO, o homem é apresentado como alguém que “tudo desconhecia de sua grande missão”:

Era ele que erguia casa,
Onde antes só havia chão;
Como um pássaro sem asas,
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão,
Não sabia, por exemplo,
Que a casa de um homem é um templo,
Um templo sem religião,
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo sua liberdade,
Era sua escravidão. (Vinícius de Moraes, 1956)

Se for analisado de uma forma simbólica, esse poema de Vinicius de Moraes aborda a tomada de consciência individual de um trabalhador; sua resistência ao utilizar frequentemente a palavra não; seu trabalho na construção das coisas e sua completa ignorância que fazia com que ele desconhecesse a importância de sua profissão, chegando ao ponto de achar que o que ele fazia não era mais que obrigação. Sangue, suor e lágrimas numa sociedade que só dá valor às coisas materiais. O poeta mostra em versos a alienação de uma população que carrega tijolos misturados com suor e cimento.

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário. (Vinicius de Moraes, 1956)

A conscientização acerca do valor do trabalho junto aos alunos da EJA pode ser constatada ao se perceber, no poema que, “tomados de uma súbita emoção”, os trabalhadores olham em volta e se surpreendem com o fato de que foram eles que construíram tudo o que existia.

Uma alternativa é despertar nesses educandos a sua importância como sujeitos históricos, baseados no poema, que pode ser utilizado como recurso didático na Educação de Jovens e Adultos. Esse aluno deve ampliar a sua percepção para a sociedade que ele próprio construiu e ela mesma deu a ele o direito de dizer não. No entanto, se a poesia continuar a ser analisada, chega-se a uma parte em que o patrão contrata pessoas que vão ter a missão de delatores e agressores; precisam fazer com que o operário diga sim:

Em vão sofrerá o operário
Sua primeira agressão,
Muitas outras seguiram,
Muitas outras seguirão,

Porém, por imprescindível,
Ao edifício em construção
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.

(Poema de Vinícius de Moraes, Operário em Construção, 1956).

Entretanto, ao se dar conta que o operário não se convence nem por meio da dor (agressões), o patrão, então, tenta usar de uma nova estratégia: persuadir o trabalhador com a proposta de dinheiro, fama, mulheres... Ao olhar em derredor, no entanto, e observar o bairro que ele próprio ajuda a construir, o operário vê algo que o patrão não consegue enxergar. Esse último está preocupado com a obtenção do lucro a qualquer custo, enquanto o primeiro percebe as construções realizadas pelas mãos dos trabalhadores operários como ele e diz ao patrão: “[...] não pode me dar o que é meu.” (Vinicius de Moraes, 1956)

É essa larga percepção da sociedade, que vai além das meras aparências, que os educadores procuram demonstrar aos alunos e alunas da EJA, isto é, um olhar perspectivo. Fazer desses indivíduos seres responsáveis pela construção da história social; sujeitos capazes de desenvolver a plena capacidade de pensar solidariamente. Suscitar nos nossos educandos a vontade de se tornarem seres engajados no mundo e conscientes do seu poder de intervenção na transformação de uma sociedade corrompida pelo capitalismo exagerado.

Enquanto esses indivíduos não sabem fazer nada e encontram-se distantes cada vez mais do centro econômico dominante, a liberdade do senhor – patrão só existe devido à dependência a submissão total em relação ao escravo, isto é, ao trabalhador, que permanece alienado, realizando o seu trabalho de forma mecânica e achando que tudo que o patrão (capitalismo dominante) faz é mais do que direito, enquanto que os seus próprios direitos têm sido violados da forma mais vil e cruel que se pode fazer.

Mas com o aumento da conscientização das classes menos favorecidas (e nesse campo, a EJA tem papel fundamental), pode-se voltar a almejar a realização da verdadeira educação popular, que não se reduz ao controle e coesão social para o enriquecimento econômico de poucos, mas que se constitui, enquanto prática libertadora e promotora do desenvolvimento humano. É dessa interação útil e vantajosa que, acredita-se ser possível emergir outra proposta de EJA, que mergulhe na realidade dos estudantes sem condená-los à um futuro pré-estabelecido *para* eles, mas sim, construído *com* eles.

5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A OPORTUNIDADE DE PENSAR GLOBALMENTE E A NECESSIDADE DE AGIR LOCALMENTE

A Educação de Jovens e Adultos é uma ferramenta educacional poderosa, capaz de moldar a identidade de um cidadão e dar um novo significado à sua vida. A educação, ao longo da vida, implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas.

É necessário, também, atentar para a especificidade da educação de adultos. Os educandos deste segmento apresentam características próprias, bem diferentes das crianças, necessitando de linguagens, metodologias e materiais didáticos apropriados, bem como que o sistema educacional esteja alicerçado em princípios filosóficos, psicológicos, sociológicos adequados ao processo de ensino-aprendizagem do aluno adulto.

Também é importante ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos deve contemplar, ainda, as transformações na economia, de modo a permitir que homens e mulheres desenvolvam suas habilidades e possam participar do mercado de trabalho e da geração de renda de forma ativa, já que a EJA deve atuar como mediadora do acesso à informação.

5.1 A Educação de Jovens e Adultos e a Filosofia da Economia Solidária

Faz-se necessário garantir aos educandos do segmento da educação de Jovens e Adultos a participação integral tanto na escola quanto na influência da sociedade, sem discriminação. Para isso, princípios humanitários surgem como alternativas para a qualidade de vida desses alunos e ainda permitem que profissionais da educação, a sociedade civil e ao poder público compreenderem melhor os conceitos de Economia Solidária e, ainda promoverem a inclusão e o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos verdadeiramente socializados e democráticos.

A educação de adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito ativo. Coloca-nos o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito de ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que o reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos. (SANTOS, 2004).

A EJA – Educação de Jovens e Adultos – enquanto modalidade de ensino que visa atender a alunos trabalhadores tem como objetivo o compromisso com a formação humana e com o acesso a cultura geral, de modo que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com postura ética e compromisso com a mudança, se necessário, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Por que os jovens e adultos não buscariam oportunidades de estudos se a participação na vida social, cultural e política é cada vez mais condicionada ao acesso a informação, conhecimento e tecnologias?

A fim de responder a este questionamento, faz-se necessário compreender que o capitalismo atual, vigente na nossa sociedade, não considera o capital humano como valor, mas como uma mão-de-obra de exploração. Além disso, cabe-nos considerar também a marginalização e a ausência de horizontes de mudança social que afetam as populações em situação de extrema pobreza e influem na falta de motivação e nas dificuldades que tanto os jovens, quanto os adultos e até os idosos enfrentam para se inserir em processos ou mesmo programas de escolarização.

A Economia Solidária, então, desponta como um viés econômico capaz de mostrar à esses educandos que é possível a sua inserção no mercado econômico. Um novo perfil econômico é possível dentro da atual sociedade capitalista em que vivemos, na medida em que os educandos da EJA, trabalhadores que já o são, organizem seu espaço público-político, através de uma economia solidária, com finalidades humanas.

A Economia Solidária é um termo que engloba diversas perspectivas que se aproximam em uma intenção comum: a alternativa de desenvolvimento sustentável. Conforme Tiriba (1998, p. 189), muitas denominações são utilizadas para representar diferentes experiências econômicas populares, como: “Economia Popular, Economia Solidária, Economia da Solidariedade e Trabalho, Associativa Informal, Subterrânea, Invisível, Submersa...”, mas todas refletindo iniciativas de base comunitária, popular. Iniciativas que se traduzem como atividades e programas de geração de trabalho e renda e como possibilidades de superar a exclusão econômica e social.

Para Tiriba (1998), a questão da criação coletiva e individual de estratégias para se organizar contra as injustiças sociais não é um fato novo. Mas o que realmente é novo é o contexto generalizado de perda da centralidade do trabalho assalariado nas relações entre o capital e o trabalho. A economia Solidária, nesse contexto, não é só uma possibilidade gerar emprego e renda, como também representa uma oportunidade de desenvolvimento de uma prática pedagógica formadora de uma sociedade mais justa e solidária.

Ao professor atuante na EJA, cabe o dever de compreender a necessidade de respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que envolvem classe, raça, saber e linguagem dos seus alunos, caso contrário, o ensino ficará limitado à imposição de um padrão, um modelo pronto e acabado, em que se objetiva, apenas, ensinar a ler e escrever de forma mecânica. Enfim, o que se pretende com a Educação de Jovens e Adultos, intercalada com a Economia Solidária, é dar oportunidade igual a todos.

Desse modo, é possível concordar com Paulo Freire e considerar que é necessário propor uma nova alternativa a esse sistema sócio-econômico globalizado. No momento em que se desperta o espírito investigativo, crítico e social nos nossos alunos integrantes da modalidade de Jovens e Adultos estamos transformando a curiosidade em um conjunto de conhecimentos, ou seja, desenvolvendo a análise crítica pelos alunos e alunas. Assim, sendo, é obrigação da Educação – e, claro, mais precisamente dos educadores – dar condições para que os educandos da EJA interajam na sociedade como atores e também autores sociais e históricos. Pensar, comunicar, criar, realizar e transformar sonhos são capacidades próprias do ser humano. Diante disso, uma educação voltada para a Economia Solidária como alternativa para a melhora da qualidade de vida, principalmente nas pequenas cidades do interior do Brasil, como na Região Nordeste, pobre economicamente e ainda, com sérios índices de analfabetismo, só é possível com análise histórica, política e social capaz de provocar a expulsão do opressor de dentro do oprimido. (Cf. FREIRE, 2000)

Munidos desse pensamento, não posso deixar de dar a mão à palmatória para Calos Alberto Torres, quando este diz:

Há uma frase em inglês, que foi cunhada pelo movimento ecológico, que diz THINK GLOBALY, ACT LOCALY (pensar globalmente, atuar localmente). Isto é talvez a expressão mais clara da luta política atual. Enquanto os países e os governos vão se transnacionalizando mais e mais, adequando-se a estas contínuas lutas e reacomodações internacionais no sistema do capitalismo mundial, é no nível das municipalidades e no nível local que a luta política adquire novas dimensões. (TORRES, 2011).

A Economia Solidária, com seus valores e princípios, se apresenta como um caminho viável tanto no contexto social e econômico quanto educativo, por tratar de temas numa visão de organização social e econômica mais justa e igualitária em relação ao capitalismo vigente, e que esta pode supera-lo, proporcionando às pessoas uma vida melhor, onde se valoriza o ser humano em detrimento do capital. Nesse sentido, a Economia Solidária, mesclada com a EJA, contribui para a construção de uma cultura do direito à educação ao longo da vida, disseminando informações, quebrando preconceitos, movimentando e auxiliando na visibilidade da demanda social da EJA, pois coloca na essência da discussão educativa a vida adulta, o trabalho e os alunos da EJA, que passam a ser considerados como indivíduos plenos de cultura e conhecimento, com diferentes caminhos e projetos formativos.

O apoio e a orientação aos educandos sobre a Economia Solidária devem partir de um processo de organização social das classes econômicas menos favorecidas. Desenvolver a comunidade local e global é conceder ênfase à capacidade empreendedorista desses jovens e adultos. Desse modo, a melhora de perspectiva de condição social e econômica, com isso, pode ser conquistada. É a qualidade de vida e a conquista da cidadania plena desses educandos que está em jogo. Nas aulas da EJA, é importante desenvolver temas relacionados ao cooperativismo organizado e a Economia Solidária, sendo de competência do educador apresentar a esses alunos um instrumento de compreensão da sociedade com a perspicácia e a criatividade que lhes são inerentes.

Estudar autogestão é importante, desde que se leve em conta o processo global da sociedade. Verificar que através de uma nova prática social, a realidade pode ser transformada ou conservada. Enfatizar a importância do trabalho coletivo autogestionário para a Educação

de Jovens e Adultos, ressaltando que é algo construído por intermédio de práticas e relações sociais democráticas, diferentes do individualismo pregado ferozmente pelo capitalismo.

Também é plausível debater com os alunos dessa modalidade (EJA) que um desenvolvimento sustentável por meio de cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras pode contribuir com a elevação dos salários, com melhoras na qualidade do trabalho, geração de emprego e renda, que, por sua vez, contribuem com a dignidade humana e a cidadania. Logo, uma sociedade mais justa, com oportunidades igualitárias, só se faz com a concepção de sociedade e de homens mediados por valores como: COOPERAÇÃO, SOLIDARIEDADE, SUSTENTABILIDADE, CRIATIVIDADE, COLETIVIDADE E TROCA.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, torna-se fácil compreender que, por maior que seja o poder dominante da economia sobre o comportamento individual e social do aluno-trabalhador integrante da modalidade de Jovens e Adultos (EJA), é inaceitável a total passividade diante dele. Aceitar que o capitalismo vigente e todos os seus agregados exercem sobre a sociedade uma força absoluta, é também aceitar que o único caminho viável é renunciar a capacidade que cada educando tem de pensar, escolher, decidir, enfim, é entrar num ostracismo permanente e esperar que as coisas simplesmente aconteçam.

Como alternativa de solução à essa dependência do capitalismo atual a que essas pessoas estão subordinadas, é proposta, baseada no pensamento de vários autores (Paulo Freire, Milton Santos e Carlos Alberto Torres), uma nova forma de organização de trabalho, tais como cooperativas e associações, cujas perspectivas de crescimento econômico têm uma visão múltipla dos trabalhadores em contrapartida a visão individualista do capitalismo atual.

A Economia Solidária, ao longo da exposição teórica, foi sempre vinculada à prática de ensino que é ofertada aos educandos da EJA, uma vez que essa modalidade de ensino não pode ter um caráter assistencialista (como se fosse um favor oferecido pelos governos à essas pessoas fora da faixa etária considerada correta para os estudos), mas deve prover à esses alunos uma educação que o prepare para fazer frente aos desafios que a sociedade, como um todo, vai lhe impor. Essa educação preparatória e de qualidade é assegurada através da Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

A Educação de Jovens e Adultos que, a partir da Lei 9.394/96, se regulariza e supera o antigo ensino supletivo de proposição de um currículo escolar aligeirado e homogêneo, configura-se sob a ótica de um projeto educacional mais amplo e inovador, porque passa a se constituir como modalidade específica da Educação Básica que atende aqueles que tiveram negada a experiência educacional na infância ou adolescência pelos mais diversos fatores.

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos, em sua maioria, também sofrem modificações e passam a poder envolver ainda mais a experiência do educando como ponto de partida para o desenvolvimento do ensino formalizado.

Nesse sentido, é primordial falar em educação formativa e não apenas de simples treinamento; de se defender e viver uma prática educacional estimuladora da curiosidade e da crítica.

Assim sendo, a EJA precisa ser parceira dos seus educandos e apresentar a Economia Solidária como uma ação possibilitadora da geração de novas oportunidades de inserção social pelo trabalho, propiciando democratização da gestão do trabalho; conhecimento sobre os segredos da produção; valorização das relações de cooperação; distribuição de uma renda e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

E tudo isso só é possível quando se puder transmitir para o aluno integrante da modalidade de Educação de Jovens e Adultos que é importante ter opinião própria, sem, contudo

ferir o objetivo maior da luta que é formar agentes sociais ativos, capazes de interferirem na sua própria realidade e ainda ajudarem na determinação positiva da realidade de todos que estiverem a sua volta.

7 REFERÊNCIAS

* Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo XXVI

* Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (LDB/96)

_____. Ciência Econômica e Saber Popular: reinventar o “popular” na economia e na educação. *In*: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Orgs.). **Trabalho e Educação**: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular. Aparecida/SP: Idéias & Letras, 2004. P. 75 – 101.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como Ato Pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005. P. 13-20.

MORAES, Vinícius de. **Operário em Construção**, 1956.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. Educação de Adultos: algumas reflexões. *In*: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José (orgs). **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006. P. 15-17.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, políticas públicas e educação de adultos. *In*: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. **Educação de Jovens e Adultos**: Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez; 2011. p. 33.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª. Ed. Rio de Janeiro : Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª. Ed. 1ª. Reimpr. – São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MOLL, Jaqueline. Alfabetização de Adultos: desafios à razão e ao encantamento. *In*: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação de Jovens e Adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004. P. 9-17.

TIRIBA, Lia. Economia Popular e produção de uma Nova Cultura do Trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Educação e Crise do Trabalho**: perspectivas de final de séculos. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 189-217.

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços, o Brasil ainda possuía ao final do século 20 um grande número de analfabetos²³ que segundo o censo 2000, divulgado pelo IBGE, era de 22.831.344 milhões e, a falta de educação formal, poderia torná-las pessoas alienadas e dominadas. É nesta ordem de raciocínio que o Conselho Nacional de Educação, através do Parecer N^o 11, de maio de 2000, reconheceu a EJA como “dívida social não reparada com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas”.

A EJA deve atuar na promoção da interação e da inserção social de todos aqueles que por muitos anos estiveram fora da escola, buscando realizar um projeto de sociedade menos desigual, onde os alunos se mostrem autores da sua própria história. No entanto, o atual currículo executado nessa modalidade de ensino só vem a contribuir para que as classes dominantes continuem operando incessantemente, de modo a domesticar e controlar todas as maneiras pelas quais o conhecimento é transmitido.

De acordo com o documento base da I Conferência Nacional de Economia Solidária, a Economia Solidária é propulsora de trabalho emancipador, atuando como uma força de transformação estrutural das relações econômicas, democratizando-as, superando a subalternidade em relação ao capital. Essa economia vem mostrando-se como alternativa ao desemprego, fazendo oposição a crescente desigualdade social e buscando promover relações de trabalho mais justas e humanitárias.

Entendendo que o currículo da EJA deve ser reformulado no sentido de que as práticas curriculares devem oferecer espaços de criação e construção do conhecimento a partir das experiências dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem e, acreditando que a Economia Solidária como parte integrante da grade curricular da EJA, muito tem a contribuir para tornar os alunos efetivos cidadãos que realizam seus deveres e reconhecem seus direitos, resolvemos fazer este trabalho tendo em vista a importância do referido tema para o mundo acadêmico, bem como para nortear projetos sociais que visam relacionar a Economia Solidária com a Educação de Jovens e Adultos.

Esse trabalho tem como problemática descobrir qual a influência da Economia Solidária na grade curricular da EJA e seu impacto no processo ensino-aprendizagem. Para tanto, objetivamos estudar o currículo atual desenvolvido nessa modalidade de ensino, propondo novas práticas curriculares que devem ser exercidas a fim de melhor inserir professores e alunos na construção do currículo; objetiva-se também discutir a Economia Solidária como motivadora da emancipação no mundo do trabalho e relacioná-la às práticas de ensino da EJA.

1.1 O currículo da EJA e as novas práticas curriculares

Para compreender o currículo da EJA, partimos dos fundamentos da Teoria Curricular, proposta por Tomaz Tadeu da Silva (1996) em seu livro *Identidades Terminais*, que se apresenta sob três óticas: cultural, de gênero e de raça e etnia. Esse estudo lança um olhar so-

²³ O IBGE considera analfabeto, a pessoa que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece, aquela que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu e a que apenas assina o nome.

bre como a classe dominante se posiciona diante da fabricação do currículo a ser imposto aos alunos da EJA, e essa reflexão servirá como ponto de partida para pensarmos sobre como são e como deveriam ser as práticas curriculares no âmbito dessa educação.

Do ponto de vista cultural, Silva (1996, p.88) afirma que o currículo universitário tradicional caracterizava-se como a expressão do privilégio da cultura branca, masculina, européia, heterossexual, fazendo-se passar pelo currículo da “cultura comum”, isto é, o currículo do grupo culturalmente e socialmente dominante.

Para o referido autor, a cultura que prevalece e que perpassa a cada geração é a cultura da “raça branca”, considerada como suficiente e que assume posição de destaque na formação de identidades através do currículo. As relações de cultura e de raça e etnia se entrelaçam, pois estas também estão pautadas no acesso à educação e ao currículo, uma vez que ao negro é imposta a cultura do saber do branco, tendo como base às relações de poder que vem desde a colonização europeia do branco sobre o negro (SILVA, 1996, p.102).

Há um controle sobre o que o negro vem a conhecer e a saber, pois no contexto de subordinação de certos grupos étnicos e raciais, conhece-se e sabe-se somente aquilo que lhe é permitido conhecer e saber. Propositamente, realiza-se a ideia de que o currículo deve ser constituído de conhecimentos ditos válidos e, não de conhecimentos considerados socialmente válidos.

Sob a ótica das relações de gênero, homem x mulher, Tomaz Tadeu da Silva destaca em sua teoria que essas estão presentes no currículo tradicional, de forma que a desigualdade entre as classes é resultado também do patriarcado e não somente do capitalismo. E naquele regime prevalece os interesses dos homens, com estes apoderando-se desproporcionalmente dos recursos da sociedade.

O currículo produzido nos moldes patriarcal acaba por promover uma distinção entre os grupos, de forma que aquilo que é pensado, raciocinado e realizado é apenas o que os homens consideram válido e, portanto necessário, acabando por castrar outras formas de raciocínio e conhecimento que poderiam vir a acontecer.

Em oposição a esse modelo de currículo, Silva (1996) apresenta a pedagogia feminista, a qual propõe a construção do currículo a partir dos ideais femininos, o que levaria em consideração a importância das ligações pessoais, a intuição e o pensamento divergente, o comunitarismo e a cooperação.

Com base na contribuição de Silva, podemos definir o currículo que vem sendo praticado no Brasil e analogamente na EJA. Referindo-nos às relações de cultura e de raça e etnia mencionadas acima, afirmamos que o currículo ainda se mostra racista, beneficiando um grupo em detrimento do outro e que o acesso à educação ainda é maior para os brancos. Ver Quadro 1 a seguir.

Quadro 1: População analfabeta de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões – 2010

População analfabeta de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões - 2010									
Regiões	Cor/Raça	Número de Pessoas (1000 pessoas)							
		0 a 1000	1000 a 2000	2000 a 3000	3000 a 4000	4000 a 5000	5000 a 6000	6000 a 7000	7000 a 8000
Norte	Branco	■							
	Pretos	■							
	Amarelos								
	Pardos		■						
	Indígenas		■						
Nordeste	Branco		■						
	Pretos			■					
	Amarelos			■					
	Pardos				■				■
	Indígenas								■
Sudeste	Branco		■						
	Pretos		■						
	Amarelos		■						
	Pardos				■				
	Indígenas				■				
Sul	Branco	■							
	Pretos	■							
	Amarelos								
	Pardos		■						
	Indígenas		■						
Centro-oeste	Branco	■							
	Pretos	■							
	Amarelos								
	Pardos	■							
	Indígenas	■							

Fonte: IBGE (2010)

O gráfico 1 comprova que em todas as regiões brasileiras a quantidade de brancos analfabetos é menor que o número de negros que apresentam pouca ou nenhuma escolaridade e, se compararmos aos índios analfabetos, a diferença se torna muito maior.

Tabela 1: Distribuição de pessoas de 25 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de anos de estudo – Brasil – 2011.

Grupos de anos de estudo	Total	Homens	Mulheres
Sem instrução e menos de 1 ano	15,1	14,1	13,7
1 a 3 anos	9,4	11,8	11,1
4 a 7 anos	21,9	24,8	23,8
8 a 10 anos	14,2	14,3	13,5
11 a 14 anos	28,6	25,8	27,3
15 anos ou mais	10,8	9,1	10,5
Não determinados	0,1	0,1	0,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por amostra de domicílios 2011.

Destacamos também que o referido currículo tem base patriarcal, pois embora os anos de estudos das mulheres sejam sensivelmente maiores que os dos homens (Tabela 1), estes apresentam rendimento mensal superior ao delas (Quadro 2). Tal resultado só comprova a desigualdade que existe de um grupo em relação ao outro e, que conseqüentemente, é resultado de um currículo preparado sem a intervenção dos sujeitos ativos – professor e aluno - e efetivamente envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Quadro 2: Rendimento médio mensal, por sexo, segundo as Unidades da Federação – 2010

Rendimento Médio Mensal, por sexo, segundo as Unidades da Federação - 2010		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio G. do Norte	Paraíba	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato G. do Sul	Mato Grosso	Góias	Distrito Federal	
Sexo	Rendimento																												
	Homem	500,00 a 1.000,00																											
		1.000,00 a 1.500,00																											
		1.500,00 a 2.000,00																											
		2.000,00 a 2.500,00																											
		2.500,00 a 3.000,00																											
3.000,00 a 3.500,00																													
Mulher	500,00 a 1.000,00																												
	1.000,00 a 1.500,00																												
	1.500,00 a 2.000,00																												
	2.000,00 a 2.500,00																												
	2.500,00 a 3.000,00																												
	3.000,00 a 3.500,00																												

Fonte: IBGE (2010)

O currículo praticado na atualidade está assim definido: embasado nos princípios patriarcais que impulsionam uma educação cada vez mais machista e que prevalece os interesses masculinos; um currículo que reproduz a diferença de classes e da desigualdade social, apresentando-se somente como um documento de controle pedagógico e intelectual.

Passemos então dessa fase de entendimento do currículo apenas como guia curricular, para compreendermos as novas práticas curriculares como formadoras de uma educação para a cidadania (MACEDO, 2008).

Os guias curriculares se detêm, principalmente, a organizar propostas oficiais direcionadas a conteúdos de ensino, metodologias a serem adotadas, avaliações e, portanto ao trabalho pedagógico, de modo que concebem padrões de conhecimento e comportamento considerados desejáveis (OLIVEIRA, 2008).

Segundo Oliveira (2008), as novas práticas curriculares objetivam um currículo não mais produzido, mas construído a partir das experiências vividas por professores e alunos no ambiente escolar, que não se baseia apenas nos elementos teóricos que o fundamenta.

É a prática diária dos sujeitos que estão inseridos no processo ensino-aprendizagem que fornece alternativas de desenvolvimento de organização curricular, pautado em uma educação que forma para o exercício da cidadania.

(...) compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (MEC, 1998^a, p.55).

A educação para a cidadania é uma perspectiva do novo currículo, que entende a educação a partir da participação, da experiência, da cooperação, do respeito, de democracia e da solidariedade. Uma educação que implica não ver o currículo como resultado de um processo social necessário de transmissão de valores, conhecimentos e habilidades, mas como um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais (SILVA, 1996, p.78).

Conforme Silva (1996, p.79), as novas práticas curriculares que propomos devem ter por base o currículo que não se detém às deliberações conscientes e formais a respeito daquilo que deve ser ensinado nas escolas, mas que investiga também os processos informais e interacionais pelos quais aquilo que é legislado é interpretado de diferentes formas na perspectiva das diferenças sociais ligadas à classe, à raça e ao gênero.

1.2 A Economia Solidária

Ao longo da evolução da civilização, o homem sempre buscou organizar forças para a defesa, a prosperidade e as conquistas de seus objetivos. No decorrer da história da humanidade, a partir da consolidação do significado de propriedade privada, principalmente da terra, a fixação do homem na atividade produtiva, inicialmente agrícola, passou a exigir uma intensificação do processo de organização surgindo, assim, a atividade econômica, fundamentalmente centrada na posse da terra.

Com o entendimento de que a economia existe como instrumento para prover a população dos bens e serviços de que necessita, o homem, ao longo do seu processo histórico, construiu inúmeras alternativas de organização econômica. Foi nessa perspectiva que surgiu no mercado a Economia Social ou Solidária, fundamentada no associativismo e no cooperativismo, tendo suas ações como referência única o ser humano (AGUIAR; REIS, 2002, p.150).

Nesse sentido, a Economia Social firma seus objetivos na solidariedade e na democracia, dando primazia à distribuição dos benefícios ao homem e ao trabalho sobre o capital. Impelida pelo ideário humanista e solidário, é formada por cidadãos livres, organizados através de empreendimentos de caráter econômico e social, com auto-gestão democrática, onde as relações sociais são a expressão mais forte da cooperação e da solidariedade (AGUIAR; REIS, 2002, p.150).

Opondo-se à economia capitalista, embasada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade.

A Economia Solidária se caracteriza por práticas que tem por base relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e objetivo maior da atividade econômica, em vez da acumulação privada da riqueza. Ela busca reverter a lógica capitalista que promove a crescente desigualdade social, a diferença de classes e a subordinação de um grupo a outro, afirmando o surgimento de um novo ator social composto de trabalhadores associados e solidários, que possuem condições de superar ou de conviver nas contradições do capitalismo.

Os empreendimentos de cunho solidário são assim definidos por Verano (2001): a) funcionam com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido.

O documento base da I Conferência Nacional de Economia Solidária diz que essa nova forma de produção, de comercialização, de finanças e de consumo prioriza a autogestão, o comunitarismo, a justiça social, o cuidado como meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

A autogestão refere-se à organização nos locais de trabalho, à resistência cotidiana dos trabalhadores, à organização burocrática do trabalho, à luta constante pelo controle do processo de trabalho. Os trabalhadores desempregados que participam do projeto autogestionário, primeiramente, trava uma discussão em torno da geração de emprego e renda, com o objetivo de buscar possibilidades de fundar alternativas concretas de trabalho geridas por eles mesmos no campo do trabalho associado e do cooperativismo (NASCIMENTO, 2003).

A Economia Solidária imbuída pela autogestão e pela cooperação dos trabalhadores, compartilha valores, princípios e práticas de um conjunto de lutas históricas das classes populares e de setores excluídos da sociedade. É essa economia que se mostra como “refúgio” para aqueles que estão à margem da sociedade, que são inferiorizados e penalizados pelo sucesso do mundo da mais-valia e do lucro.

A Economia Solidária pela autogestão é geradora de trabalho emancipado, de trabalho participativo e, portanto, é uma saída ao desemprego, incentivando nova forma de produção em que não há a subordinação do trabalho sobre o capital, em que acontece a valorização da propriedade (gestão) coletiva dos meios de produção, da solidariedade e cooperação mútua (Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária).

Podemos dizer que o capitalismo está fundado em uma relação social, entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e que são valorizados proporcionalmente a sua capacidade de trabalho, ao contrário disso, a Economia Solidária apresenta-se como um rico processo em curso, regido pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão social e da emancipação. Ela representa uma grande esperança de transformação do modo como produzimos e reproduzimos nossa existência no planeta:

a economia solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. É deles e dos ativistas e promotores da economia solidária, que emerge a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade (Grupo de Trabalho, 2003, p. 162 apud Gadott, 2009, p.25).

O solidarismo mostra-se capaz de converter-se no elemento básico de uma nova racionalidade econômica, apta a sustentar os empreendimentos através de resultados materiais efetivos e de ganhos extraeconômicos. É nessa perspectiva que queremos estudar a Economia Solidária no currículo da EJA, isto é, uma economia que promove o efetivo desenvolvimento, a inclusão social de toda a população e a melhor satisfação de suas necessidades e de seus anseios pelo exercício ativo da cidadania.

Uma economia que busca a democracia, entendendo que esta depende das relações de cooperação que devem existir entre as novas reivindicações, os novos valores e projetos, e as instituições que dirigem a sociedade, onde o povo pode participar de uma maneira mais ativa na tomada de decisões.

1.3 A Economia Solidária e o currículo da EJA

Pode-se dizer que, conforme o artigo 37 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, a EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Entende-se, então que a Educação de Jovens e Adultos tem como princípio maior resgatar a dignidade do sujeito através do processo ensino-aprendizagem, atuando, sobretudo, na promoção da interação e inserção social a todos aqueles que por muitos anos estiveram fora da escola. Conforme estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional,

a educação compreende os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. E tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Lei n.º. 9394, 1996, art. 1º e art. 2º).

Por meio da educação, busca-se promover oportunidades de emprego e renda para os sujeitos que, de certa forma, foram excluídos do mundo do trabalho, vítimas de um sistema excludente e impiedoso – o capitalismo.

Moura (2004, p. 541) salienta a visão de Freire e Vygotsky acerca da educação, estes entendem a “alfabetização como uma atividade de criação e recriação, não apenas um ato mecânico de sentenças, palavras e sílabas”. Ambos acreditam os alfabetizando como sujeitos cognoscentes: capazes de pensar, de criar, de produzir, de reconstruir e construir novos conhecimentos.

Nesse sentido, dizemos ser esse o grande papel da educação: desenvolver as habilidades, promover o conhecimento e efetivar a consciência libertadora de cada alfabetizando, realizando transformações individuais.

A escolha e decisão dos alunos da EJA, de se integrarem ao eixo educacional nos levam necessariamente a encarar a importância do processo de construção do currículo utilizado nesta modalidade de ensino.

Processo esse que, não podendo jamais ser neutro, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação educacional, quanto da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas e da acomodação do aluno da EJA frente a uma realidade curricular tida como intocável.

Podemos dizer que, historicamente, a mais tradicional e utilizada forma de se entender um currículo é aquela que o percebe como o conjunto dos conteúdos programáticos estabelecidos para as disciplinas e séries escolares, idéias já incorporadas ao senso comum e repetidas como base do trabalho pedagógico em inúmeras situações (OLIVEIRA, 2008, p. 231).

GADOTTI, M. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

I Conferência Nacional de Economia Solidária – “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento” (Documento Base).

MACEDO, E. Que queremos dizer com educação para a cidadania? *In*: LOPES, Alice Cassimiro e outros. **Políticas educativas e dinâmicas curriculares no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERI, 2008.

MOURA, T. M. M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: EDUFAL, 2004.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e Economia Solidária**. Publicado no site da Rede de Investigadores latino-americanos de economia social e solidária, 2003. Acesso em http://www.riless.org/biblioteca_desarollo.

OLIVEIRA, I. B. Tendências recentes dos estudos e das práticas curriculares. *In*: VÓVIO, C. L. e IRELANO, Timothy Denis. **Construção Coletiva**: Contribuições à Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Mec, Raaad, 2008.

SILVA, T. T. **Identidades Terminais**: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Rio de Janeiro: Petrópolis/Vozes, 1996.

VERANO, L. **Economia Solidária, uma alternativa ao neo-liberalismo**. Santa Maria: Cesma Edições, 2001.

Este livro foi diagramado na
fonte Georgia e impresso em
papel Apergaminhado 75 grs.,
na RDS Gráfica e Editora Ltda.,
no mês de setembro de 2015, em
Fortaleza - Ceará - Brasil

desponta como ferramenta positiva no processo de ensinar e aprender, uma vez que muito tem a contribuir para promover maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir de estudos de bibliografias que tratam da Educação de Jovens e Adultos, das práticas curriculares e da Economia Solidária.

Para delinear o currículo existente no atual contexto da EJA, baseiou-se na teoria curricular proposta por Tomaz Tadeu da Silva, que define o currículo como racista, patriarcal e que promove a soberania de uma cultura sobre as demais. Para comprovar que aquilo que Silva defendia era realidade, foram expostos dados do IBGE que mostraram que as práticas curriculares da EJA ainda se apresentam da mesma forma.

De acordo com autores como Macedo, Oliveira e Silva e com documentos do MEC, propõe-se novas formas de atuar na EJA, levando em consideração a experiência e a necessidade dos alunos e professores – atores efetivamente envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Fala da Economia Solidária atrelada ao currículo EJA, fazendo menção ao que determinam o Documento Base da I Conferência Nacional de Economia Solidária e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e utilizando dos pensamentos de Moura, Oliveira, entre outros.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, percebemos que ainda persiste um grande número de analfabetos no Brasil e que a EJA representa uma possibilidade para que essas pessoas possam voltar à escola e conseguir melhores oportunidades de trabalho. No entanto, o currículo praticado atualmente é racista e patriarcal, voltado para preservação da soberania de um grupo sobre outro, que promove desenfreadamente a desigualdade econômica e social.

Contrapondo-se a isso, foram propostas soluções a partir das novas práticas curriculares que levam em consideração as experiências e conhecimentos dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, que consideram a educação como meio para que se conquiste a cidadania através da cooperação e solidariedade e que deixam de lado a “transferência” de saberes fabricados e conceitos pré-estabelecidos.

Portanto, a Economia Solidária como alternativa no mundo capitalista mais que fonte de geração de emprego e renda, é propulsora de uma consciência cidadã e de um trabalho emancipado, onde não existem maiores e menores, mas todos envolvidos em prol de uma causa única: o bem comum. Logo, a Economia Solidária como disciplina do currículo da EJA teria impacto positivo na vida dos educandos, ao passo que assim como a EJA, aquela busca o desenvolvimento coletivo dos seres humanos, impulsionando o respeito ao outro e, principalmente, à dignidade do outro.

4 REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. S.; REIS, C. N. **As origens do cooperativismo e o contraponto aos males das metamorfoses do mundo do trabalho**. Pelotas, 2002.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394/96.

CASTRO, M.P.; NOVAES, H.T.; VERARDO, L. **Pedagogia e Autogestão: Reflexões e Socialização da Experiência do Projeto CFES-CO**. Brasília: Cooperativa Catarse - Coletivo de Comunicação, 2012.

Essa visão técnica acerca do currículo é um comportamento que vai de encontro à vontade daqueles que, alheios às verdadeiras necessidades da sala de aula, visam apenas o seu interesse ou de um sistema de ensino acostumado a ditar às regras, sendo necessário que o professor durante o exercício da sua profissão, estimule nos alunos da EJA à capacidade de pensar e agir para que possam interferir na elaboração da grade curricular que rege a sua área de atuação, fazendo com que os mesmos busquem a sua própria autonomia, fugindo de regras e ações pré-estabelecidas.

O currículo deve ser idealizado pela prática do professor e experimentado com as reações dos alunos ante ao que está sendo aprendido, compreendido e retido pelos mesmos. Isso em um cenário de contextualização dos conteúdos frente às ações vividas pelos alunos para repensar conceitos e construir de maneira significativa a aprendizagem, valorizando as competências e gerando um caráter conceitual, bem como de atitudes.

De acordo com Silva (1996), o currículo deve estar em contínuo fluxo e transformação, este deve ser o resultado de um processo evolutivo, de constante aprimoramento no sentido de buscar formas melhores e mais adequadas de agir na EJA, entendendo que o mesmo deve ser construído a partir de conhecimentos identificados como socialmente válidos.

Na EJA, dentro de uma perspectiva curricular, a aprendizagem não depende diretamente de uma organização dos saberes escolares e sim, da elaboração e da construção dos saberes no cotidiano escolar, valorizando o conhecimento de mundo, as práticas e experiências de vida de cada um, bem como a abertura nas aulas para assuntos que não estão previstos no currículo, mas que são pertinentes ao processo de ensinar e aprender naquele segmento de ensino.

Em paralelo a isso, conceituamos a Economia Solidária, que surge como alternativa de uma vida melhor e menos desigual para as vítimas do capitalismo. É uma resposta para os trabalhadores desempregados, é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária se apresenta como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações e empresas organizadas sob a forma de autogestão.

Os resultados financeiros, políticos e culturais dos grupos econômico-solidários são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

A Economia Solidária no tocante à educação requer, antes de tudo, atenção à diversificação e às particularidades, propondo que os educandos da EJA, primeiramente, percebam e se identifiquem, com o campo do trabalho coletivo, autogestionário e solidário para a partir disso participarem de um processo de constituição de uma frente social e política de atuação em que princípios e práticas de conduta coletivas são estabelecidos democraticamente (CASTRO, NOVAES & VERARDO, 2012).

EJA e Economia Solidária buscam o desenvolvimento social e, ao mesmo tempo, coletivo. A EJA prima por oferecer novas oportunidades para quem antes não teve, ou se teve, foram em condições inferiores, ao passo que a Economia Solidária objetiva alcançar o bem comum a partir de práticas que contribuem para a redução do desemprego ou como alternativa para os desempregados, valorizando o trabalho e impulsionando-o na perspectiva da democratização, do respeito e da igualdade.

Entendendo que a educação e a Economia Solidária fortalecem medidas voltadas à geração de emprego e renda, tendo como base um currículo elaborado e construído a partir das necessidades e experiências dos atores efetivamente envolvidos no processo ensino-aprendizagem, acreditamos que a Economia Solidária como componente da grade curricular da EJA